

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CAMPUS DARCY RIBEIRO
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CURSO DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO NO BRASIL:
Um olhar sobre a sustentabilidade**

VANESA RIOS MILAGRES

**Brasil, Brasília - DF
2014**

VANESA RIOS MILAGRES

**PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO NO BRASIL:
Um olhar sobre a sustentabilidade**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Sustentável.

Área de Concentração: Política e Gestão da Sustentabilidade.

Orientadora Prof.^a Dr^a Doris Aleida Villamizar Sayago.

**Brasil, Brasília - DF
2014**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha Catalográfica

Milagres, Vanesa Rios.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO NO BRASIL: Um olhar sobre a sustentabilidade/Vanesa Rios Milagres; orientadora Doris Aleida Villamizar Sayago, 2014.

233 f.: fig.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Área de Concentração: Política e Gestão da Sustentabilidade) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável.

1.Turismo. 2. Sustentabilidade. 3. Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu.

I.Título.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO NO BRASIL: Um olhar sobre a sustentabilidade.

VANESA RIOS MILAGRES

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Sustentável.

Aprovada por:

Professora Doris Aleida Villamizar Sayago (CDS/UnB)

Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5954596265144810>>
(Orientadora)

Professor José Augusto Leitão Drummond (CDS/UnB)

Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4600608830046292>>
(Examinador Interno)

Professor José Zuchiwschi (UnB/FE)

Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3769128845371240>>
(Examinador Interno)

Professora Mirian Rejowski (USP/Anhembi Morumbi)

Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8468269699377558>>
(Examinadora Externa)

Professor Carlos Alberto Cioce Sampaio (PUC/PR)

Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9034603212802471>>
(Examinador Externo)

Brasil, Brasília – DF, 19 de novembro de 2014.

RESUMO

No século XXI a pós-graduação brasileira na área turismo enfrenta os desafios de formar e aperfeiçoar pesquisadores qualificados para o enfrentamento dos problemas que estão colocados para o desenvolvimento do país e do próprio turismo em bases sustentáveis. Temas como água, energia sustentável, oceanos, segurança alimentar e agricultura sustentável, cidades sustentáveis, emprego e renda, mudanças climáticas e desastres naturais, são emergentes para o planeta. Temas como Amazônia e biodiversidade, são prioritários para o Brasil. Esta tese trata da análise da pós-graduação brasileira na área Turismo em suas contribuições para a sustentabilidade e para o próprio turismo, no período de 2010 a 2014, compreendendo o espaço e os desafios dessas contribuições para a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para o ensino, pesquisa e extensão e para a ciência, tecnologia e inovação em bases sustentáveis. Adota-se como perspectiva teórica o arquétipo da ciência sustentabilidade, enquanto uma estrutura integrada que aborda diversas fontes de conhecimento e procura sintetizar equilibradamente as interações entre humanos e natureza em prol do bem-estar, a proteção dos sistemas de suporte à vida e da busca por soluções criativas e inovadoras aos problemas advindos dos modelos tradicionais de desenvolvimento. Toma-se a pesquisa de métodos mistos como metodologia, por meio de um projeto do tipo paralelo convergente, no qual o pesquisador, em um único estudo, coleta simultânea e independentemente dados qualitativos e quantitativos, analisa-os em separado, funde os conjuntos de resultados e interpreta-os, discutindo em que extensão e de que maneiras os resultados quantitativos e qualitativos, convergem, divergem, se relacionam e/ou produzem um entendimento mais pragmático sobre a pós-graduação brasileira na área turismo no Brasil e a sustentabilidade. Utiliza as técnicas de análise conceitual de Wilson (2005), para uma pioneira categorização dos programas em caso modelo, caso afim, caso limítrofe e caso-inventado, tomando como base as produções discente, docente/discente e a percepção das coordenações sobre as contribuições para a sustentabilidade e para o próprio turismo. O resultado teórico prático deste trabalho, propõe um caso ideal de um programa de pós-graduação multidisciplinar em turismo, ofertado pela Universidade da Integração Latino Americana (UNILA), como um esboço prospectivo delineado e baseado não só na perspectiva teórica da sustentabilidade para a formação de recursos humanos altamente qualificados para o ensino e a pesquisa.

Palavras-Chave: Turismo. Sustentabilidade. Pós-Graduação Stricto Sensu.

RESUMEN

En el siglo XXI el pos-grado del área de turismo brasileño enfrenta los desafíos de la formación y perfeccionamiento de investigadores calificados para abordar los problemas que se plantean para el desarrollo del país y el turismo de forma sostenible. Temas como agua, energía sostenible, océanos, seguridad alimentaria y agricultura sostenible, ciudades sostenibles, puestos de trabajo y renta, cambio climático y los desastres naturales, están surgiendo para el planeta. Temas como la Amazonía y la biodiversidad, son una prioridad para Brasil. Esta tesis aborda el análisis del brasileño graduado en el área de Turismo en sus contribuciones a la sostenibilidad y el turismo, en el período de 2010-2014, que comprende el espacio y los desafíos de estas contribuciones a la formación y desarrollo de recursos humanos para la enseñanza, investigación y extensión y de ciencia, tecnología e innovación sobre una base sostenible. Adopta como perspectiva teórica el arquetipo de la ciencia de la sostenibilidad, mientras que una estructura integrada que se dirige a diversas fuentes de conocimiento y busca sintetizar uniformemente las interacciones entre los seres humanos y la naturaleza para el bienestar, la protección de sistemas de soporte vital y la búsqueda de soluciones creativas e innovadoras a los problemas derivados de los modelos tradicionales de desarrollo. Tome la investigación de métodos mixtos como metodología, a través de un proyecto de tipo paralelo convergente, en el cual el investigador, en un solo estudio, colección simultánea e independientes datos cualitativos y cuantitativos, analiza por separado, fusiona los conjuntos de resultados y los interpreta, discutir hasta qué punto y de qué manera los resultados cuantitativos y cualitativos, convergen, divergen, se relacionan o producir un entendimiento más pragmático en el turismo brasileño área graduado en Brasil y la sostenibilidad. Utiliza las técnicas de análisis conceptual de Wilson (2005), para una categorización pionera de los programas en el evento modelo, si en el estado de ánimo, frontera caso y caso inventado, tomando como base las producciones de estudiantes, profesores y estudiantes y la percepción de las coordinaciones sobre las contribuciones a la sostenibilidad y el turismo en sí mismo. El resultado de este trabajo, teórico práctico propone un caso ideal de un programa de postgrado multidisciplinario en turismo, ofrecido por la integración de la Universidad de la Integración Latino Americana (UNILA), como un dibujo prospectivo contorneado y basado no sólo en la perspectiva teórica de la sostenibilidad para la formación de recursos humanos altamente cualificados para la enseñanza y la investigación.

Palabras claves: Turismo. Sostenibilidad. Posgrado Stricto Sensu.

ABSTRACT

In the 21st century, the Brazilian postgraduate in tourism area faces the challenges of forming and perfecting qualified researchers for tackling the problems that arise to the country's development and tourism on a sustainable basis. Themes like water, sustainable energy, oceans, food security and sustainable agriculture, sustainable cities, jobs and income, climate change and natural disasters, are emerging for the planet. Topics such as Amazon and biodiversity are a priority for Brazil. This thesis deals with the analysis of the Brazilian graduate in Tourism area in their contributions to sustainability and to the tourism, in the period of 2010 to 2014. Comprising the space and the challenges of these contributions to the formation and development of human resources for teaching, research, and extension and for science, technology and innovation on a sustainable basis. Adopts as theoretical perspective the sustainability science, while an integrated structure that addresses various sources of knowledge and seeks to synthesize evenly the interactions between humans and nature for the well-being, protection of life-support systems and the search for creative and innovative solutions to the problems arising from the traditional models of development. Take the mixed methods research as methodology, through a project of parallel type convergent, in which the researcher, in a single study, simultaneous collection and independent qualitative and quantitative data. Analyses them separately, merges the result sets and interprets them, discussing to what extent and in what ways the quantitative and qualitative results, converge, diverge, relate and/or produce a more pragmatic and comprehensive understanding about the Brazilian graduate in area Tourism and sustainability. Use conceptual analysis techniques of Wilson (2005), a pioneer in the event programmes categorization model, if in the mood, borderline and case – invented, taking as a basis the student productions, teacher/students and the perception of the coordination's on contributions to sustainability and to the tourism itself. The result of this work practical theorist proposes an affair invented or ideal of a multidisciplinary postgraduate program in tourism, offered by the University of Latin American Integration (UNILA). As a prospective sketch, creatively designed and based not only in the imagination and intuition, but also on theoretical perspective of sustainability for the formation of highly qualified human resources for teaching and research.

Keywords: Sustainability. Tourism. Postgraduate Strict Sense.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Dimensões e valores do <i>Tourism Education Futures Initiative</i> .	26
Figura 2- Arquétipo da Ciência Sustentabilidade.	42
Figura 3- Arquétipo das Instituições de Ensino Superior.	75
Figura 4- Arquétipo do Sistema de Gestão do Turismo Sustentável.	121
Figura 5- Agenda do <i>Tourism Education Futures Initiative</i> .	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Tipificação da produção científica segundo plataforma do Currículo Lattes	70
Quadro 2- Relação dos programas de pós-graduação stricto sensu na área turismo por instituição de ensino superior ofertante, unidade da federação e dependência administrativa, atualizada em 10 out. 2014	71
Quadro 3- Relação dos periódicos científicos qualificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no Webqualis, por área de avaliação administração, ciências contábeis e turismo, status atualizado, <i>International Standard Serial Number</i> (ISSN), título e estrato. Atualizada em 25 nov. 2014	106
Quadro 4- Oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu em turismo e áreas correlatas, por período decenal, quantidade, curso, instituição de ensino superior ofertante e estado da federação	107
Quadro 5- Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu na área turismo, por ano de início das atividades, programa, curso, nível, instituição de ensino superior e nota CAPES, atualizado em 10 out. 2014	108
Quadro 6- Espacialização da oferta de cursos de pós-graduação na área turismo no Brasil -2014	110
Quadro 7- Perfil dos programas de pós-graduação stricto sensu na área turismo - 2014	117
Quadro 8- Protótipo de Projeto de Pesquisa de Métodos Mistos Paralelo Convergente	128
Quadro 9- Fluxograma procedural da pesquisa de métodos mistos - 2014	131
Quadro 10- Objeto de estudo e categorias de análise - 2014	133
Quadro 11- Categorização dos termos para pesquisa da abordagem – produção discente	135
Quadro 12- Distribuição da quantidade de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso defendidos - 2014	145
Quadro 13- Distribuição da produção discente: teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso defendidos - 2014	147
Quadro 14- Distribuição da produção discente: teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso defendidos	148
Quadro 15- Distribuição das teses, dissertações e TCC's defendidas nos programas de pós-graduação stricto sensu na área turismo, segundo consulta no portal domínio público - 2014	149
Quadro 16- Distribuição das teses, dissertações e TCC's defendidas nos programas de pós-graduação stricto sensu na área turismo, segundo consulta nas páginas web dos programas - 2014	151
Quadro 17- Distribuição dos Cursos de Ensino Superior na Área Turismo, por Grau, Situação, Modalidade e Gratuidade dos Cursos - 2014	162

Quadro 18- Distribuição dos grupos de pesquisa na área turismo - 2014	164
Quadro 19- Distribuição das Características Individuais da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na Área Turismo - 2014	173
Quadro 20- Distribuição das Características Grupais das Coordenações dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na Área Turismo - 2014	174
Quadro 21- Distribuição da Variável Experiência entre as Coordenações dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na Área Turismo	175
Quadro 22- Distribuição da variável escolha e comportamento entre as coordenações dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na área turismo, por codificação e atributos – reversibilidade e consistência para escolha dos temas prioritários para a sustentabilidade - 2014	179
Quadro 23- Distribuição da Variável Comunicação e Fluxo de Informação entre as Coordenações dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na Área Turismo, por Codificação e Atributos – Reversibilidade e Consistência para Escolha dos Temas Prioritários para a Sustentabilidade - 2014	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil, no período de 1998 a 2013, atualizada em 30 dez. 2013	60
Tabela 2- Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu por nota, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atualizada em 27 dez. 2013	62
Tabela 3- Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu por grande área e nota, atualizado em 03 jul. 2013	63
Tabela 4- Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu, recomendados e reconhecidos, por grande área, atualizado em 03 jul. 2013	65
<p>Mas é na grande área Multidisciplinar que se concentram os programas que se dedicam de maneira mais incisiva ou diretamente relacionada com as questões da sustentabilidade. Esta, por sua vez, está subdividida em cinco áreas, denominadas: Biotecnologia; Ciências Ambientais; Ensino; Interdisciplinar; e Materiais.</p> <p>Entre as grandes áreas com média concentração de programas, a que mais se destaca é Ciências Sociais Aplicadas (472), que tem como campo de estudos a transformação e recriação do espaço e questões sobre saberes e práticas que assumem caráter estratégico no país, como a economia, ciência da informação, planejamento urbano e regional, serviço social e turismo.</p>	65
Tabela 5- Distribuição dos cursos de pós-graduação stricto sensu, recomendados e reconhecidos, por grande área, atualizado em 30 dez. 2013	
Tabela 6- Quantidade de programas de pós-graduação stricto sensu, recomendados e reconhecidos, por área de avaliação, da grande área Ciências Sociais Aplicadas, atualizado em 10 out. 2014	67
Tabela 7- Quantidade de cursos de pós-graduação stricto sensu recomendados e reconhecidos, por área de avaliação, da grande área Ciências Sociais Aplicadas, atualizada em 10 out. 2014	68
Tabela 8- Programas e quantidade de cursos de pós-graduação stricto sensu na área turismo, recomendados e reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), avaliação trienal 2010-2013, atualizado em 17 nov. 2014.	68
Tabela 9- Caracterização das Instituições de Ensino Superior ofertantes de programa de pós-graduação stricto sensu na área turismo por ano de criação das instituições – Atualizado em 25 nov. 2014	89
Tabela 10- Instituições de ensino superior por unidade acadêmica, cursos ofertados e grupos de pesquisa na área turismo - 2014	115
Tabela 11- Relação do número de grupos de pesquisa, linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes e técnicos cadastrados no diretório de grupos de pesquisa do CNPq por região - 2013	159

Tabela 12- Relação de grupos de pesquisa e linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes e técnicos por grande área, com destaque para a grande área ciências sociais aplicadas - 2013	159
Tabela 13- Ranking das grandes áreas por grupos e linhas de pesquisa, com destaque para a grande área ciências sociais aplicadas - 2013	160
Tabela 14- Relação dos grupos e linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes e técnicos pela grande área ciências sociais aplicadas, com destaque para a área turismo - 2013	160
Tabela 15- Ranking dos grupos e linhas de pesquisa da grande área ciências sociais aplicadas, com destaque para a área turismo - 2013	161
Tabela 16- Quantidade de grupos de pesquisa certificados na base atual do diretório dos grupos de pesquisa no brasil - 2014	162
Tabela 17- Distribuição dos grupos de pesquisa por termo, nas grandes áreas de conhecimento e ranking, na área ciências sociais aplicadas e ranking, na área turismo e ranking - 2013	163

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

INTRODUÇÃO.....	17
ESTADO DA ARTE.....	22
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
1.1 A TRAJETÓRIA DA SUSTENTABILIDADE.....	29
1.2 O ARQUÉTIPO DA CIÊNCIA SUSTENTABILIDADE.....	39
1.3 O CAMPO DE ESTUDOS DA CIÊNCIA SUSTENTABILIDADE.....	41
1.3.1 Desenvolvimento sustentável.....	43
1.3.1.1 Promoção do Bem Estar Humano.....	43
1.3.1.2 Proteção dos Sistemas de Suporte à Vida.....	44
1.3.1.3 Interações Humano-Ambiente.....	46
1.3.2 Ciência e tecnologia.....	51
1.3.2.1 Emergência da Ciência Sustentabilidade e Tecnologias Sustentáveis.....	51
1.3.2.2 Valores e Atitudes.....	51
1.3.2.3 Análises: causas, conseqüências e processos.....	52
1.3.2.4 Métodos e Modelos Integrativos.....	52
1.3.3 Conhecimento em ação.....	53
1.3.3.1 Transferência de Conhecimento.....	53
1.3.3.2 Soluções ‘Glocalizadas’	54
1.3.3.3 Enfrentamento dos Grandes Desafios.....	56
1.4 OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL.....	58
1.5 OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA TURISMO....	66
1.6 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	71
1.6.1 A Universidade de São Paulo (USP).....	75
1.6.2 A Universidade Federal do Paraná (UFPR).....	77
1.6.3 A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).....	79
1.6.4 A Universidade de Brasília (UnB).....	80

1.6.5	A Universidade de Caxias do Sul (UCS).....	81
1.6.6	A Universidade Anhembi Morumbi (UAM).....	83
1.6.7	A Universidade Estadual do Ceará (UECE).....	84
1.6.8	A Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).....	86
1.7	CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR OFERTANTES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA TURISMO.....	88
1.8	A TRAJETÓRIA DO TURISMO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA.....	88
1.9	O CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL QUE OFERTAM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA TURISMO.....	108
1.10	A SUSTENTABILIDADE NO TURISMO EM TERMOS CONCEITUAIS, TÉCNICOS E OPERACIONAIS.....	118
2	REFERENCIAIS METODOLÓGICO E OPERACIONAL.....	126
2.1	FLUXOGRAMA PROCEDURAL.....	130
2.2	ABORDAGENS ESTRATÉGICAS.....	132
2.2.1	Contextualizações da pós-graduação brasileira.....	132
2.2.2	Perfis da pós-graduação brasileira na área turismo.....	132
2.2.3	Contribuições da pós-graduação.....	133
2.2.4	Produções discente em suas teses e dissertações defendidas.....	134
2.2.5	Produções docente/discente em seus grupos de pesquisa.....	135
2.2.6	Percepções dos coordenadores dos programas.....	136
2.2.7	Categorização dos programas.....	138
2.3	TRATAMENTO DOS DADOS E PERCURSO ANALÍTICO.....	139
3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	142
3.1	O OLHAR SOBRE SUSTENTABILIDADE NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO NO BRASIL.....	143
3.1.1	Contribuições discente em suas teses e dissertações defendidas.....	143

3.1.1.1	Análises das Contribuições Discente nos Programas de Pós-Graduação em Turismo sob o Olhar da Sustentabilidade.....	153
3.1.2	Contribuições docente/discente em seus grupos de pesquisa..	156
3.1.2.1	Análises das Contribuições Docente/Discente nos Programas de Pós-Graduação em Turismo sob o Olhar da Sustentabilidade.....	168
3.1.3	Percepções dos coordenadores sobre as contribuições.....	169
3.1.3.1	Análises das Percepções dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Turismo sobre as Contribuições dos Mesmos para a Sustentabilidade.....	177
3.1.4	Tipificação dos programas sob o olhar da sustentabilidade.....	181
3.1.4.1	Análises das Categorizações dos Programas de Pós-Graduação em Turismo sob o Olhar da Sustentabilidade.....	184
3.2	RESULTADOS PRÁTICOS: CASO IDEAL DE UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO.....	188
3.2.1	Considerações sobre os resultados práticos.....	194
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
	REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS.....	206
	APÊNDICE A: CARTA CONVITE.....	229
	APÊNDICE B: CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	230
	APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	231
	APÊNDICE D: ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	232

INTRODUÇÃO

No século XXI, em todas as áreas do conhecimento, os humanos precisam enfrentar não só as consequências da sua intensa interação com o ambiente e a sobre-exploração do planeta, mas a emergência de soluções criativas e inovadoras que possibilitem no mínimo a perpetuação da espécie e a proteção dos sistemas de suporte à vida.

A transição dos modelos tradicionais de desenvolvimento, para o desenvolvimento sustentável e para a sustentabilidade requer a integração de múltiplas formas de conhecimento - científicos, tradicionais e inovadores -, a determinação de valores e princípios, locais e globais, fundamentados não só na racionalidade econômica, mas na ética e na moral, na compreensão da capacidade de resiliência dos sistemas, na imperatividade de governança dos Estados, na ligação do conhecimento à ação, da aprendizagem à reflexão e avaliação críticas.

O Turismo, como uma dessas áreas do conhecimento humano, está, necessária e simultaneamente, conectado às especificidades do local e às generalidades do global. Seu fluxo é espacialmente mais alargado e articulado na forma de redes de relações e entendimentos, num complexo contínuo de mobilidade. Ele apresenta um leque de campos de observação que pode levar a diálogos genuínos com outros campos de estudo relacionalmente mais abrangentes.

Histórica e transnacionalmente, ele tem sido institucionalizado como uma atividade econômica capaz de agregar valor ao desenvolvimento dos países e das suas regiões, marcado por posições políticas, administrativas e empresariais. Paralelo a isso, passa a constituir-se também em assunto de ordem técnica e científica, exigindo profissionais qualificados, não só para atuação no setor produtivo, mas também no ensino, na pesquisa e na produção de conhecimentos.

Sua institucionalização cognitiva e social, tornou mais profícua a produção de conhecimentos relacionados à própria área e à criação de estruturas formais, que vem dando visibilidade e estabelecendo as bases sociais para os membros da comunidade científica, com a criação e a formalização de cursos de nível superior e de pós-

graduação, o desenvolvimento de associações de classe e a publicação do conhecimento produzido.

Uma questão enfrentada é o desafio de formar e aperfeiçoar pesquisadores qualificados para o enfrentamento dos problemas que estão colocados para o desenvolvimento do país e do próprio turismo em bases sustentáveis. O Brasil dispõe de uma pós-graduação na área turismo que produza conhecimento sobre os temas e problemas da sustentabilidade?

Num aspecto mais amplo e não único, temas como água, energia sustentável, oceanos, segurança alimentar e agricultura sustentável, cidades sustentáveis, emprego e renda, mudanças climáticas e desastres naturais, são emergentes para o planeta. Temas como Amazônia e biodiversidade, são prioritários para o Brasil.

O estudo destes temas que são também, de certa forma, problemas, pode proporcionar uma produção de conhecimento, tecnologia e inovação, por meio de trabalhos que apresentem resultados de pesquisas básicas e aplicadas, da exposição de estudos científicos e/ou retrospectivos únicos e bem delimitados, da reunião, análise e interpretação de informações que contribuam, real e originalmente, para o turismo e/ou para uma compreensão integrada das dinâmicas e complexas interações entre os sistemas humanos e ecológicos.

Enquanto áreas do conhecimento humano, sustentabilidade e turismo, são convergidas quando os seus campos de estudo são definidos pelos problemas a elas relacionados e divergidas quando os objetos de pesquisa são selecionados, ainda que ambas sejam movidas pela busca racionalizada do bem estar humano. Uma está na grande área multidisciplinar, pois utiliza várias disciplinas, outra está na grande área ciências sociais aplicadas, pois é utilizada por várias disciplinas.

Não é um realismo ingênuo entender o turismo como um fenômeno ou atividade que é multidisciplinar em sua essência, nem que ele é apropriado por várias áreas do conhecimento, assim como se apropria de várias delas. Ele possui um campo de estudo definido pelos problemas a ele relacionados. Sua compreensão científica ou mercadológica requer a interdisciplinaridade.

É preciso afirmar, confirmar e aceitar que o que se espera e o que se quer do futuro do turismo é o desenvolvimento de uma capacidade conexas que permita criar consciência ambiental, conservar e proteger o meio ambiente, respeitar a fauna e a flora silvestres, a diversidade biológica, os ecossistemas e a diversidade cultural, aumentando o bem estar e melhorando os meios de vida das comunidades locais apoiando suas economias, o meio humano e natural.

Esta tese trata da análise da pós-graduação brasileira na área turismo em suas contribuições para a sustentabilidade e para o próprio turismo, no período de 2010 a 2014, com o objetivo de compreender o espaço e os desafios dessas contribuições para a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para o ensino, pesquisa e extensão e para a produção de conhecimento, tecnologia e inovação em bases sustentáveis e de enfatizar, a partir deste estudo tipológico, a intrínseca relação entre turismo e sustentabilidade e sua repercussão nos currículos, considerando a hipótese de que as evidências da produção discente e docente/discente não expressam contribuições relevantes e significativas dos programas sobre os temas emergentes e prioritários da sustentabilidade, nem a percepção dos coordenadores sobre essa produção, mas tendências mais gerais do atual momento de redesenho dos currículos, em seu novo protótipo educacional e de escala, o que implica, a partir deste panorama e pressuposto, a abertura para a experimentação e o erro, para a união da teoria com a prática, do conhecimento informal com o formal e para as alternativas que se colocam diante dos desafios da sustentabilidade neste século, com ênfase nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

E por que o turismo e não outra área do conhecimento? Por causa do seu desenvolvimento, que assim como o da humanidade, esteve marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar, apropriar, transformar, conceber e expressar as interações humano-humano e humano-ambiente. Por que a pós-graduação e não outra modalidade, como os cursos superiores de bacharelado, licenciatura ou tecnologia? Porque é na pós-graduação que tradicionalmente se forma formadores, pesquisadores e profissionais altamente qualificados para o enfrentamento dos desafios postos ao desenvolvimento do país, em bases sustentáveis ou não. É nela que se concentra a produção de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso que apresentam o resultado de um trabalho

experimental ou a exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado, além dos grupos de pesquisa, formados por docentes, discentes e técnicos, como unidades básicas para o planejamento e acompanhamento das atividades de pesquisa e extensão dos programas. Por que lançar um olhar sobre a sustentabilidade nos programas? Por que segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), 9% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, um em cada 11 postos de trabalho e 6% das exportações mundiais são aportados pelo turismo. Para 2030 estima-se em 1,8 bilhões o número de turistas internacionais. Em contra partida, até 2050, caso o crescimento do turismo se mantenha, estima-se que o consumo de energia aumentará em 154%, a emissão de gases de efeito estufa em 131%, o consumo de água em 152% e o tratamento de resíduos sólidos em 251% (OMT, 2014; PNUMA, 2011).

Para testar a hipótese de a pós-graduação brasileira na área turismo não produz conhecimento suficientemente relevante sobre os temas e problemas da sustentabilidade; que ela dispõe de um amplo espaço de atuação ao repensar os currículos de forma integrada, e ao mesmo tempo promover e divulgar os resultados práticos bem como a aplicabilidade e/ou re-aplicabilidade deste estudo em outras áreas do conhecimento, tecendo considerações, apontando limites e sugerindo encaminhamentos de continuidade do mesmo, os referenciais metodológicos foram primados por princípios da pesquisa de métodos mistos e da análise conceitual.

A tese está organizada em seções temáticas, apresentando campos de estudo da sustentabilidade e contribuições dos programas de pós-graduação em turismo sob o olhar da sustentabilidade: (1) referencial teórico, (2) referencial metodológico e operacional, (3) análise e discussão dos dados, seguida das considerações finais.

Na seção 1, apresenta-se o referencial teórico que embasa a pesquisa buscando nos arquétipos da sustentabilidade e das instituições de ensino superior e nos programas de pós-graduação stricto sensu na área turismo os elementos para projetar no espaço acadêmico e no espaço político institucional a promoção e divulgação dos valores e atitudes sustentáveis

Na seção 2, apresenta-se o referencial metodológico e operacional da pesquisa de métodos mistos e da análise conceitual, por meio de um fluxograma procedural e de

abordagens estratégicas que serviram de base para o levantamento diagnóstico e analítico e para as discussões que procederam nesta tese.

Na seção 3, apresenta-se a análise e discussão dos dados sobre as contribuições dos programas de pós-graduação em turismo, revelando os temas da sustentabilidade mais estudados e pesquisados. Esta seção está dividida em quatro subseções específicas sobre a contribuição docente em suas teses e dissertações defendidas nos programas, a contribuição docente/discente em seus grupos de pesquisa situados nos programas, a percepção dos coordenadores sobre as contribuições dos programas e, a proposição de um caso ideal de um programa que não só produza conhecimentos, tecnologias e inovações sustentáveis, mas troque esses conhecimentos com outros produtores e usuários e que juntos a eles coloquem em prática o que foi aprendido.

As considerações finais trazem um conjunto de reflexões de caráter mais geral para o enfrentamento dos problemas e desafios postos pela sustentabilidade aos programas para a formação e aperfeiçoamento de pessoal qualificado para enfrentar as consequências das intensas interações humano-ambiente e da sobre-exploração do planeta.

Os elementos textuais que compõem esta tese dialogam com os problemas e desafios que os humanos precisam enfrentar e expressam a emergência de um campo que se expandirá no século XXI, revelando novas formas de transferência de conhecimento, de soluções glocalizadas e da movimentação do conhecimento à ação para que o turismo seja um dos meios de se proteger os sistemas de suporte à vida, de se perpetuar a espécie e de se alcançar a sustentabilidade.

ESTADO DA ARTE

No que se diz respeito às práticas, ao planejamento e às atitudes vivenciadas por meio do turismo, existem sérios equívocos na relação deste com a sustentabilidade. Discuti-la é uma questão da contemporaneidade. “Essa é a função das instituições formadoras de profissionais de turismo: dotar o aluno de capacidade de reflexão [...], fazendo permanentemente crítica às questões ambientais, enquanto exercita sua recreação” (NEIMAN; RABINOVICI; MARTINS, 2010: XXIII).

A maioria das pesquisas sobre produção científica em turismo no Brasil privilegiam a produção discente em suas teses e dissertações, como objeto de estudo, mas há uma lacuna no corpo de conhecimento existente sobre a contribuição da pós-graduação brasileira *stricto sensu* para a sustentabilidade. Já que muitas vezes ela é vista isoladamente e embarreirada no estabelecimento de relações com os campos adjacentes (REJOWSKI, 2010).

Com base no conceito de 'panarquia turística' de Farrel e Twinning-Ward (2004), que consideram a sustentabilidade como dependente, também e não só, de todo um sistema turístico global, complexo e não linear, Sogayar e Rejowski (2011: 293), afirmam que “embora exista uma grande necessidade de se comprometer com os princípios de sustentabilidade”, uma minoria de pesquisadores efetivamente pesquisa o tema devido a deficiências estruturais.

Algumas das questões enfrentadas pelo ensino superior em turismo no Brasil, no que se diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão, é a atenção exacerbada que é dada à oferta, tanto de cursos quanto do próprio turismo, e não à demanda por eles, já que o imperativo é muito mais a quantidade do que a qualidade.

Ibáñez (2009), em seu estudo da oferta e da demanda de formação de recursos humanos no setor de turismo na América Latina, já alertava para o fato de que há uma resistência por parte das instituições de ensino à inovação em seus programas e da passividade significativa por parte dos alunos frente a esses problemas e desafios considerados globais no século XXI.

Apesar da inquestionável importância do turismo para a economia dos países, reconhecida pelos governos e segmentos da sociedade, o tempo de existência da

área, a fragmentação da educação em turismo, as fraquezas conceituais e o desenvolvimento do mesmo como atividade, são apontados por Sogayar e Rejowski (2011) como dificuldades estruturais que giram em torno de uma mudança orientada à internacionalização e à globalização da educação e da tecnologia, à sustentabilidade e à ética. Segundo as autoras, para além dessas dificuldades, a comunidade acadêmica sinaliza novas configurações, como a inserção da hospitalidade em suas dimensões de inclusão social, cidadania e humanização, que conduzirão a uma cadeia produtiva do turismo mais humanizada e inclusiva.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG): 2011-2020, adotando uma visão sistêmica em seus diagnósticos, diretrizes e propostas, trata da situação atual e futura da pós-graduação. Entre suas diretrizes está a ênfase nas questões ambientais, associadas à busca do desenvolvimento sustentável e ao uso de tecnologias limpas. Entre suas perspectivas, a expansão do SNPG, a abordagem e prática multi e interdisciplinar das grandes áreas, a correção das assimetrias regionais, a formação e preparação de recursos humanos tanto para o setor público quanto para o setor privado, o aumento dos investimentos para financiamento da pós-graduação e a indução da formação de recursos humanos (BRASIL, 2010).

O livro *Contribuição da Pós-Graduação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável: CAPES na Rio+20*, expõe a evolução da pós-graduação brasileira no enfoque do desenvolvimento sustentável, relata a situação e os desafios relacionados às esferas temáticas e questões intersetoriais da Rio+20, apresenta os indicadores da produção científica, os instrumentos existentes para a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação e as propostas de aperfeiçoamento, além de uma reflexão e de um debate interdisciplinar “relacionados à políticas, experiências e aspectos do desenvolvimento sustentável, alinhados à promoção da ciência, tecnologia e inovação” (BRASIL, 2012: 10).

O número de cursos de pós-graduação no Brasil passou de 699 em 1976 para 5.080 em 2011. O número de matriculados na grande área ciências sociais aplicadas e na multidisciplinar desse montante, representava respectivamente, 12% e 8%, de um total de 173.408 matriculados na pós-graduação, e 11% e 11%, do número total de cursos de pós-graduação por grande área do conhecimento (BRASIL, 2012).

A análise qualitativa da CAPES considera que a pós-graduação brasileira vem contribuindo “de forma crescente para a formação de profissionais capacitados com visão sistêmica e no desenvolvimento de pesquisa de alto nível, criando novas tecnologias, repensando processos de gestão e promovendo educação integral” (BRASIL, 2012: 178).

Estudiosos da área chamam a atenção para o fato de que o turismo continua sendo mais discutido como uma atividade tipicamente econômica, do que como uma atividade econômico-socioambiental e esquece-se que o turismo é causa-efeito de uma dinâmica humana, entre deslocar-se e permanecer-se (SOGAYAR; REJOWSKI, 2011; SAMPAIO, 2005).

A Revista *Journal of Sustainable Tourism*¹, publica desde 1993, pesquisa teórica, conceitual e empírica que explora aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos, organizacionais e ambientais das relações entre turismo e sustentabilidade, de todas as perspectivas disciplinares, holísticas e integradoras.

A Revista *Turismo e Análise*², publicou em 2011 um volume dedicado ao tema 'Estudos Críticos do Turismo', considerado indispensável para a consolidação e o avanço da área. Nele, Ateljevic (2011), Nechar (2011), Panosso Neto [et al.] (2011), Mazzaro (2011), Rejowski e Kobashi (2011), Alves (2011), Lopes [et al.] (2011), Stigliano [et al.] (2011), Bastraz (2011) e Ferreira (2011) refletem sobre o conhecimento em turismo tomando como base o pensamento científico e suas implicações.

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), fundada em 2002, reúne docentes e pesquisadores de universidades com programas de pós-graduação stricto sensu em turismo e áreas afins lida com os questionamentos do mercado e a demanda por produção científica na área do turismo.

¹ ISSN 0966-9582 (Print) 1747-7646 (Online), estrato B1, área de avaliação Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/pesquisaPublicaClassificacao.seam>> Acesso em: 28 mar. 2013.

² ISSN 1984-4867, estrato B2, área de avaliação Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/pesquisaPublicaClassificacao.seam>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

Questões éticas, científicas, tecnológicas e de inovação tem sido temas recorrentes nos seminários realizados, e nas discussões rotineiras de seus membros (WADA, 2011). Turismo, Inovação e Qualidade foi o tema do X Seminário Nacional, realizado em 2013, Transversalidade na Qualificação e Competitividade em Turismo, foi o tema do XI Seminário Anual, realizado em 2014.

A educação em turismo tem sido construída nos moldes institucionais e pedagógicos das outras áreas disciplinares. A prática tem evidenciado a predominância de um modelo tradicional de ensino-aprendizagem, centrado na docência e na transmissão muitas vezes unilateral de saberes (MENDES; CAMPOS, 2012).

Novas formações são necessárias, uma vez que a escolha entre a especialização ou o caráter não fragmentado de muitos problemas não responde à posição mais destacada do Brasil no concerto das nações. (GAZZOLA; FENATI, 2010). Temas como sustentabilidade vão sendo incorporados às atividades turísticas e ganham expressividade a partir do significado e das singularidades dos pesquisados. Mas há que se estar sempre em situação de incerteza e inquietude (ALVES, 2011).

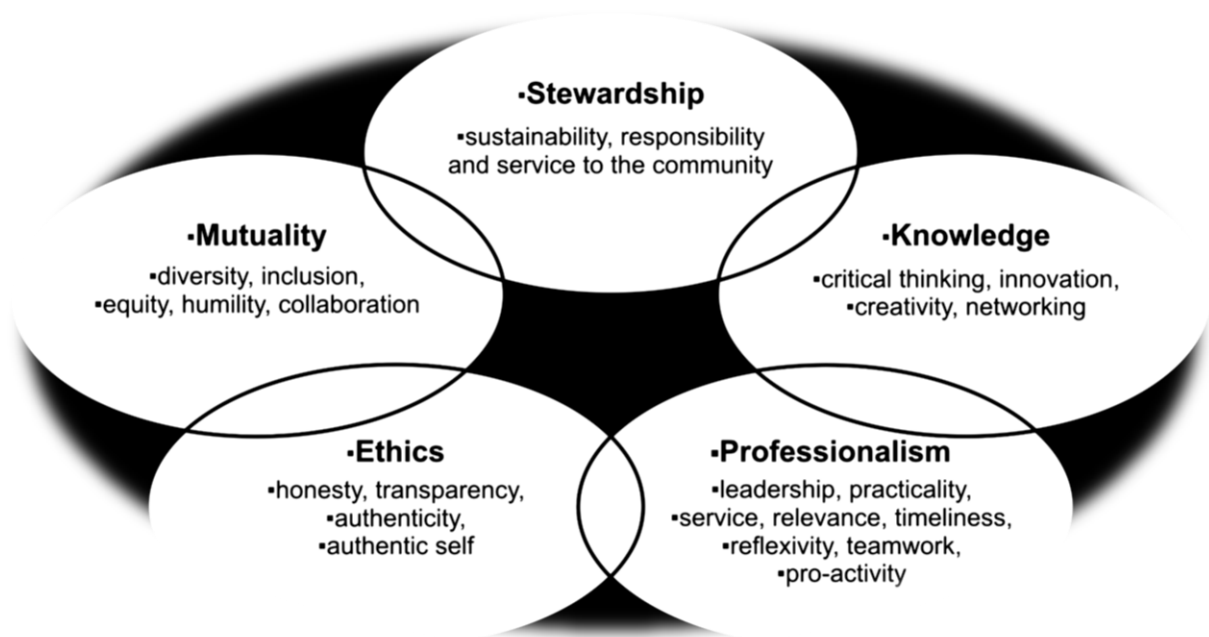
Apesar do número pequeno de pesquisas sobre cursos de pós-graduação, suas análises são profundamente fundamentadas em referencial teórico-metodológico da Educação e da Ciência da Informação. Há falta de padronização nas palavras-chave e a presença do uso de vocabulário controlado na produção científica do Turismo (LIMA; REJOWSKI, 2011)

Verifica-se a necessidade de pesquisas sobre o ensino superior na área de turismo no Brasil, principalmente no tocante à sustentabilidade e à hospitalidade, que apresentam menor representatividade na produção científica estudada. As iniciativas em conhecer e sistematizar o conhecimento científico no Brasil são importantes, mas limitadas. Devido a essa carência o conhecimento é subutilizado, impedindo o avanço no desenvolvimento científico da área (LIMA; REJOWSKI, 2011). Ainda que haja pesquisas sobre dissertações e/ou teses de doutorado sobre turismo, o enfoque na pós-graduação *stricto sensu* brasileira na área, até o momento parece ser inovador no Brasil.

Compartilha-se aqui de duas crenças: a de Nelson Mandela, líder emblemático e ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1993, de que a educação é essencial para o desenvolvimento sustentável e crucial para aumentar a capacidade dos líderes e cidadãos do amanhã para criar soluções e encontrar novos caminhos para um futuro melhor, mais sustentável; e a da *Tourism Education Futures Initiative (TEFI)*, uma rede internacional de educadores, representantes do setor público e privado, da comunidade e estudantes, de que a educação em turismo tem um enorme potencial para contribuir para a cidadania global (TEFI, 2014).

Para a TEFI (2014), o futuro do turismo está no futuro de uma educação baseada em valores, conforme a Figura 1.

Figura 1- Dimensões e valores do *Tourism Education Futures Initiative*.



Fonte: Adaptado pela autora de TEFI, 2014.

Na formulação de uma perspectiva teórica para o estudo da produção de conhecimento, tecnologia e inovação na pós-graduação brasileira em turismo, a teoria da sustentabilidade proporciona um arquétipo útil. Essa concepção do comportamento tenta conseguir uma síntese equilibrada das interações entre humanos e natureza em prol do bem-estar, da proteção dos sistemas de suporte à vida e da busca por soluções aos problemas advindos dos modelos tradicionais de desenvolvimento.

Basicamente, essa estrutura teórica integrada aborda diversas fontes de conhecimento, transcende as principais disciplinas e busca ligar o conhecimento à ação para um futuro sustentável. Embora a teoria da sustentabilidade possua um campo de estudos formado pelos problemas a ela relacionados e aceite pesquisas com diferentes suposições filosóficas - pós-positivistas, construtivistas, reivindicatórias/participativas e pragmáticas -, a sustentabilidade é, ao mesmo tempo, um dos conceitos menos compreendidos por acadêmicos e praticantes que tem percorrido um longo caminho em busca de um consenso na sua definição (COOPER [et al.], 2007).

Mas um conceito não tem qualquer significado comunicável até que se saiba como ele será utilizado numa aplicação ou operação específica (BRIGDMAN, 1927: 82). Nesse sentido, a ciência sustentabilidade tende a integrar pesquisas interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares, exigindo uma compreensão integrada das mesmas. Ela transcende as preocupações da sua fundamentação disciplinar e enfoca a compreensão das dinâmicas e complexas interações entre os sistemas humanos e ecológicos, analisando suas causas, consequências e processos (CLARK, 2007; CLARK; SCHELLNHUBER, 2004).

Em se tratando do ensino, pesquisa e extensão, a educação para a sustentabilidade tende a integrar os valores inerentes à sustentabilidade em todos os aspectos da aprendizagem, estimulando mudanças de comportamento nos humanos que permitam uma sociedade mais sustentável e justa para todos. Ela se traduz na capacidade dos humanos criarem soluções e encontrarem novos caminhos para um futuro melhor e enfoca o repensar os programas e sistemas educacionais em todos os seus componentes – legislação, política, finanças, currículo, aprendizagem, avaliação -, promovendo a aprendizagem ao longo da vida por meio da educação formal, não formal e informal (ONU, 2005). Não apenas lida com a compreensão integrada das pesquisas, mas procura identificar os valores e as atitudes comportamentais dos humanos diante da necessidade de regulação e controle dos problemas de insustentabilidade no planeta. Valores e atitudes que podem evoluir a partir de vários significados - ideais, abstratos e subjacentes - como liberdade, igualdade, justiça e a própria sustentabilidade (GREY, 1993; DAILY, 2000; LEISEROWITZ; KATES; PARRIS, 2006). Não apenas chama para a aprendizagem

ao longo da vida, mas procura reconhecer o fato de que as necessidades educacionais das pessoas mudam ao longo do seu tempo de vida. Isto requer uma variedade de técnicas pedagógicas que promovam uma aprendizagem participativa e o desenvolvimento de habilidades de pensamento baseadas nas necessidades e condições locais, reconhecendo-se que a satisfação destas, muitas vezes geram externalidades.

Ela enfatiza os importantes papéis desempenhados pelos humanos que detêm conhecimentos e praticam a sustentabilidade, sejam eles científicos ou tradicionais, tecnológicos ou técnico-operacionais. Que ao estabelecerem processos de comunicação, aprendizagem e partilha de conhecimentos tem a oportunidade de se engajarem em seus múltiplos papéis, como indivíduos e como membros. Essa integração de múltiplas formas de conhecimento é um dos seus principais objetivos.

Além disso, os princípios da ciência sustentabilidade tem sido aplicados a uma ampla série de estudos analíticos que tratam de questões sobre tendências e transições de longo prazo, interações, impactos e respostas e orientações para intervenções institucionais e de governança (KEMP, 2008; LENTON [et al.], 2008; SIMS, 2008; VAN LEBEL [et al.], 2004; KATES, 2003; TURNER II [et al.], 2003; ZEIJL-ROZEMA [et al.], 2003; JACK; KOUSKY; FUNG, 2000; MEADOWS, 1999; DASGUPTA, 1995; CLARK, 1987).

Enquanto áreas do conhecimento humano, sustentabilidade e turismo são convergidas quando os seus campos de estudo são definidos pelos problemas a elas relacionados e divergidas quando os objetos de pesquisa são selecionados, ainda que ambas sejam movidas pela busca racionalizada do bem estar humano. Mas ambas convergem também em outro ponto, o da transdisciplinaridade, que se interessa pela dinâmica gerada pela ação de vários níveis de realidade ao mesmo tempo, pelo entendimento de que a compreensão dos humanos do seu mundo presente passa pela compreensão do sentido da sua vida e do sentido da sua morte neste mundo que é de todos os humanos. Segundo Nicolescu (2013), isto por sua vez requer dos humanos uma atitude de rigor contra possíveis desvios, de abertura para a aceitação do desconhecido, inesperado e imprevisto e de tolerância às ideias e verdades contrárias ao seu pensamento e ao seu campo disciplinar.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 TRAJETÓRIA DA SUSTENTABILIDADE

A investigação científica sobre problemas relevantes para a sustentabilidade não é recente, ela transcorre o século XIX, com os trabalhos, por exemplo, do naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859) e do conservacionista George Perkins Marsh (1801-1882). O século XX, com as preocupações preservacionistas, de John Muir (1838-1914) e conservacionistas de Gifford Pinchot (1865-1946), com a gestão produtiva dos recursos naturais, os impactos da poluição resultante do crescimento econômico, a proteção de terras e animais selvagens e com uma possível reconciliação entre homem e natureza. Ela adentra o século XXI, assumindo um 'caráter quasi-místico de utopia' e de estado desejado, ou seja, o da necessária e inquestionável transição para a sustentabilidade (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; LEVIN; CLARK [eds], 2010).

Até meados da década de 1970, os assuntos pertinentes à sustentabilidade não eram considerados prioritários pelos governos. É a constatação pelos humanos de que os recursos naturais do planeta são finitos, que as catástrofes e os desastres naturais, sociais e tecnológicos assolam suas populações, que a capacidade da biosfera absorver os efeitos das atividades humanas é limitado, que a sua sobrevivência está ameaçada, que os sistemas culturais criados por eles, e que eles próprios, poderiam não ser capazes de desenvolver em tempo hábil novas aptidões para enfrentar tais ameaças que colocarão, em discussão, questões sobre o uso dos recursos naturais e culturais e o suprimento das necessidades da geração presente, sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas.

A formalização dessas discussões seria iniciada nesta década, com a publicação do Relatório Meadows (1973) sobre os limites do crescimento, documento que tratou de temas como energia, poluição, saneamento, saúde, tecnologia e crescimento populacional, problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade. Constatou-se, à essa época, por meio de modelos matemáticos, que a Terra não suportaria mais o crescimento populacional de humanos devido à pressão gerada sobre os recursos naturais e energéticos e ao aumento da poluição, mesmo tendo em conta o avanço tecnológico (MEADOWS, 1973).

Na mesma década é realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAD, 1972), marcada pelo confronto de interesses entre países desenvolvidos, no auge da expansão industrial e preocupados com a conservação dos recursos do planeta, e países em desenvolvimento, no ápice de graves crises de pobreza, violência, inequidade e ansiosos por desenvolver-se economicamente. A Declaração das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, conhecida como Declaração de Estocolmo, resultado dessa conferência, marca o início de futuras negociações e discussões sobre os riscos da intensa ação humana no planeta e suas repercussões no bem estar e na sobrevivência dos humanos.

A percepção de que os recursos do planeta são finitos, fundamentada no Relatório Meadows, colocava a necessidade de se repensar e até breçar o desenvolvimento econômico. A sociedade do crescimento não produzia qualidade de vida para a maioria miserável e pobre dos seres humanos. Seu bem estar era ilusório, pois ele continuava concentrado nas mãos dos ricos globais, produzindo mais externalidades negativas que internalidades positivas. Percebe-se que o crescimento da produção, o consumo de bens de uma nação e o aumento da sua riqueza, não significavam melhoria da qualidade de vida de todos ou de pelo menos da maioria de seus cidadãos.

Os ganhos de crescimento medidos pelo PIB, na lógica do quanto mais se produz mais se cresce, sempre com resultado positivo, não faz distinção entre o que é bom ou ruim para os humanos. É um ganho ideológico que não representa a desigual realidade entre os mesmos (VEIGA, 2005). A tese do crescimento econômico a qualquer custo baseada na hipótese de que o aumento da capacidade produtiva de uma nação é necessário ao bem estar e melhoria do padrão de vida dos seres humanos passa a ser desconstruída, mobilizando ideias em torno de um novo conceito que inspirasse um novo modelo de desenvolvimento.

Na década de 1980 é publicado o Relatório Nosso Futuro Comum, conhecido como Relatório Brundtland, uma crítica ao modelo desenvolvimentista dos países industrializados e à reprodução deste nos países em desenvolvimento. Ressalta-se novamente os riscos do uso excessivo dos recursos do planeta sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. As atenções se voltam para os padrões de produção e consumo. Migram do meio ambiente humano para o meio ambiente e

desenvolvimento. Ligam a pobreza no terceiro mundo à degradação ambiental. A questão que se coloca é como atender as gerações presentes e suprir as gerações futuras? Constatou-se que o crescimento não leva necessariamente ao desenvolvimento que se quer. Pelo contrário, ele aumenta a má distribuição de riqueza e renda, o esgotamento dos recursos renováveis para o futuro, a deterioração da qualidade de vida presente, as desigualdades regionais e sociais, a possibilidade de pandemias e de contaminação e coloca em risco a sociedade global (BECK, 2002). É estabelecida uma nova visão sobre a relação humanos-natureza, já que não há um limite mínimo para o bem estar dos humanos sem haver um limite máximo para o uso dos recursos do planeta.

Por meio do relatório, atualiza-se a noção de ecodesenvolvimento, lançada em 1971 e desenvolvida depois por Maurice Strong (1973) e Ignacy Sachs (2009, 2004, 1981, 1969). Agrega-se ao desenvolvimento a sustentabilidade, lançando o conceito de desenvolvimento sustentável, como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades. Se já era alertado que o desenvolvimento era um mito, pois no seu processo de planejamento e estabelecimento de políticas não eram identificadas as necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem aos seres humanos o avanço da ciência e que o ser humano continua sendo um estivador do planeta terra, um agente transformador do mundo (FURTADO, 1974), espera-se que pelo menos essa relação seja sustentável.

A problemática das interações humanos-natureza requereu uma atitude inovadora de cooperação sistemática entre diversas áreas do conhecimento. Começando pela inserção da questão ambiental no âmbito da educação, capacitação e formação, em todos os níveis, a partir da criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (1975), pela Organização das Nações Unidas (ONU), e do Programa Geral de Rede de Formação Ambiental para a América Latina e Caribe (1982), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (ROCHA, 2003; 2001).

No Brasil, são realizados os primeiros seminários nacionais sobre universidade e meio ambiente, como uma proposta do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Diante da possibilidade de se incluir qualquer saber científico na

problemática ambiental, justifica-se a criação de programas de ciências ambientais, a ruptura destas com a educação ambiental e uma concepção mais sistêmica e orgânica com o Planeta (ROCHA, 2001). Desenvolvia-se uma consciência mais crítica, sugeriam-se estratégias de governança e recomendações para a criação de projetos integrados e integradores, de discussões sobre as bases epistemológicas da temática, bem como a capacidades das universidades de se oporem ao *status quo* desenvolvimentista.

Na década de 1990 é realizada outra CNUMAD, conhecida como Cúpula da Terra ou RIO-92. Nos debates, subsidiados pelo Relatório Brundtland (1987), argumenta-se que o ambiente não existe como uma esfera separada das ações dos humanos, das suas ambições e necessidades, nem como uma conotação de ingenuidade política. O desenvolvimento não pode ser reduzido a um caminho para o crescimento e para o bem estar de humanos em condição de vulnerabilidade. Mas, que o ambiente é o lugar onde se vive e desenvolvimento é o que se faz para melhorar a situação desse lugar.

A RIO-92 foi o evento internacional que reuniu o maior número de dirigentes públicos e mobilizou praticamente toda a sociedade, da escala local a global, motivada principalmente pela ampla cobertura que a mídia realizou. O evento contou com a presença de cento e setenta e dois países representados por aproximadamente dez mil participantes, cento e dezesseis chefes de Estado, mil e quatrocentas organizações não governamentais e nove mil jornalistas (BURSZTYN, 2006; LE PRESTE, 2001). Nela foram assinados a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, os Princípios para a Administração Sustentável das Florestas, a Convenção da Biodiversidade e lançada a Agenda 21. Esta, estabelecia as diretrizes e os temas prioritários para a compatibilização entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental e, conseqüentemente, a sustentabilidade, a ser implementada por governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos independentes.

Sem a hipótese de ser possível um outro mundo, não há política, apenas gestão administrativa dos homens e das coisas. Por meio da tentativa de uma gestão ambiental pós-moderna, de tecnologias sustentáveis no norte e, mitigação da pobreza, segurança alimentar e crescimento moderno nas nações do sul, o novo conceito 'desenvolvimento sustentável' passa a ser institucionalizado (DECROP, 2006; NOBRE, 2002). Sua tese baseia-se na hipótese de que o crescimento

econômico é sustentável pelo ecossistema global e necessário ao bem estar das gerações presentes. A compatibilização desses dois termos trouxe implicações postas pelo debate entre as noções de crescimento econômico, de desenvolvimento sustentável e até de decrescimento. Seriam eles uma questão de alocação de recursos, de repartição de renda ou uma questão de escala? O crescimento dos países pobres e o decrescimento dos países ricos seria uma condição para se atingir a sustentabilidade? Seria a sustentabilidade o mesmo que desenvolvimento sustentável, ou um caminho, uma terceira via para tal?

Crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade, sob o crivo da economia e da política, foram arranjados e rearranjados em várias combinações. Transcorreram as dimensões ecológica, econômica, social e político-institucional, acompanhados de uma pretensa melhoria do padrão de vida da população de humanos, no padrão de uso dos recursos e da produção e na equidade inter e intrageracional (SANDRONI, 1994; MERICO, 2008).

Como resultado desse processo programas de pós-graduação são criados. Sob a ótica do desenvolvimento sustentável, procuravam escapar dos modelos tradicionalmente disciplinares e lançavam-se multi e interdisciplinares, numa perspectiva de comunicação, informação e divulgação da produção de conhecimentos. Segundo Bursztyn (2004), esse fenômeno se reproduziu em todo o mundo acadêmico. No Brasil, verifica-se o aumento do fomento governamental e das agências de financiamento em função, principalmente, de um explícito direcionamento das políticas de ciência e tecnologia para regiões distintas, instituições, equipes e áreas de pesquisa.

Para Baumgarten (2008) e Rocha (2001) esses fatores levaram a uma gradual inserção do desenvolvimento sustentável na pós-graduação brasileira e à criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. Nesta década é criado na Universidade de Brasília (UnB) o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que nasce do despertar para a necessidade de se criticar o paradigma da civilização industrial e o paradigma organizacional da universidade, iniciando em 1996 o primeiro curso doutoral em Meio Ambiente e Desenvolvimento, que a partir de 1998 passaria a se chamar Desenvolvimento Sustentável (DRUMMOND; NASCIMENTO [orgs], 2010).

A sustentabilidade ressurgirá no século XX à margem de preocupações sistemáticas com o desenvolvimento, inspirando doutrinas, teorias e políticas (BURSZTYN; DRUMMOND, 2009). Diante da grave situação de pobreza, violência, inequidade e esgotamento dos recursos naturais, ações mundiais, nacionais e regionais fizeram-se necessárias em favor de posturas, condutas e governanças sustentáveis. Emergem vários movimentos, como desenvolvimento social, ecodesenvolvimento, decrescimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento como liberdade, economia ecológica, sustentabilidade fraca, sustentabilidade forte, educação para a sustentabilidade, economia verde e ciência sustentabilidade. O que há de comum entre eles é que todos mantêm uma tensão criativa entre os princípios fundamentais desta ideia e a possibilidade de reinterpretações e adaptações. Todos, de certa forma, exigem a convergência de valores vários, em diferentes contextos e para um mesmo fim, o comprometimento com as necessidades das gerações futuras. Verifica-se uma tendência à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico e à interdependência entre ecossistemas, ou seja, à utilização de recursos renováveis de acordo com a sua capacidade de renovação.

Um exemplo disto é o movimento do *décroissance* ou decrescimento, que surge na França como uma reação à crescente percepção da necessidade de alteração dos padrões de produção e consumo dentro dos limites suportáveis do ecossistema (LATOUCHE, 2004, 2003). Considerado uma ‘palavra-bomba’, o decrescimento sustentável seria igual a decrescimento econômico socialmente justo, ou o mesmo que buscar o equilíbrio através da redução do consumo dos ricos e o aumento do consumo dos pobres (MARTINEZ-ALIER, 2008). Em um primeiro momento os estudiosos e defensores dessa ideia criticam antropologicamente a modernidade e o *homo economicus* dos anos 1970, tomando como base os trabalhos de Paul Ehrlich (1968), Garret Hardin (1968) e Eugene P. Odum (1969). Num segundo momento ligam-se à ecologia e à possibilidade política de um pós-desenvolvimento, baseando-se em Nicholas Georgescu-Roegen (1971), Meadows ([et al.]1972) e em Herman Daly (1996, 1977).

A ideia de um ‘pós-desenvolvimento’ é necessariamente plural. Trata de pesquisar modos de desenvolvimento coletivo, nos quais seria um privilégio, o bem estar material destruidor do meio ambiente e do laço social. Privilégio que não se deve dar

ao luxo de se ter, quando se deve reavaliar, reconceituar, reestruturar, realocar, redistribuir, reduzir, reutilizar e reciclar (LATOUCHE, 2011). Nos países desenvolvidos, haveria que se adotar o decrescimento como política, para então repararem e amortizarem o capital físico próprio invertendo e doando tecnologias que sejam ambientalmente menos daninhas aos países pobres. Nos países pobres, haveria que se manter os movimentos sociais de justiça ambiental e de ecologismo, como as queixas contra a contaminação desproporcional dos ricos, os protestos contra o comércio ecologicamente desigual e contra a biopirataria, as reclamações sobre o pagamento de passivos socioambientais de companhias transnacionais (MARTINEZ-ALIER, 2008).

Como estratégia de transição para o século XXI, a sustentabilidade é lançada como um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudança mais lenta (SACHS, 1993). Sob essa perspectiva, a presença de humanos no planeta pode continuar indefinidamente, os humanos podem prosperar, as culturas humanas podem desenvolver-se, desde que os resultados dessas atividades obedeçam a limites e não destruam a diversidade, a complexidade e a função dos sistemas de suporte à vida.

Ao longo da década de 2000, a discussão sobre como a ciência e a tecnologia poderiam contribuir de forma mais eficaz para a sustentabilidade se intensifica, envolvendo cientistas, pesquisadores e profissionais, instituições acadêmicas e organizações de desenvolvimento em todo o mundo. No Brasil existiam, no início dessa década, algumas dezenas de programas regulares de ensino e pesquisa dedicados aos temas da sustentabilidade (DRUMMOND; BARROS, 2001), na metade da mesma, aproximadamente 42 programas (FLORIANI [et al.], 2010). Os trabalhos de Ausubel e Waggoner (2008) sobre sistemas de energia, de Dirzo e Haven (2003) sobre a resiliência dos ecossistemas, de Fausto (2006) sobre a ecologia industrial e o Currículo Ruffolo, produzido em 2008 por estudantes de pós-graduação e pesquisadores do *Center for International Development (CID)*, da Universidade de Harvard, são alguns de uma série de esforços explicitamente destinados a promover a sustentabilidade.

O *Sustainability Science Program* desta Universidade, desde 2001, tem desempenhado um papel central no esforço internacional para o fomento e o

surgimento de um campo de estudos denominado de 'ciência sustentabilidade'. Do ponto de vista institucional, político e prático, o programa aborda três grandes desafios do desenvolvimento sustentável: avançar na compreensão científica sobre os sistemas humano-ambiente; melhorar a ligação entre as comunidades de pesquisa e políticas; e capacitar para a vinculação do conhecimento com a ação para promoção da sustentabilidade. Para isso uma série de iniciativas são levadas a cabo, como pesquisas relevantes para a política, a pesquisa do seu corpo docente, a formação de estudantes e bolsistas, bem como o ensino e a extensão. Por meio dele procura-se expandir e aprofundar a pesquisa e o desenvolvimento de uma agenda de ciência e tecnologia para a sustentabilidade.

A esses trabalhos pode-se vincular um elenco de temas, questões, problemas e desafios que exigem uma compreensão baseada na integração de diversas fontes de conhecimento, como as pesquisas científicas e tecnológicas, o trabalho dos profissionais e a experiência dos usuários, sejam eles de tradição biocêntrica, ecológica, econômica, ecocêntrica ou tecnocêntrica (KATES, 2010; CLARK, CRUTZEN, SCHELLNHUBER, 2004). Reforça-se a ideia de que ciência e tecnologia se constituem em condição necessária, mas não única, para isso. Elas devem se conhecer e interagir.

Na década de 2010, a realização da CNUMAD, intitulada RIO+20, marca os vinte anos de realização da RIO-92 e tem como objetivo a renovação do compromisso político dos chefes de Estado com o desenvolvimento sustentável. Os temas principais a serem debatidos foram a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e, a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. O documento 'O Futuro que Queremos', resultado da conferência, destaca a erradicação da pobreza como um dos principais desafios para a construção do desenvolvimento sustentável e a urgência da inserção da sustentabilidade como eixo central de atuação e ação das nações. Temas como água, energia sustentável, oceanos, segurança alimentar e agricultura sustentável, cidades sustentáveis, emprego, mudanças climáticas e desastres naturais são tratados e colocados como emergentes para o planeta (UNITED NATIONS, 2012). Temas como Amazônia e biodiversidade, como prioritários para o Brasil (CAPES, 2012).

Do ponto de vista dos problemas relacionados a esses temas, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), lança na Rio+20, o documento Contribuição da Pós-Graduação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável: CAPES na Rio+20, assegurando que a pós-graduação brasileira, em suas grandes áreas do conhecimento – ciências humanas, engenharias, da saúde, sociais aplicadas, agrárias, exatas e da terra, multidisciplinar, biológicas e linguística, letras e artes - tem contribuído de forma crescente para o desenvolvimento sustentável no país e para a formação de profissionais capazes de produzir conhecimento, tecnologias e inovações baseadas na sustentabilidade.

Isto, de certa forma, expressa a crescente preocupação do país com a temática (BURSZTYN; DRUMMOND, 2013; CAPES, 2012). Os indicadores de produção das subáreas do conhecimento, como ciências ambientais, engenharias, química, geociências, direito, sociologia e biotecnologia, mesmo genericamente, tem sido os mais relevantes (CAPES, 2012). Mas ainda há espaço para expansão da produção científica, não só nessas, mas em todas as subáreas, para que se possa atender às demandas e desafios de uma possível, real ou utópica transição para a sustentabilidade, ainda no século XXI.

A oferta de programas vem crescendo ao ritmo de quase 10% ao ano (CAPES, 2013). Em 1976, eram ofertados 699 programas, em 2014, são ofertados 3.805 (CAPES, 2014). Ao mesmo tempo, a assimetria regional vem se mantendo. Em 2014, a região Norte do país conta com 197 programas, o Centro Oeste com 309, o Nordeste com 755, o Sul com 796 e o Sudeste com 1.748. Conseqüentemente, essa assimetria se repete no que diz respeito aos investimentos e financiamentos para pesquisa no Brasil. Eles giram em torno de 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB), que em 2013 foi de US\$26bilhões, ou seja, US\$2,42 trilhões.

Instrumentos como o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação Brasileira (SNPG) e critérios como interdisciplinaridade, educação básica, desequilíbrio regional, formação profissional, internacionalização e cooperação internacional, financiamento da pós-graduação e mecanismos de indução, para Malheiros (2013) e Baumgarten (2008) são apontados como desafios no cenário brasileiro que se aplicam a todas as áreas do conhecimento.

O espaço da interdisciplinaridade no ensino, pesquisa e extensão tem feito com que a produção de conhecimento, tecnologia e inovação cresça em quantidade. Mas os resultados dessa produção têm se dividido entre resultados 'superficiais' e 'profundos', impedindo talvez que essa produção alcance maior maturidade (DRUMMOND; BURSZTYN, 2013; NASCIMENTO; AMAZONAS; VILHENA, 2013; PHILLIP Jr. [et al.], 2013). Os currículos e *modus operandi* interdisciplinares, mais que compreendidos, também devem ser resolvidos. O atual campo de problemas e desafios propicia novos campos de conhecimento. Estes por sua vez requerem visão multitemática, participação ampliada, transparência, transdisciplinaridade e um novo perfil de profissionais, pesquisadores, docentes e usuários de modo geral (PHILLIP Jr. [et al.], 2013).

A operacionalização progressiva da visão, valores e princípios da sustentabilidade na pós-graduação brasileira, tem o ensino, pesquisa e extensão como elemento central e como ferramenta indutora de mudanças positivas que estimulem a sua emancipação. Visão ecossistêmica, perspectiva interdisciplinar, participação de atores, enfoque de gênero, intercultura e intergeração e novas metodologias de aprendizagem são algumas das características a serem consideradas para sua aplicabilidade (MALHEIROS [et al.], 2013; RABELO [et al.], 2013).

A sustentabilidade, como um objetivo político, tem influenciado em múltiplas escalas as pautas das instituições de governança, mas ainda não há um amplo consenso sobre qual a melhor maneira de se enfrentar esses desafios. Se uma visão mais centrada em ecologia e menos em economia, se a adoção de princípios de prevenção e precaução ou a aceitação de princípios e responsabilidades internacionalmente comuns. Essas são questões de princípios e valores que se atrelam às questões sobre os instrumentos disponíveis para influenciar ou governar o comportamento humano em larga escala, já que a transição para a sustentabilidade implica em transformação da forma como os humanos interagem com o ambiente. Essa transformação deve ser não só 'percebida', mas colocada em prática como legítima, justa e equitativa, exigindo uma concepção de conhecimento e ciência que transcenda as fronteiras clássicas da formação e qualificação de pesquisadores.

Pode-se declarar que no século XXI os programas de pós-graduação, não só no Brasil, enfrentam os desafios de formar e aperfeiçoar pesquisadores qualificados para

o enfrentamento dos problemas de insustentabilidade no planeta em todas as escalas. Lançar um olhar sobre a sustentabilidade nesses programas é: **i-** Apresentar ao público um panorama diagnóstico sobre como e quais problemas tem sido estudados por meio do ensino, pesquisa e extensão e sobre como e quais desafios tem sido superados por meio da produção de conhecimento, tecnologia e inovação; **ii-** Projetar no espaço acadêmico questões sobre a formação e o aperfeiçoamento de formadores e de pesquisadores para enfrentamento desses problemas e desafios; sobre a ligação dos diferentes tipos de conhecimento; e sobre a vinculação destes com a ação; **iii-** Projetar no espaço político institucional a necessidade de mecanismos, arranjos adequados e capacidade de implementação de governança sob os valores e princípios da sustentabilidade, principalmente no que tange às políticas públicas para o desenvolvimento científico e tecnológico; e **iv-** Promover e divulgar os resultados práticos da pesquisa bem como a sua aplicação e/ou replicação, tecendo considerações, apontando limites e sugerindo encaminhamentos de continuidade do estudo, como um esboço prospectivo delineado e baseado no arquétipo de uma ciência da sustentabilidade.

1.2 ARQUÉTIPO DA CIÊNCIA SUSTENTABILIDADE

Perfeitamente maleável e plástico, o conceito de sustentabilidade permite a sua construção, desconstrução e reconstrução segundo o olhar e objetivo do(s) sujeito(s) que as faz, seja ele(s) um cientista, um doutor, um mestre, um tecnólogo, um técnico, um profissional, um usuário ou apenas um interessado no tema. Essa maleabilidade do termo a tem colocado como uma ideia sempre aberta, dinâmica e em constante evolução, que pode ser adaptada para atender a diferentes contextos e situações no decorrer do tempo e do espaço (KATES, PARRIS, LEISEROWITZ, 2005).

O movimento da ciência sustentabilidade, surge como um campo de investigação e inovação, cujo objetivo é promover o futuro sustentável por meio de uma melhor compreensão das complexas interações entre os sistemas humanos e naturais e interseções entre os sistemas sociais e ecológicos (KATES [ed], 2010). As interações entre os sistemas humanos e naturais tem gerado questões de ordem positiva – no sentido de se verificar as evidências, de se trabalhar com o que de fato é – e de ordem normativa – no sentido de se considerar aspectos morais e éticos, de se trabalhar com o que é desejável-. Ao mesmo tempo, questiona-se por meio dela quais os problemas

a serem estudados e como se pode estudá-los. O fato de que há interação não necessariamente implica em que todas as questões pertençam a ambos sistemas, sejam eles sociais ou ecológicos, nem que estes representem todos os conjuntos possíveis. Para que não haja uma separação artificial entre estes aspectos a ciência sustentabilidade procura abordar os componentes normativos nas questões de pesquisa, ao invés de assumi-los, já que ela está imersa em uma 'piscina de valores concorrentes' que não podem ser evitados.

Baseada em métodos integrativos que conciliam a pesquisa inter, multi e transdisciplinar ela busca, por meio da ciência e da tecnologia, ligar as múltiplas formas de conhecimento à prática. Para a construção do diálogo e da colaboração, vale-se também das muitas tradições de pesquisa pela possibilidade que elas conferem do entendimento dessas interações e interseções. Sua estrutura analítica, operacional, normativa e estratégica é ampla e dimensionada por problemas econossocioambientais e político-institucionais que perpassam pelo bem estar humano, pela proteção dos sistemas de suporte à vida e pelas interações humano-ambiente, em busca de soluções globais e locais que colocam grandes desafios para os humanos.

Analiticamente, como decompor um problema global em problemas locais para que se possa solucioná-los, supondo que assim o problema global estaria solucionado? Como compreender cientificamente o complexo sistema do planeta sendo ele tão indisciplinado quanto os humanos? Operacionalmente, como atribuir um significado comunicável à sustentabilidade por meio da especificação de como ela é aplicada dentro do sistema da Terra e como mensurá-la, tornando-a útil para os humanos? Como remover todas as ambiguidades de tal modo que qualquer humano entenda e consiga concretizá-la da mesma forma? Como construir uma definição precisa e objetiva de sustentabilidade sem torna-la tão específica que não seja útil ou passível de produzir resultados? Normativamente, como estabelecer critérios, princípios e valores, morais e éticos, que sirvam para distinguir a sustentabilidade da insustentabilidade e que sejam aceitos por e estendidos a todos os humanos? Como formular normas e padrões válidos de conduta e de avaliação do caráter de sustentabilidade? Estrategicamente, como equilibrar, global e localmente, a adaptação e a mitigação para a sustentabilidade? Como reforçar sua posição perante

os humanos em suas várias formas de organização, promovendo assim a satisfação dos mesmos e o alcance dos objetivos por ela propostos?

Este arcabouço de questões de ordem positiva – ‘do como estudar os problemas’ – leva a questões de ordem normativa – ‘quais os problemas a serem estudados’ – e delineiam o seu campo de estudos, designando assim um protótipo que serve de referência e exemplo para se lançar um olhar sobre a sustentabilidade, aqui denominado de Arquétipo da Ciência Sustentabilidade (Figura 2).

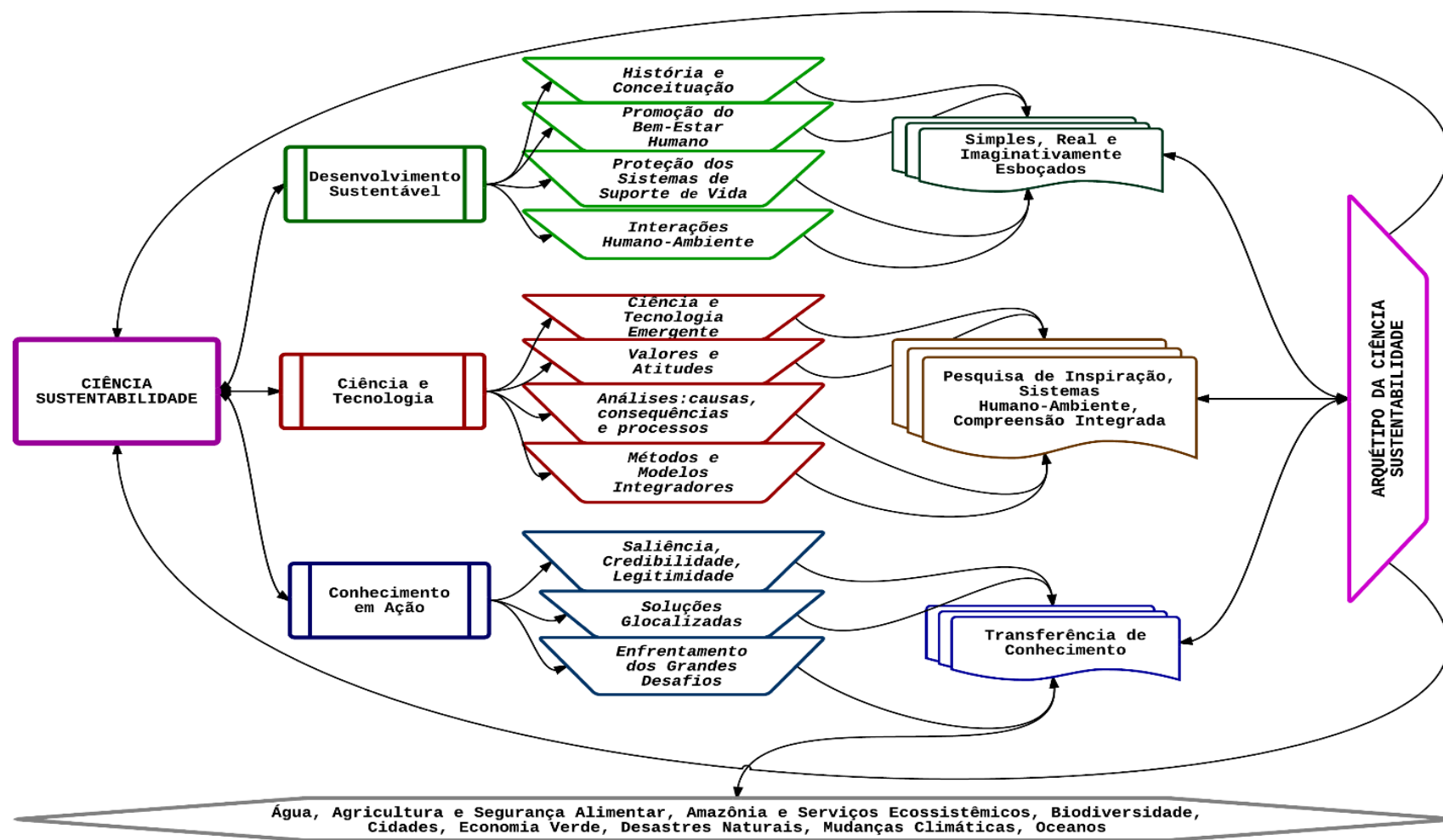
1.3 CAMPO DE ESTUDOS DA CIÊNCIA SUSTENTABILIDADE

A literatura sobre a ciência sustentabilidade tem crescido mundo a fora mas ainda permanece dispersa em vários locais de publicação. Seu campo de estudos é relativamente jovem e praticamente não existem ainda livros didáticos abrangentes. Isto por si só coloca grandes desafios para o aumento do número de humanos, programas e instituições que busquem conhecer, aprender e ensinar esta ciência, na perspectiva de uma produção de conhecimento, tecnologias e inovações que busquem soluções criativas aos problemas de insustentabilidade no planeta.

Na tentativa de responder a questões sobre a organização do seu conteúdo, os trabalhos seminais e as obras individuais que se encaixariam em um quadro maior, o *Center for International Development (CID)*, da Universidade de Harvard, editou um conjunto de artigos e capítulos de livros que serviram de base:

- Para a definição do campo da ciência sustentabilidade (campo de estudos definido pelos problemas relacionados aos objetivos de um desenvolvimento sustentável, o bem estar humano e a proteção dos sistemas de suporte a vida);
- Para o engajamento na pesquisa desse campo (necessidade de orientação, foco nos sistemas humano-ambiente e gestão integrada da compreensão); e
- Para a ênfase na exigência de uma concepção de conhecimento e ciência que transcenda as fronteiras clássicas (a busca de uma articulação entre o conhecimento e a ação) (KATES [ed], 2013).

Figura 2- Arquétipo da Ciência Sustentabilidade.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Abstrai-se dessa base os três os grandes domínios da ciência da sustentabilidade: Desenvolvimento Sustentável; Ciência e Tecnologia; e Conhecimento em Ação.

1.3.1 Desenvolvimento sustentável

Sobre o desenvolvimento sustentável, o conceito mais aceito, amplamente divulgado e exaustiva, mas não inesgotavelmente criticado, refere-se a ação humana capaz de suprir as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Não se tecerá aqui a evolução histórica deste conceito, mas alguns dos elementos que a ele são relacionados como problemas inerentes a ação humana para a sustentabilidade, como a promoção do bem estar humano, a proteção dos sistemas de suporte a vida e as interações humano-ambiente.

1.3.1.1 Promoção do Bem Estar Humano

A população de humanos em 2013 é de aproximadamente 7,2bilhões e poderá chegar a 9,6bilhões em 2050 segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU). A expectativa de vida também deverá aumentar, passando de 76 anos no período compreendido entre 2045-2045, para 82 anos em 2095-2010. Em escala global e média ela será de 85 anos, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento.

O crescimento, a estabilização e a inversão da pirâmide populacional desafiam o atendimento às necessidades humanas de pelo menos mais dois bilhões de seres até 2050 (*U.N. Economic and Social Council, Commission on Population and Development, 2009*). Bem como, as antíteses de paz e segurança, a criminalidade e a urgência da sua erradicação (*H.S.C, Human Security Centre, 2005*).

As condições mutantes da saúde global, com o aumento da expectativa de vida, das doenças crônicas e da propagação de doenças infecciosas e o desafio de estreitar as diferenças entre os que estão em situação de vulnerabilidade e os que não estão (*O.P.S, Organização Pan-Americana da Saúde, 2010; World Health Organization, 2009*).

O persistente desequilíbrio entre a extrema riqueza e a extrema pobreza, o aumento da miséria e os desafios para eliminá-la (KATES, DASGUPTA, 2007), associados ao crescimento urbano, à demanda por serviços e por novas cidades e aos desafios da eficiência energética e material, de construções ecológicas, de transporte, educação e saúde públicos e de trabalho (SATTERWAITE, 2007).

A produção e o consumo de energia e materiais e o efeito progressivo na economia e na indústria atrelados ao consumo reprimido e o desafio das mudanças nas matrizes energéticas e de produção (AUSUBEL, WAGGONER, 2008). A segurança alimentar, a produção de alimentos, a diminuição dos preços e a queda dos investimentos em pesquisa e os desafios das mudanças climáticas, da produção de biocombustíveis e da eliminação da fome na África (WEBB, 2010).

A escassez, poluição e salinização da água, a ampla disponibilidade local e a desigual distribuição global de água doce e o desafio da necessidade doméstica, do fornecimento seguro e do saneamento ambiental adequado (GLEICK, 2003). Os desastres naturais e os desafios dos desastres tecnológicos e sociais (*U.N.D.P., United Nations Development Program, 2004*).

Do ponto de vista da proteção dos sistemas de suporte à vida na Terra, os desafios possuem relação direta com as ameaças causadas pelos processos de produção e consumo de energia, materiais, habitação, transporte e alimentos, tão necessários ao bem-estar humano. Sejam eles globalmente sistêmicos ou local e regionalmente relevantes, essas ameaças podem tornar-se problemas globais e prejudicar a biodiversidade do planeta e a diversidade dos serviços ecossistêmicos.

1.3.1.2 Proteção dos Sistemas de Suporte à Vida

Os materiais necessários ao bem estar humano estão disponíveis nos sistemas de suporte a vida no planeta e estes estão globalmente interligados, ainda que apresentem diferenças regionais e locais. Isto significa que alterações ou perturbações em um lugar ou região afetarão conseqüentemente todo o globo terrestre, em escalas proporcionais aos impactos dessas ações.

Na atmosfera, mais precisamente do nível do mar até doze quilômetros de altura, ocorrem os fenômenos climáticos e a poluição. Dessa altura até cinquenta quilômetros

em direção ao espaço, localiza-se a camada de ozônio. Formada por uma mistura de gases e partículas de fonte natural e humana, essenciais para a manutenção da biosfera, ao sofrerem alteração no equilíbrio das emissões, diminuem progressivamente a qualidade do ar. Um problema global intensificado por emissões locais e regionais (MOLINA; MOLINA, 2004).

Sistemicamente a destruição da camada ozônio influencia as mudanças climáticas que tem sido influenciada também pela intensiva ação dos humanos. Ainda que o buraco da camada não tenha aumentado nos últimos anos, em decorrência do Protocolo de Montreal, a emissão de gases nocivos continua a aumentar. A ela, cientistas tem responsabilizado pela diminuição da neve e do gelo, variação nos padrões do nível do mar, aumento da seca, ondas de calor, chuvas intensas e o conseqüente aumento dos desastres naturais, extinção de espécies e a propagação de doenças. Isto coloca o tema/problema das mudanças climáticas como o mais desafiador para os humanos neste século (PACHAURD, REISINGER, 2007).

A passagem no uso da terra de áreas naturais para áreas antropogênicas, por meio do povoamento, cultivo, pastagem e desflorestamento, tem impactado negativamente a própria terra, com erosão, salinização e desertificação; os sistemas ecológicos, com emissão de gases de efeito estufa, esgotamento dos aquíferos de água doce e poluição; e a saúde dos humanos (DEFRIES [et al.], 2006).

Cargas poluidoras de origem doméstica e industrial, disposição de resíduos sólidos domésticos e industriais, saneamento in situ e atividades agrícolas são algumas das fontes poluidoras das águas doces destinadas ao abastecimento doméstico, à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas, à recreação, à irrigação, à criação e dessedentação de animais, à navegação e à harmonia paisagística, demandando um grande esforço para manutenção e proteção das mesmas (IPT, 2010; POSTEL, 2005).

O serviço ecossistêmico prestado pelos oceanos ao planeta e aos humanos, como fonte reguladora de calor, de emissão de oxigênio e de proteína animal tem sofrido grandes pressões fruto da exploração dos seus recursos, da dispersão de resíduos e nutrientes poluentes da terra e do ar, alterando a sua cadeia alimentar, o regime das

correntezas, o nível do mar e a sua temperatura, gerando impactos sem precedentes (LOTZE [et al.], 2006).

A variedade de todas as formas de vida ao longo de quatro milhões de anos foi marcada por pelo menos cinco extinções em massa e recuperação. A rápida destruição e fragmentação de habitats, a colheita excessiva, a inserção de novas espécies e a poluição causada pela ação dos humanos pode estar provocando a sexta, o que pode não permitir que a humanidade e a própria biodiversidade se adaptem às novas condições. (BENSUSAN, 2008; DIRZO; RAVEN, 2003).

A alteração provocada pelos humanos nos ecossistemas para melhorar o seu bem-estar tem sido acompanhada de uma crescente degradação que por consequência tem alterado a regulação dos serviços ecossistêmicos de provisão, os culturais e os de apoio. A inversão desse processo é um dos principais desafios da sustentabilidade (*MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT*, 2005).

A sustentabilidade enquanto ciência emerge desse campo de temas e problemas, da necessidade de uma melhor compreensão dessas complexas interações entre os humanos e a natureza, de um consenso amplo, sobre as melhores maneiras de enfrentar esses desafios, visando promover um futuro realmente sustentável, não somente do ponto de vista do bem-estar humano, mas dos sistemas ecológicos, para os humanos e para o planeta (ANDERSSON [et al.], 2008).

1.3.1.3 Interações Humano-Ambiente

A promoção do bem estar humano e a proteção dos sistemas de suporte a vida estão atreladas às interações que os humanos estabelecem com o ambiente. Essas interações têm sido esboçadas de forma simples, real e até criativa e tem causado críticas e controvérsias, estendem-se em escalas de tempo e espaço de modo mais qualitativo e dinâmico e utilizam também da imaginação para criar cenários, metáforas e ficções. Mesmo sendo produto mais da imaginação que da observação ou da teoria, esses esboços são especialmente verdadeiros, ao contemplar um futuro sustentável.

Tradicionalmente, os estudos sobre os humanos são separados dos estudos sobre a natureza. O delineamento das interações humanos-ambiente, sob a urgência e a emergência da sustentabilidade, tem sido esboçado de três formas, as reducionistas,

as realistas e as criativas (KATES, 2010). Em todas porém, o objetivo é a busca por possíveis soluções aos problemas que essas interações desencadeiam.

Esboços reducionistas das interações humanos-natureza, normalmente prospectam soluções globalizantes para problemas locais. Segundo a tradição judaico-cristã, por exemplo, Deus concede ao ser humano o domínio sobre a natureza. Outras tradições entendem que esse domínio carrega também a responsabilidade de guardá-lo. Isto explicaria a crise ecológica contemporânea (WHYTE, 1967).

Na dimensão político-institucional, os bens comuns estariam fadados ao perigo constante, a não ser que o seu compartilhamento evoluísse para a institucionalização pública, regulada pelo governo, ou privada, regulada pelo mercado (HARDIN, 1968).

O argumento de que o crescimento tem limites, principalmente ao se considerar o aumento da população mundial, da demanda por produção de alimentos, industrialização e o esgotamento dos recursos, ainda persiste, apesar de ser repetidamente criticado, pois constata-se que a redução quantitativa desses indicadores no âmbito global, não representa necessariamente o mesmo no âmbito local, pois nesses a demanda por recursos e bem-estar ainda é latente e continua a crescer (KATES, 2010; MEADOWS, 1973; 1972).

As metas para o desenvolvimento das nações até 2015, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), como redução da pobreza e da fome, garantia dos direitos humanos e educação para todos é atingível coletivamente, se se tomar como escopo geográfico a comunidade internacional e os governos nacionais, mas não é suficientemente alcançável pelas nações mais pobres ou as regiões mais pobres dessas nações (MUNASINGHE, 2010; KATES, PARRIS, LEISEROWITZ, 2005; ONU, 2000).

Os esboços realistas prospectam soluções baseadas no pensamento local para ação global. Uma governança global só é efetiva com adaptações locais. Caso as necessidades locais não sejam atendidas, dificilmente haverá possibilidade de diálogo sobre as condições de longo prazo das interações (BURSZTYN, 2008).

Um apanhado, ao longo do tempo, dos processos interacionais, de forma interdisciplinar e integralizada nos diferentes tipos de conhecimento proporciona um

melhor entendimento, por exemplo, do uso e da gestão dos recursos e de uma possível harmonização entre humanos, natureza e desenvolvimento (MATSON, 2005).

Pode-se também decompor a dinâmica do uso humano como subjacente aos processos naturais e às mudanças ambientais e sociais, como síndromes globais que promovem ações e reações em cadeia e de massa que conduziriam os humanos e o planeta a um estado de morbidez (LÜDEKE, PETSCHEL-HELD, SCHELLNHUBER, 2004).

Ou ainda, confrontar o paradoxo ambientalista sobre a diminuição do bem-estar dos humanos, em decorrência da degradação ecológica e dos serviços ecossistêmicos, com a constatação de que o bem-estar humano tem aumentado, apesar dos grandes declínios globais na maioria dos serviços ecossistêmicos e de que tecnologia tem dissociado o bem-estar da natureza (KELLY, 2012; RAUDESPP [et al.], 2010).

Esboços criativos prospectam delineamentos baseados mais na imaginação e intuição do que em observação e teorias. Cenários, metáforas e ficção que contemplam um futuro sustentável vão além do realismo do passado ou do presente, num esforço para se descrever o futuro do homem e da natureza puxando o passado como referência, movendo-se para o presente desejado ou para o temido futuro.

O enfrentamento desafiador da produção e consumo (CRESPO, 2012), da governança corporativa (BRANDÃO, 2012), do transporte (LASH; LINDAU; KOCH, 2012), da construção (JOHN; AGOPYAN, 2012) e da química (SOTO, 2012) sustentáveis e da pesquisa um século à frente (RASKIN; ELECTIRS; ROSEN, 2010) são exemplos de cenários enraizados em modelos de longo prazo, tendências e observações.

Mais poderosas e ilustrativas, as metáforas colocam possibilidades visionárias que podem motivar os humanos na regulação e controle dos problemas de

insustentabilidade, como a ‘primavera silenciosa’³ (CARSON, 1962), ‘a nave mãe’⁴ (LOVELOCK, 1986), ‘mosaicos adaptativos’⁵ (DEFRIES; ASNER; FOLEY, 2006) e ‘supermemes’⁶ (COSTA, 2012).

A ficção, seja por meio da arte, cinema, estética, teatro ou literatura, representa para os humanos uma interpretação da realidade sem, contudo, interferir materialmente nela. Por meio dela pode-se influenciar o pensamento e a aprendizagem no presente, como ‘o dia em que a terra parou’ e o ultimato que vem do espaço no sentido do controle das armas nucleares (NOBOA, 2010; DERRICKSON, 2008; WISE, 1951).

Corpos humanos trocados por cópias perfeitas nascidas de vagens em ‘vampiros de almas’ (NOBOA, 2010; SIEGEL, 1956). As diferentes interações humanos-natureza-humanos e suas consequências, em ‘sonhos’ (KUROSAWA, 1980). A discussão sobre ciência, ética, religião e evolução na ‘ilha do dr. Moreau’ (FRANKENHEIMER; RUBELL; SCOTT, 1996; WELLS, 1896).

O ‘ensaio sobre a cegueira’ e o comportamento brutal, violento e aflitivo do ser humano diante de uma possível epidemia (MEIRELES, 2008), ‘Wall E’ e o fim da cobertura vegetal da Terra, a perda de mobilidade corporal dos humanos e a limpeza do planeta por robôs (STANTON, 2008). ‘*Los últimos días*’ e um vírus natural que impede os humanos de permanecerem ao ar livre (PASTOR; PASTOR, 2013). Isto, para citar apenas algumas obras.

³ A possibilidade de uma primavera silenciosa é a metáfora desenvolvida por Carson (1962) sobre a interação humanos-natureza e os perigos do uso extensivo de pesticidas, numa referência ao silêncio dos pássaros mortos pela contaminação por agrotóxicos. É considerada uma influente parábola que alertou os humanos, na década de 1960, para os perigos dessa relação.

⁴ A ideia de que os organismos vivos se adaptam ao planeta e agem sobre ele para torna-lo apto para a vida é a hipótese postulada por Lovelock (1986) sobre Gaia, a nave mãe, como um superorganismo resultado de um sistema complexo, integrado e autorregulado. É um dos principais marcos do movimento ecológico que tem sido amplamente debatido pelos cientistas.

⁵ O olhar para fora da janela é a ideia de DeFries, Asner e Foley (2006) sobre a relação entre natureza e sociedade e a compensação entre os ganhos de curto e as consequências de longo prazo, revelados por mosaicos adaptativos sobre os quais se é possível pelo menos imaginar alcançar a sustentabilidade.

⁶ A superação dos supermemes é a metáfora utilizada por Costa (2012) inspirada nos memes ou unidades de informação de Dawkins (1978), sobre a oposição irracional como substituta da defesa de uma causa, posto que os humanos tem mais razões para se opor que para propor; sobre a personalização da culpa como substituto da perseguição, posto que os humanos decompõem o que é complexo em componentes distintos, atribuindo a responsabilidade por problemas complexos a pessoas isoladas; e sobre o pensamento em silo - compartimentação do comportamento- que impede a colaboração entre os humanos para solucionar os problemas de insustentabilidade.

A promoção e operacionalização do futuro sustentável requer não só o conhecimento desses esboços, mas a integração desses conhecimentos, como uma melhor maneira de enfrentar os desafios postos pela ideia da sustentabilidade. Os cientistas da sustentabilidade devem estar familiarizados com esse conjunto de conhecimentos e abertos à criação de uma linguagem comum e compreensível pelos cientistas, tecnólogos, profissionais e usuários de conhecimento (ANDERSSON [et al.], 2008; CLARK; CRUTZEN; SCHELLNHUBER, 2004).

Os sistemas humano-ambiente não são uma relação propriamente dicotômica, mas ações que se exercem mutuamente, que se completam e que fazem parte do todo, ou seja, são interações integradas. O entendimento que os humanos têm desses sistemas é que é dicotômico, pois é permeada por rupturas, que os próprios humanos abissalmente estabelecem entre ambos. Várias disciplinas têm estudado a sustentabilidade de alguma forma. A solução aos problemas globais enfrentados pelos humanos tem requerido o manuseio e a aplicação de conhecimentos de diversas áreas, bem como a integração, a multiplicidade e a transcendência das mesmas.

Nesse percurso surgem os movimentos de multidisciplinaridade, como uma interação entre as disciplinas, sem coordenação (DRUMMOND; BUSZTYN, 2013; KINCHELOE; BERRY, 2007; PIAGET, 2003), de interdisciplinaridade, como uma integração entre as disciplinas, com coordenação (DRUMMOND; BURSZTYN, 2013; SOMMERMAN, 2006; SILVA; HAINARD, 2005; POMBO, 2004; SANTOMÉ, 1998; D'AMBRÓSIO, 1997; FAZENDA, 1995; FAZENDA, 1994; POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1993; JAPIASSU, 1976) e de transdisciplinaridade, como um princípio que torna possível estudar a realidade por meio de modelos universais de espaço e informação (MOKIY, 2013a, 2013b; 2013c; SOMMERMAN, 2006, FOLLMANN [org], 2003; ANTÔNIO, 2002; NICOLESCU, 1999).

Abordada assim, a sustentabilidade tem nesses movimentos os pré-requisitos para ser uma ciência, pois todos os princípios e todas as disciplinas podem complementar um ao outro, tão eficazmente quanto necessário forem (DRUMMOND; BURSZTYN, 2013; MOKIY, 2001). Eles não se excluem, se completam e complementam, já que os problemas são multidimensionais e as soluções estão além das disciplinas científicas e solicitam uma metodologia científica, sistemática e necessária (MOKIY; LUKYANOVA, 2013).

1.3.2 Ciência e tecnologia

Sobre ciência e tecnologia, o quê, por que e como fazer ciência da sustentabilidade e tecnologias sustentáveis? A história prosaica do velcro®⁷, criado pelo engenheiro suíço Georges de Mestral, ilustra como a pesquisa de inspiração contribui para a criação de soluções:

“[...] um belo dia, um certo cientista estava passeando pelo campo, quando se deu conta dos carrapichos em sua calça. Voltando para o laboratório, os observou no microscópio e decidiu que eles poderiam inspirar um substituto do zíper ou fechos de roupa [...] e criou o Velcro” (BARBOSA, 2008: 124).

1.3.2.1 Emergência da Ciência Sustentabilidade e Tecnologias Sustentáveis

Sob a emergência de uma ciência sustentabilidade e tecnologias sustentáveis a pesquisa baseada na inspiração pode ser uma ponte dinâmica entre a pesquisa básica e a aplicada (CLARK, 2010). A compreensão de que os sistemas humano-ambiente são estreitamente acoplados tem evoluído para a noção de sistemas complexos que refletem a desambiguação entre humanos e ambiente nas suas variadas formas de combinação. O estudo de casos que ilustrem a diversidade desses sistemas e suas complexas interações tonam-se emergentes (LIV, 2007).

1.3.2.2 Valores e Atitudes

Liberdade, igualdade e sustentabilidade são concebidos como valores ideais abstratos, já que as atitudes derivam muitas vezes desses valores – bom ou ruim, desejável ou indesejável- e refletem também a avaliação, a qualidade e o comportamento de um objeto. Estas por sua vez, são concretizadas por meio de ações que os humanos operacionalizam. A transição para a sustentabilidade nesses termos, reflete valores duais de solidariedade e sensibilidade ecológica dos humanos (KATES, 2010).

O uso que os humanos fazem do ambiente e tudo que há nele pode caminhar entre visões antropocêntricas e de ecologia profunda (GREY, 1993), afinal busca-se compreender o que eles entendem por sustentabilidade. O incentivo à sustentabilidade perpassa pelo valor da natureza e pela natureza do valor, ao mesmo

⁷ Velcro é a marca de um conector consistido em ganchos e voltas usado para conectar objetos. O termo é marca registrada na maioria dos países para uma empresa dos Estados Unidos.

tempo em que os humanos desempenham vários papéis – o dele mesmo, o do ser social, o do ser político (DAILY [et al.], 2000). Formas alternativas de prestação de serviços, de custos e benefícios e de meios de comparação exigem mudanças globais nos valores, atitudes e ações para que possam prevalecer nas demais escalas (LEISEROWITZ, 2006).

1.3.2.3 Análises: causas, consequências e processos

A sustentabilidade integra múltiplas formas de conhecimento. Vai além de uma revisão das práticas hegemônicas de classificação e validação e de uma articulação das ciências para o avanço técnico e científico. Ela emerge a partir do ‘não saber’ das ciências ou da intervenção de diferentes saberes, técnicas e metodologias, abrindo espaço para a convivência entre as lógicas do ‘valor de troca’, ‘valor de uso’ e ‘valor de existência’ (SAYAGO, BURSZTYN, 2006).

Dever-se buscar lições na história, conhecer os impasses atuais e traçar as linhas de conduta para a produção de conhecimento, tecnologias e inovações harmônicas e sintonizadas com o horizonte civilizatório sustentável. Ciência e tecnologia são ingredientes essenciais na transição para sustentabilidade. Abordagens ‘policêntricas’ também. Sua complexidade resulta de seu caráter concomitantemente interdisciplinar, interinstitucional e intergeracional (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; BURSZTYN, 2008).

Tendências e transições de longo prazo, interações, impactos e repostas, vulnerabilidade, resiliência e adaptabilidade, limites e pontos de ruptura, interações entre escalas, orientação para intervenções em instituições e na governança, regulamentação, incentivos econômicos, informação e persuasão são alguns dos temas a serem analisados.

1.3.2.4 Métodos e Modelos Integrativos

Uma compreensão integrada das interações e interseções entre os sistemas humano-ambiente, um objeto por si só complexo, indica uma metodologia de pesquisa transdisciplinar ou uma ciência transdisciplinar. Diferentes áreas da concepção metodológica científica implicam graus diferentes de integração de um objeto complexo com o ambiente. Essa integração se dá de forma mínima, quando as

abordagens são disciplinares e interdisciplinares (permanecem dentro das disciplinas), e de forma máxima, quando as abordagens são multi e transdisciplinares (implicam diálogo e troca de conhecimento com a sociedade) (BURNS, 2008).

No entanto, em todas, a integração deve tratar daquilo que lhe é elementar, funcional, temporal e espacial. Para isto, os cientistas farão uso de vários tipos de transdisciplinaridade – a mono e a pluri, a multi e a inter – para resolver problemas diferentes. Pode-se dizer que transdisciplinaridade é uma forma de desenvolver conhecimento científico do tipo *out look*, ou seja, ela consiste na observação de um fenômeno fora dos limites de uma única disciplina científica (MOKIY, 2011). Isso se dá em parte, pelo fato de que as interligações entre humanos e ambiente tem se tornado cada vez mais aparentes, demandando uma imagem científica perfeita do mundo, a criação de um modelo sintético composto de um objeto complexo e a melhoria da metodologia de cognição de ambas.

1.3.3 Conhecimento em ação

Não se duvida que a educação é um elemento indispensável para alcançá-la, que conhecimento e informação desempenham um papel central nessa nova ordem e, que o desenvolvimento de outras possibilidades tecnológicas e científicas permitam inovações nas formas de interações humano-ambiente e humanos-humanos (DRUMMOND; BURSZTYN, 2013; MOKIY, 2013a, 2013b, 2013c; BAUMGARTEN, 2010, 2008, 2007). Um dos focos da ciência sustentabilidade é o aprendizado contínuo, ou seja o conhecimento posto em ação.

1.3.3.1 Transferência de Conhecimento

O conhecimento de ser saliente para o usuário em suas necessidades e problemas, credível para cientistas, profissionais, bem como para os usuários, e visto como legítimo por todos no processo que o produziu (KATES, 2010). Isto não é tarefa fácil pois abrange as fronteiras da diferença, da mediação e da comunicação a todos os participantes necessários.

A transferência e o conhecimento devem formar um triângulo de ligações bidirecionais, onde os pontos de ligação são o produtor de conhecimento, o usuário do conhecimento e o praticante do conhecimento. Há pelo menos três modelos

básicos dessa transferência: **i-** Modelo Movido pela Curiosidade, atributo nato dos humanos, e que em ciência básica pode até não ter utilidade prática, mas de alguma forma ela esbarrará em prática; **ii-** Modelo Translacional, que promove pesquisa interdisciplinar e acelera a troca bidirecional entre ciência básica e aplicada envolvendo produtores, usuários e praticantes; e **iii-** Modelo Interacional, onde a transferência está na interação e interdependência entre produtores, usuários e praticantes, lembrando que elas não ocorrem no vácuo, diferentes aspectos contextuais contribuem para a transferência (GUIMARÃES, 2013, KATES, 2010, VAN KERKHOFF; LEBEL, 2006). Como ligar o conhecimento à ação para a sustentabilidade bem como a sustentabilidade do conhecimento e das ações? A transferência de conhecimentos sobre sustentabilidade deve ser examinada tomando por base um triângulo de ligações bidirecionais.

1.3.3.2 Soluções 'Glocalizadas'

Deve buscar soluções glocalizadas, ou seja, podem ser globais, no sentido de que sejam expressas em muitos lugares e de que sejam diferentes na sua expressão local para os problemas de insustentabilidade no planeta.

Agricultura e Segurança Alimentar -> intensificar a produção por meio de uma 'revolução verde' (CONWAY, 2000); reverter o declínio da capacidade agrícola na África Subsaariana⁸ (CONSELHO INTER, 2004).

Água e Saneamento -> fornecer água e saneamento por meio de sistemas de dimensão comunitária de baixo custo com tomada de decisão descentralizada (GLEICK, 2003); a legislação do fornecimento e uso de água como ferramenta para a justiça social e ambiental na África do Sul (FUNKE [et al.], 2007).

Biodiversidade -> manter a biodiversidade revertendo a degradação dos ecossistemas, preservando a biodiversidade global seguindo exemplos latino-americanos (SOBERÓN, 20014), bem como explorando a variedade de soluções para a ligação da conservação com a redução da pobreza no Equador (TIMMER; CALESTOUS, 2005).

⁸ A África Subsaariana é a região do continente africano situada ao sul do Deserto do Saara.

Cidades -> criar cidades sustentáveis por meio de discussões estratégicas para implementação do desenvolvimento sustentável que incluam sinergias entre os ambientes das cidades, para estas sejam mais saudáveis, mais seguras e redutoras do esgotamento do capital natural (MCGRANAHAN; SATTERTHAITE, 2003); estudos de casos de sucesso, como os de New York e Xangai (SOLECKI; ROBIN, 2006).

Consumo -> modificar o consumo e alterar os estilos de vida através da substituição e alta energia para produtos de baixo consumo reduzindo assim o consumo per/capita (KATES, 2000); utilização de combustíveis alternativos, como o etano feito a partir da cana-de-açúcar no Brasil (MOREIRA; GODEMBERG, 1999).

Desastres Naturais -> aumentar a resiliência aos desastres analisando a sua relação com o desenvolvimento, como o crescimento urbano e o uso do solo agrícola buscando soluções práticas para redução da vulnerabilidade a desastres (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2004); examinando as histórias de lugares como New Orleans – atingida pelo Furacão Katrina em 2005, do Rio de Janeiro – regiões atingidas por deslizamento em 2011, do Vale do Itajaí, região Sul do Brasil, atingida por enchentes devastadoras em 2008 – e a necessidade de ações antecipatórias das respostas aos desastres, de recuperação e de redução da vulnerabilidade (COLTEN[et al.], 2008).

Oceanos -> restabelecer os recursos marinhos, controlar a deposição de resíduos, nutrientes e poluentes da terra e do ar que acabam chegando ao mar (ROBERTS; BRINK, 2010); conservar os berçários de animais marinhos (LEJANO; INGRAHM, 2007).

Poluição Atmosférica -> reduzir emissões de poluentes e tratar a água por meio da gestão de qualidade, como nos EUA e em outros países industrializados (LONGHURST [et al.], 2009); controlar a poluição da água tratando os resíduos industriais e criando estações de tratamento de resíduos urbanos como foi feito na Bacia do Rio Huai, na China (BAI; PEIJUN, 2006).

População -> estabilizar os números da população por meio de políticas públicas que incluam medidas para a redução de gravidezes indesejadas e da demanda por grandes famílias e para o aumento da idade fértil em países desenvolvidos

(BONGAARTS, 1994); experimentos para redução da fertilidade e melhora da saúde da criança desenvolvidos em Gana (PHILLIPS [et al.], 2005).

Saúde -> melhorar a saúde e o bem estar estreitando a diferença da Europa com a maioria dos países em desenvolvimento acelerando a redução da mortalidade infantil e da criança e ampliando os esforços para lidar com a AIDS/HIV (FUNDAÇÃO GATES, 2009); dirigir intervenções de saúde contra a malária, tuberculose e a carência de vitamina A na Tanzânia (KISINZA [et al.], 2008).

Serviços Ecosistêmicos -> preservar os serviços ecossistêmicos gerenciando os ecossistemas em contraste com a limitação da ação humana e a inclusão de gestão, política, ações tecnológicas, comportamentais e institucionais em prol do fornecimento dos serviços ecossistêmicos (KATES, 2010); avaliar a eficácia de regulamentação de recompensas positivas e negativas (TOMICH [et al.], 2004).

1.3.3.3 Enfrentamento dos Grandes Desafios

Redução da pobreza: os esforços para enfrentar a pobreza no mundo têm tomado três abordagens: **i- *Trickle Down***, assume que o crescimento econômico é a chave para a redução; **ii- Redistribuição**, visa redistribuir parte da riqueza através do aumento dos direitos dos pobres; e **iii- *Bottom-Up***, visa melhorar a capacidade dos pobres para criar novas oportunidades de subsistência (KATES, 2010).

Estudos que exploram as causas da pobreza se deparam com desafios diferentes que exigem soluções diferentes, como o caso da África que concentra riqueza de recursos, escassez e acesso ao mar (COLLIER, 2007).

Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas: a mudança climática tem sido colocada como um dos desafios globais mais importantes, pois coloca em risco a segurança alimentar, acelera a erosão de zonas costeiras e aumenta a intensidade dos desastres naturais. Três abordagens têm sido utilizadas: **i- Mitigação**, que inclui políticas e tecnologias capazes de reduzir as emissões de gases de efeito estufa; **ii- Adaptação**, quando se busca melhorar a capacidade da natureza e dos homens para adaptarem-se a inevitáveis mudanças; e **iii- Geoengenharia**, que procura manipular o clima de forma controlada e através da tecnologia (SOCOLOW [et al.], 2004; WILBANKS; ENSMINGER; RAJAN, 2007).

Limites à guerra, aos conflitos, ao crime e à corrupção: a destruição do capital, da infraestrutura, da natureza e da vida dos humanos pelas guerras, conflitos, crimes e corrupção desvia recursos antes aportados para a garantia do bem estar e da proteção dos sistemas de suporte à vida, para questões de segurança e dominação individual de bens que deveriam ser comuns. Há uma ligação entre a dotação de recursos naturais e os conflitos (BANNON; COLLIER, 2003), mas também há oportunidades de se reduzir esses conflitos (ASPINALL, 2005).

Desse campo de investigação, cujo objetivo é promover um futuro sustentável para os humanos e para o planeta, verifica-se algumas evidências sobre pelo menos 11 temas que portam problemas a serem estudados e desafios a serem superados, como: 1. Água; 2. Amazônia; 3. Biodiversidade; 4. Cidades sustentáveis; 5. Desastres naturais; 6. Emprego, economia verde e inclusão social; 7. Energia sustentável; 8. Mudanças climáticas; 9. Oceanos; 10. Segurança alimentar e agricultura sustentável; 11. Serviços ecossistêmicos; além é claro, 12. Desenvolvimento sustentável; e a própria 13. Sustentabilidade, que pode estar contida e/ou contém o item 12, a depender da perspectiva utilizada.

Ressalta-se que o oposto também é verdadeiro, estes temas também portam soluções e/ou abrandamentos a serem compartilhadas. Sendo assim, termos como solidariedade, justiça, território e comunidade também poderiam estar contidos ou serem representativos de sustentabilidade. Mas o que se trata aqui são das questões que podem suscitar o interesse e a atenção dos pesquisadores para a realização de estudos e trabalhos de campo, tomando como ponto de partida um tema que em termos de sustentabilidade pode ser estudado por praticamente todas as áreas do conhecimento.

É desse contexto que emergem alguns programas de pós-graduação no Brasil, que de alguma forma passam a contemplar os pressupostos e os desafios da sustentabilidade nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e de produção de conhecimento, tecnologia e inovação. Ao se declarar que no século XXI os programas de pós-graduação, não só no Brasil, enfrentam os desafios de formar e aperfeiçoar pesquisadores qualificados para o enfrentamento dos problemas de insustentabilidade no planeta em todas as escalas, destaca-se que isso se aplica a todas as áreas e subáreas do conhecimento.

1.4 OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil é um processo formativo organizado através de sistemas de ensino pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em regime de colaboração. A União coordena a política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exerce função normativa, redistributiva e supletiva em relação às outras instâncias educacionais. Cada sistema de ensino (o federal, os estaduais, o distrital e os municipais), tem liberdade de organização nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996.

Os recursos públicos destinados à educação são originários de receita de impostos próprios da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, de transferências constitucionais, do salário educação, de incentivos fiscais e de outros recursos previstos em lei, como a Lei 12.858, de 09 de setembro de 2013, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural.

Os sistemas de ensino, em seus diferentes níveis, compreendem as instituições categorizadas administrativamente como públicas ou privadas. Públicas, quando são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público (federal, municipal, estadual) e privadas, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (beneficente, sem fins lucrativos, com fins lucrativos).

Há dois níveis escolares, a educação básica que é formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental, pelo ensino médio e pela educação de jovens e adultos (EJA) e a educação superior, mas oferta-se também a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia e a educação especial, preferencialmente ofertada na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (LDB, 1996).

A educação superior no Brasil, tem suas primeiras escolas no início do século XIX, com a vinda da família real portuguesa. Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se lentamente e ao fim de um século, existiam apenas 24 instituições. Na década de 1920, houve uma expansão considerável, mais 109 instituições foram criadas, somando-se assim 133. Até então as instituições eram

denominadas 'escolas isoladas' e a ideia de universidade era motivo de debate entre os propositores e críticos dessa forma de ensino. Em 1931, é promovida a Reforma Francisco Campos que autorizava e regulamentava o funcionamento das universidades que deviam se organizar em torno de um núcleo de Filosofia, Ciência e Letras. Em 1968 foi institucionalizada a pesquisa e na década de 1970, estimulada a pós-graduação e a capacitação docente (MEC, 2013; MARTINS, 2002).

A educação superior de pós-graduação compreende os programas de mestrado e doutorado, acadêmicos e profissionais, os cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, aos quais o ingresso tem como pré-requisito o diploma de graduação e/ou de tecnologia e o atendimento às exigências das IES ofertantes. Os cursos e programas podem ser ofertados na modalidade lato sensu e/ou stricto sensu. Um detalhe importante é que a primeira independe de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação, ao passo que a modalidade stricto sensu está sujeita a essas exigências. A modalidade stricto sensu inclui os cursos e programas de:

- i- Mestrado - 1º nível de um curso de pós-graduação Stricto Sensu com o objetivo de possibilitar uma formação mais profunda, preparar professores para lecionar em nível superior e promover atividades de pesquisa. Podem ser ofertados em duas modalidades, Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional, quando atendendo a necessidade da formação de recursos humanos inseridos no mercado. Duram em média 2 anos;
- ii- Doutorado – 2º nível de um curso de pós-graduação Stricto Sensu com o objetivo de certificar a capacidade para desenvolver investigação num determinado campo do conhecimento e a capacidade de trabalho independente e criativo, demonstrada pela criação de novo conhecimento. Dura em média 4 anos.

Há ainda a modalidade de pós-doutorado, uma especialização ou um estágio acadêmico realizado em uma universidade para aprimorar o nível de excelência em uma determinada área e que dura em média 1 ano.

Numa consulta ao banco de dados da Capes, através da ferramenta Geo Capes – Estatística e da Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos, construiu-se a

Tabela 1, com a distribuição dos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil no decorrer do período compreendido por 1998 e 2013. Observa-se que o número de programas praticamente triplicou nos últimos 15 anos, no ano de 1998 eram 1.259 e em 2013 são 3.739.

Tabela 1- Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil, no período de 1998 a 2013, atualizada em 30 dez. 2013

Ano	Mestrado acadêmico	Doutorado	Mestrado acadêmico e doutorado	Mestrado profissional	Mestrado acadêmico e mestrado profissional	Mestrado acadêmico, doutorado e mestrado profissional	Total
1998	464	24	749	0	3	19	1259
1999	554	25	756	4	5	19	1363
2000	613	28	766	9	5	19	1440
2001	561	29	883	29	5	44	1551
2002	661	32	891	51	5	44	1684
2003	765	35	907	62	6	44	1819
2004	760	32	1022	116	0	1	1931
2005	830	33	1063	132	0	0	2058
2006	924	39	1146	157	0	0	2266
2007	981	37	1207	184	0	0	2409
2008	1030	36	1284	218	0	0	2568
2009	1054	40	1381	243	0	0	2718
2010	1091	49	1453	247	0	0	2840
2011	1175	52	1563	338	0	0	3128
2012	1230	53	1664	395	0	0	3342
2013	1292	59	1818	570	0	0	3739

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, 2013.

Nota: Distribuição por mestrado, doutorado, mestrado e doutorado acadêmicos, mestrado profissional, mestrado acadêmico e mestrado profissional e mestrado acadêmico, doutorado e mestrado profissional

Com base nesses registros, as IES nos primeiros 7 anos, de 1998 a 2004, ofertavam programas nos seus diferentes níveis, independentemente da hierarquia dos mesmos. A partir de 2005, reconhecidas as suas especificidades e tratadas em legislação através de decretos e resoluções, a oferta dos programas passa a ser hierarquizada em Mestrado Acadêmico (M), Doutorado (D) e Mestrado Profissional (F). Isso se deve às mudanças ocorridas em 2004 no processo e forma de avaliação da pós-graduação

pela CAPES e pelo lançamento do Plano Nacional da Pós-Graduação: 2005-2010 (PNPG), em 2005, que traçou as políticas e estratégias para o desenvolvimento e a diversificação da pós-graduação brasileira até 2010 (CAPES, 2005).

A autorização e o reconhecimento dos cursos, tal como o credenciamento das IES, tem prazos limitados, sendo renovados periodicamente, através de um processo regular de avaliação instituído pelo MEC e órgãos responsáveis, por meio da implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Pós-Graduação (SNPG), implantado em 1976, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Por meio do SNPG, a educação superior em seus cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu*, são avaliados os quesitos proposta do programa, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual e inserção social, para os designados acadêmicos; e proposta do curso, corpo docente, corpo discente e trabalhos de conclusão, produção intelectual e profissional destacada e inserção social, para os designados profissionais⁹. Tem como objetivos o estabelecimento do padrão de qualidade, a evolução e o aprimoramento do SNPG, bem como dos cursos e programas, o atendimento às necessidades nacional e regionais de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, subsidiando assim o projeto nacional de desenvolvimento da Pós-Graduação. De modo geral o sistema de avaliação considera e regula a 'entrada' de novos cursos, a 'permanência' dos cursos aprovados, reconhecidos e/ou recomendados e a 'saída' dos cursos que não apresentem os requisitos mínimos para atribuição final de conceitos.

A Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) se dá em 04 etapas: Etapa 1- Submissão das propostas à CAPES; Etapa 2- Análise pelas comissões de Área; Etapa 3- Análise e decisão pelo Conselho Técnico Científico da Educação superior (CTC/ES); Etapa 4- Deliberação do Conselho Nacional de Educação (CNE). Já a Avaliação Trienal dos Cursos de Pós-Graduação (ATCPG) se dá em 05 etapas: Etapa 1- Coleta das informações, através do Aplicativo Coleta de Dados CAPES; Etapa 2- Tratamento das informações; Etapa 3- Análise pelas Comissões de Área (CA); Etapa 4- Análise e decisão pelo CTC/ES; e Etapa 5- Deliberação do CNE/MEC. Aos cursos

⁹ Dadas as nomenclaturas diferenciadas, o que realmente diferencia a avaliação entre os do tipo acadêmico e do tipo profissional são os pesos atribuídos a cada quesito.

e programas que atendam aos requisitos mínimos avaliados pelas CA's são atribuídos os Conceitos: 3, para desempenho regular; 4 para desempenho bom; 5, para desempenho muito bom e nota máxima para os mestrados; 6 ou 7, para desempenho equivalente aos padrões internacionais de excelência para programas de doutorado.

Atualmente, salvaguardadas possíveis e raras exceções, uma IES só terá o programa e o curso de doutorado reconhecido e recomendado pela CAPES, se ofertar mestrado acadêmico avaliado com no mínimo a Nota 4. Do total de 1.292 programas de mestrado acadêmico, 1.190 foram avaliados pela CAPES com Nota 3, 98 com Nota 4 e 04 com Nota 5 (Tabela 2), essa pode ser uma das razões da maior oferta de cursos de mestrado acadêmico e da proporção relativamente média da oferta de cursos de doutorado no Brasil, respectivamente 3.110 e 1.877.

Tabela 2- Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu por nota, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atualizada em 27 dez. 2013

Nota CAPES	Programas de pós-graduação stricto sensu				Total
	Mestrado acadêmico	Doutorado	Mestrado profissional	Mestrado acadêmico e doutorado	
3	1074	0	288	43	1406
4	151	35	79	783	1048
5	5	13	28	521	567
6	0	4	0	200	204
7	0	0	0	117	117
Total	1230	53	395	1664	3342

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, 2013.

Nota: As notas dos programas são avaliadas trienalmente pela CAPES. Dados sujeitos a atualização constante em decorrência da autorização para funcionamento de novos programas e do encerramento das atividades de outros.

A Nota CAPES dos programas por grande área do conhecimento é apresentada na Tabela 3. Nela observa-se que a grande área ciências da saúde continua a ser a que apresenta maior quantidade de programas segundo critério Nota Capes. São 209 programas com Nota 4, 116 com Nota 5 e 42 com Nota 6 (destacados em verde na Tabela 3). A linguística, letras e artes, continua a ser a que apresenta menor quantidade, segundo o mesmo critério, são 77 programas com Nota 3, 62 com Nota 4 e 37 com Nota 5 (destacados em vermelho na Tabela 3). Destaca-se a grande área

ciências exatas e da terra, com maior número de programas com nota 7 (24) e nova área multidisciplinar, com inexistência de oferta com essa nota.

Tabela 3- Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu por grande área e nota, atualizado em 03 jul. 2013

Grande área	Nota CAPES					Total
	3	4	5	6	7	
Ciências agrárias	134	119	81	20	14	368
Ciências biológicas	79	100	51	29	17	276
Ciências da saúde	186	177	114	42	16	535
Ciências exatas e da terra	103	100	42	27	24	296
Ciências humanas	203	142	86	23	19	473
Ciências sociais aplicadas(1)	198	123	68	20	5	414
Engenharias	168	108	44	25	17	362
Linguística, letras e artes	69	55	38	11	5	178
Multidisciplinar	266	124	43	7	0	440
Total	1406	1048	567	204	117	3342

Fonte: GEOCAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, 2013.

Nota: As notas dos programas são avaliadas trienalmente pela CAPES. Dados sujeitos a atualização constante em decorrência da autorização para funcionamento de novos programas e do encerramento das atividades de outros.

(1) Abrange a área turismo.

A saber, no Brasil, as áreas do conhecimento foram classificadas pela CAPES numa ação conjunta com outras instituições, como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), objetivando a prática e a funcionalidade aos órgãos que exercem o ensino, pesquisa, extensão e a produção de conhecimento, tecnologia, inovação. Ainda assim, para fins de avaliação, essas áreas foram hierarquizadas em 04 níveis: Grande Área (1º), Área (2º), Subárea (3º) e Especialidade (4º).

Elas estão alocadas no 1º nível e são subdivididas nos demais níveis, de acordo com o conjunto de conhecimentos inter-relacionados, a segmentação em função do objeto de estudo e a caracterização temática da atividade. Ao todo são 09 grandes áreas de avaliação: 1- Ciências Agrárias; 2- Ciências Biológicas; 3- Ciências da Saúde; 4- Ciências Exatas e da Terra; 5- Ciências Humanas; 6- Ciências Sociais Aplicadas; 7- Engenharias; 8- Linguística, Letras e Artes e 9- Multidisciplinar. Todas comportam aproximadamente 48 áreas e 340 subáreas. A última atualização das áreas de

avaliação publicada no site da CAPES até o momento desta pesquisa foi em 11 de julho de 2012.

As Tabelas 4 e 5 exibem a distribuição por grandes áreas do número de programas e cursos respectivamente ofertados no Brasil até a data de 30 dez. 2013. Os programas apresentam maior concentração na grande área Ciências da Saúde (594), seguida da Multidisciplinar (564) e Ciências Humanas (529) (destacados em verde). A menor concentração está na grande área Linguística, Letras e Artes (192), seguida da Ciências Biológicas (291) e Ciências Exatas e da Terra (309) (destacados em vermelho) (Tabela 4). Os cursos apresentam maior concentração nas mesmas grandes áreas em relação aos programas, com uma alteração na ordem pela quantidade ofertada, que é de 934 cursos (Ciências da Saúde), 792 (Ciências Humanas) e 725 (Multidisciplinar) (destacados em verde). As menores concentrações estão nas grandes áreas Linguística, Letras e Arte (295), Ciências Exatas e da Terra (481) e Ciências Biológicas (488) (destacados em vermelho), respectivamente e, apresentando também uma inversão entre a segunda e terceira posição. A maior e menor oferta tanto de programas quanto de cursos está concentrada em três grandes áreas do conhecimento, cada uma: i- Maior oferta (1.750 programas e 2.451 cursos) - Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Multidisciplinar; e ii- Menor oferta (792 programas e 1.264 cursos) - Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra e Linguística, Letras e Artes.

A saúde representa um enorme desafio para a formação de formadores e pesquisadores aptos a lidarem com os problemas de insustentabilidade no planeta, pelas interações humano-ambiente e o contato com uma diversidade de agentes causadores de doenças, como malária, dengue e ebola. As doenças crônicas advindas do aumento da expectativa de vida e da falta de infraestrutura para acompanhamento e tratamento das mesmas. A própria manutenção da vida humana, que envolve a biomedicina, a farmácia, a nutrição e a terapia ocupacional.

Os estudos literários e linguísticos têm como objeto de análise a língua e literatura em seus variados escopos, além uma vocação para a interdisciplinaridade, o que possibilita a reflexão de conceitos fundamentais e a abertura para um diálogo que conduza a percepção diferenciada e transversal que podem facilitar a transferência de conhecimento preconizada pela ciência sustentabilidade. A arte, suas instituições

e seus agentes interatuam no campo alargado da cultura estabelecendo o diálogo entre sujeitos, criadores, pensadores, críticos e pesquisadores capaz de suscitar interpretações que coadunam com a pesquisa de inspiração e uma compreensão integrada.

Tabela 4- Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu, recomendados e reconhecidos, por grande área, atualizado em 03 jul. 2013

Grande área	Programas de pós-graduação stricto sensu				
	Total	Mestrado acadêmico	Doutorado	Mestrado profissional	Mestrado acadêmico e doutorado
Ciências agrárias	392	128	1	24	239
Ciências biológicas	291	72	3	19	197
Ciências da saúde	594	132	17	105	340
Ciências exatas e da terra	309	108	8	21	172
Ciências humanas	529	212	3	51	263
Ciências sociais aplicadas(1)	472	196	2	97	177
Engenharias	396	159	3	68	166
Linguística, letras e artes	192	78	1	10	103
Multidisciplinar	568	207	21	175	161
Total	3743	1292	59	570	1818

Fonte: GEOCAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, 2014.

Nota: Dados sujeitos a atualização constante em decorrência da autorização para funcionamento de novos programas e do encerramento das atividades de outros.

(1) Abrange a área turismo.

Mas é na grande área Multidisciplinar que se concentram os programas que se dedicam de maneira mais incisiva ou diretamente relacionada com as questões da sustentabilidade. Esta, por sua vez, está subdividida em cinco áreas, denominadas: Biotecnologia; Ciências Ambientais; Ensino; Interdisciplinar; e Materiais.

Entre as grandes áreas com média concentração de programas, a que mais se destaca é Ciências Sociais Aplicadas (472), que tem como campo de estudos a transformação e recriação do espaço e questões sobre saberes e práticas que assumem caráter estratégico no país, como a economia, ciência da informação, planejamento urbano e regional, serviço social e turismo.

Tabela 5- Distribuição dos cursos de pós-graduação stricto sensu, recomendados e reconhecidos, por grande área, atualizado em 30 dez. 2013

Grande área	Cursos de pós-graduação stricto sensu			
	Total	Mestrado acadêmico	Doutorado	Mestrado profissional
Ciências agrárias	631	367	240	24
Ciências biológicas	488	269	200	19
Ciências da saúde	934	472	357	105
Ciências exatas e da terra	481	280	180	21
Ciências humanas	792	475	266	51
Ciências sociais aplicadas(1)	649	373	179	97
Engenharias	562	325	169	68
Linguística, letras e artes	295	181	104	10
Multidisciplinar	725	368	182	175
Total	5557	3110	1877	570

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, 2013.

Nota: Dados sujeitos a atualização constante em decorrência da autorização para funcionamento de novos programas e do encerramento das atividades de outros.

(1) Abrange a área turismo.

Os programas de pós-graduação na área turismo são demandados, do mesmo modo como os demais, a promover a transição para a sustentabilidade no século XXI por meio de um ensino, pesquisa e extensão e de uma produção de conhecimento, tecnologia e inovação transdisciplinares. Assim como se lança um olhar sobre a sustentabilidade nos programas de pós-graduação de modo geral, os programas por meio das suas áreas podem lançar o olhar para a sustentabilidade na tentativa de uma compreensão que integre os múltiplos conhecimentos – científicos, tecnológicos, técnicos, tradicionais, profissionais e de usuários – em prol da proteção dos sistemas de suporte à vida e de um futuro sustentável.

1.5 OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA TURISMO

A educação superior de pós-graduação stricto sensu brasileira, que tem como área de estudo o turismo, é composta por programas e cursos alocados em 1º nível na grande área ciências sociais aplicadas e, em 2º nível, na área administração, ciências contábeis e turismo. Esta grande área é composta por 13 áreas, com 472 programas de pós-graduação stricto sensu, que podem incluir 1, 2 ou 3 modalidades, distribuídas entre mestrado, doutorado, mestrado profissional e mestrado e doutorado, além do

estágio pós-doutoral. O que se verifica na Tabela 6, onde são listadas as quantidades de programas recomendados e reconhecidos pela CAPES, segundo as áreas de avaliação da grande área ciências sociais aplicadas. No total são ofertados 473 programas distribuídos em 196 mestrados, 02 doutorados, 97 mestrados profissionais e 177 mestrados e doutorados ofertados no mesmo programa (Tabela 6). As quantidades de cursos ofertados, segundo as áreas de avaliação da grande área ciências sociais aplicadas, são de 651 cursos. Destes, 373 são de mestrado, 180 de doutorado e 97 de mestrado profissional (Tabela 7).

Tabela 6- Quantidade de programas de pós-graduação stricto sensu, recomendados e reconhecidos, por área de avaliação, da grande área ciências sociais aplicadas, atualizado em 10 out. 2014

Grande área ciências sociais aplicadas					
Área de avaliação	Programas de pós-graduação stricto sensu				
	Total	Mestrado acadêmico	Doutorado	Mestrado Profissional	Mestrado acadêmico e doutorado
Administração	134	35	2	55	42
Arquitetura e urbanismo	35	13	0	6	16
Ciência da informação	15	3	0	4	8
Comunicação	44	23	0	1	20
Demografia	4	2	0	0	2
Desenho industrial	19	7	0	4	8
Direito	86	55	0	1	30
Economia	59	18	0	16	25
Economia doméstica	1	1	0	0	0
Museologia	3	2	0	0	1
Planejamento urbano e regional	32	14	0	8	10
Serviço social	33	19	0	0	14
Turismo	8	4	0	2	1
Total	473	196	2	97	177

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, 2013.

Nota: Dados sujeitos a atualização constante em decorrência da autorização para funcionamento de novos programas e do encerramento das atividades de outros.

A área de avaliação turismo é representada por 08 programas e 10 cursos, ofertados por 08 instituições (Tabela 8). É ofertado também, na área administração, um programa com doutorado em Administração e Turismo, mas que encontra-se em

processo de reestruturação e readequação da sua área de concentração e linhas de pesquisa, focando em administração de modo geral.

Tabela 7- Quantidade de cursos de pós-graduação stricto sensu recomendados e reconhecidos, por área de avaliação, da grande área ciências sociais aplicadas, atualizada em 10 out. 2014

Grande área ciências sociais aplicadas				
Área de avaliação	Cursos de pós-graduação stricto sensu			
	Total	Mestrado acadêmico	Doutorado	Mestrado profissional
Administração	176	77	44	55
Arquitetura e urbanismo	51	29	16	6
Ciência da informação	23	11	8	4
Comunicação	64	43	20	1
Demografia	6	4	2	0
Desenho industrial	27	15	8	4
Direito	116	85	30	1
Economia	84	43	25	16
Economia doméstica	1	1	0	0
Museologia	4	3	1	0
Planejamento urbano e regional	42	24	10	8
Serviço social	47	33	14	0
Turismo	10	5	2	2
Total	651	373	180	97

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, 2013.

Nota: Dados sujeitos a atualização constante em decorrência da autorização para funcionamento de novos programas e do encerramento das atividades de outros.

Tabela 8- Programas e quantidade de cursos de pós-graduação stricto sensu na área turismo, recomendados e reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), avaliação trienal 2010-2013, atualizado em 17 nov. 2014.

Programas		Cursos		
		Mestrado acadêmico	Doutorado	Mestrado profissional
Programa de pós-graduação em gestão de negócios turísticos	1			1
Programa de pós-graduação em hospitalidade	1	1		
Programa de pós-graduação em turismo	4	3	1	1
Programa de pós-graduação em turismo e hospitalidade	1	1		
Programa de pós-graduação em turismo e hotelaria	1	1	1	
Total	8	6	2	2
			10	

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, 2013.

Nota: Dados sujeitos a atualização constante em decorrência da autorização para funcionamento de novos programas e do encerramento das atividades de outros.

A proposta dos programas e cursos dessa área e das demais, bem como suas respectivas titulações, recomendação, reconhecimento e nota, variam de acordo a área de concentração, linhas de pesquisa e objetivos dos mesmos. No caso dos programas e cursos do tipo profissionais, considera-se também, a articulação destes com os do tipo acadêmico no mesmo programa, o atendimento a demandas de desenvolvimento local, regional e/ou nacional e a capacitação dos profissionais para a solução de problemas e inovação. Os trabalhos de conclusão de curso não se restringem a teses e dissertações, como nos do tipo acadêmico, são diversificados e podem abranger qualquer tipo de produção científica, de acordo com os planos de cada curso, como por exemplo, produção bibliográfica – artigo, partitura musical, tradução-, produção técnica – assessoria e consultoria, desenvolvimento de material didático, editoração -, produção artística e cultural – artes cênicas, música -, patentes e registros e inovação – desenho industrial registrado, topografia de circuito, cultivar protegida.

Em virtude disto, coloca-se uma informação a parte, sobre a produção de conhecimento resultante das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos programas, antes de listarmos os Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na Área Turismo (PPGTur) - objeto de estudo desta tese - e suas Instituições de Ensino Superior (IES) ofertantes, bem como as Unidades da Federação (UF) onde estão localizados e a Dependência Administrativa (DA) de cada IES.

Sejam os programas do tipo acadêmico ou profissional, as produções de conhecimento são consideradas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como produção científica (Quadro 1) que podem ser assentadas no Currículo Lattes dos docentes, discentes e técnicos, um padrão nacional de registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa brasileiros.

O Currículo Lattes, assim como o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) e o Diretório de Instituições, compõem uma base de dados integrada em um único sistema de informações denominado Plataforma Lattes, desenvolvido pelo Ministério

da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para a avaliação curricular de pesquisadores, seleção de consultores e especialistas e geração de estatísticas sobre a distribuição da pesquisa científica no Brasil.

Hoje em dia ele é licenciado gratuitamente pelo CNPq e foi implantado em países como Colômbia, Equador, Chile, Perú, Argentina, além de Portugal e Moçambique (CNPq, 2013). É utilizado também pela CAPES para as avaliações trienais dos programas e cursos brasileiros.

Quadro 1- Tipificação da produção científica segundo plataforma do Currículo Lattes

Produção Bibliográfica	Artigos, livros e capítulos, texto em jornal ou revista, trabalhos publicados em anais de eventos e/ou apresentados, partitura musical, tradução, prefácio e/ou posfácio e outras produções.
Produção Técnica	Assessoria e consultoria, extensão tecnológica, programa de computador sem registro, produtos, processos ou técnicas, trabalhos técnicos, cartas, mapas ou similares, cursos de curta duração ministrado, desenvolvimento de material didático ou instrucional, editoração, manutenção de obra artística, maquete, relatórios de pesquisa, redes sociais, websites e blogs.
Produção Artística e Cultural	Artes cênicas, música, artes visuais.
Patentes e Registros	Patente, programa de computador registrado, cultivar protegida, cultivar registrada, marca registrada, topografia de circuito integrado registrado.
Inovação	Patente, programa de computador registrado, cultivar protegida, cultivar registrada, desenho industrial registrado, marca registrada, topografia de circuito integrado registrada, programa de computador sem registro, produtos, processos ou técnicas, projetos de pesquisa, projeto de desenvolvimento tecnológico, projeto de extensão.

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, 2013.

No Quadro 2 relacionou-se os Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na Área Turismo (PPGTur), as Instituições de Ensino Superior (IES) ofertantes, as Unidades da Federação (UF) onde estão localizados e a Dependência Administrativa (DA) de cada IES.

Dado que o saber turístico não é apenas uma redução de informações e que os programas de pós-graduação na área não surgiram nem se desenvolveram à parte de um sistema que é aberto a interações diversas mas também fechado no que tange à visão e missão das instituições que os ofertam, cabe aqui uma contextualização das

instituições de ensino onde os programas estudados nasceram, onde os problemas e desafios para a formação de formadores e pesquisadores se levantam, caducam ou são transformados.

Quadro 2- Relação dos programas de pós-graduação stricto sensu na área turismo por instituição de ensino superior ofertante, unidade da federação e dependência administrativa, atualizada em 10 out. 2014

Programas	Instituições de Ensino Superior	Unidades da federação	Dependência administrativa
Gestão de Negócios Turísticos	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	CE	Estadual
Hospitalidade	Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	SP	Particular
Turismo	Universidade de Brasília (UNB)	DF	Federal
Turismo	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	Federal
Turismo	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	Federal
Turismo	Universidade de São Paulo (USP)	SP	Estadual
Turismo e Hospitalidade	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	RS	Particular comunitária
Turismo e Hotelaria	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	SC	Particular comunitária

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, 2014.

1.6 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL OFERTANTES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA TURISMO

A compreensão da trajetória da pós-graduação em turismo está diretamente relacionada com a missão e as estratégias que a Instituição de Ensino Superior (IES) ofertante define no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para atingir suas metas e objetivos. Os programas devem estar alinhados com a vocação global, a inserção social e as áreas de atuação das IES, entendidas aqui, prioritariamente, como as áreas do conhecimento humano.

De acordo com a organização acadêmica, as IES são divididas em universidades, centros universitários ou faculdades. Elas são credenciadas inicialmente como faculdades e a depender do funcionamento regular e de padrões satisfatórios de qualidade podem requerer o credenciamento como universidade ou centro universitário. Um centro universitário é uma instituição pluricurricular que abrange uma ou mais áreas do conhecimento e caracterizam-se “pela excelência do ensino

oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar” (BRASIL, 2006, não paginado). Uma universidade é uma instituição pluridisciplinar “de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996, não paginado).

A categorização administrativa das instituições de ensino é estabelecida nas diretrizes e bases da educação nacional brasileira, em seu Art.19, como públicas, “quando criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público” e como privadas, quando “mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado”. As instituições privadas se enquadrarão ainda em 4 categorias: particulares em sentido estrito, quando não apresentam as características das demais categorias; comunitárias, quando “instituídas por grupos de pessoas físicas ou jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade”; confessionais, quando “instituídas por grupos de pessoas físicas ou jurídicas que atendam a orientação confessional e ideologia específicas” incluindo as características das comunitárias; e filantrópicas “na forma da lei” (BRASIL, 1996, sem paginação).

A atuação das IES se dá prioritariamente pela oferta de ensino, pesquisa e extensão e pelo desenvolvimento de conhecimento, tecnologia e inovação em um ou mais locais por meio de unidades descentralizadas, com os *campi* e núcleos de extensão. As áreas do conhecimento normalmente estão assentadas em unidades acadêmicas, como escolas, departamentos, centros, programas ou áreas. Elas devem elaborar também planos de desenvolvimento institucional, documento que consiste na definição da sua missão e das estratégias para alcançar suas metas e objetivos para um período de 5 anos, organizados em 3 níveis hierárquicos: dimensões, categorias de análise e indicadores¹⁰.

¹⁰ Dimensões: organização institucional e pedagógica; corpo docente e instalações. Categorias de análise: da organização institucional – plano de desenvolvimento institucional, projeto pedagógico dos cursos e articulação das atividades acadêmicas, avaliação institucional -; da organização didático-pedagógica – administração acadêmica, projeto pedagógico do cursos, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação -; do corpo docente – formação acadêmica e profissional, condições de trabalho, atuação ou desempenho acadêmico e profissional -; das instalações – instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos – (MEC, 2014). Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Para contextualizar as Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam programas de pós-graduação na área Turismo (PPGTur), sendo pré-requisito destes o reconhecimento e recomendação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período compreendido entre 2010 e 2013, considerou-se as características e os atributos descritos abaixo:

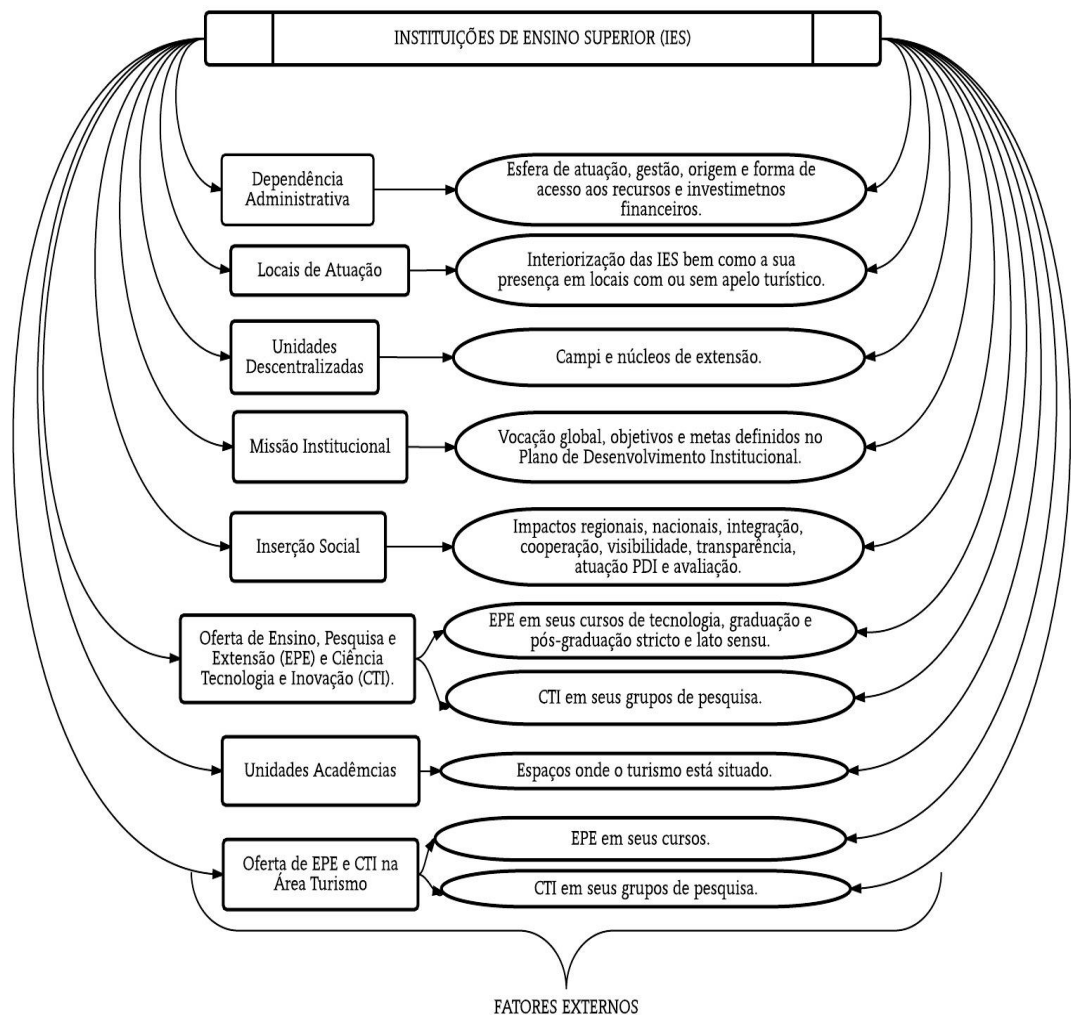
- i. Dependência e Categorização Administrativa (DCA): segundo a LDB (1996), administrativamente as IES podem ser públicas, do tipo federal, estadual ou municipal ou privadas, do tipo beneficente, sem fins lucrativos ou com fins lucrativos. Atributo: determina a esfera de atuação e de gestão das IES, a origem e a forma de acesso aos recursos e investimentos financeiros para a educação e o fim da mesma.
- ii. Locais de Atuação (LA): distribuição das unidades acadêmicas pelos Estados em termos de municípios e pelo Distrito Federal em termos de Regiões Administrativas. Atributo: a determina a interiorização das IES bem como a sua presença em locais com apelo turístico ou não.
- iii. Unidades Descentralizadas (UD): campi e núcleos de extensão;
- iv. Missão Institucional: vocação global, objetivos e metas definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) mais recente das IES;
- v. Inserção Social: os impactos regionais e/ou nacionais, a integração e cooperação com outras IES, a visibilidade e transparência das suas atividades e atuação, definidos no PDI e avaliados pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior (SINAES) e do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG);
- vi. Oferta de Ensino, Pesquisa e Extensão (EPE): em seus cursos de tecnologia, graduação e pós-graduação stricto sensu e lato sensu e Oferta de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI): em seus grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- vii. Unidades Acadêmicas (UA): espaços onde o turismo está situado enquanto subárea do conhecimento;
- viii. Oferta de Ensino, Pesquisa e Extensão em Turismo (EPETur): em seus cursos técnicos, de tecnologia, graduação e pós-graduação stricto sensu e lato sensu e Oferta de Ciência, Tecnologia e Inovação em Turismo (CTITur): em seus

grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na subárea turismo;

- ix. Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na Área Turismo (PPGTur) e Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na Área Turismo (CPGTur): em suas modalidades Mestrado Acadêmico (M), Mestrado Profissional (F) e Doutorado (D). Reconhecimento e Recomendação (RR): pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nota CAPES: avalia os programas e cursos que integram o SNPG, atribuindo notas numa escala de um a sete. Áreas de Concentração dos PPGTur (AC). Linhas de Pesquisa (LP) dos PPGTur. Número de Docentes Permanentes (DP) dos PPGTur. Editoração de Periódico Científico (PC) e Qualis (Q) do periódico para a área de avaliação Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

Tomando as características descritas acima sobre as instituições de ensino superior elaborou-se o Arquétipo das Instituições de Ensino (Figura 3), como forma de ilustrar a relação das características individuais e grupais das IES bem como dos seus atributos - como dependência administrativa, missão institucional e inserção social - com a contextualização e atuação dos programas de pós-graduação na área turismo no Brasil.

Figura 3- Arquétipo das Instituições de Ensino Superior.



Fonte: Elaborado pela autora.

Após essa contextualização é apresentada uma tabela com dados que permitem uma caracterização e uma contextualização das IES que ofertam programas de pós-graduação na área turismo reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período compreendido entre 2010 e 2014.

1.6.1 A Universidade de São Paulo (USP)

A Universidade Federal de São Paulo (USP), criada em 1934, é uma instituição de ensino superior, de dependência administrativa estadual, pública estadual, com sete campi distribuídos pelo Estado de São Paulo (SP). Tem como missão a promoção e

desenvolvimento de todas as formas de conhecimento, por meio do ensino e da pesquisa, a formação pelo ensino em nível superior de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como à qualificação para as atividades profissionais, e a oferta à sociedade de serviços de extensão e de curadorias indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa (USP, 2012).

Localizada na capital do Estado de São Paulo, na Região Sudeste, está presente nas cidades de São Paulo (SP), Bauru (SP), Ribeirão Preto (SP), Piracicaba (SP), Pirassununga (SP) e Lorena (SP). É reconhecida por pelo menos 08 rankings internacionais relacionados à produtividade científica e considerada a universidade brasileira que mais publicou artigos científicos, indexados na base de dados *Scopus*, entre os anos de 2007 e 2011, entre as instituições de ensino superior de todo o mundo. A oferta de EPE dispõe de cursos em todas as grandes áreas do conhecimento, concentrado aproximadamente 249 graduações, 239 programas de pós-graduação, 332 cursos de mestrado e 309 de doutorado, sendo responsável por 22% da produção científica do país. Não foi avaliada pelo INEP por opção, já que está sujeita à legislação estadual e é avaliada pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEESP)¹¹. A oferta de CTI dispõe de 820 grupos certificados pelo censo de 2010, 1.398 não atualizados, 11 aguardando certificação e 331 em preenchimento (MEC, 2014; CNPq, 2014).

É na UA Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) que está situado o turismo enquanto subárea do conhecimento. Por meio da EACH são ofertados um Programa de Pós-Graduação em Turismo e uma graduação em Lazer e Turismo.

O Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), atua no nível mestrado acadêmico (M), com reconhecimento e recomendação em 2014 e Nota CAPES 3, concedida segundo a Avaliação Trienal 2013 da CAPES. A proposição desse curso é representada por um corpo docente com experiência de atuação na área, pelas investigações em conjunto com outras unidades da USP e com outras instituições de

¹¹ O CEESP é um órgão normativo, deliberativo e consultivo do sistema educacional público e privado paulista. Além de estabelecer as regras para todas as escolas das redes estadual, municipal e particular, presencial e à distância, orienta as instituições de ensino superior públicas do Estado, bem como credencia seus cursos.

ensino e pelo pioneirismo no ensino de graduação e pós-graduação em turismo no Brasil, desde 1972. Objetiva proporcionar conhecimento sistematizado da realidade, com base nos paradigmas de socialização das responsabilidades e das oportunidades do desenvolvimento do turismo. Visiona a inovação nas tendências para criação de novos produtos. Sua área de concentração está voltada para o 'Desenvolvimento do Turismo', com duas linhas de pesquisa que contemplam o turismo em seu conhecimento e tendências e o turismo em seus processos e inovação. Conta com 12 docentes permanentes com graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento e na área turismo. Editora 01 periódico científico denominado Turismo em Análise, ISSN 1984-4867, iniciado em 1990 e publicado ininterruptamente ao longo de vinte e quatro anos, avaliado com QUALIS B2 para a área Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

1.6.2 A Universidade Federal do Paraná (UFPR)

A Universidade Federal do Paraná (UFPR), lançada em 1892 e institucionalizada em 1913, é uma instituição de ensino superior, de dependência administrativa federal, pública federal, com doze campi distribuídos pelo Estado do Paraná (PR). Tem como missão a contribuição para o desenvolvimento sustentável, priorizando a formação continuada do profissional cidadão e a produção, socialização e apropriação do conhecimento de forma articulada com os demais segmentos da sociedade. Visiona ser referência no Brasil (UFPR, 2012).

Localizada na capital do Estado do Paraná (PR), na Região Sul, está presente nas cidades de Curitiba (PR), Matinhos (PR) e Palotina (PR), fazendo fronteira com a Argentina e o Paraguai e proximidade geográfica com os demais países do Mercosul, que em ritmo crescente, tem firmado convênios com IES brasileiras, coordenados pela Associação das Universidades do Grupo Montevideo (AUGM), da qual a UFPR é signatária e membro ativo. A oferta de EPE é de aproximadamente 112 cursos de graduação, 115 de pós-graduação stricto sensu e 44 cursos lato sensu. Foi avaliada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹²,

¹² Estão disponibilizados no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) os resultados dos indicadores do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2012, atualizado em 26 fev. 2013 pelo órgão e consultado pela pesquisadora em 24 nov. 2014. A Nota Técnica n.º 73, que trata do cálculo do IGC referente a 2013, informa que o cálculo abrangeu o triênio 2011-2012-2013, mas ainda não foram publicados os resultados. No entanto, os

em 2012 com Índice Geral de Curso (IGC) 4, e em 2014, com Conceito Institucional (CI) 4. A oferta de CTI é de 470 grupos certificados no censo de 2010, 14 não atualizados, 10 aguardando certificação e 36 em preenchimento (MEC, 204; CNPq, 2014).

É na UA Departamento de Turismo (DETur) que está situado o turismo enquanto subárea do conhecimento. Por meio do DETur são ofertados: um Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), criado em 2012; uma graduação em Turismo; e um curso lato sensu em Planejamento e Gestão do Turismo (MEC, 2014; UFPR, 2012).

O Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), atua no nível mestrado acadêmico (M), com reconhecimento e recomendação em 2012, início das atividades em 2013, e Nota 3 concedida segundo a Avaliação Trienal 2013 da CAPES. A proposição desse curso apresentou proposta adequada, suficiente e em condições institucionais, de infraestrutura e de corpo docente e produtividade madura consistente. Objetiva aprofundar a formação teórico-prática no campo do conhecimento turístico considerando o planejamento, a gestão e o controle de destinos e organizações turísticas, desenvolver a análise crítica na apreensão das relações estabelecidas entre o turismo, a sociedade e as organizações, considerando de forma equânime os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais. Sua área de concentração está voltada para o 'Turismo e Desenvolvimento', com duas linhas de pesquisa que contemplam o turismo em suas relações com a sociedade e o meio ambiente e o turismo em suas relações com as organizações turísticas públicas e privadas. Conta com 10 docentes permanentes com graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento e na área Turismo. Editora um periódico científico denominado Turismo e Sociedade, ISSN 1983-5442, iniciado em 2008, avaliado pela CAPES com QUALIS B3 para a área Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

dados sobre IGC e CI podem ser consultados também pelo Sistema de Regulação do Ensino Superior (e-MEC), disponível no portal do INEP. As Instituições de Educação Superior pertencentes aos Sistemas Estaduais de Ensino são reguladas e supervisionadas pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação. Nesse sentido, as informações relacionadas a tais instituições no Cadastro e-MEC, são declaratórias e de responsabilidade exclusiva dessas instituições.

1.6.3 A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), criada em 1958, é uma instituição de ensino superior, de dependência administrativa federal e pública, com sete *campi* distribuídos pelo Estado do Rio Grande do Norte (RN). Tem como missão a educação, produção e disseminação do saber universal, a preservação e difusão das artes e cultura, e a contribuição para o desenvolvimento humano comprometido com a justiça social, a democracia, a cidadania e a sustentabilidade socioambiental. Visiona inserção internacional e sustentável em suas ações, disseminação de tecnologias e produção de conhecimentos em áreas de fronteira, desenvolvimento socioeconômico inovador inteirado com a sociedade, com os setores público e privado e com os movimentos sociais, induzindo políticas públicas e compartilhando conhecimentos (UFRN, 2012).

Localizada no Estado do Rio Grande do Norte (RN), Região Nordeste, está presente na capital e em cidades como Natal (RN), Caicó (RN), Macaíba (RN) e Santa Cruz (RN). Vem desenvolvendo ações estruturantes para avançar na internacionalização que tem envolvido a interação entre as grandes áreas do conhecimento por meio da criação de programas e parcerias que tem recrutado pesquisadores brasileiros e estrangeiros, como por exemplo, o Instituto do Cérebro (ICérebro), o Instituto Internacional de Física, a coordenação de 03 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – Comunicação Sem Fio (INCT-CSF), Interface Cérebro Máquina (INCEMAQ) e Ciências do Espaço (INEspaço), o Núcleo de Petróleo e Energias Renováveis. A oferta de EPE dispõe de aproximadamente 92 cursos de graduação, 74 programas pós-graduação *stricto sensu* e 52 cursos *lato sensu*. Foi avaliada pelo INEP, em 2012, com IGC 4 e em, 2011, com CI 5. A oferta de CTI é de 212 grupos certificados no censo de 2010, 83 não atualizados, 01 aguardando certificação e 36 em preenchimento (MEC, 2014; CNPq, 2014).

É na UA Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e no Departamento de Turismo (DTur) que está situada a subárea do conhecimento turismo. Por meio do DTur são ofertados: 01 Programa de Pós-Graduação em Turismo, criado em 2008; 03 cursos de graduação em Turismo; e 02 tecnólogos, um em Gestão Hoteleira e outro em Gestão da Animação Turística (UFRN, 2012; MEC, 2014).

O Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), atua no nível mestrado acadêmico, com reconhecimento e recomendação em 2008, e Nota 4 concedida segundo a Avaliação Trienal 2013 da CAPES. A proposição desse curso apresentou coerência, consistência e articulação entre as linhas de pesquisa, projetos e disciplinas. Objetiva a criação de um espaço acadêmico para estudar o fenômeno turismo, considerando as reconhecidas potencialidades da região e a demanda por conhecimento. Visiona preparar pesquisadores, formar docentes e capacitar profissionais para o incremento da produção científica em turismo e áreas afins. Sua área de concentração volta-se para o 'Turismo, Desenvolvimento e Gestão', com duas linhas de pesquisa que contemplam a gestão em turismo e o desenvolvimento regional (PPGTUR/UFRN, 2013). Conta com 14 docentes permanentes com graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento e na área turismo.

1.6.4 Universidade de Brasília (UnB)

A Universidade de Brasília (UnB), inaugurada em 1962, é uma instituição de ensino superior, de dependência administrativa federal, pública federal, com quatro campi e dois núcleos de extensão distribuídos pelo Distrito Federal (DF). Tem como missão o comprometimento com o saber e a busca de soluções de problemas do País e da sociedade, com a educação de homens e mulheres para o compromisso com a ética, com os direitos humanos, com o desenvolvimento socioeconômico sustentável e a produção de conhecimento científico, cultural e tecnológico, inclusa nos referenciais de excelência acadêmica e de transformação social. Visiona ser uma das três maiores universidades federais do País e referência como instituição de excelência acadêmica, integrada internacionalmente às diversas áreas do conhecimento e humanizadora (UnB, 2011).

Localizada na capital do País, na Região Centro-Oeste, está presente também nas regiões administrativas do DF de Brazlândia, Ceilândia, Gama, Planaltina e São Sebastião, com facilidade de acesso a fontes de fomento e a financiadores nacionais e internacionais, num cenário nacional de ciência e tecnologia favorável ao fomento das atividades acadêmicas e de economia em expansão, com demanda por recursos humanos especializados, além do estabelecimento e fortalecimento das cooperações com vários organismos e instituições de ensino e pesquisa internacionais. A oferta de EPE dispõe de 113 cursos de graduação, 147 cursos de pós-graduação stricto sensu

22 cursos lato sensu. Foi avaliada pelo INEP, em 2012, com IGC 4. A oferta de CTI é de 382 grupos certificados no censo de 2010, 125 não atualizados, 02 aguardando certificação e 107 em preenchimento MEC, 2014; CNPq, 2014).

É na UA Centro de Excelência em Turismo (CET) que está situado o turismo enquanto subárea do conhecimento. Por meio do CET são ofertados um Programa de Pós-Graduação em Turismo, criado em 2007, 01 graduação em Turismo, iniciada em 2010 e 04 cursos lato sensu - Gestão em Hotelaria Hospitalar, Tecnologia de Alimentos, Patrimônio e Turismo Cultural, Gestão de Negócios e Consultoria em Turismo – (MEC, 2014; UnB, 2013).

O Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), atua no nível mestrado profissional (F), com reconhecimento e recomendação em 2007, e Nota 3 concedida segundo a Avaliação Trienal 2013 da CAPES. A proposição desse curso apresenta proposta coerente e articulação consistente entre as linhas de atuação e projetos de pesquisa. Objetiva a formação profissional para elaboração e implementação de programas e projetos em turismo, no setor público e privado, e para a avaliação de impactos. Objetiva contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo. Sua área de concentração volta-se para a 'Cultura e Desenvolvimento Regional', com duas linhas de pesquisa que contemplam a cultura e a sustentabilidade no turismo e a governança do turismo (PPGTur/UnB, 2014). Conta com 12 docentes permanentes com graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento.

1.6.5 A Universidade de Caxias do Sul (UCS)

A Universidade de Caxias do Sul (UCS), criada em 1967, é uma instituição de ensino superior, de dependência administrativa particular, privada sem fins lucrativos, com cinco campi distribuídos pelo Estado do Rio Grande do Sul (RS). Tem como missão a produção, sistematização e socialização de conhecimento com qualidade e relevância para o desenvolvimento sustentável, visionando para tanto, ser indispensável para o desenvolvimento sustentado no conhecimento (UCS, 2013).

Localizada na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), Região Sul, está presente nas cidades de Caxias do Sul (RS), Bento Gonçalves (RS), Vacaria (RS), Canela (RS), Farroupilha (RS), Guaporé (RS), Nova Prata (RS), Veranópolis (RS) e

São Sebastião do Caí (RS), importante polo metalomecânico do País e cultivador da uva e do vinho. De caráter comunitário e regional, é afiliada por exemplo, ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUG), à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas. A oferta de EPE dispõe de aproximadamente 97 graduações, 13 programas de pós-graduação *stricto sensu* e 73 cursos *lato sensu*. Foi avaliada pelo INEP em 2012, com IGC 3, e em 2014, com CI 4. A oferta de CTI em seus grupos de pesquisa é de 72 grupos certificados no censo de 2010, 23 não atualizados, um aguardando certificação e 05 em preenchimento (MEC, 2014, CNPq, 2014).

É na UA Programa Hospitalidade que está situado o turismo enquanto subárea do conhecimento. Por meio dele são ofertados: um Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, criado em 2001; um curso *lato sensu* MBA em *Sommellerie: Cultura, Gestão e Serviço do Vinho*; 03 graduações em Turismo (ENADE 5, CPC 5, CC 5); uma em Hotelaria; 02 tecnólogos, sendo um em Gastronomia e outro em Eventos; 03 cursos de extensão em Confeiteiro Básico, Confeiteiro Intermediário e *Sommelier* Internacional (MEC, 2014; UCS, 2013).

O Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (PPGTH), atua no nível mestrado acadêmico (M), com reconhecimento e recomendação em 2000 e Nota 4 concedida pela CAPES, segundo Avaliação Trienal 2013. A proposição desse curso é coerente e consistente com os objetivos de formação em turismo e com inserção regional extremamente pertinente, dada a enorme escassez de cursos voltados para essa temática tão compatível com a vocação do Brasil (CAPES, 2000). Objetiva a promoção e análise do turismo como fenômeno, a qualificação de recursos humanos para planejamento, gestão, pesquisa e docência na área através das visões holística e setorializada, a identificação e análise de gestões participativas, integradas e sustentáveis do turismo e o fomento do desenvolvimento de novas abordagens metodológicas e a aplicação de novas tecnologias. Sua área de concentração está voltada para o 'Desenvolvimento Regional do Turismo', com duas linhas de pesquisa que contemplam o turismo e sua organização em relação à sustentabilidade e o turismo em sua relação com a cultura e a educação (PPGTur/UCS, 2013). Conta com 10 docentes permanentes com graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. Editora 01 periódico científico, denominado Revista Rosa dos Ventos,

ISSN 2178-9061, iniciado em 2009, avaliado pela CAPES com QUALIS B3 para a área Administração, Ciências Contábeis e Turismo - dado consultado em 21 fev 2014, no SICAPES, WEBQUALIS.

1.6.6 A Universidade Anhembi Morumbi (UAM)

A Universidade Anhembi Morumbi (UAM), constituída em 1969, é uma instituição de ensino superior, de dependência administrativa particular, com fins lucrativos e seis unidades distribuídas pelo Estado de São Paulo (SP). Tem como missão a provisão de educação de alta qualidade, a formação de líderes e profissionais capazes de responder às demandas do mundo globalizado e a contribuição para o progresso social com espírito empreendedor e valores éticos. Visiona consolidar sua posição de liderança no ensino superior nas áreas do conhecimento que atua e formar profissionais diferenciados, por meio da excelência acadêmica, inovação e internacionalidade (UAM, 2013).

Localizada no primeiro Estado da Região Sudeste, em população e principal gerador de riqueza para a região e para o país, São Paulo (SP), está presente nas cidades de São Paulo (SP), Campinas (SP) e São Bernardo do Campo (SP). Integra a rede de instituições ligadas a Laureate International Universities, uma rede mundial de universidades que reúne instituições de países da Europa, América Latina, Ásia e os Estados Unidos. A oferta de EPE dispõe de cursos nas diversas áreas do conhecimento, concentrados aproximadamente em 199 cursos de graduação, 03 programas de pós-graduação stricto sensu e 97 cursos lato sensu. Foi avaliada pelo INEP em 2012, com IGC 3, e em 2009 com CI 3. A oferta de CTI em seus grupos de pesquisa é de 33 grupos certificados no censo de 2010, 08 não atualizados e 06 em preenchimento (MEC, 2014; CNPq, 2014).

É na UA Área de Turismo e Hospitalidade que está situado o turismo enquanto subárea do conhecimento. Por meio dela são ofertados: 01 Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade, criado em 2001; 03 graduações (em turismo com 02 bacharelados e um tecnólogo, em hotelaria com 06 bacharelados e 04 tecnólogos, em gastronomia com 04 tecnólogos, em eventos); 06 cursos sequenciais - Confeitaria e panificação, Curso Superior de Gastronomia, Organização e Gestão de Eventos, Ecoturismo e Turismo de Aventura, Gestão de Negócios Turísticos, Gestão de

Operações Hoteleiras; e 02 cursos lato sensu - Eventos: Planejamento e Produção, Padrões Gastronômicos (MEC, 2014; UAM, 2013).

O Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade (PPGH), atua no nível mestrado acadêmico (M), com reconhecimento e recomendação em 2001 e Nota 4 concedida segundo a Avaliação Trienal 2013 da CAPES. A proposição desse curso apresentou coerência e consistência articuladas entre linhas de pesquisa, projetos e disciplinas, que se destinam à formação de profissionais com visão integrada de diferentes aspectos da hospitalidade, um campo estratégico e carente de cursos de pós-graduação. Objetiva a produção de conhecimento científico sobre a Hospitalidade em seus tempos e espaços, e a formação de mestres com visão ampla e interdisciplinar da hospitalidade capazes de aplicar esse conhecimento em sua vida profissional, acadêmica e pessoal. Sua área de concentração está voltada para a hospitalidade, com duas linhas de pesquisa que a contemplam em seus processos e práticas e em serviços e organizações (PPGH/UAM, 2013). Conta com 08 docentes permanentes com graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. Editora um periódico científico, denominado Revista Hospitalidade, INSS 1807-975X, iniciado em 2004, e avaliado pela CAPES com QUALIS B3 para a área Administração, Ciências Contábeis e Turismo dado consultado em 21 fev 2014, no SICAPES, WEBQUALIS.

1.6.7 A Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Universidade Estadual do Ceará (UECE), constituída em 1973, é uma instituição de ensino superior, de dependência administrativa estadual, pública, com dois campi e seis unidades descentralizadas distribuídos pelo Estado do Ceará (CE). Tem como missão a produção e disseminação de conhecimento e a formação profissional para promover o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da região nordeste. Visiona projeção nacional pela excelência do ensino, da produção científica e da contribuição efetiva ao desenvolvimento do País (UECE, 2011).

Localizada no terceiro Estado Região Nordeste em população e no centro da Região, em um ponto estratégico para a comunicação do Brasil com África, Europa e América do Norte, está presente nas cidades de Cratús (CE), Fortaleza (CE), Gaiúba (CE), Iguatu (CE), Itapipoca (CE), Limoeiro do Norte (CE), Pacotí (CE), Quixadá (CE), atendendo às mais diversificadas demandas sociais e profissionais do Estado e da

Região e mantendo o propósito de fortalecer as condições para caminhar na direção do estabelecimento de relações internacionais. A oferta EPE dispõe de cursos nas diversas áreas do conhecimento, concentrados aproximadamente em 32 graduações, 04 doutorados, 14 mestrados acadêmicos (M), 07 mestrados profissionais (F), 87 cursos lato sensu e 1 residência multiprofissional em saúde. Foi avaliada pelo INEP em 2012, com IGC 3. A oferta de CTI em seus grupos de pesquisa é de 124 grupos certificados no censo de 2010, 25 não atualizados, 02 aguardando certificação e 08 em preenchimento (MEC, 2014; CNPq, 2014).

É na UA Centro de Ciências e Tecnologia (CCT-UECE) que está situado o turismo enquanto subárea do conhecimento. Por meio dele são ofertados: um Programa de Pós-Graduação em Gestão de Negócios Turísticos, criado em 2011; e 04 cursos lato sensu na área - Ecoturismo, Organização de Eventos, Gestão Estratégica de Turismo Sustentável e Turismo e Meio Ambiente. Não é ofertado cursos de graduação e/ou tecnologia na área turismo (MEC, 2014; UECE, 2011).

O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Negócios Turísticos (PPGGNTur-UECE), atua no nível mestrado Profissional (F), desde 2000, porém com reconhecimento e recomendação em 2012, e Nota 3 concedida segundo a Avaliação Trienal 2013 da CAPES para curso novo. Instituições estaduais não estão obrigatoriamente sujeitas aos sistemas de avaliação federais. A proposição desse curso representa a experiência acumulada de 05 turmas do curso lato sensu em Turismo e Meio Ambiente, de uma primeira experiência de mestrado realizado com participação das coordenações e docentes do mestrado acadêmico em Administração e em Geografia da UECE, somada ao número de egressos de cursos de tecnologia em turismo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Objetiva a capacitação de gestores públicos e privados de negócios e de territórios turísticos, cobrindo uma lacuna do mercado profissional e aumentando a capacidade de desenvolvimento da atividade turística na região. Sua área de concentração volta-se para a 'Gestão dos Negócios e dos Territórios Turísticos', com duas linhas de pesquisa que contemplam o turismo e sua relação com o território e o desenvolvimento local e a gestão política e estratégica dos negócios turísticos (PPGGNTur/UECE, 2014). Conta com 14 docentes com graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento e também na área turismo.

1.6.8 A Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI)

A Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI), instalada em 1989, é uma instituição de ensino superior, de dependência administrativa particular, privada sem fins lucrativos, com 7 campi distribuídos pelo Estado de Santa Catarina (SC). Tem como missão a produção e a socialização do conhecimento pelo ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo parcerias solidárias com a comunidade, em busca de soluções coletivas para problemas locais e globais objetivando formar cidadãos críticos e éticos. Visiona o seu reconhecimento enquanto universidade de excelência no ensino, no desenvolvimento e na divulgação de pesquisas, além da gestão criativa e empreendedora de projetos sociais (UNIVALI, 2013).

Localizada no litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina (SC), Região Sul, está presente nas cidades de Itajaí (SC), Balneário Camboriú (SC), Biguaçu (SC), Piçarras (SC), São José (SC) e Tijucas (SC), atendendo os setores privado e público e à comunidade em toda a sua área de abrangência. Cooperava internacionalmente com instituições de países da América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia. A oferta de ensino, pesquisa e extensão (EPE) dispõe de cursos em diversas áreas do conhecimento, concentrados aproximadamente em 73 graduações, 09 programas de pós-graduação stricto e mais de 50 cursos lato sensu. Foi avaliada pelo INEP em 2012, com IGC 4. Já a oferta de ciência, tecnologia e inovação (CTI) em seus grupos de pesquisa é de 59 grupos certificados no censo de 2010, 26 não atualizados, um aguardando certificação e 09 em preenchimento (MEC, 2014, CNPq, 2014).

É na unidade acadêmica (UA) Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Turismo, Hospitalidade e Lazer que está situado o turismo enquanto subárea do conhecimento. Por meio dele são ofertados um Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, criado em 1997, um Programa de Pós-Graduação em Administração, com o curso de Doutorado em Administração e Turismo, criado em 2007, duas graduações em Turismo e Hotelaria (ENADE 4, CPC 4, CC4), e um curso técnico em Guia de Turismo (UNIVALI, 2014; MEC, 2014).

O Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria (PPGTurH), atua em dois níveis, no mestrado acadêmico (M) e no doutorado (D), com reconhecimento e recomendação, respectivamente, em 1997 e 2012, e Nota 5 concedidos a ambos,

segundo a Avaliação Trienal 2013 da CAPES. A proposição desses cursos representa o desdobramento de dois fatores: a experiência acumulada pela IES por meio das atividades de formação de recursos humanos na área; e a reduzida formação de quadros técnicos necessários ao desenvolvimento qualitativo do mesmo. O ensino e pesquisa voltam-se tanto para os estudos científicos do fenômeno do turismo no Brasil quanto para suas ramificações na Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, objetivando principalmente a produção de conhecimento na área e nos seus diversos setores Sua área de concentração está voltada para o 'Planejamento e Gestão do Turismo e Hotelaria', como duas linhas de pesquisa que contemplam o planejamento do destino turístico e a gestão das empresas turísticas (PPGTurH/UNIVALI, 2013). Conta com 12 docentes permanentes com graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento e também na área turismo. Editora 01 periódico científico denominado Turismo: Visão e Ação, iniciado em 2005, avaliado pela CAPES com QUALIS B2 para a área Administração, Ciências Contábeis e Turismo – dado consultado em 21 fev 2014, no SICAPES, WEBQUALIS.

O Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), atua em dois níveis, no mestrado acadêmico (M) e no doutorado (D), sendo este último intitulado de Doutorado em Administração e Turismo (PPGAdmTur), com reconhecimento e recomendação em 2007 e Nota 4 concedida pela CAPES, segundo Avaliação Trienal 2013. Este programa está em processo de reformulação do seu nome e área de concentração, sendo citado aqui mas não tratado como objeto de estudo nesta pesquisa.

Na sua concepção, delimita ao mesmo tempo duas subáreas, a Administração e o Turismo, induzindo a discussão conjunta entre ambas e o aprofundamento de uma na outra. Objetiva a investigação científica multiparadigmática, em diferentes níveis de análise e enfoques teórico-metodológicos, do relacionamento sistêmico e recursivo entre as organizações e a sociedade. Suas áreas de concentração estão voltadas para as 'Organizações e Sociedade' e o 'Turismo: Espaço e Sociedade' (em reformulação), com três linhas de pesquisa que contemplam a gestão estratégica das organizações, do planejamento do espaço turístico e das relações socioambientais e interorganizacionais (em reformulação) (PPGAdmTur/UNIVALI, 2013). Conta com 14 docentes permanentes com graduação e pós-graduação em diversas áreas do

conhecimento. Editora um periódico científico, denominado Revista Alcance, ISSN 1983-716X, iniciado em 1997, avaliado pela CAPES com QUALIS B2 para a área Administração, Ciências Contábeis e Turismo - dado consultado em 21 fev 2014, no SICAPES, WEBQUALIS.

São ofertados ainda pela UNIVALI, 02 mestrados interinstitucionais em turismo e hotelaria (MINTER), 01 em cooperação com a UNINORTE, 2010-2012 e outro em cooperação com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), iniciado em 2012 (CAPES, 2012; ALBERTON, HOFFMAN, 2010).

1.7 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR OFERTANTES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA TURISMO

Na Tabela 9 são apresentados de forma não discursiva as informações sobre as IES segundo as características e atributos descritos na seção secundária 1.6 e em suas seções terciárias. Os dados qualitativos e quantitativos são destacados como informações centrais pelo que foi observado nos planos de desenvolvimento institucional vigentes e nas páginas web das IES, bem como no Sistema e-Mec e nos documentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ela servirá de base, juntamente com a seção 1.8, para a contextualização das IES que ofertam programas de pós-graduação na área turismo desenvolvida na seção 1.9.

1.8 A TRAJETÓRIA DO TURISMO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA

O conceito de turismo estabelecido pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e adotado oficialmente pelos órgãos e instituições públicas no Brasil, o define como as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios ou outras. É visto também como uma forma de se promover a igualdade de oportunidades, sem discriminação, acessível a todos, de maneira solidária, em condições de respeito e sob os princípios da sustentabilidade e da ética (MTUR, 2003). .

Tabela 9- Caracterização das Instituições de Ensino Superior ofertantes de programa de pós-graduação stricto sensu na área turismo por ano de criação das instituições – Atualizado em 25 nov. 2014

Ano de criação	IES	Dependência administrativa	Unidade da federação	Locais de atuação	Unidades acadêmicas	Cursos de graduação e de tecnologia	Cursos de pós-graduação stricto sensu	Cursos de pós-graduação lato sensu	Grupos de pesquisa	Índice geral de cursos avaliados da instituição e ano	Conceito institucional e ano
1892	UFPR	Federal, Pública	PR	3	12	80	115	44	471	4/2012	4/2012
1934	USP	Estadual, Pública	SP	6	7	249	239	928	820	(1)	(1)
1958	UFRN	Federal, Pública	RN	4	7	78	74	52	212	4/2012	5/2011
1962	UnB	Federal, Pública	DF	6	4	109	147	22	382	4/2012	(2)
1967	UCS	Particular, Privada sem Fins Lucrativos	RS	9	5	84	13	73	72	3/2012	4/2014
1969	UAM	Particular, Privada com Fins Lucrativos	SP	3	6	66	3	90	33	3/2012	3/2009
1973	UECE	Estadual, Pública	CE	8	8	90	25	87	124	3/2012	(1)
1989	UNIVALI	Particular, Privada sem Fins Lucrativos	SC	6	7	70	9	50	59	4/2012	(2)
-	8	4	7	45	56	826	625	1346	2173	-	-

Fonte: (UNIVALI, 2013; UCS, 2013; UECE, 2011; UAM, 2013; UnB, 2011; UFRN, 2012; UFPR, 2012; USP, 2012; CNPq, 2014; MEC, 2014). Elaborado pela autora.

Nota: (1) Instituições de ensino estaduais estão sujeitas a avaliação pelos conselhos estaduais de educação, não sendo necessariamente obrigadas a serem avaliadas no âmbito federal. (2) Conceito institucional não disponível para consulta no Sistema e-MEC até a última consulta para esta pesquisa em 25 nov. 2014.

É compreensível a aceitação deste conceito, pois o turismo nasce e avança com o capitalismo. Mas isto não quer dizer que se aceita aqui este fato como único, principalmente se se tomar a ideia de Moesch (2013), de que o saber turístico não é apenas uma redução de informações e sistemáticas do seu setor produtivo. Ele é uma mistura de elementos diversos. Ele é um sistema aberto e orgânico em formato de holograma, energizado pela dinâmica humana e construído teoricamente pelo deslocamento e pelo sedentarismo.

Ainda que seu estudo seja recente, como o é na concepção moderna de sociedade da qual é fruto e expoente das aspirações de deslocamento do homem, sua conceituação não pode limitar-se a uma simples definição. Para além das visões economicistas, tecnicistas e holísticas, estão imprimidos nele 'códigos culturais', que por sua vez estão imprimidos nos seres humanos, pela sociedade na e da qual vivem ou escolhem viver (RAPAILE, 2007). Esses *imprints* constituem o significado inconsciente que o ser humano aplica a qualquer coisa por meio da cultura em que foi criado. Ao que se quer dizer que é preciso levar em conta o contexto do qual ele nasceu, no qual se levantaram seus problemas e onde estes caducaram ou se transformaram.

A trajetória da pós-graduação brasileira em turismo é consequência da institucionalização do turismo no país, da evolução do ensino superior na área e da demanda por profissionais qualificados para ensinar, pesquisar, estudar e produzir conhecimento sobre uma atividade relativamente nova e em franca expansão no Brasil e no mundo.

Até meados da década de 1930, os assuntos pertinentes ao turismo no Brasil, não eram considerados prioritários pelo governo. É a organização do setor empresarial motivada pela necessidade de regulamentação das atividades hoteleiras e de agenciamento das viagens e a realização da Copa do Mundo da FIFA Brasil™, em 1950, que culminarão na criação da Divisão de Turismo e Certames, do Ministério da Indústria e Comércio, pela Lei n.º 4.048, de 29 de dezembro de 1961.

A formalização de planos de desenvolvimento da atividade surgiria em 1966, com a Política Nacional de Turismo, por meio de Decreto de Lei n.º 55, de 18 de novembro e com a criação do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e da então Empresa

Brasileira de Turismo (EMBRATUR), atualmente denominada Instituto Brasileiro de Turismo, cujo objetivo na época era melhorar a imagem do país no exterior, que passava pela ditadura militar. Entre os anos de 1964 e 1985, vivia-se o Regime Militar, um período político de “repressão e censura [...] neste cenário, o turismo aparecia como atividade econômica do futuro” (REJOWSKI, 2002: 134). O turismo nacional experimentava um crescimento, em decorrência também da divulgação da diversidade cultural e biodiversidade natural, que motivou e ampliou a entrada de turistas estrangeiros no país.

Seguia-se uma tendência mundial, instaurada na década de 1940, no pós-guerra, quando a atividade passa a ser considerada politicamente como uma atividade econômica capaz de agregar valor ao desenvolvimento dos países e das suas regiões, principalmente daqueles em desenvolvimento. Esse entendimento se deve ao fato de que no período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por toda a Europa Ocidental, o turismo foi estimulado para ajudar a restaurar a normalidade social, devido ao crescente fluxo de turistas e ao potencial econômico da atividade para aumentar as divisas e gerar emprego e renda. Retórica essa, recomendada aos países em desenvolvimento na década de 1960, como estratégia de modernização das regiões subdesenvolvidas do planeta (HUGHES, 2004).

Apropriado do discurso desenvolvimentista associado à diversidade cultural e megabiodiversidade natural do país, que produzia paisagens exóticas e até eróticas aos olhos dos estrangeiros, o governo militar lançava mão de slogans como “Turismo – Fator de Integração Nacional”, para justificar a construção da Rodovia Transamazônica, que cortaria transversalmente o país num percurso de 8 mil km, ligando as regiões Norte e Nordeste ao Peru e ao Equador. Emílio Garrastazu Médici, presidente entre 1969 e 1974, declarava 1973 como o “Ano Nacional do Turismo” (ALFONSO, 2006; HALLAL, 2010a, 2010b).

Informações eram veiculadas tanto em meios de comunicação especializados quanto em meios de comunicação de massa, divulgando os aspectos positivos do turismo em toda sua plenitude (REJOWSKI, 1996). O “Milagre Brasileiro” experimentado por meio dos investimentos estrangeiros, baixa inflação, ascensão da classe média e das elites e o considerável aumento do Produto Interno Bruto (PIB), viam na atividade a promessa das benesses para o futuro. No país do futuro, nascia uma nova área

profissional, o turismo (TRIGO, 2000). A hotelaria é expandida, assim como as empresas aéreas e a malha rodoviária. São criados o Fundo Geral de Turismo (FUNGETur), pelo Decreto de Lei n.º 1.191, de 27 de outubro de 1971, cujo objetivo era a reforma e a construção de hotéis e o Fundo de Investimento Setorial de Turismo (FISSET), pelo Decreto de Lei n.º 1.376, de 12 de dezembro de 1974, cujo objetivo era a ampliação da atividade e o incremento dos negócios.

Entretanto, até meados da década de 1970, mesmo em países desenvolvidos, o turismo ainda não havia se firmado como um campo de estudo autônomo, pelo interesse de outras áreas no seu estudo e principalmente pela ramificação de possibilidade de estudo dentro do próprio turismo, como os meios de hospedagem, o agenciamento de viagens, a organização de eventos, o desporto, lazer e recreação e a logística.

O Brasil se lançava pioneiro mundialmente na oferta de ensino superior em turismo, com uma oferta de pelo menos 16 cursos. A Faculdade de Turismo do Morumbi, atual Universidade Anhembi Morumbi (UAM), situada na cidade de São Paulo (SP), foi a primeira instituição de ensino a ofertar curso superior em turismo, em 1971, seguida do Centro Universitário Ibero-Americano (UNIBERO), em 1972 e da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Pioneira de Integração Social (UPIS), ambas em 1973. Para Teixeira (2006, 2007), três vetores foram determinantes nesse processo: o amadurecimento do setor produtivo e da EMBRATUR, que fez com que o mercado exigisse profissionais qualificados; as mudanças no cenário da educação e a facilidade para abertura de novos cursos; e a cultura do ócio e do lazer.

Domingo Peña, organizador e coordenador do primeiro curso superior de turismo, da Faculdade de Turismo Morumbi, em entrevista a Lucchesi (2006), afirma que a criação deste curso revolucionou o turismo brasileiro, pois não havia ensino superior de turismo no mundo, apenas escolas técnicas. Mário Beni, em 1975, no discurso de abertura do I Congresso Nacional de Turismo, enfatizava que o turismo no país deixava de ter apenas uma posição política administrativa empresarial e passava a constituir-se também em assunto de ordem técnica e científica, devendo ser encarado como tal (REJOWSKI, 1996).

Ao mesmo tempo em que os cursos eram de nível superior, os delineamentos das suas matrizes curriculares eram baseados nos cursos técnicos europeus, ou seja, visavam atender a demanda do mercado, utilizavam terminologia economicista e tecnicista, menosprezando muitas vezes os aspectos sociais e políticos da sociedade (TRIGO, 1998). Esse formato de matriz curricular, focado na profissionalização para o setor, foi alvo de críticas e preconceito por parte de outras áreas do conhecimento e continua ainda hoje, pois questiona-se a falta de base de conhecimento dos egressos para desenvolver qualquer trabalho reflexivo e crítico (HALLAL, 2010a, 2010b).

Nessa época, as instituições de ensino superior eram inspiradas também por três modelos educacionais, o alemão, o francês e o norte americano. Segundo Sakata (2002, 2008), esses modelos eram respectivamente conhecidos como: 'Modelo Humboldtiano' – destacado pela elitização e ênfase no conhecimento erudito, enciclopédico e neohumanista e o ensino e a pesquisa -; 'Modelo Napoleônico' – destacado pela elitização e atrelado ao Estado, com sistema de cátedras, hipercentralização e hierarquização das grandes escolas com privilégios acima das faculdades; e 'Modelo Taylorista', destacado pelo ensino de massa, autonomia e diversidade de tipos de instituições, tendo como foco o ensino técnico e os ofícios manuais.

A pressão dos organismos internacionais e a influência do sistema econômico vigente acabaram por determinar às instituições de ensino superior, que iniciavam a oferta de cursos de turismo no país e que eram predominantemente de administração privada, a adoção o 'Modelo Taylorista'. Elas atendiam à demanda do mercado por qualificação profissional e reproduziam no ensino a indústria, que no caso do turismo era conhecida como a 'Indústria sem Chaminés'. Havia também o entendimento de que os cursos nessa área requeriam pouca ou nenhuma infraestrutura além da já existente e o fato de que o turismo adquiria o status de negócio e área profissional do futuro, propagada até o final da década de 1990.

O 'Modelo Europeu' serviu de base para a abertura do primeiro curso pela Faculdade de Turismo Morumbi, mas devido à crescente demanda por vagas no ensino superior nos países europeus e à dominância da língua inglesa no ambiente científico mundial, esse modelo já aderiria ao sistema norte americano de ensino. Fato esse verificado

pela oferta de programas de *Master in Business Administration* (MBA) e os convênios universidade-empresas verificados nas instituições de ensino europeias (SAKATA, 2002, 2008).

A reestruturação ou desestruturação institucional, acadêmica e o seu desenvolvimento não planejado, por um lado, também contribuíram para essa situação, mas por outro provocaram o início dos estudos sobre os seus efeitos, majoritariamente negativos nos locais onde vinha se desenvolvendo. Estreavam também os eventos científicos e as discussões sobre o turismo, sobre a realidade turística brasileira, o mercado de trabalho, as necessidades do setor e da formação de pessoal qualificado para o ensino, pesquisa e produção de conhecimento.

A urgência de uma agenda internacional e nacional de ensino, pesquisa e extensão do turismo baseada num modelo de tríplice hélice – setor público, setor privado, academia -, torna-se proeminente já em 1970, com a publicação do Relatório Meadows e a constatação pelos envolvidos com o turismo, de que a atividade, nos moldes como vinha acontecendo, gerava mais malefícios que benefícios nos destinos e para os humanos que neles residem.

É nesse contexto que alguns estudiosos, como Beni (1975), Matias (2002), Panosso Netto (2005) e Teixeira (2007), apontam a oferta pela USP de um dos primeiros cursos superiores de turismo, como um pedido do presidente do Conselho Nacional do Comércio, em 1971, e uma ação designada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela EMBRATUR, por causa da preocupação com os efeitos do turismo de massa, da proliferação de cursos sem o estabelecimento de um currículo mínimo e da necessidade que surgia de um projeto pedagógico voltado não só à formação profissional, mas à pesquisa e extensão, à ciência e tecnologia e ao macro planejamento da atividade envolvendo aspectos econossocioambientais.

Tratado como um negócio lucrativo e como possibilidade de aumento da entrada de divisas nos países e da geração de renda, pelo seu dinamismo econômico, o estudo do turismo passa a ser desenvolvido entre dois aspectos fundantes e dicotômicos, o estritamente acadêmico de algumas instituições e o pragmático do setor público e privado.

A década de 1970 é o marco temporal da primeira fase do desenvolvimento do turismo e do ensino em turismo no país, considerada um sucesso aos olhos do setor público e privado, à luz do ideário desenvolvimentista e da ditadura militar, e um fracasso aos olhos de alguns estudiosos, à luz do mesmo ideário, da propaganda institucional exótica e erótica do país, da falta de preservação do meio ambiente, da inconsciência sobre a importância dos programas de qualidade na prestação de serviços e do não reconhecimento da necessidade de formação de mão de obra qualificada em todos os níveis e nos diversos segmentos da atividade.

Nas duas décadas seguintes, 1980 e meados de 1990, novos cenários surgem pela imposição de duas forças: a globalização e a sustentabilidade. A expansão da oferta de cursos continua, apesar das diversas crises econômicas que se sucederam no país, como hiperinflação e a estagnação econômica. Ao mesmo tempo o mundo passa pelo processo de internacionalização da economia, pelas novas tecnologias da informação e pela evolução dos meios de transporte. Aos poucos o turismo vai tomando forma e configurando uma nova área do conhecimento, mas a carência de pesquisas científicas e o reduzido número de pesquisadores ainda é latente e se reflete no desenvolvimento do conhecimento teórico do fato e do fenômeno turismo. (REJOWSKI, 1996; SOLHA, REJOWSKI, 2002; SOLHA, 2004, 2002).

A atividade passa a ser encarada com mais seriedade e profissionalismo, inspirada nas críticas internacionais de analistas econômicos sobre os benefícios do turismo, de analistas sociais sobre as ameaças sociais e culturais aos modos de vida e de analistas ambientais sobre as desvantagens da integração entre estratégias ambientais e turísticas (HUGHES, 2004).

Nesse período é realizado no Brasil, em 1992, um megaevento de proporção internacional, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como RIO 92, trazendo à luz das discussões o impacto das ações do homem no planeta, suas possíveis consequências e a urgência de medidas restritivas para que se pudesse garantir às futuras gerações um futuro sustentável. Os holofotes da sustentabilidade já estavam lançados sobre o turismo desde a década de 1970, quando começam a ser percebidos os efeitos negativos da atividade em massa (REJOWSKI; SOLHA, 2002; SOLHA, 2004). Em 1980, a Organização Mundial do Turismo (OMT), realiza uma conferência que culmina com a

elaboração da Declaração de Manila, documento que expõe claramente os principais compromissos de uma nova filosofia de atuação do turismo.

Com a realização da RIO 92, são reforçadas as características da produção e consumo da atividade, que alargam-se em áreas onde os recursos naturais ou artificiais são frágeis e o ambiente e a cultura são usados como componentes principais do produto, sem estarem sujeitos aos mecanismos de preços que se aplicam a muitos recursos naturais (COOPER, 2007). A necessidade de se firmar como uma área do conhecimento e o desejo dos setores público e privado de desenvolvê-lo a qualquer custo ainda não conseguiriam convergir para o desenvolvimento da atividade em bases sustentáveis.

Surgem nesta década várias propostas de apoio ao desenvolvimento do turismo 'responsável' e 'sustentável', principalmente no que tange a sua operacionalização em paisagens com relação direta com a natureza, como as áreas de proteção ambiental, as áreas rurais e/ou áreas de relevância cênica. O que se observa é uma tentativa de 'ecologizar' o turismo, criando assim uma infinidade de segmentos do mercado turístico, muitas vezes confundidos como metodologias que se professam sustentáveis ou ações de planejamento sustentável do turismo.

As décadas de 1980 e 1990 marcaram a segunda fase de desenvolvimento do turismo e do ensino em turismo no Brasil e no mundo. Se na primeira é preciso adaptar-se e minimizar os impactos negativos da atividade, na segunda isso se firma e busca-se uma compreensão do turismo mais passível de tratamento teórico e científico (WADA, 2011). Os temas que marcariam esse período, além das questões ambientais e de sustentabilidade, seriam as questões das sociedades pós-industriais e pós-modernas, a capacitação de profissionais, as novas tecnologias e a globalização, a diversidade cultural e as diferenças entre os hemisférios norte e sul (TRIGO; PANOSSO NETTO, 2003).

É nesse cenário que o ensino de pós-graduação iniciaria suas atividades com a criação, em 1993, do primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* em turismo no Brasil, pela Universidade de São Paulo (USP), Escola de Comunicações e Artes (ECA). Este curso funcionou até 1996, quando passa a ser uma das linhas de

pesquisa do programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação, também da ECA/USP.

A capacitação de recursos humanos para o turismo era discutida no Brasil, na América Latina, na América do Norte e na Europa, por meio de edições especiais de periódicos científicos, como o *Annals of Tourism Research*, em 1981, e por meio da realização de eventos, como: os seminários preparatórios do *Congreso Internacional da Asociación para la Formación Profesional Turística* (AMFORT), em 1989 na Argentina e em 1990 no Brasil; o 40º congresso anual da *Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourism* (AIEST), em 1990 na Suíça; o I Simpósio Latino Americano de Docentes e Pesquisadores Científicos do Turismo, em 1993 no Brasil; e o IV Congresso Pan-Americano de Escolas de Hotelaria e Turismo, em 1994, no Canadá. (RUSCHMANN; REJOWSKI; CACCIAMALI, 1994). Em todas essas ações foi constatado que apesar da formação em turismo defender a integração de aspectos teóricos e práticos e a interação do setor público, privado, instituições de ensino, profissionais e turistas, a formação e o aperfeiçoamento acadêmico deveriam ser distinguir da formação profissional. Outra constatação, foi a de que essas questões eram semelhantes na maioria dos países americanos e europeus onde o turismo vinha se desenvolvendo.

Com o Brasil ingressando definitivamente no processo de globalização e experimentado certa estabilidade econômica e crescimento, além da paridade da moeda nacional, o Real, com o Dólar Americano, sua economia se abria para o resto do planeta. Em contrapartida, o turismo, um dos elementos desse processo, era institucionalizado por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1994, com o objetivo de dinamizar verticalmente as potencialidades turísticas locais em favor do envolvimento e da participação das comunidades no planejamento da atividade. Horizontalmente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)¹³, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), contemplava principalmente as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do país,

¹³ O Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), criado em 1995, tem como objetivo o fortalecimento da política Nacional de Turismo e a consolidação da gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando investimentos em todas as escalas a um modelo de desenvolvimento turístico nacional. Busca assim geração de emprego e renda principalmente para a população local (MTUR, 2014).

consideradas pouco atrativas para o turismo internacional, devido à falta de infraestrutura básica, equipamentos e serviços turísticos (RODRIGUES, 2002).

O EMBRATUR adequava suas estratégias de marketing a esse novo cenário, que inspirado na RIO 92 e na campanha presidencial do então Presidente da República, lançava a imagem do Brasil como a de um país novo e moderno (HALLAL, 2010a, 2010b). A divulgação do turismo do tipo 'ecológico', 'verde', sustentável, entra em cena, assim como a Amazônia e o Pantanal, cuja fauna e flora atraía a atenção internacional para o país, o que justificaria o financiamento pelo BID para o PRODETUR e o atendimento prioritário das regiões onde esses ecossistemas são encontrados.

Diante desse panorama, a demanda por profissionais qualificados para o planejamento e a organização da atividade turística no país tornou-se ainda mais necessária. De 1993 a 1999, com base na bibliografia consultada, a oferta de programas de pós-graduação em turismo e áreas correlatas passa de 01 (USP) para 05, com 06 cursos: Mestrado em Lazer, da Universidade de Campinas (UNICAMP-SP); Mestrado e Doutorado em Administração Hoteleira, da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA-RS), Mestrado em Turismo, da Universidade Ibero Americana (UNIBERO-SP) e Mestrado em Turismo e Hotelaria, da atual Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI-SC) (ANSARAH; REJOWSKI, 1996; MILAGRES, 2013).

Principia então, de forma mais profícua, a produção de conhecimento científico em turismo no Brasil, com a formação de grupos de pesquisa, a criação de periódicos científicos, a defesa das dissertações de mestrado, a continuidade da realização de eventos acadêmicos e científicos e a participação em eventos internacionais, a publicação de livros sobre turismo e temas correlatos e a institucionalização cognitiva e social¹⁴ do seu emergente campo de estudos. Ao final desta década, 1999, o número de egressos de cursos superiores em turismo presenciais era de 89.949, a área turismo concentrava 97 grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) e aproximadamente mais de 255 trabalhos foram

¹⁴ Institucionalização cognitiva relaciona-se aos conhecimentos que são próprios da área e institucionalização social à criação de estruturas formais que dão visibilidade e estabelecem as bases sociais para os membros da comunidade científica, como a criação e a formalização de cursos e universidades, desenvolvimento de sociedades de classe, promoção de eventos e publicação de conhecimento produzido (ELIEL, 2007).

defendidos nos mestrados e doutorado da área (MILAGRES, 2013; OLIVEIRA, 2013; HOLANDA, WIDMER, LEAL, 2012; JESUS, 2012; MIRANDA, REJOWSKI, 2012; WIDMER, 2012; REJOWSKI, 2010a, 2010b, 2008, 2000, 1996; MOMM; SANTOS, 2010a, 2010b, 2009; MOMM, 2009).

A evolução dos periódicos científicos, das fases “inicial intermitente” (1970-1980) e de “inovação científica” (1990), passa respectivamente, de 04 e 05 periódicos cada uma, à “fase da expansão científica” (2000) com 16 periódicos. Prioritariamente divulgados em meio eletrônico, apesar do aumento quantitativo em número de periódicos, há uma redução no volume de artigos publicados, a necessidade de veiculação em outros idiomas e o intercâmbio e parcerias que justifiquem mais investimentos e longevidade dos mesmos (REJOWSKI, ALDRIGUI, 2007).

Por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), cujo objetivos principais eram ampliar o acesso e a permanência na educação superior, o número de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão e a diminuição das desigualdades sociais no país, as universidades experimentam uma grande expansão.

É instituída também a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica constituída pelos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF), pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG) e pelas Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais. Com a ampliação da rede vem a abertura de novos *campi* e a interiorização de outros e o Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer tem sua oferta ampliada em cursos de nível técnico e tecnológico, sendo este último equiparado ao nível superior.

Essa expansão do ensino, tanto no nível profissionalizante quanto no superior desencadeia uma leva de concursos para docentes em diversas áreas do conhecimento, inclusive na área turismo, bem como o aumento da demanda por profissionais com titulação pós-graduada *stricto sensu*, pré-requisito na maioria das universidades e em alguns institutos federais.

No início da década de 2000 esse fenômeno continuaria a ser experimentado pelo setor, mas com oscilações entre a criação de novos cursos e o fechamento de outros, além da pulverização da área com cursos específicos dos setores de atuação do turismo, como hotelaria, eventos, gastronomia e desporto e lazer. A sustentabilidade ressurge e a hospitalidade e a ética surgem como alternativas para um olhar reflexivo, crítico, prescritivo e humanizado da atividade (WADA, 2011). São ofertados mais 09 programas: Doutorado em Administração e Turismo, da UNIVALI; Mestrado em Cultura e Turismo, da Universidade Estadual de Santa Cruz do Sul (UESC-RS); Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos, da Universidade Estadual do Ceará (UECE-CE); Mestrado em Hospitalidade, da UAM; Mestrado em Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Mestrado em Turismo e Meio Ambiente, do Centro Universitário UNA; Mestrado em Turismo, da Universidade de Caxias do Sul (UCS-RS); Mestrado em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); e Mestrado em Turismo, da Universidade de Brasília (UnB-DF).

Em 2003, é criado o Ministério do Turismo (MTUR) e são lançados dois planos nacionais, o Plano Nacional de Turismo: 2003-2007 (PNT), que visou principalmente a consolidação do recém-criado MTUR, como articulador do processo de integração dos diversos segmentos do setor, e o Plano Nacional de Turismo: 2007-2010 (PNT), também intitulado de 'Uma Viagem de Inclusão', que visou estimular o mercado interno. Nesse período o turismo no Brasil era o 5º principal produtor na geração de divisas em moeda estrangeira (MTUR, 2006: 5). Durante esse período é feita a transição do PNMT, instituído em 1994, para o Programa Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT), intitulado "Roteiros do Brasil", reforçando o enfoque territorial no planejamento do desenvolvimento da atividade.

O PNT 2007-2010, foi um instrumento de planejamento e gestão que colocou o turismo como indutor de desenvolvimento e da geração de renda no país em consonância com o Programa de Aceleração do Crescimento: 2007-2010 (PAC 1). Por meio do PAC 1, o planejamento e a execução de obras estruturantes contribuíram para o desenvolvimento acelerado e sustentável do Brasil, se considerados os eixos de atuação do mesmo - água, cidade, energia e transporte - e os resultados apresentados pelo governo. A empregabilidade, diretamente relacionada aos seus

investimentos, atingiu R\$665 bilhões, do R\$1 trilhão previsto (BRASIL, 2011, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2007, 2006). Paralelo a isso, o poder público através do MTUR começa a criar políticas alternativas voltadas à diminuição das disparidades sociais e das desigualdades regionais através do turismo, estimulados principalmente pela captação, em 2010, de 3 megaeventos esportivos - a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, a Copa do Mundo da FIFA™ 2014, os Jogos Olímpicos Rio 2016 e os Jogos Paraolímpicos Rio 2016™.

Outro fato é que a oferta de cursos de pós-graduação, regulada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), passa a estar sujeita, a partir de 2001, a normas para funcionamento, como exigência de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação, concedidas por prazo determinado, dependendo de parecer favorável da Câmara de Educação superior do Conselho Nacional de Educação, fundamentado nos resultados da avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), homologados pelo Ministro de Estado da Educação, por meio da Resolução CNE/CES n.º 1, de 03 de abril de 2001.

As instituições de ensino superior, apesar de gozarem de autonomia para a criação de cursos de pós-graduação deveriam formalizar os pedidos de reconhecimento dos novos cursos por elas criados até, no máximo, 12 meses após o início do funcionamento dos mesmos. A prévia existência de grupo de pesquisa consolidado na mesma área de conhecimento do curso é condição indispensável e os pedidos de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso deveriam ser apresentados à CAPES, respeitando-se as normas e procedimentos de avaliação estabelecidos por essa agência para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* na área turismo passarão pelas avaliações trienais de 2004, 2007 e 2010, e alguns deles serão descredenciados. O SNPG foi implantado pela CAPES em 1976, compreendendo as avaliações anuais, realizadas até 2005 e as avaliações trienais, iniciadas em 2001, para o triênio 1998-2000. Os resultados desse processo são expressos por meio de nota atribuída aos programas, numa escala de 1 a 7. São levados em consideração quesitos como: proposta do programa, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações, produção

intelectual, inserção social e infraestrutura de ensino e pesquisa. Cada um desses quesitos é subdividido em itens que possuem pesos numa escala de 10,00 a 100,00 e avaliação que varia entre 'fraco', 'regular', 'bom', 'muito bom' e 'excelente'. As notas 1 e 2 descredenciam os programas, a nota 3 significa desempenho regular e atendimento aos padrões mínimos de qualidade, as notas 4 e 5 significam um desempenho entre bom e muito bom, sendo 5 a nota máxima para os cursos só de mestrado, as notas 6 e 7 indicam desempenho equivalente a padrões internacionais de excelência para os programas de doutorado (CAPES, 2013).

O MTUR passa também a coordenar e supervisionar estudos, pesquisas e análises como meio para subsidiar a formulação, implementação e avaliação da Política Nacional de Turismo (PNT) por meio do seu Departamento de Estudos e Pesquisas (DEPTUR) em parceria com outras instituições públicas e privadas. Entre os estudos estão as estatísticas e indicadores sobre os desembarques internacionais e domésticos, a receita cambial, o turismo nacional e internacional, os anuários estatísticos, as pesquisas sobre demanda turística, as conjunturas econômicas desde 2004, os boletins de desempenho econômico, sondagens do consumidor sobre intenção da viagem, e outros sobre meios de hospedagem, economia e ocupação no turismo.

O modelo de tríplice hélice, preconizado desde a década de 1970 e inspirado mais tarde no modelo teórico cunhado por Etzkoeitz e Leydesdorff, a partir da década de 1980, dá seus primeiros passos no sentido de uma concretização do turismo no país com base na interação entre setor público, privado e academia, de forma a impulsionar o desenvolvimento da atividade, local e regional, por meio da produção de conhecimento, tecnologia e inovação (ETZKOEITZ, 2003, 2002, 2000, 1994; ETZKOEITZ; LEYDESDORFF, 2000,1998, 1997, 1995).

Uma listagem dos parceiros e apoiadores desse processo não se faz desnecessária. Entre eles estão a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC), Associação Brasileira de Turismo Receptivo Internacional (BITO), Departamento Federal de Segurança Pública (DPF), Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Escola Brasileira de

Administração Pública e de Empresas (EBAPE), Instituto Brasileiro de Economia/Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Receita Federal do Brasil e o Sindicato das Empresas de Turismo (SINDETUR).

Ainda na década de 2000, com o objetivo de representar os interesses das instituições de ensino que ofertam programas de pós-graduação em turismo junto à opinião pública, ao setor público e privado e aos órgãos de classe, é fundada em 2002, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), num encontro que reuniu docentes e pesquisadores na UNIVALI, instituição anfitriã do evento, UAM, UCS, UESC e USP, em Balneário Camboriú (SC).

A associação realiza anualmente, desde 2005, o Seminário ANPTUR, que ao longo de dez anos tem reunido pesquisadores, docentes e estudiosos da área para apresentar e debater ideias e propor soluções às problemáticas do fenômeno turístico. Incorpora a partir da edição de 2013, o Encontro Binacional, que dividirá a mesa com países convidados e abertos a discussão sobre o turismo e à possibilidade de pesquisas conjuntas entre as instituições de ensino. A edição de 2013, teve como tema o turismo, a inovação e a criatividade, grandes desafios deste século, tratados transversalmente nos grupos de trabalho (GT) e especificamente no grupo criado com o mesmo nome, Turismo, Inovação e Criatividade, congregando estudos relacionados diretamente ao tema. A edição de 2014, teve como tema a transversalidade na qualificação e a competitividade em turismo. Destaca-se a Divisão Científica Formação e Pesquisa em Turismo (DFP) e seus os GT's: Epistemologia e Metodologias das Pesquisas Turísticas; Produção e Comunicação Científica em Turismo; Educação e Qualificação em Turismo; e Formação Superior em Turismo.

É editora e mantenedora da Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTur), com 21 edições, publicadas quadrimestralmente desde 2007, além dos anais dos seminários realizados. Sua criação é um marco para a consolidação da pesquisa em turismo no Brasil, que está mais para o que Leal (2011) chama de uma possível 'revolução silenciosa', pois se percebe o crescimento contínuo da publicação dos resultados de pesquisa mas se espera mais qualidade nessa produção.

Em 2011, é lançado o PAC 2 (2011-2014), com mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, e um programa específico para atender as cidades históricas brasileiras, com a revitalização de monumentos e prédios públicos e privados e investimento de 1,3 bilhões de reais em 44 cidades (BRASIL, 2011). No mesmo ano é lançado o documento Turismo no Brasil: 2011-2014, um estudo dos desafios para a Copa de 2014, com cenários, projeções e proposições para o turismo em tempo de megaeventos. A ampliação, melhora e implantação de infraestruturas em todo país – PAC 1 e PAC 2 - cobre 80% dos municípios com 93% da população. Ele servirá de base para a elaboração do Plano Nacional de Turismo: 2013-2016 (PNT), que tem como desafio o crescimento sustentado e sustentável, a redução das desigualdades regionais, a inclusão social e a geração de emprego e renda (MTUR, 2013).

Acrescenta-se a isso a longa corrida pelo equilíbrio da balança de pagamentos e gastos com o turismo, deficitária em US\$ 4,725 bilhões no 2º trimestre de 2013, e o quadro de pessoal em 17 pontos negativos percentuais para o mesmo trimestre. O PNT: 2013-2016, propõe a criação de “Agenda Estratégica do Turismo Brasileiro”, a elaboração dos “PNT's em Ação” e a inclusão de conceitos que ocupavam uma posição periférica nos planos anteriores, como a sustentabilidade. Nesse momento o objetivo é sair da 6ª para a 3ª economia turística do planeta (MTUR, 2013: 2).

Em 2012, é realizada novamente no país a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, intitulada de RIO+20, exatamente vinte anos depois da primeira conferência, a RIO 92. Durante o evento, chefes de estado e de governo renovaram seu compromisso em favor do desenvolvimento sustentável e da promoção de um futuro sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental para o planeta e para as gerações futuras e presentes. Reafirmaram o marco institucional para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das suas três dimensões – ambiental, econômica e social - e dos mecanismos intergovernamentais para esse fim, como a cooperação científica e tecnológica.

O documento referencial *El Futuro que Queremos*, resultado dela, apresenta medidas claras e práticas a serem implementadas para o desenvolvimento sustentável. Dentre as esferas temáticas e questões intersetoriais, como marco de ação e acompanhamento, está o turismo sustentável, especificamente nos itens 130 e 131, transcritos abaixo:

“130. Ponemos de relieve que el turismo bien concebido y bien gestionado puede hacer una contribución importante a las tres dimensiones del desarrollo sostenible, tiene vínculos estrechos con otros sectores y puede crear empleo decente y generar oportunidades comerciales. Reconocemos la necesidad de apoyar las actividades de turismo sostenible y la creación de capacidad conexas que permitan crear conciencia ambiental, conservar y proteger el medio ambiente, respetar la fauna y la flora silvestres, la diversidad biológica, los ecosistemas y la diversidad cultural, y aumentar el bienestar y mejorar los medios de vida de las comunidades locales apoyando las economías locales y el medio humano y natural en su conjunto. Pedimos que se preste más apoyo a las actividades de turismo sostenible y de creación de capacidad en esa esfera en los países en desarrollo a fin de contribuir al logro del desarrollo sostenible” (ONU, 2012: 28).

“131. Alentamos el fomento de las inversiones en el turismo sostenible, incluidos el ecoturismo y el turismo cultural, lo cual puede consistir, entre otras cosas, en crear empresas pequeñas y medianas y facilitar el acceso a recursos financieros por medios como las iniciativas de microcréditos para las comunidades pobres, indígenas y locales de zonas con gran potencial turístico. A este respecto, subrayamos la importancia de establecer, en caso necesario, directrices y reglamentos apropiados, de conformidad con las prioridades y leyes nacionales, para promover y apoyar el turismo sostenible” (ONU, 2012: 28).

Num cenário em constante mudança e ávido por inovação, novos paradigmas educacionais colocam em questão os problemas, desafios e forças de pressão a serem enfrentados pelo ensino superior em turismo, catalisados pela internacionalização, no estabelecimento das relações de poder e de intercâmbio cultural, pela sustentabilidade, na ligação do conhecimento a ação, pela ética, nas orientações dos padrões de conduta dos humanos e pela hospitalidade, como verdadeiro sentido de humanização na atividade (SOGAYAR, REJOWSKI, 2011; SOGAYAR, 2010).

Estreiam ainda na década de 2010, dois novos programas, o Mestrado em Turismo da UFPR, em 2013, e da USP, em 2014. Em 21 anos de história, 1993-2014, o ensino superior em turismo no Brasil, no nível *stricto sensu*, ofertou dezenove cursos, foram defendidos aproximadamente, mais de trezentos trabalhos entre teses e dissertações, criados pelo menos cento e vinte grupos de pesquisa – conforme dados do DGP do CNPq – acrescido de um expressivo aumento na base de periódicos científicos na área, que passa de 16 em 2000, para 28 em 2014 – conforme dados do WEBQUALIS e do Portal de Periódicos da CAPES (Quadro 3).

No Quadro 4, elenca-se os programas de pós-graduação *stricto sensu* na área turismo e correlatos, ofertados no Brasil, desde o início das atividades do primeiro programa, na década de 1990 e o início das atividades do mais novo programa em 2014.

Quadro 3- Relação dos periódicos científicos qualificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no Webqualis, por área de avaliação administração, ciências contábeis e turismo, status atualizado, *International Standard Serial Number (ISSN)*, título e estrato. Atualizada em 25 nov. 2014

Administração, Ciências Contábeis e Turismo - Status Atualizado		
<i>International Standard Serial Number</i>	Título do periódico	Estrato
0718-2724	International Journal os Sport Management & Innovation	A2
0959-6119	International Journal of Contemporary Hospitality Management	A2
0327-5841	Estudios y Perspectivas en Turismo	B1
1646-2408	Revista Encontros Científicos: tourism and management	B1
1677-6976	Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)	B1
1747-7646	Journal of Sustainable Tourism	B1
1755-4217	Worldwide Hospitality and Tourism Themes	B1
1851-1732	Estudios y Perspectivas en Turismo (En Línea)	B1
1982-6125	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	B1
1983-7151	Turismo: Visão e Ação (Online)	B2
1983-9391	Revista Brasileira de Ecoturismo	B2
1984-4867	Revista Turismo em Análise	B2
1519-4744	Revista Turismo & Desenvolvimento	B3
1645-9261	Revista Turismo & Desenvolvimento (Online)	B3
1807-975X	Revista Hospitalidade	B3
1980-9735	Revista Brasileira de Agroecologia	B3
1982-5838	Cultur: Revista de Cultura e Turismo	B3
1983-5442	Turismo e Sociedade	B3
1980-6965	Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo	B4
1806-700X	Patrimônio: Lazer & Turismo (UNISANTOS)	B5
1941-5842	e-Review of Tourism Research	B5
1982-5447	Cadernos de Gestão Social	B5
2236-6040	Revista Iberoamericana de Turismo	B5
2316-4530	Turis Nostrum	B5
1679-4168	Revista Eletrônica Turismo & Hospitalidade	C
1808-558X	Revista Global Tourism	C
1850-4787	Realidad, Tendencias y Desafíos en Turismo	C
2178-910X	Turismo em Pauta	C
2182-1453	Journal of Tourism and Development	C
2316-5812	Revista Eletrônica de Administração e Turismo	C
Total	29	

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, 2014.

Nota: Dados sujeitos a atualização constante em decorrência da autorização para funcionamento de novos programas e do encerramento das atividades de outros.

Quadro 4- Oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu em turismo e áreas correlatas, por período decenal, quantidade, curso, instituição de ensino superior ofertante e estado da federação - 2014

Período	Quantidade	Cursos	Instituições de ensino superior	Unidades da federação	Status
Década de 1990	6	Doutorado em Administração Hoteleira.	Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	RS	Encerrado
		Mestrado em Administração Hoteleira.	Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	RS	Encerrado
		Mestrado em Lazer.	Universidade de Campinas (UNICAMP)	SP	Funcionando
		Mestrado em Turismo e Hotelaria.	Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI)	SC	Funcionando
		Mestrado em Turismo e Lazer.	Universidade de São Paulo (USP)	SP	Funcionando
		Mestrado em Turismo.	Universidade Ibero Americana (UNIBERO)	SP	Encerrado
Década de 2000	9	Doutorado em Administração e Turismo.	Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI)	SC	Reformulado
		Mestrado em Cultura e Turismo.	Universidade Estadual de Santa Cruz do Sul (UESC)	BA	Encerrado
		Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos.	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	CE	Funcionando
		Mestrado em Hospitalidade.	Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	SP	Funcionando
		Mestrado em Lazer.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	Funcionando
		Mestrado em Turismo e Meio Ambiente.	Centro Universitário UNA (UNA)	MG	Encerrado
		Mestrado em Turismo.	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	RS	Reformulado
		Mestrado em Turismo.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	Funcionando
		Mestrado em Turismo.	Universidade de Brasília (UnB)	DF	Funcionando
Década de 2010	6	Doutorado em Estudos do Lazer.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	Funcionando
		Doutorado em Turismo.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	Funcionando
		Doutorado em Turismo e Hotelaria.	Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI)	SC	Funcionando
		Mestrado em Turismo.	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	Funcionando
		Mestrado em Turismo e Hospitalidade.	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	RS	Funcionando
		Mestrado em Turismo.	Universidade de São Paulo (USP)	SP	Funcionando
3	21		14	7	

Fonte: MILAGRES, 2013; HOLANDA, WIDMER, LEAL, 2012; JESUS, 2012; MIRANDA, REJOWSKI, 2012; WIDMER, 2012; REJOWSKI, 2010a, 2010b, 2008, 2000, 1996; ANSARAH, REJOWSKI, 1996.

Atualmente estão em funcionamento no país 08 programas e 10 cursos de pós-graduação stricto sensu na área¹⁵ turismo. Eles são alocados em primeiro nível na grande área Ciências Sociais Aplicadas, em segundo nível, na área de avaliação Administração, Ciências Contábeis e Turismo e, em terceiro nível, na área Turismo (CAPES, 2014) (Quadro 5).

Quadro 5- Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu na área turismo, por ano de início das atividades, programa, curso, nível, instituição de ensino superior e nota CAPES, atualizado em 10 out. 2014

Início das atividades	Programa	Cursos	Nível	Instituição de ensino superior	Nota CAPES
1997	Turismo e Hotelaria	Mestrado em Turismo e Hotelaria	M	UNIVALI	5
2000	Turismo e Hospitalidade	Mestrado em Turismo e Hospitalidade	M	UCS	4
2000	Gestão de Negócios Turísticos	Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos	F	UECE	3
2001	Hospitalidade	Mestrado em Hospitalidade	M	UAM	4
2007	Turismo	Mestrado em Turismo.	F	UnB	3
2008	Turismo	Mestrado em Turismo	M	UFRN	4
2012	Turismo e Hotelaria	Doutorado em Turismo e Hotelaria	D	UNIVALI	5
2013	Turismo	Mestrado em Turismo	M	UFPR	3
2014	Turismo	Mestrado em Turismo	M	USP	3
2014	Turismo	Doutorado em Turismo	D	UFRN	4

Fonte: CAPES, 2014.

1.9 O CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE ENSINO SUPERIOR QUE OFERTAM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA TURISMO

A dependência e categorização administrativa está distribuída em 3 IES federais públicas (UFPR, UFRN e UnB), 2 estaduais públicas (USP, UECE), 2 privadas comunitárias, sem fins lucrativos (UNIVALI, UCS), e 1 privada, particular, com fins lucrativos (UAM). Há predominância de IES públicas (UFPR, UFRN, UnB, USP, UECE) que atuam e são geridas sob as políticas públicas para ensino, pesquisa e extensão e para a produção de conhecimento, ciência e tecnologia. Seus recursos

¹⁵ A Universidade Federal do Rio Grande do Grande (UFRN), no período a que se refere a pesquisa, 1998-2013, aguardava homologação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), para reconhecimento e recomendação do Curso de Doutorado em Turismo, do Programa de Pós-Graduação em Turismo, tendo aberto edital para seleção em 05 jun. 2014 (CAPES, 2014; UFRN, 2014).

são provenientes majoritariamente da União e/ou do Estado, pois a sua receita advém dos tributos. Nelas são levados em consideração os interesses da coletividade e o controle é feito pelo cidadão através de eleições. As decisões normalmente são mais lentas, influenciadas por fatores políticos e pelas necessidades dos cidadãos. Nas IES privadas particulares (UAM), com ou sem fins lucrativos, a receita é proveniente do pagamento dos clientes. Os interesses são individualizados e o controle é feito pela concorrência. Uma característica deste tipo de gestão é que as decisões são rápidas, racionais e algumas vezes unilaterais. Nas IES privadas comunitárias (UNIVALI, UCS), os interesses são os da coletividade, representados pelo poder público municipal, estadual e federal e pelas entidades da sociedade civil. Pressupõe o diálogo permanente com a sociedade e o compromisso com o desenvolvimento social, principalmente em sua área geográfica de atuação. Elas são voltadas prioritariamente para ações educacionais de caráter social.

Os locais de atuação das IES representam uma média ponderada de 5,6 locais, sendo a UCS com maior distribuição (9 locais) e UFPR e UAM com menor distribuição (3 locais cada). A USP, UFRN, UCS, UECE e UNIVALI, respectivamente com 6, 4, 9, 8 e 6 locais de atuação apresentam distribuição em locais com forte apelo ao turismo, ainda que suas ações não se concentrem nesse setor.

A inserção social das IES (Quadro 6) impacta localmente em 45 municípios e em 5 regiões administrativas¹⁶ e regionalmente em 4 das cinco regiões brasileiras: 3 na Região Sul (UCS, UFPR, UNIVALI); 2 na Região Sudeste – UAM, USP; 3 na Região Nordeste (UECE, UFRN); 1 na Região Centro-Oeste (UnB).

A Região Norte não possui nenhuma IES que oferta programa de pós-graduação na área turismo recomendado pela CAPES. No entanto a temática turismo é tratada em programas de outras áreas do conhecimento, como o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Pará (UFPA), que possui uma linha de pesquisa sobre turismo, e o Programa de Pós-Graduação em

¹⁶ O Distrito Federal brasileiro é composto pela capital federal Brasília e por mais trinta e uma Regiões Administrativas (RA's) que, na prática, funcionam como cidades, mas com a particularidade de não possuir prefeitos nem vereadores e sim administradores regionais e secretários indicados pelo Governador do Distrito Federal.

Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), ofertado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da mesma IES (UFPA, 2014a; 2014b).

Quadro 6- Especialização da oferta de cursos de pós-graduação na área turismo no Brasil - 2014



Região	Cursos stricto sensu ofertados: 1990-2014				
	M	D	F	M/D	TOTAL
Centro Oeste	0	0	1	0	1
Nordeste	1	1	1	0	2
Norte	0	0	0	0	0
Sudeste	2	0	0	0	2
Sul	3	1	0	0	4
TOTAL	6	2	2	0	10

Fonte: CAPES, 2014.

De modo geral a vocação global das IES que ofertam programas de pós-graduação em turismo e correlatos contemplam aspectos como conhecimento, educação, humanização e ensino, cujos objetivos são a solução de problemas locais e globais (UNIVALI, 2013), a contribuição para o desenvolvimento sustentável (UFPR, 2012; UCS, 2013) e para o desenvolvimento humano (UFRN, 2012), a profissionalização (UECE, 2011), a formação de líderes para atuação no setor privado e público (UAM, 2013), a educação para solução de problemas nacionais e sociais (UnB, 2011) e o ensino, pesquisa e profissionalização (USP, 2010). As principais metas são a excelência (UNIVALI, 2013, UAM, 2013; UnB, 2011), a indispensabilidade enquanto produtora de conhecimento (UCS, 2013), a projeção nacional (UECE, 2011), a inovação e a internacionalidade (UAM, 2013), a internacionalização e a sustentabilidade (UFRN, 2012), a referência nacional (UFPR, 2012) e a continuidade da referência em excelência (USP, 2012).

Ressalta-se também, a cooperação e integração entre a UNIVALI e o Centro Universitário do Norte (UNINORTE) para a oferta de Mestrado Interinstitucional em Turismo e Hotelaria, iniciado em 2010 (ABERTON, HOFFMAN, 2010). A Região

Nordeste conta também, desde 2012, com a oferta do mesmo MINTER pela mesma IES – UNIVALI -, mas em cooperação com o IFMA (CAPES, 2012), o que lhe confere e mantém, entre outros fatores a Nota 5 e a categoria de excelência nacional.

O impacto regional e nacional das IES depende da análise de um conjunto de indicadores, como número de alunos matriculados, distribuição orçamentária, número de docentes e pesquisas, além da integração e cooperação com outras IES, dados esses, não disponíveis nem explicitados objetivamente nos PDI's das IES, como o caso dos MINTER's ofertados pela UNIVALI, o que não permitiu nesse momento essa análise. Ainda assim, a distribuição quantitativa dos seus locais de atuação (LA) - cidades e/ou regiões administrativas - e das suas unidades acadêmicas (UA) - campi, unidades descentralizadas e núcleos de extensão -, bem como do número de cursos ofertados e do número de grupos de pesquisa cadastrados e atualizados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), possibilitam conhecer a realidade das IES.

A UCS é a que possui mais LA's (9) e a UFPR e a UAM as que possuem menos (3), cada uma. A UFPR possui o maior número de UA's (12) e a UnB, o menor número (4). O cálculo da média ponderada entre esses dois elementos, LA e UA, demonstra que a UFPR, possui a maior distribuição entre as IES de UA's por LA (04), mas não apresenta o maior número na oferta de cursos (239), em comparação com a USP que apresenta o maior número (1.416), sejam eles de graduação ou tecnologia (CGT), de pós-graduação stricto sensu (CPG.SS) ou de pós-graduação lato sensu (CPG.LS). A USP também possui o maior número de GP's cadastrados e atualizados no DGP (820). Ainda em termos quantitativos, as IES públicas, de dependência administrativa (DA) federal e estadual, apresentam maior número de cursos e de GP's, em relação às IES privadas.

Os dados quantitativos das IES para as categorias consideradas refletem o tempo de existência das IES, pois quanto mais antiga, maior o número de cursos ofertados e de GP's, com apenas uma inflexão, entre a UFPR, a mais antiga e com o segundo maior número de cursos e GP's (710), e a USP, a segunda mais antiga, porém com o maior número de cursos e GP's (2.236), a uma proporção de três vezes o da primeira.

A dependência administrativa de ambas pode ser um dos fatores determinantes para essa diferenciação, já que uma IES estadual (USP) recebe investimentos tanto do

Estado quanto da União e uma IES federal (UFPR) recebe investimentos majoritariamente da União e não obrigatoriamente do Estado. Outro fator determinante, pode ser a localização geográfica e regional, pois São Paulo é o Estado da Federação com maior PIB e que faz parte da Região com maiores índices de desenvolvimento do país.

Os dados quantitativos sobre a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu da USP (928), da UAM (90) e da UECE (87), coincidem com os dados qualitativos observados nos objetivos dos seus PDI's, ao definirem a profissionalização e a formação de líderes para atuação no setor público e privado como um dos principais objetivos a serem alcançados. Coincide também o da UnB (22), ao definir como um de seus objetivos a educação para solução de problemas nacionais e sociais não focada na especialização para o mercado de trabalho, mas para a formação de profissionais que atuarão em vários setores da sociedade, tanto no ensino quanto na pesquisa.

As IES no Brasil são obrigatoriamente submetidas a dois processos avaliativos instituídos pelo MEC, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior (SINAES), implantado em 2004, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), implantado em 1976, pela CAPES. São eles que definem os critérios de excelência de uma IES, como:

- Conceito Institucional (CI): avaliação *in loco* feita por especialistas do MEC, que consideram o PDI da IES e a organização administrativa, política e pedagógica para o ensino, pesquisa e extensão, com escala de 01 a 05;
- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE): prova obrigatória aplicada aos alunos concluintes dos cursos de graduação e tecnologia, com escala de 01 a 05;
- Conceito Preliminar de Cursos (CPC): é o resultado da nota do ENADE, da avaliação dos alunos sobre a infraestrutura e organização didático pedagógica do curso e da titulação e regime de trabalho do corpo docente, com escala de 01 a 05;

- Indicador de Diferença entre Desempenhos Observados e Esperados (IDD): mostra a capacidade da IES de transferir conhecimento ao seu aluno ao longo do curso, com escala de 01 a 05;
- Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC): avalia a instituição de forma mais ampla, computando os resultados do CPC de todos os cursos avaliados, com escala de um a cinco. Para os cursos de graduação e tecnologia é utilizado o CPC, Para os cursos de pós-graduação stricto sensu, é utilizada a Nota CAPES;
- Nota CAPES: avalia os programas e cursos que integram o SNPG, atribuindo notas na escala de 01 a 07.

O termo excelência está presente de forma objetiva nas metas de quatro IES - UNIVALI, UAM, UnB, USP – e de forma subjetiva nas outras quatro - UCS, UECE, UFRN, UFPR – e está associado às IES que recebem os maiores conceitos e notas nos processos avaliativos da educação superior, o que delimitaria o impacto nacional e internacional das mesmas. A UFPR e a UFRN, apesar de não definirem objetivamente a excelência como meta em seus PDI's, possuem dentro do conjunto de IES os conceitos mais altos de IGC e CI.

A UECE e a USP, por serem de dependência administrativa estadual, não são obrigadas a fazerem parte do SINAES, mas a UECE tem se submetido ao processo avaliativo, ao passo que a USP optou por não participar, alegando desacordo com a metodologia adotada pelo MEC para o SINAES. Ainda assim, estabelece subjetivamente como meta, a manutenção da condição de excelência em ensino superior, referendada por várias instituições internacionais e pelo alto índice de produção científica em relação às demais IES brasileiras.

A internacionalização é citada em todos eles, e perpassa desde a cooperação efetiva com instituições da América Latina e do Norte até a Europa e Ásia (UFPR, USP, UnB, UCS, UAM, UNIVALI), à cooperação incipiente com estes continentes e com a África, em razão da sua localização considerada estratégica em relação à comunicação do Brasil com os mesmos (UECE, UFRN).

A visibilidade e transparência das atividades e atuação das IES podem ser observadas pela publicação de informações nas páginas institucionais na web, o que pode ser

considerado um recurso interno de controle da instituição e uma forma eficaz de informar a sociedade sobre os seus resultados práticos. Isto também pode significar que a visibilidade e a transparência via internet são recursos de propriedade, que em princípio contribuem para gerar resultados em ambientes mais estáveis e previsíveis (MARTINS [et al.], 2013).

A pujança da USP em termos quantitativos para o número de cursos ofertados, de grupos de pesquisa atualizados e de publicações em periódicos científicos com alto fator de impacto a torna reconhecida nacionalmente como um modelo a ser seguido. As instituições UFPR, UFRN, UnB, UNIVALI, UCS, UAM e UECE tem construído um planejamento institucional que se espelha nas IES referência e ao mesmo tempo procura identificar e explorar os seus recursos internos, de modo a gerar vantagens competitivas em suas áreas de atuação orientadas para a internacionalização.

Em todas percebe-se a adoção de estratégias baseadas nos critérios de avaliação do INEP e da CAPES, seja para traçarem as suas metas ou para justificarem as metas já alcançadas. Para a oferta de programas de pós-graduação estas estratégias tomam como referência os recursos institucionais disponíveis, as competências instaladas, o atendimento aos stakeholders e a capacidade de sustentação dos mesmos. Uma vez criados os programas, cabe a eles o caminhar em direção aos propósitos institucionais, aos anseios e necessidades da sociedade e à consolidação do ensino, pesquisa e extensão e da produção de conhecimento, tecnologia e inovação das áreas do conhecimento nas quais atuam.

Especificamente para a área turismo, a nomenclatura das unidades acadêmicas (UA) varia entre 'centro' (UNIVALI, UECE, UFRN, UnB), escola (UAM, USP), 'departamento' (UFPR) e 'programa' (UCS), cada uma com um propósito específico (Tabela 10). As IES que propõem o formato de 'centro', pressupõem a convergência de especialistas no turismo, que tanto incorporam o turismo dentro de um contexto maior e mais amplo de grandes áreas do conhecimento como as Ciências Sociais Aplicadas (UNIVALI, UFRN) e as Ciências e Tecnologia (UECE), quanto a um contexto menor e mais especializado no próprio turismo (UnB). As UA's no formato de 'escolas' incorporam o ofício de educar para o turismo, tanto num ambiente mais amplo, como a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP e os seus onze programas de pós-graduação, quanto num ambiente mais específico, como na UAM e a sua Escola

de Turismo e Hospitalidade. O formato 'departamental' da área na UFPR enseja a esfera administrativa dos cursos por docentes, salas de aula, grades horárias e afins, podendo as disciplinas servir a mais de um curso, bem como seus docentes a mais de um departamento. Já o formato de 'programa' da UCS, congrega os principais eixos tecnológicos do turismo - eventos, gastronomia, hotelaria - e pressupõe a atuação de docentes dos vários centros de conhecimento da IES.

Tabela 10- Instituições de ensino superior por unidade acadêmica, cursos ofertados e grupos de pesquisa na área turismo - 2014

IES	Unidade acadêmica	Técnico	Tecnólogo	Bacharelado	Pós-graduação stricto sensu	Pós-graduação lato sensu	Grupo de Pesquisa
UNIVALI	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	1	0	2	2	0	3
UCS	Programa Hospitalidade	0	0	4	1	3	2
UECE	Centro de Ciências e Tecnologia	0	0	0	1	4	0
UAM	Escola de Turismo e Hospitalidade	0	3	2	1	8	2
UnB	Centro de Excelência em Turismo	0	0	1	1	4	3
UFRN	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	0	0	5	1	0	1
UFPR	Departamento de Turismo	0	0	1	1	1	2
USP	Escola de Artes, Ciências e Humanidades	0	0	2	1	0	5
8	8	1	3	17	9	20	18

Fonte: (CAPES, 2014; CNPq, 2014; INEP, 2014; MEC, 2014; UAM, 2013; UCS, 2013; UECE, 2011; UFPR, 2012; UFRN, 2012; UnB, 2011; UNIVALI, 2013; USP, 2012).

No total, as IES em suas UA's, ofertam um curso técnico, 03 cursos de tecnologia, 20 cursos superiores, 09 cursos de pós-graduação stricto sensu, 20 de lato sensu e possuem cadastrados 18 grupos de pesquisa, todos na área turismo.

É possível que as IES, com exceção da UECE que não oferta curso de graduação na área turismo, formem a própria demanda para os cursos de pós-graduação. Segundo a Tabela 10, se se considerar o número de cursos superiores ofertados, 20 no total, cada IES formaria hipoteticamente pelo menos 25 alunos por ano. Isto em uma década, representaria uma demanda potencial de 5.000 alunos para 08 cursos de

mestrado, com 15 vagas anuais em média, ou seja 120 no total por ano, que geraria uma média de 42 candidatos por vaga, considerando hipoteticamente que todos pleiteassem uma dessas vagas. No entanto, o número de egressos de cursos superiores em turismo em 2000 era de 89.949 (MEC, 2014), ou seja, 750 possíveis candidatos a cada vaga nos cursos.

UCS, UAM e UFRN, ofertam 04, 05 e 05 cursos superiores. Duas são particulares e tem como área de abrangência os destinos mais procurados da Região Sul, no caso da UCS, e o principal polo emissor e receptor de turistas no país, no caso da UAM. A pública federal tem como área de abrangência uma das regiões mais visitadas pelos brasileiros em suas férias de verão, o Nordeste.

Os mestrados acadêmicos são consequência da oferta de cursos superiores na área pelas IES e da presença de pelo menos um grupo de pesquisa liderado por docentes do programa, ainda que a orientação da CAPES seja a de que cada docente permanente coordene um projeto de pesquisa. São resultado também de uma demanda social, muitas vezes externa à IES ou identificada como oportunidade de atuação pela mesma, como no caso da UECE que oferta o mestrado sem ofertar curso superior na área e da UnB, que ofertou primeiro o mestrado e depois a graduação.

Os grupos de pesquisa não estão necessariamente assentados nas unidades acadêmicas ou nos programas de pós-graduação na área turismo, mas de modo geral nas IES e específico, na grande área ciências sociais aplicadas, na área turismo e com a presença do termo 'turismo' em seus nomes, títulos das linhas e palavras-chave das linhas de pesquisa. Eles atendem aos pré-requisitos da CAPES, pois cada um é liderado por um docente permanente do programa ou que tenha relação direta com o mesmo. A UECE novamente se faz exceção, pois não apresenta nenhum grupo de pesquisa na área específica do turismo, o que não quer dizer que ele não seja contemplado, de alguma forma por outros grupos em outras áreas do conhecimento. Deste contexto traçou-se o perfil dos programas, conforme o Quadro 7.

Quadro 7- Perfil dos programas de pós-graduação stricto sensu na área turismo - 2014

IES	UAM	UCS	UECE	UFPR	UFRN	UnB	UNIVALI	USP
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	Particular	Particular	Estadual	Federal	Federal	Federal	Particular	Federal
PROGRAMA	Hospitalidade	Turismo e Hospitalidade	Gestão de Negócios Turísticos	Turismo	Turismo	Turismo	Turismo e Hotelaria	Turismo
NÍVEL	M	M	F	M	M D	F	M D	M
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Hospitalidade	Desenvolvimento Regional do Turismo	Gestão dos Negócios e dos Territórios Turísticos	Turismo e Desenvolvimento	Turismo, Desenvolvimento e Gestão	Cultura e Desenvolvimento Regional	Planejamento e Gestão do Turismo e Hotelaria	Desenvolvimento do Turismo
LINHAS DE PESQUISA	Hospitalidade: Processos e Práticas	Turismo, Organizações e Sustentabilidade	Turismo, Território e Desenvolvimento Local.	Turismo, Sociedade e Meio Ambiente	Gestão em Turismo	Cultura e Sustentabilidade no Turismo	Planejamento do Destino Turístico	Turismo: Conhecimento e Tendências
	Hospitalidade: Serviços e Organizações	Turismo, Cultura e Educação	Política, Estratégia e Gestão dos Negócios Turísticos	Organizações Turísticas Públicas e Privadas	Turismo e Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento, Políticas Públicas e Gestão no Turismo	Gestão das Empresas de Turismo	Turismo: Processos e Inovação
SITUAÇÃO	Em Funcionamento	Em Funcionamento	Em Funcionamento	Em Funcionamento	Em Funcionamento (M) e Em Projeto (D)	Em Funcionamento	Em Funcionamento	Em Funcionamento
RECONHECIMENTO	Homologado	Homologado	Homologado	Aguardando Homologação pelo CNE	Homologado (M) e Aguardando Homologação (D)	Homologado	Homologado (M) e Aguardando Homologação (D)	Aguardando Homologação
NOTA CAPES	4	4	3	3	4 4	3	5 5	3
N.º DE DOCENTES	8	10	2	10	14	12	12	12
ANO DE CRIAÇÃO	2000	2000	2000	2012	2008 2014	2007	1997 2012	2013
FUNCIONAMENTO	2001	1999	2012	2013	2008 2014	2007	1997 2012	2014
PERIÓDICO CIENTÍFICO	Revista Hospitalidade	Revista Rosa dos Ventos		Turismo e Sociedade			Revista Turismo: Visão e Ação	Revista: Turismo em Análise
ISSN	ISSN 1807-975X	ISSN: 2178-9061		ISSN: 1983-5442			ISSN: 1983-7151	ISSN: 1984-4867
QUALIS/CAPES	B3	B3		B3			B2	B2
ÁREA DE AVALIAÇÃO	Administração, Ciências Contábeis e Turismo							

Fonte: Elaborado pela Autora.

1.10 A SUSTENTABILIDADE NO TURISMO EM TERMOS CONCEITUAIS, TÉCNICOS E OPERACIONAIS

O turismo é um importante instrumento para o desenvolvimento da cidadania. Ele contribui para a compreensão e o respeito mútuo entre humanos e sociedades, entre o individual e o coletivo. Ele é fator de desenvolvimento sustentável, de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural dos humanos e do patrimônio natural do planeta. É um direito em decorrência do direito ao descanso e ao tempo livre garantido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Art. 24: “Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas” (*UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION*, 1948, sem paginação). Mas deve democratizar-se e humanizar-se para ser acessível a todos e entendido como um direito de todos. Desses pontos de vista, ele é benéfico para as comunidades de destino.

A sustentabilidade é um princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na eficiência econômica, equidade social, diversidade cultural e proteção e conservação do meio ambiente. Ela é fator de desenvolvimento econossocioambiental e político institucional. Ela trata dos produtores e consumidores adotando uma visão de longo prazo e uso racional e responsável dos recursos humanos e ambientais disponíveis. Desses pontos de vista, ela é benéfica para os humanos e para o planeta.

O turismo pode ser sustentável. Ele serve de base para uma diversificação da economia local. Ele é desenvolvido e mantido em um espaço de maneira e em uma escala que se mantenha viável pelo maior tempo possível. Ele não degrada nem altera o ambiente. Ele não interfere no desenvolvimento de outras atividades e processos. Ele não degrada a qualidade de vida da população local (MTUR, 2007). Ele não é turismo de natureza nem um segmento de atividade que é desenvolvido no ambiente natural, como o ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural. Ele tem como princípio a preservação dos recursos e a conservação dos modos de vida. Ele é desenvolvido na cidade, no campo, em qualquer lugar.

O turismo de natureza representa uma ampla categoria de formas alternativas de turismo, como caminhadas e escaladas, a caça e a pesca, a observação de fauna e

flora, pois inclui todos os turistas que saíram do seu entorno habitual para um ambiente natural. A atração humana pela natureza tem origem em várias tradições, como a busca do sublime e do pitoresco (romantismo), a ingestão de águas em nascentes naturais, a busca por um clima mais confortável, a religião e o espiritualismo e a vida selvagem (ARENDETT, 2004). Isto quer dizer que ele inclui praticamente todas as atividades de lazer que ocorrem no ambiente natural. A sustentabilidade aqui está relacionada com a atividade no espaço natural, pois ela pode ser 'na natureza', 'ligada a natureza' e/ou 'para a natureza' (DÁVID, 2011). A natureza é desta forma um produto turístico.

O ecoturismo liderou as práticas sustentáveis no turismo a partir da percepção dos impactos negativos da atividade e surgiu como uma reação ao turismo de massa em espaços naturais e como uma ação comprometida com a conservação e a educação ambiental. É considerado uma atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MTUR, 2009).

O turismo de aventura representa os deslocamentos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não-competitivo que proporcionam experiências físicas e sensoriais desafiadoras com riscos avaliados, controláveis e assumidos. É comum serem realizadas em espaços naturais mas não estão restritas a eles: escalar ou saltar de *bungee jump* de um arranha-céu.

O turismo rural diz respeito às atividades desenvolvidas no meio rural e comprometidas com a produção agropecuária, granjeira, de hortifrúti e outras, desde que agreguem valor a produtos e serviços, resgate e promova o patrimônio cultural e natural da comunidade receptora.

Segundo a OMT (1999), turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidos para o futuro. Nele, a sustentabilidade deve ser entendida como princípio fundamental na reformulação do planejamento turístico nos

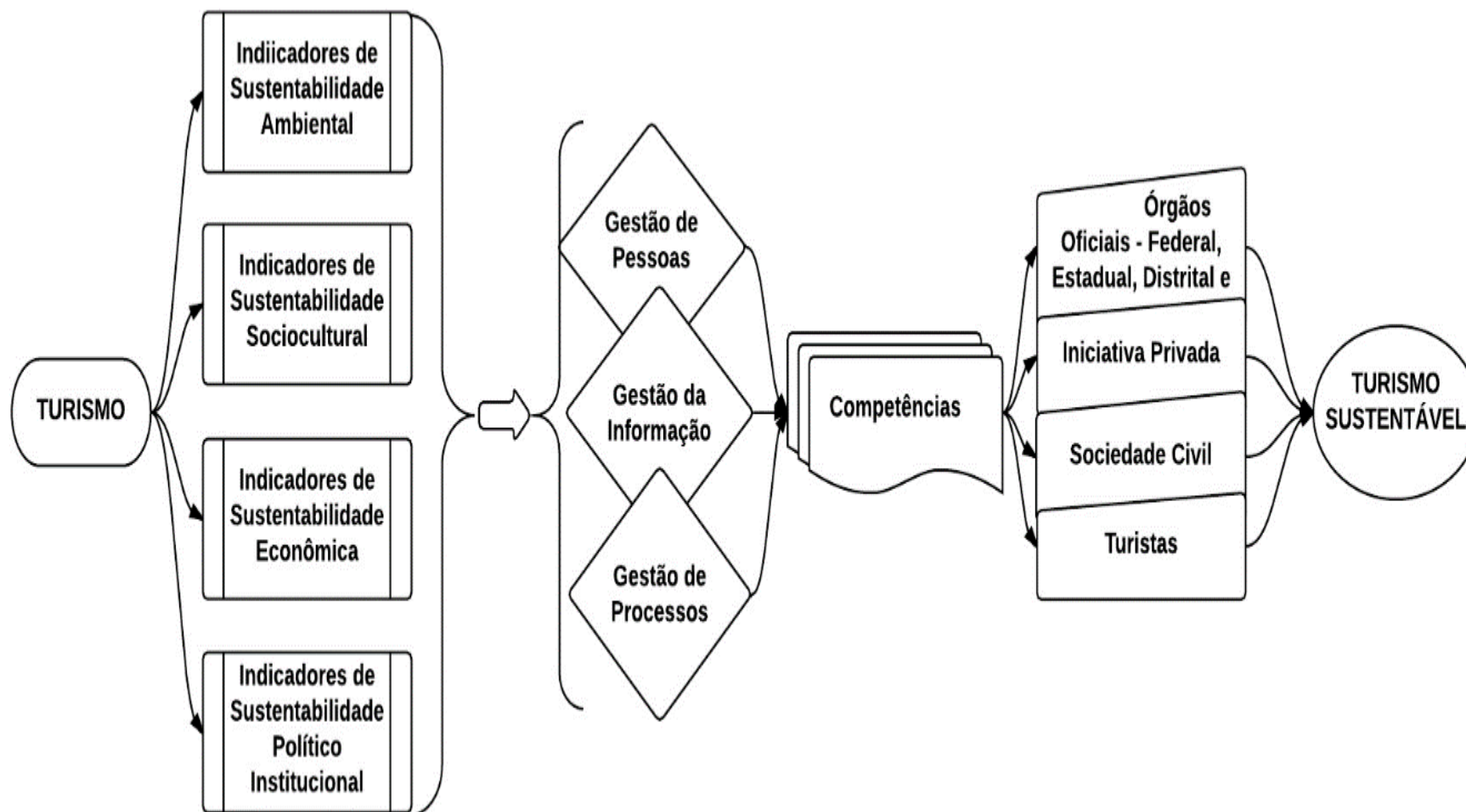
países. No Brasil, o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável¹⁷ (CBTS) propõe 7 princípios técnicos para a sua operacionalização: respeitar a legislação vigente; garantir os direitos das populações locais; conservar o meio ambiente natural e sua diversidade; considerar o patrimônio cultural e valores locais; estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos; garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes; e estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis.

Desenvolver o turismo é um desafio. Desenvolver o turismo sustentável é um desafio maior ainda, para o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. Formar e aperfeiçoar profissionais, formadores e pesquisadores para trabalhar, ensinar e estudar turismo e sustentabilidade é um desafio para as instituições de ensino na educação profissional e tecnológica, educação superior e educação pós-graduada. Mas este desafio pode ser uma solução para a sociedade civil organizada, a iniciativa privada e o setor público. Assim sendo, ele é um benefício individual e coletivo. Ele é um modelo de desenvolvimento sustentável que considera a autenticidade cultural, inclusão social, conservação do meio ambiente, qualidade dos serviços e capacidade local.

Os mecanismos para a sustentabilidade no turismo são a governança, parcerias e cooperações, envolvimento da comunidade, conscientização para o turismo e inovação na produção dos serviços turísticos. Mas também, a conjuntura econossocioambiental e político institucional favorável a isso. Colocá-lo em prática depende de um sistema de gestão de pessoas, informação e processos baseado em indicadores de sustentabilidade e compete aos órgãos oficiais de turismo, iniciativa privada, sociedade civil e turistas. O ensino, pesquisa e extensão e a ciência, tecnologia e inovação em turismo, sustentável ou não, competem às instituições de ensino em cooperação com o setor público, setor privado e sociedade civil organizada. A estrutura e processo desse sistema é ilustrada no Arquétipo do Sistema de Gestão do Turismo Sustentável (Figura 4), elaborado pela autora e baseado no modelo do Ministério do Turismo (MTUR, 2007).

¹⁷ O Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável é fruto de um processo que vem se desenvolvendo desde 1999 por uma coalizão de ONGs, da iniciativa privada e de especialistas da área. Tem como missão promover o turismo sustentável por meio de um sistema de certificação independente.

Figura 4- Arquétipo do Sistema de Gestão do Turismo Sustentável.



Fonte: Elaborado pela Autora

Técnica e operacionalmente a atividade turística deve democratizar-se e humanizar-se, devendo ser acessível a todos, pois deve ser entendida como um direito de todos (MTUR, 2007). Nesse sentido, a discussão sobre a sustentabilidade no turismo é uma discussão também sobre a problemática das interações humanos-natureza. Ela requereu e continua a requerer uma atitude inovadora de cooperação sistemática entre diversas áreas do conhecimento e não só a do turismo. Mas o turismo também deve refletir criticamente essa problemática. Seus usuários, pesquisadores e profissionais precisam se pré-dispor a isso, adotando uma postura condizente com a proteção dos sistemas de suporte à vida, com o bem estar e qualidade de vida, com a justiça econossocioambiental.

Se a transição para a sustentabilidade implica em transformação da forma como os humanos interagem com o ambiente, questões de princípios e valores são atreladas às questões sobre os instrumentos disponíveis para influenciar e/ou governar o comportamento humano em larga e estreita escala, ainda que não haja um amplo consenso sobre qual a melhor maneira de se enfrentar os desafios postos por ela. Isso se aplica ao modo como as iniciativas são levadas a cabo. Sobre turismo e sustentabilidade, há pesquisas relevantes para a política, para a formação de estudantes, pesquisadores e formadores, para uma produção de conhecimento e de tecnologias suficientemente inovadoras e sustentáveis?

O arquétipo do sistema de gestão do turismo sustentável, conforme modelo do MTUR pressupõe que ele assim já o seja, uma atividade sustentável. Mas há que se deixar claro que assim como a sustentabilidade, o turismo sustentável é algo que está em desenvolvimento e um processo em constante movimento. É um sistema aberto. O mais adequado seria o arquétipo de um sistema de gestão sustentável do turismo, como um protótipo, uma forma de se verificar as evidências, de se trabalhar com o que de fato é, de se considerar os aspectos morais e éticos e de se trabalhar com o que é desejável.

Transformar a teoria em ações práticas efetivas que modifiquem a visão do crescimento sem planejamento é papel de todos, mas cabe a cada um uma ação específica conforme sua atuação nesse processo: ao pesquisador cabe abordar os componentes normativos nas questões de pesquisa; aos usuários e profissionais assumi-los; aos gestores cabe conduzi-los; e às comunidades receptoras cabe o

envolvimento, para não dizer o engajamento, que agregue seus valores enquanto cidadãos, sua cultura, suas produções, seus saberes e fazeres. A todos cabe transformar a teoria em ações práticas efetivas que modifiquem a visão do crescimento sem planejamento. Cabe buscar alternativas próprias de desenvolvimento de acordo com suas realidades e especificidades, mas com atenção às externalidades, para melhorar as condições e a qualidade de vida. Esse conjunto de experiências heterogêneas e diversas é que potencializará a sustentabilidade no turismo.

O arquétipo sobre turismo e sustentabilidade aqui apresentado é uma das possíveis referências e exemplos de se lançar um olhar sobre a sustentabilidade no turismo. Abstrai-se dessa base o modelo por sistema de indicadores, que foi consolidado inicialmente como o principal instrumento de controle e monitoramento do desempenho da atividade turística. Nele estão presentes a gestão participativa por competências e os atores desse processo culminando com o turismo sustentável.

Mas num contexto em que os humanos exigiram resultados concretos da gestão pública e das instituições representativas do setor turístico, outras formas também protótipas tem surgido, como o turismo de base comunitária. Nele, a diversidade de contextos, histórias, lugares e personagens fazem de cada uma das iniciativas comunitárias únicas, protagonizadas por atores sociais cuja identidade é forjada na história dos lugares (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSTYN, 2009).

Sobre a formação de estudantes, pesquisadores e formadores, para uma produção de conhecimento e de tecnologias suficientemente inovadoras e sustentáveis em turismo, o *Tourism Education Futures Initiative (TEIS)* é um movimento em prol de programas de educação em turismo que promovam a cidadania global e otimismo para um mundo melhor. Tem como base a definição de um conjunto de valores que são fundamentais para isso: *etichs* (ética no sentido de honestidade, transparência, autenticidade, eu autêntico); *stewardship* (no sentido de sustentabilidade, responsabilidade, serviço à comunidade); *knowledge* (conhecimento no sentido de pensamento crítico, inovação, criatividade e networking); *professionalism* (profissionalismo no sentido de liderança, praticidade, relevância, oportunidade, trabalho em equipe, pró-atividade); e *mutuality* (mutualidade no sentido de

reciprocidade, diversidade, inclusão, equidade, humildade, colaboração) (SHELDON; FESENMAIER; TRIBE, 2009).

Uma mudança fundamental na educação em turismo é necessária para responder aos desafios globais e locais postos pela sustentabilidade, principalmente no que tange a gestão adequada e proteção. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), 9% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, um em cada 11 postos de trabalho e 6% das exportações mundiais são aportados pelo turismo. Para 2030 estima-se em 1,8 bilhões o número de turistas internacionais. Em contra partida, até 2050, caso o crescimento do turismo se mantenha, estima-se que o consumo de energia aumentará em 154%, a emissão de gases de efeito estufa em 131%, o consumo de água em 152% e o tratamento de resíduos sólidos em 251% (OMT, 2014; PNUMA, 2011).

Para enfrentar esses desafios foi lançado pela OMT o Programa Turismo Sustentável do Quadro Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis (10YFP), durante o *World Travel Market* 2014, em Londres. Por meio dele serão incentivadas grandes mudanças nas políticas de turismo e estimulada uma maior sustentabilidade na cadeia de oferta dos setores envolvidos. Esta é uma iniciativa que parte da colaboração, da eficiência dos recursos, da gestão e da inovação para a promoção do consumo e produção sustentáveis.

O *10YFP Programme on Sustainable Lifestyles and Education*, foi lançado na Conferência Internacional da UNESCO sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nagoya, no Japão em 11 de novembro de 2014. Tem como missão promover a aceitação de estilos de vida sustentáveis como norma comum, com o objetivo de garantir a sua contribuição positiva para enfrentar os desafios globais, como a eficiência dos recursos e conservação da biodiversidade, mitigação das mudanças climáticas e adaptação, a erradicação da pobreza e o bem estar social.

Percebe-se até aqui que os três grandes domínios da ciência sustentabilidade – desenvolvimento sustentável, ciência e tecnologia, conhecimento em ação – se aplicam também ao turismo enquanto atividade e enquanto área do conhecimento. Enquanto atividade no que se diz respeito à projeção no espaço político institucional da necessidade de mecanismos, arranjos adequados e capacidade de implementação de governança sob os valores e princípios éticos de honestidade, transparência e

autenticidade, de responsabilidade, pensamento crítico e criatividade, de profissionalismo, praticidade e pró-atividade, de reciprocidade, diversidade, inclusão e justiça. Enquanto área do conhecimento no que dedilha a formação e o aperfeiçoamento de estudantes, pesquisadores e formadores preparados para o enfrentamento dos problemas de insustentabilidade e dos desafios da sustentabilidade, ligando os diferentes tipos de conhecimento e vinculando-os à ação.

2 REFERENCIAIS METODOLÓGICO E OPERACIONAL

A análise da pós-graduação brasileira na área Turismo sob o olhar da sustentabilidade se deu com base em uma pesquisa de métodos mistos, esboçada historicamente desde a década de 1980 por autores como Rossman e Wilson (1985), Brewer e Hunter (1989), Greene e Caracelli (1989), Morgan (1998), Tashakkori e Teddlie (2003), Clark e Creswell (2007) e Creswell (2013). A pesquisa de métodos mistos é um projeto de pesquisa por meio do qual o pesquisador, em um único estudo, coleta e analisa dados qualitativos e quantitativos, mistura e combina-os concomitante e sequencialmente, priorizando um ou ambos dados e estrutura esses procedimentos de acordo com visões de mundo filosóficas.

Considerada o 'terceiro movimento metodológico' no mundo, depois da pesquisa quantitativa e da pesquisa qualitativa, é um modo de se fazer pesquisa sobre o que está constantemente sendo mostrado na vida cotidiana dos humanos. Proporciona ao pesquisador um melhor entendimento ou mais evidências para o estudo de um problema de pesquisa do que cada uma das abordagens isoladamente, uma vez que “os indivíduos tendem a resolver os problemas usando tanto números quanto palavras, combinam o pensamento indutivo e o dedutivo e empregam as habilidades em observar as pessoas e também em registrar seu comportamento” (CRESWELL; CLARK, 2013: 28).

Parte-se do entendimento de que toda pesquisa tem pelo menos um fundamento filosófico que molda os seus processos e a condução de investigação, ainda que o pesquisador normalmente não declare explicitamente suas suposições filosóficas e/ou não esteja consciente das mesmas, a pesquisa de métodos mistos requer o explicitamento dessas suposições, pois elas guiarão a direção da coleta, da análise e da mistura das abordagens qualitativas e quantitativas no processo da pesquisa.

As suposições filosóficas dizem respeito ao conjunto de crenças e valores do pesquisador, ao seu posicionamento perante o mundo. Há pelo menos quatro visões que podem guiar uma investigação deste tipo: **i-** Pós-positivista, frequentemente associada a abordagens quantitativas; **ii-** Construtivista, normalmente associada a abordagem qualitativa; **iii-** Participativa, influenciada por interesses políticos e mais associada a abordagens qualitativas; e **iv-** Pragmática, normalmente associada com

os métodos mistos. Cada uma dessas visões difere em sua ontologia, epistemologia, axiologia, metodologia e retórica e conseqüentemente influenciaram a forma como a pesquisa foi conduzida.

Procurou-se trabalhar ontologicamente, a natureza da realidade estudada como um construto social marcado por questões que ameaçam a existência humana no planeta, como a recessão global, os vírus pandêmicos, as mudanças climáticas, o rápido esgotamento dos recursos do planeta, o terrorismo, a escalada do crime, a proliferação nuclear e a decadência da educação enquanto processo formal de ensino/aprendizagem. Realidades singulares, se se pensar o humano e o seu ponto de vista numa perspectiva local e realidades múltiplas, se se pensar os humanos numa perspectiva global e vice-versa.

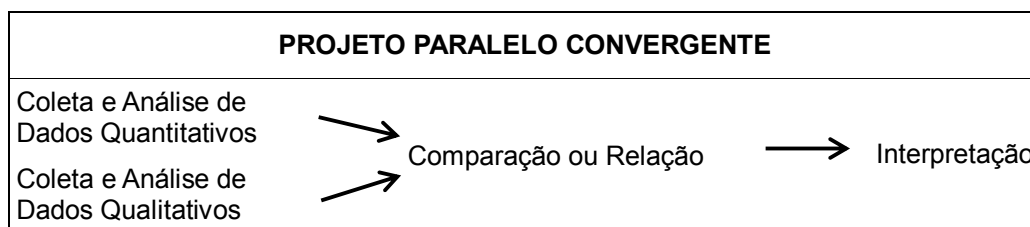
Epistemologicamente, a relação entre o pesquisador e o que foi pesquisado foi de praticidade, ao coletar dados sobre o 'que funciona' nos programas de pós-graduação *stricto sensu* na área Turismo – o ensino, pesquisa e extensão e a ciência, tecnologia e inovação - e de proximidade, ao visitar esses programas em seus locais de oferta institucional para coletar dados sobre a percepção das coordenações sobre as contribuições desses programas para a Sustentabilidade e para o próprio Turismo. O papel que os valores desempenharam na pesquisa, advieram de posturas múltiplas, ora tendenciosas, quando o pesquisador fala ativamente sobre seus vieses e interpretações acerca do perfil dos programas de pós-graduação na área Turismo, ora não-tendenciosas, quando usa a checagem para eliminar o viés ao abordar perceptivamente e *in situ* (ZAQUAL, 2003) as coordenações desses programas.

Metodologicamente, o processo de pesquisa é combinativo, pois o pesquisador coletou e misturou tanto dados qualitativos quanto dados quantitativos que convergiram para análise e comparação dos resultados. Retoricamente, apesar do pesquisador de métodos mistos poder usar o estilo formal e/ou informal de escrita para relatar suas investigações, primou-se pela linguagem formal, mas permitiu-se em certos momentos, julgados apropriados, usar a linguagem informal, ou literária.

Pelo exposto, adotou-se nesta pesquisa uma visão ora pragmática e ora construtivista, pela realidade singular e múltipla do objeto de estudo e das categorias de análise definidas para a pesquisa.

A pesquisa de métodos misto dispõe de pelo menos seis tipos de projetos de pesquisa: 1- Projeto Paralelo Convergente; 2- Projeto Sequencial Explanatório; 3- Projeto Sequencial Exploratório; 4- Projeto Incorporado; 5- Projeto Transformativo; e 6- Projeto multifásico. Utilizou-se nesta pesquisa o projeto do tipo Paralelo Convergente, em que a coleta e análise dos dados qualitativos e quantitativos ocorrem durante a mesma fase do processo de pesquisa (Quadro 8). Os dois conjuntos de resultados são fundidos, ou seja, unidos mediante uma análise combinada com o propósito de um entendimento mais completo sobre a relação do turismo e dos seus programas de pós-graduação *stricto sensu* com a sustentabilidade.

Quadro 8- Protótipo de Projeto de Pesquisa de Métodos Mistos Paralelo Convergente - 2013



Fonte: Adaptado de Creswell e Clark (2013).

Os procedimentos de pesquisa do projeto do tipo paralelo convergente seguiram um fluxograma procedural organizado em 04 etapas:

- Etapa 1- Coleta simultânea, porém independente dos dados quantitativos e dos dados qualitativos;
- Etapa 2 - Análise dos dois conjuntos de dados de forma separada e independente;
- Etapa 3 - Fusão dos dois conjuntos de dados, comparando os resultados separados ou transformando-os; e
- Etapa 4 - Interpretação sobre até que ponto e de que maneira os dois conjuntos de resultados convergem, divergem um do outro, relacionam-se um com o outro e/ou combinam-se para um melhor entendimento da resposta ao propósito geral de estudo.

Os dados da pesquisa de levantamento foram utilizados para contextualizar a pós-graduação brasileira, apresentar um panorama geral dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na área turismo e das suas contribuições para a

sustentabilidade. Os dados qualitativos sobre o espaço das contribuições em sua produção discente, docente/discente e percepção das coordenações, exploraram a pós-graduação brasileira na área de turismo em suas contribuições para a sustentabilidade e para o próprio turismo no período de 2010 a 2014.

Tipificou-se ainda os programas em Caso-Modelo, Contra-Exemplo, Caso-Afim, Caso-Limítrofe e Caso-Ideal, numa pioneira aplicação das técnicas de análise conceitual de Wilson (2005). Por ocasião da elaboração de instrumentos necessários para o trabalho intelectual em diferentes níveis e em diversas áreas, Wilson (2005) propõe um conjunto de técnicas para se pensar com conceitos. Segundo ele, o uso que se faz de uma palavra e a compreensão que se tem dela estão intimamente relacionados ao conceito que se tem de um objeto, já que pensar com conceitos é dar estrutura e objetividade ao pensamento. O autor agrupa as técnicas em 11 tópicos¹⁸, dos quais utilizou-se 5, que assim são definidos:

- Caso-Modelo, como aquela ocorrência que, sem dúvida alguma, se pareça exemplar com relação ao conceito estudado, o de um programa que contribua para a sustentabilidade e para o próprio turismo;
- Contra-Exemplo, como aquela ocorrência que, sem dúvida alguma, não se pareça exemplar com relação ao conceito estudado, o de um programa que não contribua para a sustentabilidade e para o próprio turismo;
- Caso-Afim, como aquela ocorrência que, numa dada circunstância, concorda com ideia de que o conceito estudado seja relacionado, o de um programa que contribua de forma indireta e relacionada para a sustentabilidade e para o próprio turismo;
- Caso-Limítrofe, como aquela ocorrência sobre a qual não se tem certeza, elucidando-se a natureza do conceito por meio da repetida exposição a circunstâncias diferentes que se situam na periferia do conceito estudado, o de um programa que contribua de forma indireta e não relacionada para a sustentabilidade e para o próprio turismo;

¹⁸Técnicas de Análise Conceitual: 1. Isolamento das perguntas sobre conceitos; 2. 'Respostas Certas'; 3. Casos Modelo; 4. Contra Exemplos; 5. Casos Afins; 6. Casos Limítrofes; 7. Casos Inventados; 8. Contexto Social; 9. Ansiedade Subjacente; 10. Resultados Práticos; e 11. Consequências na Linguagem. (WILSON, 2005: 22-36).

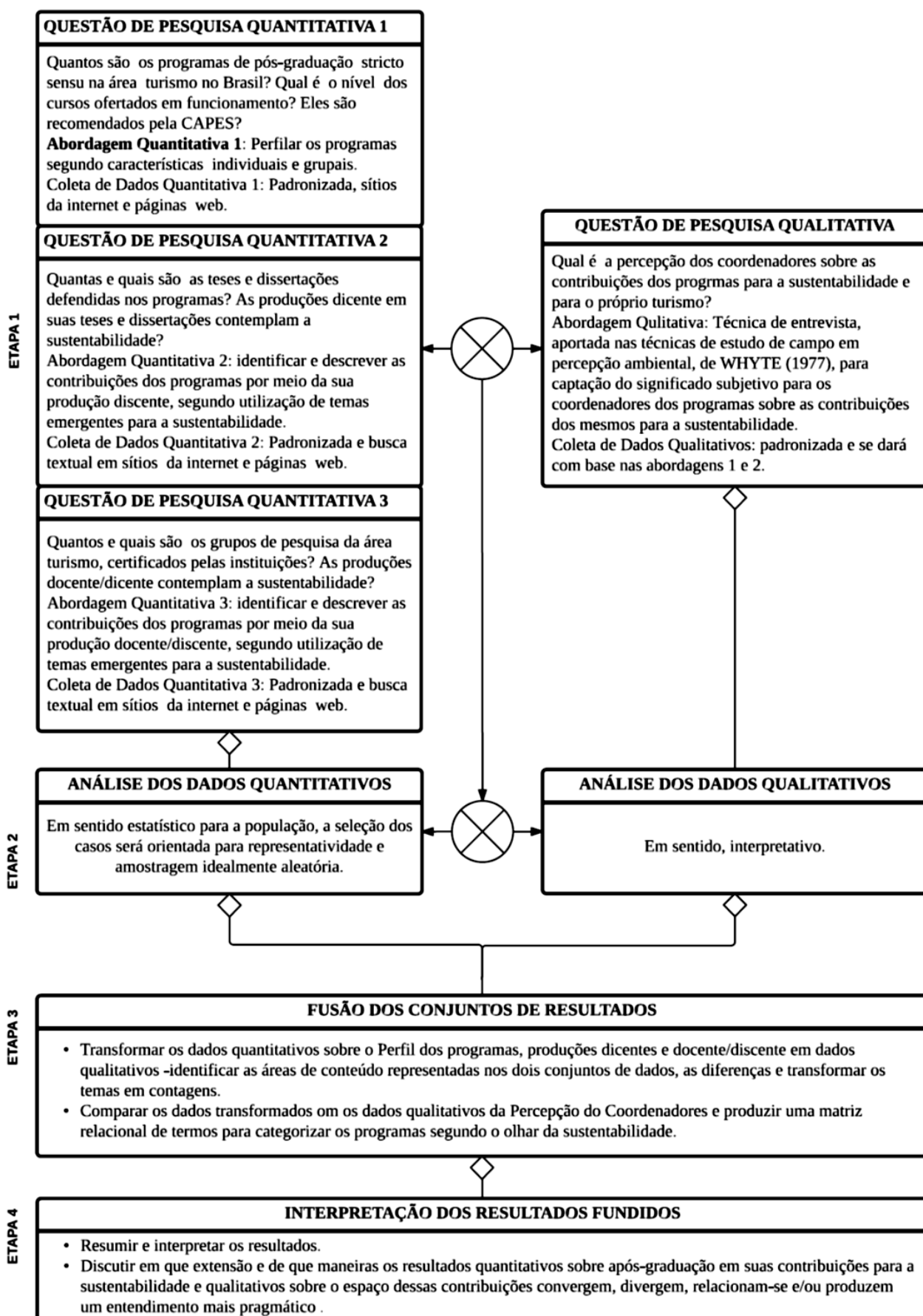
- Caso-Ideal, como aquela ocorrência literalmente inventada ou idealizada, como um caso que, na prática, está totalmente fora da experiência normal, simplesmente porque ela não oferecer quantidade suficiente de exemplos diferentes para esclarecer o conceito, o de um programa que contribua para a Sustentabilidade e para o próprio Turismo.

A razão para a coleta de dados quantitativos e qualitativos é convergir as duas formas de dados para proporcionar uma maior introspecção do problema do que seria obtido por qualquer tipo de dados separadamente. O período referido para a pesquisa tem como marco temporal inicial o ano de 2010, quando foi publicada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a Avaliação Trienal 2010 e como marco temporal final o ano de 2014, quando foi publicada a Avaliação Trienal 2013, sendo estudados os programas recomendados pela CAPES e em funcionamento no Brasil neste período. A operacionalização da pesquisa, alinhada com os objetivos de estudo, foi organizada em 07 abordagens, cada qual com seu objetivo, procedimento metodológico, análise e generalização, coleta de dados, instrumento e equipamentos, materiais e recursos. São elas: Contextualização da Pós-Graduação Brasileira; Perfil da Pós-Graduação Stricto Sensu na Área de Turismo; Espaço das Contribuições da Pós-Graduação; Produção Discente; Produção Docente/Discente; Percepção das Coordenações; e Categorização dos Programas de Pós-Graduação.

2.1 FLUXOGRAMA PROCEDURAL

Para visualizar a execução operacional das abordagens estratégicas de modo lógico e inter-relacionado elaborou-se um fluxograma procedural que representa graficamente os procedimentos básicos na implementação do projeto paralelo convergente para o estudo desta tese. A variante da base de dados paralela é que é comum dois ou mais elementos serem conduzidos independentemente e reunidos somente na interpretação. Isto permitiu certa flexibilidade à pesquisadora para conduzir praticamente ao mesmo tempo, o levantamento dos dados qualitativos e quantitativos sobre os programas, o desenvolvimento do referencial teórico que serviu de base para a estruturação do arquétipo da ciência sustentabilidade, para o tratamento dos dados e percurso analítico e para as análises e discussões apresentadas ao final.

Quadro 9- Fluxograma procedural da pesquisa de métodos mistos - 2014



Fonte: Elaborado pela Autora.

2.2 ABORDAGENS ESTRATÉGICAS

2.2.1 Contextualizações da pós-graduação brasileira

O objetivo desta abordagem foi contextualizar a organização da pós-graduação brasileira e da pós-graduação stricto sensu na área de turismo, por meio de uma pesquisa exploratória e de levantamento sobre os fatos históricos e político institucionais que marcaram o seu desenvolvimento. A análise e a generalização dessa contextualização se deram em sentido interpretativo. A coleta dos dados foi não padronizada e se deu por meio de busca textual em sítios da internet. Os dados foram organizados, registrados e redigidos para apresentação no corpo desta tese.

2.2.2 Perfis da pós-graduação brasileira na área turismo

O objetivo de se traçar os perfis da pós-graduação brasileira na área turismo foi perfilar os programas segundo suas características individuais e grupais, como instituição superior ofertante, dependência administrativa, nome do programa, nível dos cursos, área de concentração, linhas de pesquisa, disciplinas ofertadas, situação; reconhecido e/ou recomendado, conceito CAPES, número de docentes e ano de criação. Assim pode-se ter um enquadramento geral dos programas, o que facilitaria a análise dos dados. O objeto da pesquisa foi escolhido propositalmente com relação a grande área Ciências Sociais Aplicadas e a área Turismo, mas não propositalmente para os demais critérios.

A análise e generalização se deu em sentido estatístico para os programas e a seleção dos casos foi orientada para a representabilidade e amostragem idealmente aleatória, pois a extensão da população básica era previamente conhecida, distribuição das características na população básica pôde ser caracterizada sendo possível abranger todos os programas já que o tamanho da amostra era antecipadamente definido.

A coleta dos dados foi padronizada e se deu por meio de sítios da internet e páginas web. Os dados foram organizados em uma ficha digital para registro das informações e elaboração das tabelas apresentadas no corpo desta tese (Quadro 7). Foram utilizadas também as fichas de avaliação trienal dos programas para os períodos compreendidos entre 2007 e 2009 e 2010 e 2012.

2.2.3 Contribuições da pós-graduação

Esta abordagem serviu para tipificar o espaço das contribuições dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, segundo as categorias Produção Discente, Produção Docente/Discente e Percepção dos Coordenadores dos programas. O objeto da pesquisa foi de escolha proposital com relação ao espaço das contribuições e às suas categorias de análise.

A análise e generalização se deu em sentido interpretativo e teórico. A seleção dos casos foi intencional, pois a extensão e as características da população básica (produções discente e docente/discentes) não eram previamente conhecidas. Foi necessária a extração repetida de elementos das produções já que o tamanho da amostra não era antecipadamente definido, tendo sido terminada quando a saturação teórica foi alcançada.

A coleta dos dados foi aberta e se deu por meio dos sítios da internet e páginas web, sendo os dados organizados conforme o Quadro 10 abaixo:

Quadro 10- Objeto de estudo e categorias de análise - 2014

OBJETO DE ESTUDO		
Programas de Pós-Graduação em Turismo no Brasil: Um olhar sobre a sustentabilidade.		
CATEGORIAS DE ANÁLISE		
Ensino, Pesquisa e Extensão	Ciência, Tecnologia e Inovação	Coordenação dos Programas
Instruir e transmitir conhecimento; investigar minuciosa e sistematicamente; e ampliar o alcance, a dimensão e a importância do estudo para outros casos.	Produzir, aplicar, renovar e/ou modificar conhecimentos e princípios científicos; introduzir novos elementos ou substituir por algo novo do mesmo tipo.	Ordenar e sistematizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a produção de conhecimento, tecnologia e inovação dos programas e cursos, tanto no que diz respeito à organização didática, quanto administrativa.
'Produções Discente'	'Produções Docente/Discente'	'Percepções dos Coordenadores'
Teses, Dissertações Acadêmicas e Trabalhos de Conclusão de Curso de Mestrado Profissional.	Grupos de Pesquisa.	Cursos de Mestrado Acadêmico Cursos de Mestrado Profissional Cursos de Doutorado.

Fonte: Elaborado pela Autora.

2.2.4 Produções discente em suas teses e dissertações defendidas

Esta abordagem foi desenvolvida com dois objetivos: 1- abordar quantitativamente as contribuições dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na área Turismo por meio da Produção Discente, em suas Teses e Dissertações defendidas no âmbito dos programas de pós-graduação e disponíveis no banco de dados da CAPES, segundo a utilização de termos relacionados direta e/ou indiretamente à sustentabilidade, tendo por base os indicados no Arquétipo da Ciência Sustentabilidade (Figura 2); 2- abordar qualitativamente os resultados quantitativos sobre as Produções Discente em suas Teses e Dissertações defendidas.

Como procedimento metodológico, os termos foram categorizados em principal e relacional. Em principal, entendendo ou compreendendo aquele que é o foco central do estudo ou da questão. Em relacional, entendo ou compreendendo aquele que tem relação, analogia, semelhança, afinidade, dependência, ligação, referência ou respeito ao termo principal de forma geral ou específica. De forma geral, quando a maioria, a maior parte ou a generalidade de termos relacionados ao termo principal for utilizada para o estudo ou pesquisa. De forma específica, quando um particular, individual e especializado termo relacionado ao termo principal for utilizado para o estudo ou pesquisa. Os termos relacionais específicos foram ainda sub-sub-categorizados em simples e composto. Em simples, quando se tratar de somente uma palavra. Em composto quando se tratar de uma ou mais palavras. Considerou-se termos em seus usos nos títulos, resumos e *abstract*, palavras chave e *key-words* (Quadro 11). O objeto da pesquisa foi de escolha proposital com relação às produções discente, mas não proposital para os termos categorizados.

A análise e generalização do objetivo 1, se deu em sentido estatístico para a população e a seleção de termos foi orientada para a representabilidade e amostragem idealmente aleatória, pois a extensão da população básica era previamente conhecida; a distribuição das características na população básica pôde ser caracterizada; foi possível a extração eventual de uma amostra; e o tamanho da amostra pôde ser antecipadamente definido. Já a análise e generalização do objetivo 2, se deu em sentido interpretativo e teórico e a seleção dos casos foi intencional e de acordo com a fecundidade teórica do caso, pois: a extensão e as características da população básica não eram previamente conhecidas; foi necessária a extração

repetida de elementos da amostragem; o tamanho da amostra não foi antecipadamente definido; e a amostragem terminou quando a saturação teórica for alcançada.

A coleta dos dados foi padronizada e se deu através de busca textual em sítios da internet. Os dados foram categorizados e organizados em uma ficha virtual de dados (Quadro 11) para registro das informações, ilustração e análise apresentados no corpo desta tese (Quadro 12, Quadro 13, Quadro 14, Quadro 15, Quadro 16).

Quadro 11- Categorização dos termos para pesquisa da abordagem – produção discente - 2014

PESQUISA POR TERMOS	
Termo: Sustentabilidade	
Termo Principal: Sustentabilidade	
Termo Relacional: Desenvolvimento Sustentável	
Termo Relacional Específico: Água; Energia sustentável; Oceanos; Segurança alimentar e agricultura sustentável; Cidades sustentáveis; Emprego: economia verde e inclusão social; Mudanças climáticas; Desastres naturais; Amazônia; Biodiversidade.	
Termo Relacional Específico Simples: Água; Oceanos; Amazônia; Biodiversidade.	
Termo Relacional Específico Composto: Energia sustentável; Segurança alimentar e agricultura sustentável; Cidades sustentáveis; Emprego: economia verde e inclusão social; Mudanças climáticas; Desastres naturais.	

Fonte: Elaborado pela Autora.

2.2.5 Produções docente/discente em seus grupos de pesquisa

Esta abordagem também foi desenvolvida com dois objetivos: 1- abordar quantitativamente as contribuições dos programas de pós-graduação stricto sensu na área de turismo através da Produção Docente/Discente, em seus grupos de pesquisa cadastrados, atualizados e certificados pelas suas instituições no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, da Fundação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na área predominante de ciências sociais aplicadas; turismo, segundo a utilização de termos relacionados direta e/ou indiretamente à sustentabilidade, tendo por base os indicados no Arquétipo da Ciência Sustentabilidade (Figura 2); 2- abordar qualitativamente os resultados quantitativos sobre as Produções Docente/Discente em seus Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP).

O procedimento metodológico foi o mesmo da abordagem para as Produções Discente, considerando-se os termos em seu uso nos nomes dos grupos e nas linhas de pesquisa. Objeto de pesquisa foi de escolha proposital com relação à Produção docente/discente em seus grupos de pesquisa, mas não proposital para os termos categorizados.

A análise e generalização do objetivo 1 se deu em sentido estatístico para os grupos de pesquisa e a seleção dos termos foi orientada para a representabilidade e amostragem idealmente aleatória, pois a extensão da população básica era previamente conhecida, a distribuição das características na população básica pôde ser caracterizada sendo possível a extração eventual de uma amostra, já que o tamanho da mesma era antecipadamente definido. A análise e generalização do objetivo 2 se deu em sentido interpretativo e teórico e a seleção dos casos foi intencional e de acordo com a fecundidade teórica do mesmo, pois: a extensão e as características dos grupos a população básica não eram previamente conhecidas; foi necessário a extração repetida dos elementos da amostragem; o tamanho da amostra não era antecipadamente definido; e a amostragem terminou quando a saturação teórica foi alcançada.

A coleta dos dados foi padronizada e se deu através de busca textual em sítios da internet. Os dados foram organizados em uma ficha digital para registro das informações e em quadros e tabelas para ilustração e análise apresentados no corpo da tese.

2.2.6 Percepções dos coordenadores dos programas

O objetivo desta abordagem foi acercar-se qualitativamente da captação do significado subjetivo dos coordenadores dos programas de pós-graduação stricto sensu na área de turismo sobre as contribuições dos mesmos para a sustentabilidade. Os sujeitos da pesquisa foram de escolha proposital com relação à coordenação do programa de pós-graduação e/ou à docência no mesmo. Foi também identificar quais temas/termos emergentes para a sustentabilidade seriam escolhidos e qual o comportamento deles diante dos mesmos.

Como procedimento metodológico adotou-se a Técnica de Entrevista, aportada nas técnicas de estudo de campo em percepção ambiental, de Whyte (1977), pioneiramente elaboradas por ocasião do *Programa Man and Biosphere – MAB* ligado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). As variáveis e atributos foram escolhidas de modo que permitissem a descrição e classificação dos indivíduos diante do grupo pesquisado e a classificação do próprio grupo. Trabalhou-se com as variáveis: características individuais; características grupais; experiência, escolha e comportamento; e comunicação e fluxo de informação.

As Características Individuais referiram-se aos atributos que diferenciavam um docente/coordenador do outro, como: gênero, formação acadêmica e titulação, atuação profissional, produção em pesquisa, participação em projetos e grupos de pesquisa, produção bibliográfica do tipo artigos e livros, orientações e supervisões de doutorado, mestrado e pós-doutorado, coordenação de programas de pós-graduação. Já as Características Grupais referiram-se aos atributos comuns ao grupo, como: atuação profissional docente, participação em projetos e grupos de pesquisa em comum, produção bibliográfica do tipo artigos e livros em conjunto e coordenação de programas de pós-graduação na mesma área.

A categoria Experiência, dimensão daquilo que é percebido, como as formas percepção e organização do tempo, memória, tradições e nostalgias, tempo gasto para tomada de decisão e ação, nesta pesquisa fizeram referência ao atributo tempo de atuação como docente no PPGTur e como coordenador do mesmo.

A categoria Escolha e Comportamento aludiu às alternativas consideradas para escolha, a reversibilidade das escolhas, consistência e decisão pelos termos/temas emergentes para a sustentabilidade que foram apresentados em formato impresso aos Coordenadores/Docentes e elencados na seguinte ordem: Água, Energia sustentável, Oceanos, Segurança alimentar e agricultura sustentável, Cidades sustentáveis, Emprego: economia verde e inclusão social, Mudanças climáticas e desastres naturais, Amazônia, Biodiversidade, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável.

Utilizou-se também da categoria Comunicação e Fluxo de Informação que representou a compreensão da mensagem, as formas de comunicação, transformações sofridas, aspectos espaciais e temporais do fluxo de informações.

A análise e generalização se deu em sentido interpretativo e a coleta dos dados foi padronizada por meio de um roteiro de entrevista e da gravação da mesma, resguardados os termos de consentimento livre e esclarecido dos pesquisados. Os dados foram organizados em quadros para registro das informações e análise das mesmas, sendo apresentados no corpo da tese

Foi realizado pré-teste do instrumento, por meio de entrevista com a Diretora do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, que já foi também coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do referido Centro.

2.2.7 Categorizações dos programas de pós-graduação sob o olhar da sustentabilidade

O objetivo desta abordagem estratégica foi categorizar os programas de pós-graduação *stricto sensu* na área turismo em 'casos modelo', 'contra exemplos', 'casos afins', 'casos limítrofes' e criar um 'caso ideal' com base nos dados e análise dos dados coletados em todas as abordagens anteriores.

Para isso, procedeu-se metodologicamente com uma inovadora adaptação das técnicas de análise conceitual de Wilson (2005), definindo: Caso Modelo, como aquela ocorrência que, sem dúvida alguma, se pareça exemplar com relação ao conceito estudado; Contra Exemplo, como aquelas ocorrências que, sem dúvida alguma, se pareçam não exemplares com relação ao conceito estudado; Caso Afim, como aquelas ocorrências que, numa dada circunstância, concorda-se com ideia de que o conceito estudado seja relacionado; Caso Limítrofe, como aquelas ocorrências sobre as quais não se tem certeza, elucidando-se a natureza do conceito por meio da repetida exposição a circunstâncias diferentes que se situam na periferia do conceito estudado; Caso Ideal ou Inventado, inventa-se um caso que, na prática, está totalmente fora da experiência normal, simplesmente porque ela não oferece quantidade suficiente de exemplos diferentes para esclarecer o conceito.

O objeto de pesquisa foi idealmente criado tomando como base o Arquétipo da Ciência Sustentabilidade, o Arquétipo das Instituições de Ensino Superior, a trajetória política, institucional e formativa do turismo e a relação destes com os perfis dos programas de pós-graduação ofertados na área turismo, às contribuições discente e docente/discente em suas produções, às percepções dos coordenadores à cerca dos temas emergentes para a sustentabilidade e à análise e discussão dos dados desta pesquisa. A análise e generalização se deu em sentido interpretativo pela própria categorização dos programas.

2.3 TRATAMENTOS DOS DADOS E PERCURSO ANALÍTICO

Os dados de pesquisa utilizados nesta tese englobam o arquétipo da ciência sustentabilidade e seu campo de estudos, os programas de pós-graduação stricto sensu na área turismo e suas instituições ofertantes, as produções dos seus discentes docentes e as percepções dos seus coordenadores sobre as contribuições dos mesmos para a sustentabilidade. Essas informações forneceram de fato os subsídios para o levantamento diagnóstico da pós-graduação brasileira em turismo que instituiu o principal objeto de estudo analisado.

Os programas, constructos sociais cada vez mais marcados pelas questões que ameaçam a existência humana no planeta, são um objeto de análise subjetivo e ao mesmo tempo pragmático. Sua análise é um grande desafio, assim como são a formação e o aperfeiçoamento de formadores e pesquisadores qualificados para o enfrentamento dos problemas de insustentabilidade, na produção de conhecimento, tecnologias e inovações que perpetuem a vida. Ela não foi facilitada por um programa ou um software que auxiliou no tratamento dos dados quantitativos e qualitativos, mas por várias interfaces planejadamente dispostas para se obter os resultados práticos e projetar questões sobre o enfrentamento dos problemas e desafios de se formar e aperfeiçoar formadores e pesquisadores e sobre a urgência de uma governança sustentável.

Nesta tese a análise inicia-se com a transformação dos dados qualitativos sobre os perfis dos programas e suas produções em dados qualitativos e, com a comparação destes com os dados sobre as percepções dos coordenadores dos programas. Segue-se com uma discussão sobre em que extensão esses dados convergem,

divergem, se relacionam e/ou produzem um entendimento pragmático sobre os problemas e desafios de se colocar em ação o conhecimento produzido sobre turismo na perspectiva da sustentabilidade.

Ao todo, foram levantadas 953 teses e dissertações defendidas nos programas, das quais 19 apresentaram a inserção dos temas estudados, 506 grupos de pesquisa, dos quais 409 pesquisam o turismo, 97 estão cadastrados na área turismo, 75 apresentaram a inserção dos temas estudados, 05 estão alocados na IES estudadas e apenas 03 nos programas e, entrevistados 05 dos 08 coordenadores dos programas. A partir desse levantamento, os programas foram categorizados segundo uma adaptação das técnicas de análise conceitual de Wilson (2005). Ao longo da categorização foram observados os aspectos mais representativos para proposição de um caso ideal de programa de pós-graduação sob o olhar da sustentabilidade e na perspectiva da mesma.

O levantamento dos dados sobre as produções e percepções dos coordenadores dos programas confirma que há realmente uma lacuna nas pesquisas da área sobre os temas considerados emergentes para manutenção do bem estar e dos sistemas de suporte à vida na terra e que os programas atuais não contribuem de forma relevante para a sustentabilidade, ou seja, com a proposição de soluções criativas aos problemas e desafios postos por ela.

A proposição de um programa ideal, articulada com o arquétipo da ciência sustentabilidade, o arquétipo das instituições de ensino superior e com os contextos nos quais os problemas e desafios surgem, converge para o entendimento de que a oferta de pelo menos um programa nesses moldes coloca em ação o conhecimento produzido, transfere esse conhecimento para produtores, usuários e praticantes, prospecta soluções glocalizadas e enfrenta os desafios da sustentabilidade ao colocar em prática a formação de formadores e pesquisadores aptos a solucionarem criativamente os problemas de insustentabilidade. Ela diverge para o arcabouço de possibilidades de temas emergentes da sustentabilidade que ainda podem ser estudados nos programas por meio dos grupos de pesquisa e do desenvolvimento de teses e dissertações que tomem a emergência de ciência e tecnologia e de valores e atitudes sustentáveis por meio de análises, métodos e modelos de pesquisa integradores. Relaciona-se com a percepção dos coordenadores de que os

programas, como eles conhecem, contribuem de alguma forma para a sustentabilidade, por mais simples, real ou imaginativamente esboçada que seja essa contribuição. Por fim, produz um arquétipo próprio que inspire mais pesquisas sobre interações humano-ambiente que buscam a compreensão integrada destas interconexões.

Nas considerações finais estes entendimentos serão abordados conjuntamente, comportando assim uma análise crítica geral dos programas de pós-graduação em turismo sob o olhar da sustentabilidade.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O cerne desta seção está na análise e discussão sobre os dados levantados para cada uma das abordagens estratégicas definidas no referencial metodológico e operacional. Busca-se responder às questões de pesquisa quantitativa 1, 2 e 3 e de pesquisa qualitativa que compõem o fluxograma procedural da pesquisa de métodos mistos sobre a pós-graduação brasileira em turismo em suas contribuições para a sustentabilidade.

Os dados quantitativos e qualitativos foram coletados em separado e simultaneamente. Depois foram analisados em sentido estatístico para a quantidade de programas, de teses e dissertações defendidas e de grupos pesquisa cadastrados tratados como casos selecionados de forma orientada para a representatividade da área turismo. Os dados sobre os coordenadores dos programas foram analisados em sentido interpretativo, já que esta foi uma abordagem perceptiva.

Os conjuntos de resultados das análises dos dados quantitativos foram transformados em dados qualitativos ao identificar as áreas de conteúdo representadas nos dois conjuntos de dados e as diferenças entre eles, para então transformá-los em contagens. As áreas de conteúdo referem-se aos temas emergentes para a sustentabilidade: água, agricultura e segurança alimentar, Amazônia, biodiversidade, cidades sustentáveis, economia verde, desastres naturais, mudanças climáticas e oceanos.

Esses dados transformados foram comparados com os dados qualitativos sobre a percepção dos coordenadores que produziram uma matriz relacional de temas emergentes para a sustentabilidade. A associação dessa matriz com o arquétipo da ciência sustentabilidade e das instituições de ensino superior, serviram de base para o que se chamou de categorização dos programas em casos modelo, contra exemplos, casos afins, casos limítrofes e casos ideais. Essa nomenclatura e os atributos considerados para a categorização tiveram inspiração e foram adaptados das técnicas de análise conceitual de Wilson (2005). Na ciência sustentabilidade é orientado que se revise as teorias e modelos mais antigos com olhares contemporâneos, para que eles sirvam de inspiração à busca de uma compreensão integrada das interações que são estabelecidas.

Por meio da categorização dos programas os resultados então fundidos foram interpretados e discutidos. Buscou-se apresentar as convergências, divergências e relações entre eles e a produção de um entendimento mais pragmático sobre turismo, sustentabilidade e pós-graduação stricto sensu.

3.1 O OLHAR SOBRE SUSTENTABILIDADE NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO NO BRASIL

3.1.1 Contribuições discente em suas teses e dissertações defendidas

A pós-graduação stricto sensu na área Turismo no Brasil compreende os programas e cursos de Mestrado e de Doutorado, acadêmicos ou profissionais, para os quais o ingressante deve ser diplomado no ensino superior, graduação e/ou tecnologia e atender às exigências das Instituições de Ensino Ofertantes (IES) ofertantes.

Para receber o título de Doutor ou de Mestre o então discente deve defender sua Tese, Dissertação ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na presença de uma banca examinadora composta por docentes com título de doutor, pós-doutor e/ou de notório saber. A defesa desses trabalhos constitui-se em um dos principais resultados práticos do discente após cursar disciplinas, desenvolver seu projeto de pesquisa, participar de eventos, projetos e grupos de pesquisa sob a orientação, preferencialmente, de um docente do programa.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso, são documentos que, respectivamente:

“[...] apresentam o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) e visa a obtenção do título de doutor, ou similar” (ABNT, 2011: 2);

“[...] apresentam o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando a obtenção do título de mestre” (ABNT, 2011: 4);

“[...] apresentam o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador” (ABNT, 2011: 4).

Ponderando o expressivo crescimento do turismo no Brasil nos últimos anos e para os próximos cinquenta anos, a urgência de uma agenda internacional e nacional de ensino, pesquisa e extensão no turismo baseada no modelo da Tríplice Hélice e a lacuna existente no corpo de conhecimento do turismo sobre a contribuição dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na área turismo (PPGTUR) para a sustentabilidade, aborda-se aqui, quantitativa e qualitativamente, as contribuições destes, por meio das Produções Discente, em suas Teses e Dissertações defendidas no âmbito dos programas reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e com situação em funcionamento vigente de 2010 a 2014.

Os termos que compõem os temas indicados no Arquétipo da Ciência Sustentabilidade (Figura 2) como emergentes para a sustentabilidade no planeta serviram de base para a busca pelas Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Considerou-se a utilização destes nos títulos, resumos/*abstract* e palavras chave/*key-words*.

Foram utilizadas duas bases de dados, o Portal Domínio Público¹⁹ e os sítios da internet onde os programas mantêm suas páginas web com informações sobre os mesmos, inclusive a produção de teses e/ou dissertações defendidas. O Banco de Teses da CAPES não foi utilizado pois durante o período para levantamento dos dados desta abordagem, (2010-2013) ele não estava disponível para consulta.

A busca por Teses, Dissertações e TCC's na área Turismo, no Portal Domínio Público, retornou com 325 itens encontrados, sendo 05 Teses e 320 Dissertações, independentemente da grande área e área do conhecimento dos PPGTur em que foram defendidas (MEC, 2014). As 05 Teses foram defendidas em programas de outras grandes áreas do conhecimento e, das 320 Dissertações, 219 foram defendidas em PPGTur's, ou seja, programas de pós-graduação *stricto sensu* da grande área Ciências Sociais Aplicadas, especificamente na área Turismo, reconhecidos/recomendados pela CAPES, referente a Avaliação Trienal 2013. As

¹⁹ O Portal Domínio Público, desde 2004, permite a realização de pesquisas por palavra-chave dentro do conteúdo dos documentos disponíveis no acervo de teses e dissertações.

demais foram defendidas em programas não reconhecidos/recomendados pela CAPES na Avaliação Trienal 2013.

Noutra busca, pela mesma Produção Discente, na página da internet dos PPGTur's na área Turismo, recomendados/reconhecidos pela CAPES, em 2013, encontram-se disponíveis para acesso 634 Dissertações defendidas (UECE, 2013; UnB, 2013; UFPR, 2013; UFRN, 2013; UCS, 2013; UNIVALI, 2013; UAM, 2013). Não foi solicitado diretamente à CAPES o acervo do banco de dados sobre teses e dissertações defendidas no Brasil pois a coleta foi padronizada para os trabalhos disponibilizados para consulta em sítios da internet e páginas web dos programas.

O Quadro 12 representa o resultado dessas duas buscas. Contudo, verifica-se que há uma disparidade entre a quantidade total de Teses, Dissertações e TCC's defendidas, provavelmente por não serem atualizadas continuamente, pelo Portal e/ou pelos Programas, não permitindo o acesso a todo o acervo de Teses, Dissertações e TCC's dos mesmos, ainda que as primeiras defesas tenham ocorrido a partir de 1999 e o banco de dados do Portal disponibilize no seu banco as defendidas a partir de 1987.

Quadro 12- Distribuição da quantidade de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso defendidos - 2014

PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO				PÁGINAS WEB DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO			
IES	MODALIDADE			IES	MODALIDADE		
	TESE	DISSERTAÇÃO	TCC		TESE	DISSERTAÇÃO	TCC
UECE	—	0	0	UECE	—	—	0
UAM	—	68	—	UAM	—	204	—
UCS	—	50	—	UCS	—	106	—
UFPR	—	—	—	UFPR	—	—	—
UFRN	—	6	—	UFRN	—	45	—
UnB	—	17	0	UnB	—	26	0
UNIVALI	—	78	—	UNIVALI	—	253	—
USP	—	—	—	USP	—	—	—
TOTAL	0	219	0	TOTAL	0	634	0

Fonte: MEC, 2014; UECE, 2014; UnB, 2014; UFPR, 2014; UFRN, 2014; UCS, 2014; UNIVALI, 2014; UAM, 2014.

No tocante à produção de conhecimento, ciência e tecnologia no Turismo para a sustentabilidade, campos definidos por problemas e temas prioritários, como água,

energia sustentável, oceanos, segurança alimentar e agricultura sustentável, cidades sustentáveis, emprego: economia verde e inclusão social, mudanças climáticas e desastres naturais, Amazônia e biodiversidade, o Portal Domínio Público é uma ferramenta rápida, eficaz e eficiente para a busca desses termos nos títulos e palavras-chave das teses e dissertações. Ao passo que nas páginas da web dos Programas, esse processo é manual e por isso, lento, porém eficaz e eficiente e mais próximo da realidade da quantidade dessa produção efetivamente disponível para consulta.

Cada PPGTur, a partir do início das suas atividades, disponibiliza o banco de Teses e Dissertações defendidas, num total de 219 – consulta pelo Portal Domínio Público – e 634 – consulta nas páginas da web dos PPGTUR -. Destas, 17 e 19, respectivamente, contém em seu conteúdo os termos que representam os temas prioritários para a sustentabilidade (Quadro 13, Quadro 14). O tamanho das amostras para essas fontes de dados possibilitou elencar as Teses e Dissertações defendidas conforme seu título, autor e ano de defesa, que variam entre 2002 e 2012 (Quadro 14, Quadro 15).

Segundo o Quadro 13, de um total de 219 dissertações, apenas 04 possuem no seu título os termos que representam os temas emergentes para a Sustentabilidade:

- Emprego – 01;
- Inclusão Social – 02; e
- Segurança Alimentar – 01.

Além destes, acrescentou-se ainda o termo simples ‘sustentabilidade’ e os termos compostos ‘desenvolvimento sustentável’, ‘sustentabilidade do turismo’ e ‘turismo sustentável’, na tentativa de adquirir uma amostra mais relevante, do total das 17 dissertações, encontrou-se o seguinte:

- Desenvolvimento Sustentável – 07;
- Sustentabilidade – 05;
- Turismo Sustentável – 01.

Não há Teses dos Programas em questão cadastradas até data da última consulta - 10 jan. 2014 - e os TCC's não são especificados pelos Programas na modalidade Profissional.

Quadro 13- Distribuição da produção discente: teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso defendidos - 2014

PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO			
PRODUÇÃO DISCENTE: TESES, DISSERTAÇÕES E TCC'S			
TERMO/TEMA PRIORITÁRIO	MODALIDADE		
	TESE	DISSERTAÇÃO	TCC
Água	0	0	0
Amazônia	0	0	0
Biodiversidade	0	0	0
Cidades Sustentáveis	0	0	0
Desastres Naturais	0	0	0
Desenvolvimento Sustentável	0	7	0
Emprego: Economia Verde e Inclusão Social	0	0	0
Emprego	0	1	0
Economia Verde	0	0	0
Inclusão Social	0	2	0
Energia Sustentável	0	0	0
Mudanças Climáticas	0	0	0
Oceanos	0	0	0
Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável	0	0	0
Segurança Alimentar	0	1	0
Agricultura Sustentável	0	0	0
Sustentabilidade	0	5	0
Sustentabilidade do Turismo	0	0	0
Turismo Sustentável	0	1	0
TOTAL	0	17	0

Fonte: MEC, 2014, UECE, 2014; UnB, 2014; UFPR, 2014; UFRN, 2014; UCS, 2014; UNIVALI, 2014; UAM, 2014; USP, 2014.

Segundo o Quadro 14, de um total de 634 dissertações, apenas 04 possuem no seu título os termos que representam os temas emergentes para a Sustentabilidade:

- Amazônia – 01;
- Inclusão Social – 02; e
- Segurança Alimentar – 01.

Além destes, acrescentou-se ainda o termo simples 'sustentabilidade' e os termos compostos, 'desenvolvimento sustentável', 'sustentabilidade do turismo' e 'turismo sustentável', na tentativa de adquirir uma amostra mais relevante e encontrou-se o seguinte:

- Desenvolvimento Sustentável- 04;
- Sustentabilidade- 09; e
- Turismo Sustentável- 02.

As Teses não estavam disponíveis para busca até a última data consultada - 10 jan. 2014 - e os TCC's não são especificados pelos Programas na modalidade Profissional.

Quadro 14- Distribuição da produção discente: teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso defendidos - 2014

PÁGINA WEB DOS PROGRAMAS			
PRODUÇÃO DISCENTE: TESES, DISSERTAÇÕES E TCC'S			
TERMO/TEMA PRIORITÁRIO	MODALIDADE		
	TESE	DISSERTAÇÃO	TCC
Água	0	0	0
Amazônia	0	1	0
Biodiversidade	0	0	0
Cidades Sustentáveis	0	0	0
Desastres Naturais	0	0	0
Desenvolvimento Sustentável	0	4	0
Emprego: Economia Verde e Inclusão Social	0	0	0
Emprego	0	0	0
Economia Verde	0	0	0
Inclusão Social	0	2	0
Energia Sustentável	0	0	0
Mudanças Climáticas	0	0	0
Oceanos	0	0	0
Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável	0	0	0
Segurança Alimentar	0	1	0
Agricultura Sustentável	0	0	0
Sustentabilidade	0	9	0
Sustentabilidade do Turismo	0	0	0
Turismo Sustentável	0	2	0
TOTAL	0	19	0

Fonte: MEC, 2014; UECE, 2014; UnB, 2014; UFPR, 2014; UFRN, 2014; UCS, 2014; UNIVALI, 2014; UAM, 2014; USP, 2014.

Quadro 15- Distribuição das teses, dissertações e TCC's defendidas nos programas de pós-graduação stricto sensu na área turismo, segundo consulta no portal domínio público - 2014

PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO								
IES	PPG	PD	PERÍODO	Qt. Total	Qt. Temas	TÍTULO DA PRODUÇÃO DISCENTE	AUTOR	DEFESA
UECE	PPGGNTUR	D	2000-2014	0	0	<i>Não disponível no Site.</i>	—	—
UnB	PPGTUR	D	1987-2014	17	4	Turismo e Pós-Modernidade: Teoria, Cultura e Sustentabilidade.	PIRES, Marina Salim.	2009
						Princípios Orientadores para Divulgação de Material Promocional de Destino Turístico dentro do Marco da Comunicação da Sustentabilidade.	ALBUQUERQUE, Sérgio Flores de.	2009
						O Acre e a Rota Turística Internacional Amazônia - Andes Pacífico: Sustentabilidade e Dinamicidade Cultural.	ARAÚJO, Adalgisa Bandeira de.	2009
						Um Estudo sobre a Normalização e a Certificação do Turismo no Brasil: Situação Atual e Perspectivas.	LAVOR, Cecília Said de.	2009
UFPR	PPGTUR	D	2013-2014	—	—	<i>Início das Defesas Previsto para 2014.</i>	—	—
UFRN	PPGTUR	D	1987-2014	6	—	—	—	—
UCS	PPGTUR	D	1987-2014	50	4	A Contabilidade Ambiental como Instrumento de Gestão Turística: O Caso da Hotelaria de Caxias do Sul.	GENTA, Maria Mônica Pereira.	2006
						Ações Ambientais em Meios de Hospedagem da Região da Uva e Vinho da Serra Gaúcha (RS).	SILVA, Roberto do Nascimento e.	2007
						Desmistificando um Modelo de Desenvolvimento: A Formação da Sociedade do Turismo na Periferia do Capitalismo.	VALDUGA, Manoela Carrillo.	2007
						Turismo, Emprego e Renda: O Caso da Cidade Histórica de Tiradentes (MG).	SILVEIRA, Gilmar Teixeira.	2008
UNIVALI	PPGTURHOT	D	1987-2014	78	6	A Atuação do Terceiro Setor no Turismo Alternativo: Análise do Desempenho das ONG's Ambientalistas no Brasil.	WÖHLKE, Marina.	2006
						Os Faxinais do Município de Prudentópolis (PR): Potencialidades e Perspectivas para o Turismo Rural.	OLIVEIRA, Dircéia Antunes de.	2008
						O Turismo e a Responsabilidade Social nas Empresas de Transporte Aéreo de Passageiros no Brasil.	SANCHEZ, Maria Cassiana Borin.	2008

						O Comportamento Alimentar do Turista e sua Segurança no Consumo de Milho Verde e Churros à Beira-Mar.	ALMEIDA, Elisabeth Barth.	2008
						Análise da Seleção de Indicadores de Turismo Responsável com Foco nos Municípios Litorâneos do Estado de Santa Catarina - Brasil.	GIUMELLI, Olívia Duquia.	2008
						Proposta Metodológica para Comunicação em Rádio: Suporte para um Turismo Sustentável.	CORRÊA, Liza Lopes.	2002
		T	1987-2014	0	0	—	—	—
UAM	PPGHOS	D	1987-2014	68	3	Certificação do Turismo Sustentável para Meios de Hospedagem: Um Estudo sobre o Caminho do Ouro de Paraty (RJ).	ZUCARATO, Afonso Getúlio.	2006
						Inclusão Social no Mercado de Trabalho e Hospitalidade.	TSUGUMI, Neide Yoko.	2006
						Turismo e Inclusão Social para Cadeirantes.	MENDES, Bruna.	2008
USP	PPGTUR	M	2014	—	—	<i>Início das Defesas Previsto para 2015.</i>	—	—
TOTAL				219	17			

Fonte: MEC, 2014.

Nota: Por Instituição de Ensino Superior (IES) ofertante, Produção discente (PD), período disponível para consulta (P), quantidade (Qt.) total, quantidade (Qt.) com termo/temas prioritários para sustentabilidade, título da produção discente, autor e ano da defesa.

Quadro 16- Distribuição das teses, dissertações e TCC's defendidas nos programas de pós-graduação stricto sensu na área turismo, segundo consulta nas páginas web dos programas - 2014

PÁGINAS WEB DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO								
IES	PPG	PD	PERÍODO	Qt. Total	Qt. Temas	TÍTULO DA PRODUÇÃO DISCENTE	AUTOR	DEFESA
UECE	PPGGNTUR	D	2000-2014.	0	0	<i>Não disponível no Site.</i>	—	—
UnB	PPGTUR	D	2008-2009	26	4	Acessibilidade para Pessoas com Deficiência e Inclusão Social no Turismo: a experiência da Cidade de Socorro (SP).	SERPA, Ana Beatriz Borges.	2009
						Turismo e Pós-Modernidade: Teoria, Cultura e Sustentabilidade.	PIRES, Marina Salim.	2009
						O Acre e a Rota Turística Internacional Amazônia - Andes Pacífico: Sustentabilidade e Dinamicidade Cultural.	ARAÚJO, Adalgisa Bandeira de.	2009
						Princípios Orientadores para Divulgação de Material Promocional de Destino Turístico dentro do Marco da Comunicação para Sustentabilidade.	ALBUQUERQUE, Sérgio Flores de.	2009
UFPR	PPGTUR	M	2013-2014.	—	—	<i>Início das Defesas Previsto para 2014.</i>	—	—
UFRN	PPGTUR	D	2010-2013	45	—	—	—	—
UCS	PPGTUR	D	2002-2012	106	2	Procedimento Operacional Padrão de Governança e Sustentabilidade em Hotelaria.	ZANETTE, Fernanda Germano Corrêa.	2010
						Planejamento Municipal do Turismo para o Desenvolvimento (Sustentável): Um Estudo de Caso.	FÁVERO, Ivane Maria Remus.	2004
UNIVALI	PPGTURHOT	D	2000-2011	253	8	A Eficácia de Implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo da Cidade de Vitória.	MODOLO, Simone Carvalho Trancoso.	2002
						Ecoturismo-Sistema de Planejamento e Gestão em Roraima - Abordagem Centrada no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR).	MIRANDA, Humberto Augusto Cardoso de.	2004
						Segurança Alimentar: Aspectos Técnicos e Sócio-Culturais sobre Riscos Potenciais na Rede Hoteleira de Florianópolis (SC).	SANTOS, Deise Marina Contesini dos.	2004

						Canionismo: Turismo e Aventura nas Trilhas da Sustentabilidade.	ROMANCINI, Josiane.	2004
						O Desenvolvimento do Turismo sob o Olhar da Sustentabilidade: o Caso de Santa Cruz do Tibó, Porto União (SC).	KOBELINSKI, Andréia Cristina da Silva.	2004
						Turismo Religioso no Santuário de Santa Paulina, Nova Trento (SC): Desafios para a Prática de um Turismo Sustentável.	FAGUNDES, João Edson.	2004
						Percepções dos Dirigentes do Setor Turístico do Município de Blumenau (SC) sobre Responsabilidade Social e Sustentabilidade.	PEDREIRA, Ivana Maria Schmitt.	2007
						Gestão Sustentável dos Hotéis de Selva na Região Metropolitana de Manaus: Indicadores de Sustentabilidade Ambientais.	SILVA, Raimundo Nonato Alves da.	2012
		T		0	0	—	—	—
UAM	PPGHOS	D	2004-2013	204	4	A Sustentabilidade das Atividades do Turismo em Áreas Protegidas: Um Estudo sobre os Meios de Hospedagem no Parque Nacional do Itatiaia (RJ).	MASSARUTTO, Rosemeire Calixto.	2009
						Turismo e Inclusão Social para Cadeirantes.	MENDES, Bruna.	2008
						Certificação do Turismo Sustentável para Meios de Hospedagem: Um Estudo sobre o Caminho do Ouro de Paraty (RJ).	ZUCARATO, Afonso Getúlio.	2006
						Políticas Públicas de Turismo e Meio Ambiente e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo Sobre Bonito (MS).	TRENTIN, Fábila.	2005
USP	PPGTUR	M	2014	—	—	<i>Início das Defesas Previsto para 2015.</i>	—	—
TOTAL				634	18			

Fonte: UECE, 2014; UnB, 2014; UFPR, 2014; UFRN, 2014; UCS, 2014; UNIVALI, 2014; UAM, 2014; USP, 2014.

Nota: Por Instituição de Ensino Superior (IES) ofertante, Produção discente (PD), período disponível para consulta (P), quantidade (Qt.) total, quantidade (Qt.) com termo/temas prioritários para sustentabilidade, título da produção discente, autor e ano da defesa.

3.1.1.1 Análises das Contribuições Discente nos Programas de Pós-Graduação em Turismo sob o Olhar da Sustentabilidade

A tabulação dos dados sobre as Teses, Dissertações e TCC's defendidas na área Turismo, em PPGTUR's, é o retrato de uma realidade influenciada e influenciável que afeta diretamente a produção de conhecimento e o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação na área, principalmente nas questões sobre acesso e disponibilização dessa produção.

Inicialmente pode parecer irrelevante tabelar dados talvez, estatisticamente pouco representativos do total das duas amostragens, mas eles também permitem uma avaliação mais crítica sobre o papel das IES, dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e dos órgãos públicos no que se diz respeito a essas questões em todas as áreas do Conhecimento.

Antes de quaisquer considerações, é necessário colocar algumas dificuldades encontradas durante o processo de pesquisa, como o Banco de Teses da CAPES, que permitiria a construção de uma amostragem mais próxima da realidade não estava disponível para consulta até meados de maio de 2014. Nele seria possível uma busca e consulta nos resumos relativos à Teses e Dissertações defendidas a partir de 1987, pesquisando por título e palavras-chave.

O Portal Domínio Público do MEC, que também permitiria a construção de uma amostragem mais próxima da realidade, está disponível para consulta desde 2004. Nele é possível uma busca e consulta no conteúdo das Teses e Dissertações defendidas a partir de 1987, pesquisando por Área do Conhecimento, título, nível, palavras-chave e IES, além da identificação do Programa e do acesso, na íntegra, do documento. No entanto, o número de Teses e Dissertações defendidas não está atualizado e/ou não é condizente com a realidade, para todas as defendidas no Brasil.

Nem todas as IES pesquisadas – ofertam Programas Pós-Graduação *Stricto Sensu* na Área Turismo – disponibilizam consulta virtual ao seu banco de Teses e Dissertações, quando permitem, em algumas o acesso é limitado à consulta do título e/ou do resumo, palavras-chave e em outras, consegue-se acessar o documento na íntegra, ou seja, não há uma padronização do acesso e divulgação da produção

científica das IES, ainda que todas, independentemente da dependência administrativa, sejam avaliadas pelos mesmos órgãos públicos e estejam sujeitas a uma mesma legislação.

Os Programas, que em sua maioria possuem páginas hospedadas nos sítios da internet da IES, normalmente disponibilizam as Teses e Dissertações defendidas, desde a sua criação, todavia essa disponibilização não é atualizada frequentemente pela maioria deles. Das que estão nas páginas, as informações disponibilizadas variam entre autor, título, orientador, linha de pesquisa, resumo, palavras-chave, data ou ano da defesa.

Alguns permitem o acesso ao documento na íntegra em arquivo do tipo PDF, outros não. Das que são acessadas integralmente, muitas não permitem a sua impressão. Todos esses fatores inviabilizam a construção de uma amostra mais próxima da realidade, tanto para análise quantitativa quanto qualitativa da produção discente em suas Teses e Dissertações. Tentou-se inicialmente solicitar diretamente ao autor a disponibilização da sua produção (tese e/ou dissertação), mas não houve retorno suficientemente satisfatório em quantidade e tempo, ao manteve-se a padronização da pesquisa para os sites de busca e páginas web dos programas.

Especificamente na área Turismo, há ainda a falta de padronização por exemplo, nas palavras-chave e o uso não controlado de vocabulário na produção científica, que dificulta análises mais profundas e/ou permite análises não condizentes com a realidade dessa produção, principalmente quando se busca por termos tão delimitados e representam temas prioritários para a sustentabilidade.

Sustentabilidade e Turismo são termos/temas/conceitos que têm sido relacionados de diferentes formas, com funções díspares, em estruturas distintas e por meio de processos diversos, tanto na academia, quanto no setor público e no setor privado. Há um rol de combinações para esses termos e para o que eles representam e significam – ‘turismo e desenvolvimento sustentável’, ‘desenvolvimento sustentável do turismo’, ‘sustentabilidade e turismo’, ‘sustentabilidade do turismo’, ‘turismo sustentável’ - cada uma com um arcabouço teórico diferente, às vezes conflitante, outras vezes apaziguador, desencadeando problemas e também soluções possíveis

– reais e/ou imaginárias -, muitas vezes não capturadas pelo que foi descrito no item acima.

Os Programas na modalidade Profissional têm adotado como TCC as Dissertações Acadêmicas, ao passo que o elenco de possibilidade de outros tipos de produção é bem diverso e abrangente (produção bibliográfica, produção técnica, produção artística e cultural, patentes e registros e inovação), podendo cumprir o objetivo da oferta nessa modalidade sem mal entendidos com a modalidade Acadêmica. Isto requer reflexão, principalmente no Turismo, que envolve um conjunto amplo de produtos e serviços e oportunidades para inovação.

Pela Produção Discente examinada, nos termos anteriormente apresentados, verifica-se que o espaço das contribuições dos PPGTUR's para a sustentabilidade não representa nem 5% do total de Teses e Dissertações defendidas, o que pode significar que os temas definidos como prioritários pela ONU e pela CAPES, não são imediatamente reconhecidos e/ou contemplados por essa produção.

Os temas prioritários definidos pela pesquisadora como relacionados especificamente à Sustentabilidade, ou seja, em sentido objetivo, se resumem a apenas 04, se considerados isoladamente - Amazônia, Emprego, Inclusão Social e Segurança Alimentar – presentes nos títulos das Dissertações. Não representam nem 0,5% do total de Dissertações defendidas.

Os definidos pela pesquisadora como principais, ou seja, em sentido subjetivo, como Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Sustentabilidade do Turismo e Turismo Sustentável, utilizados nos títulos das Teses e Dissertações, estão presentes na maioria dos títulos examinados, mas no conjunto das Dissertações defendidas, também não representam muito, apenas 2,3% das 863.

Para os temas pesquisados, não há contribuição relevante dos PPGTUR's para a sustentabilidade no que se diz respeito à produção discente, ou seja, às dissertações defendidas pelos mesmos, talvez apenas para o próprio turismo. Isto não quer dizer que os PPGTUR's não produzam conhecimento, tecnologia e inovação em turismo tomando como base a sustentabilidade, mas que talvez ela esteja presente no estabelecimento de relações com campos adjacentes, como já afirmara Sogayar e

Rejowski (2011), mas que no Turismo as prioridades e emergências, em termos de Sustentabilidade são outras, como alívio da pobreza, combate ao turismo sexual infantil e turismo de base solidária.

Para as questões de pesquisa, 'quantas e quais são as teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação stricto sensu na área Turismo no Brasil' e 'a produção discente em suas teses e dissertações contemplam a sustentabilidade', 'de que forma', a 'Abordagem Estratégica: Produção Discente' permitiu abordar quantitativa e qualitativamente as contribuições dos PPGTUR's segundo a utilização de termos relacionados direta e/ou indiretamente à sustentabilidade. Ou seja, que abrangem em sua produção de conhecimento, de tecnologia e de inovação os temas da sustentabilidade.

A Produção Discente em suas Dissertações contempla a Sustentabilidade se, se entender por Sustentabilidade, qualquer termo que tenha relação objetiva e/ou subjetiva com seus princípios e valores, mas não contempla de modo representativo e relevante se, se entender por Sustentabilidade o campo de estudo definido pela ONU e pela CAPES como prioritários.

3.1.2 Contribuições docente/discente em seus grupos de pesquisa

Os assuntos pertinentes ao desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil, até 1985, eram tratados pelo Ministério do Planejamento (MP). A partir de 15 de março, desse mesmo ano, por meio do Decreto 91.146, é criado Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que é fundido ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) em 1989, recriado no mesmo ano, extinguido em 1990 e recriado novamente em 1992.

Desde então compete a ele a política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação (CTI), o planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia, a política de desenvolvimento de informática e automação, a política nacional de biossegurança, as políticas espacial e nuclear e o controle da exportação de bens e serviços sensíveis, que estrategicamente se traduzem em geração de conhecimento e de novas tecnologias, bem como a criação de produtos, processos, gestão e patentes nacionais.

Essas atividades são organizadas por meio de sistemas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em regime de colaboração. A União coordena a política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, articulando os diferentes níveis e sistemas e exerce função normativa, redistributiva e supletiva em relação às outras instâncias. Cada sistema de desenvolvimento científico e tecnológico (o federal, os estaduais, o distrital e os municipais), tem liberdade de organização nos termos da política e dos planos nacionais de ciência, tecnologia e inovação (MCTI, 2013).

O MCTI coordena ainda duas das mais importantes agências de fomento do País, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e suas unidades de pesquisa. O CNPq, criado em 1951, tem como missão o fomento da CTI, atuando na formulação e condução das políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional. Entre suas competências está a promoção da formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento. A capacitação destes voltada para questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional. A implantação e manutenção de mecanismos de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre o desenvolvimento da ciência e tecnologia e a realização de estudos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico (CNPq, 2012).

As Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil cumprem um relevante papel no processo de desenvolvimento de CTI no país, principalmente com os programas de pós-graduação. Os principais resultados práticos da pós-graduação se dão de diferentes formas, como formação de Grupos de Pesquisa (GP's), por parte dos docentes e discentes. Os GP's são unidades básicas para o planejamento e o acompanhamento das atividades de pesquisa e extensão das IES em todas as áreas de conhecimento de atuação das mesmas.

O CNPq é responsável pelo Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), um conjunto de bases de dados com informações sobre pesquisadores, estudantes e técnicos que se organizam em grupos em torno de uma ou mais linhas de pesquisa definidas no interior de uma área de conhecimento, com o objetivo de desenvolver pesquisa científica. Ele é um instrumento para o intercâmbio e a troca de informações,

sendo capaz de responder quem é quem, onde se encontra, o que está fazendo e o que produziu recentemente, além de ser fonte perene de informação e importante ferramenta para o planejamento e a gestão das atividades de CTI (CNPQ, 2013).

Nele acessa-se informações sobre os integrantes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), as linhas de pesquisa, as especialidades do conhecimento, os setores de aplicação, a produção científica, tecnológica e artística e os padrões de interação com o setor produtivo. As informações são atualizadas continuamente pelos líderes dos grupos, pesquisadores, estudantes e dirigentes de pesquisa das IES participantes e dessas informações são realizados censos quadrienais, que retratam essa base corrente.

Os bancos de dados estão organizados em séries históricas, súmulas estatísticas, plano tabulares, estratificação e censos que podem ser consultados por Busca Operacional e/ou Textual. As Séries Históricas têm início com o primeiro Censo de 1993, a Súmula Estatística, o Plano Tabular, a Busca Textual e a Estratificação dos grupos com o Censo 2000 até o Censo 2010 e o da Busca Operacional é anualmente atualizado pelas IES. No link da Coleta de Dados do DGP é possível acessar a Estatística de Atualização dos Grupos. Em dezembro de 2013 estavam cadastrados no DGP, com base nessa Estatística de Atualização, 27.523 GP's (Tabela 11), dos quais 23.925 estão certificados pelas IES, ou seja, estão ativos, 11.466 não estão atualizados, 592 aguardam certificação e 4.629 estão em preenchimento (CNPq, 2014).

A Região Sudeste concentra o maior número de GP's, 12.877 ou 46,8%, bem como das Linhas de Pesquisa, Pesquisadores, Estudantes e Técnicos. A Região Norte o menor número, com 1.433 ou 5,2% GP's, bem como das Linhas de Pesquisa, Pesquisadores, Estudantes e Técnicos. A mesma situação é verificada na oferta de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, em que a Região Sudeste oferta 1.727 e a Região Norte 197.

A grande área Ciências Sociais Aplicadas, em destaque, concentra 3.438 Grupos de Pesquisa e 10.422 Linhas de Pesquisa (LP's), ocupando a 4ª e 7ª posições respectivamente no Ranking entre as demais grandes áreas do conhecimento (Tabela 12), o que indica uma boa capacidade de pesquisa para a mesma.

Tabela 11- Relação do número de grupos de pesquisa, linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes e técnicos cadastrados no diretório de grupos de pesquisa do CNPq por região - 2013

REGIÃO	GRUPOS DE PESQUISA	LINHAS DE PESQUISA	PESQUISADORES	ESTUDANTES	TÉCNICOS
Centro Oeste	1.965	7.669	16.184	16.009	1.658
Nordeste	5.044	21.145	39.037	49.951	4.366
Norte	1.433	5.980	11.507	11.202	1.561
Sudeste	12.877	49.474	94.573	106.427	14.467
Sul	6.204	22.447	44.144	55.266	5.432
TOTAL	27.523	106.715	205.445	238.855	27.484

Fonte: CNPq, 2013.

Nota: Atualizado em 29 dez. 2013.

Tabela 12- Relação de grupos de pesquisa e linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes e técnicos por grande área, com destaque para a grande área ciências sociais aplicadas - 2013

GRANDE ÁREA	GRUPOS DE PESQUISA	LINHAS DE PESQUISA	PESQUISADORES	ESTUDANTES	TÉCNICOS
Ciências Agrárias	2.699	13.609	25.547	27.249	4.781
Ciências Biológicas	3.108	14.585	23.390	32.081	4.638
Ciências Exatas e da Terra	2.934	13.418	19.645	22.140	2.385
Ciências Humanas	5.387	16.813	41.196	47.939	3.214
Ciências Sociais Aplicadas	3.438	10.422	23.877	23.569	1.891
Ciências da Saúde	4.573	16.728	34.375	41.446	6.661
Engenharias	3.548	16.115	25.275	30.274	3.324
Linguística, Letras e Artes	1.836	5.025	12.140	14.157	590
TOTAIS	27.523	106.715	205.445	238.855	27.484

Fonte: CNPq, 2013.

Nota: Atualizado em 30 dez. 2013.

Ponderando que os GP's estivessem concentrados apenas nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu desta grande área (Tabela 13), ter-se-ia uma média de 7,3 Grupos de Pesquisa, 22,1 Linhas de Pesquisa, 50,6 Pesquisadores, 49,9 Estudantes e 4 Técnicos por Programa produzindo conhecimento, tecnologia e inovação.

Tabela 13- Ranking das grandes áreas por grupos e linhas de pesquisa, com destaque para a grande área ciências sociais aplicadas - 2013

GRANDE ÁREA	GRUPOS			LINHAS		
	DE PESQUISA	RANKING	%	DE PESQUISA	RANKING	%
Ciências Humanas	5.387	1º	20%	16.813	1ª	16%
Ciências da Saúde	4.573	2º	17%	16.728	2ª	16%
Engenharias	3.548	3º	13%	16.115	3ª	15%
Ciências Sociais Aplicadas	3.438	4º	12%	10.422	7ª	10%
Ciências Biológicas	3.108	5º	11%	14.585	4ª	14%
Ciências Exatas e da Terra	2.934	6º	11%	13.418	6ª	13%
Ciências Agrárias	2.699	7º	10%	13.609	5ª	13%
Linguística, Letras e Artes	1.836	8º	7%	5.025	8ª	5%
TOTAL	27.523	8	100%	106.715	8	100%

Fonte: CNPq, 2013.

Nota: Atualizado em 30 dez. 2013.

Tabela 14- Relação dos grupos e linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes e técnicos pela grande área ciências sociais aplicadas, com destaque para a área turismo - 2013

ÁREAS DE CONHECIMENTO	GRUPOS DE PESQUISA	LINHAS DE PESQUISA			
		PESQUISADORES	ESTUDANTES	TÉCNICOS	
Administração	757	2.217	5.592	4.675	367
Arquitetura e Urbanismo	312	1.087	2.061	1.834	110
Ciência da Informação	174	571	1.325	1.258	200
Comunicação	456	1.149	2.997	3.178	238
Demografia	20	64	206	134	21
Direito	776	1.970	4.520	6.348	190
Economia	421	1.564	3.110	2.086	250
Economia Doméstica	7	43	78	121	29
Museologia	19	58	170	106	24
Planejamento Urbano e Regional	171	620	1.421	1.282	169
Serviço Social	228	779	1.652	2.034	250
Turismo	97	300	745	513	43
TOTAL	3.438	10.422	23.877	23.569	1.891

Fonte: CNPq, 2013.

Dentro da grande área Ciências Sociais Aplicadas, a área Turismo, em 2010, concentrava 97 GP's e 300 LP's, ocupando a 9ª posição no Ranking entre as demais Áreas de Conhecimento (Tabela 14 e Tabela 15).

Tabela 15- Ranking dos grupos e linhas de pesquisa da grande área ciências sociais aplicadas, com destaque para a área turismo - 2013

ÁREAS DE CONHECIMENTO	GRUPOS DE PESQUISA	RANKING	%	LINHAS DE PESQUISA	RANKING	%
Administração	757	2ª	22%	2.217	1ª	21%
Arquitetura e Urbanismo	312	5ª	9%	1.087	5ª	10%
Ciência da Informação	174	7ª	5%	571	8ª	5%
Comunicação	456	3ª	13%	1.149	4ª	11%
Demografia	20	10ª	1%	64	10ª	1%
Direito	776	1ª	23%	1.970	2ª	19%
Economia	421	4ª	12%	1.564	3ª	15%
Economia Doméstica	7	12ª	0%	43	12ª	0%
Museologia	19	11ª	1%	58	11ª	1%
Planejamento Urbano e Regional	171	8ª	5%	620	7ª	6%
Serviço Social	228	6ª	7%	779	6ª	7%
Turismo	97	9ª	3%	300	9ª	3%
TOTAL	3.438	12	100%	10.422	12	100%

Fonte: CNPq, 2013.

Considerando que os GP's estivessem concentrados apenas nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (Tabela 1) desta Área, num total de 07, ter-se-ia uma média de 13,9 Grupos de Pesquisa, 42,9 Linhas de Pesquisa, 106,5 Pesquisadores, 73,3 Estudantes e 6,2 Técnicos por Programa.

No entanto, o DGP considera os GP's certificados pelas IES em termos de pesquisadores que atuam tanto no Ensino Superior quanto na Pós-Graduação. Somando-se então, o número de cursos de pós-graduação na área turismo – 10 cursos - e o número de cursos superiores presenciais (Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico), em todas as categorias administrativas e em atividade na área turismo (Quadro 17), 482 cursos, ter-se-ia uma média de 0,2 Grupos de Pesquisa, 0,6 Linhas Pesquisa, 1,5 Pesquisador, 1 Estudante e 0,1 Técnico por Curso. Isto pode indicar uma baixa capacidade das IES brasileiras em pesquisa na área, mesmo considerando

que o EPE e a CTI envolvam vários produtos e/ou resultados, como as produções bibliográficas, técnicas, artísticas e culturais e patentes e registros.

Quadro 17- Distribuição dos Cursos de Ensino Superior na Área Turismo, por Grau, Situação, Modalidade e Gratuidade dos Cursos - 2014

GRAU	SITUAÇÃO	MODALIDADE DOS CURSOS		GRATUIDADE DOS CURSOS	
		À DISTÂNCIA	PRESENCIAL	SIM	NÃO
Bacharelado	Em Atividade	244	372	0	244
				56	316
Licenciatura	Em Atividade	7	0	7	0
				0	0
Sequencial	Em Atividade	0	1	0	0
				0	1
Tecnológico	Em Atividade	1.007	119	1	1.006
				33	86
TOTAL		1.258	492	97	1.653
		1.750		1.750	

Fonte: MEC, 2014.

Verifica-se isso na Tabela 16, pela variação do número de GP's consultados no DGP, através de uma Busca Operacional feita sobre o nome do grupo, título da linha e palavra-chave da linha e atualizada em 06 jan. 2014:

Tabela 16- Quantidade de grupos de pesquisa certificados na base atual do diretório dos grupos de pesquisa no brasil - 2014

TIPO DE CONSULTA	Quantidade
Por Turismo	409
Por Turismo, Grande Área Ciências Sociais Aplicadas	217
Por Turismo, Grande Área Ciências Sociais Aplicadas, Área do Grupo Turismo	120

Fonte: CNPq, 2014.

Nota: Atualizado em 06 jan. 2014.

Ao se buscar GP's pelo termo turismo, independentemente das grandes áreas, a quantidade de GP's é mais representativa, pois são encontrados 409 GP's no Brasil que pesquisam o turismo. Destes, 217 estão cadastrados na grande área Ciências

Sociais Aplicadas e 120 na área turismo. Apesar dessa representabilidade e amostragem dos grupos ser idealmente aleatória, pois a extensão da população básica é previamente conhecida, a distribuição das características nessa população pôde ser caracterizada e dela extraída amostras eventuais tanto em sentido estatístico quanto interpretativo.

Tabela 17- Distribuição dos grupos de pesquisa por termo, nas grandes áreas de conhecimento e ranking, na área ciências sociais aplicadas e ranking, na área turismo e ranking - 2013

GRUPOS DE PESQUISA						
TERMO/TEMA PRIORITÁRIO	GRANDES ÁREAS	RANKING	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	RANKING	ÁREA TURISMO	RANKING
Água	1386	1º	33	7º	0	—
Amazônia	825	4º	75	3º	1	5º
Biodiversidade	797	5º	38	5º	1	5º
Cidades Sustentáveis	13	12º	9	10º	0	—
Desastres Naturais	44	11º	1	11º	0	—
Desenvolvimento Sustentável	949	3º	389	1º	22	2º
Emprego: Economia Verde e Inclusão Social	632	6º	216	2º	7	4º
Emprego						
Economia Verde						
Inclusão Social						
Energia Sustentável	119	10º	22	9º	0	—
Mudanças Climáticas	1255	2º	75	3º	0	—
Oceanos	199	9º	23	8º	0	—
Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável	307	7º	37	6º	10	3º
Segurança Alimentar						
Agricultura Sustentável						
Sustentabilidade	207	8º	41	4º	34	1º
TOTAL	1589	12	569	11	75	5

Fonte: CNPq, 2013.

Como referência, a Tabela 17 representa a distribuição dos GP's consultados através de Busca Operacional no DGP para os termos 'água', 'energia sustentável', 'oceanos', 'segurança alimentar e agricultura sustentável', 'cidades sustentáveis', 'emprego: economia verde e inclusão social', 'mudanças climáticas e desastres naturais',

‘Amazônia’, ‘biodiversidade’, ‘desenvolvimento sustentável’ e ‘sustentabilidade’ que compõem o nome dos grupos, a linha de pesquisa e/ou as palavras-chave das linhas.

Os 75 GP’s da área Turismo estão distribuídos em 35 IES, por 18 Unidades da Federação, sendo 04 na Região Norte, 25 na Região Nordeste, 14 na Região Sul, 21 na Região Sudeste e 10 na Região Centro Oeste (Quadro 18). Destes, apenas 05 grupos estão cadastrados e certificados por IES que ofertam programas de pós-graduação na área turismo (Quadro 18):

Quadro 18- Distribuição dos grupos de pesquisa na área turismo - 2014

GRUPOS DE PESQUISA							
TERMO/TEMA PRIORITÁRIO	ÁREA TURISMO	IES		UF		PPGTur	GRUPO
Água	0	—		—			
Amazônia	1	UEA	1	AM	1		
Biodiversidade	1	UFT	1	TO	1		
Cidades Sustentáveis	0	—		—			
Desastres Naturais	0	—		—			
Desenvolvimento Sustentável	22	UFPE	20	PE	14		
		IFRJ		RJ			
		IFTO		TO			
		UERN		RN			
		UERR		RR			
		UFAL		AL			
		UFF		CE			
		UFMA		MA			
		UFOP		MG			
		UFPB		PB			
		UFPR		PR		1	Planejamento, Gestão e Controle do Desenvolvimento Sustentável do Turismo. Líder: José Manoel Gonçalves Gândara
		UFPR		PR		1	Turismo e Sociedade. Líder: Miguel Bahl
		UFRRJ		RJ			
		UFRRJ		RJ			
		UFSCAR		SP			
		UFT		TO			
		UFVJM		MG			
		UNEB		BA			
UNIFACS	BA						
UNIFRA	SP						
UNIRIO	RJ						

		UNIVALI		SC		1	Turismo, Espaço e Sociedade (TES). Líder: Yolanda Flores e Silva
Emprego: Economia Verde e Inclusão Social	7	PUC- GO	6	GO	5		
		UFF		CE			
		UFF		CE			
		UFPE		PE			
		UFSCA R		SP			
		UNESP		SP			
		UNIVALI		SC		1	Turismo, Espaço e Sociedade (TES). Líder: Yolanda Flores e Silva
Energia Sustentável	0	—		—			
Mudanças Climáticas	0	—		—			
Oceanos	0	—		—			
Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável	10	IFCE	6	CE	6		
		IFRJ		RJ			
		IFSC		SC			
		UFOP		MG			
		UFRRJ		RJ			
		UFRRJ		RJ			
		UNIVALI		SC		1	Turismo, Espaço e Sociedade (TES). Líder: Yolanda Flores e Silva
UNIVALI	SC	1	Hospitalidade e Turismo. Líder: Luciano Torres Tricário				
Sustentabilidade	34	IFB	20	DF	15		
		IFCE		CE			
		IFCE		CE			
		IFPA		PA			
		IFRJ		RJ			
		IFSC		SC			
		IFTO		TO			
		PUC- GO		GO			
		PUC-PR		PR			
		UEMS		MS			
		UESC		SC			
		UFAL		AL			
		UFF		CE			
		UFF		CE			
		UFMA		MA			
		UFMA		MA			
		UFMA		MA			
		UFMS		MS			
		UFOP		MG			
		UFOP		MG			
UFPA	PA						
UFPB	PB						
UFPB	PB						

		UFPR		PR	1	Planejamento, Gestão e Controle do Desenvolvimento Sustentável do Turismo. Líder: José Manoel Gonçalves Gândara
		UFSCAR		SP		
		UFVJM		MG		
		UnB		DF	1	Produção, Consumo, Turismo e Sustentabilidade. Líder: Elimar Pinheiro do Nascimento
		UNEB		BA		
		UNESP		SP		
		UNIBRASIL		PR		
		UNIFACS		BA		
		UNIFRA		BA		
		UNIVALI		SC		
		USP		SP		
TOTAL	75	35		18	5	

Fonte: CNPq, 2014.

Os grupos são os seguintes:

Hospitalidade e Turismo

Formado em 2013, certificado pela UNIVALI e atualizado em 18 dez. 2013, líder 'Luciano Torres Tricárico' (<http://lattes.cnpq.br/9420174776726570>), área predominante Ciências Sociais Aplicadas, Turismo, instituição Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI), órgão Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, unidade Campus Balneário Camboriú, com 05 pesquisadores, 02 estudantes e 01 técnico, 04 linhas de pesquisa 'Hospitalidade do Espaço Edificado', 'Hospitalidade e Bem-Estar', 'Hospitalidade, Gastronomia e Segurança Alimentar', 'Hospitalidade, Patrimônio e Turismo' e nenhuma relação com o setor produtivo²⁰;

²⁰ Relação com o setor produtivo refere-se a atuação nos locais onde diversos insumos sofrem algum tipo de transformação até a constituição de um produto final, como os setores de produção, processamento, armazenamento, distribuição, comercialização e serviços de apoio. No caso do turismo, participar por exemplo, na elaboração de planos de desenvolvimento turístico, de sistemas informatizados para hotelaria, na elaboração de roteiros, entre outros.

Planejamento, Gestão e Controle do Desenvolvimento Sustentável do Turismo

Formado em 2009, certificado pela UFPR e atualizado em 05 nov.2013, líder 'José Manoel Gonçalves Gândara' (<http://lattes.cnpq.br/2820622668034670>), área predominante Ciências Sociais Aplicadas, Turismo, instituição Universidade Federal do Paraná (UFPR), unidade Departamento de Turismo, com 17 pesquisadores, 27 estudantes e nenhum técnico, 01 linha de pesquisa 'Turismo e Organizações Públicas e Privadas', e nenhuma relação com o setor produtivo;

Produção, Consumo, Turismo e Sustentabilidade

Formado em 2010, certificado pela UnB e atualizado em 05 fev. 2013, líderes 'Elimar Pinheiro do Nascimento' (<http://lattes.cnpq.br/5290901839648752>) e 'Helena Araújo Costa' (<http://lattes.cnpq.br/4746934995834841>), área predominante Ciências Sociais Aplicadas, Turismo, instituição Universidade Brasília (UnB), órgão Centro de Desenvolvimento Sustentável, unidade Centro de Desenvolvimento Sustentável, com 14 pesquisadores, 05 estudantes e nenhum técnico, 01 linha de pesquisa 'Economia: meio ambiente e negócios' e nenhuma relação com o setor produtivo;

Turismo e Sociedade

Formado em 2005, certificado pela UFPR e atualizado em 10 jan. 2014, líder 'Miguel Bahl' (<http://lattes.cnpq.br/2467559186292051>), área predominante Ciências Sociais Aplicadas, Turismo, instituição Universidade Federal do Paraná (UFPR), órgão não especificado, unidade Departamento de Turismo, com 25 pesquisadores, 16 estudantes e nenhum técnico, 11 linhas de pesquisa 'Alimentação, Cultura e Turismo', 'Análise Institucional da Regionalização do Turismo no Brasil', 'Promoção e Comercialização de destinos e produtos turísticos', 'Roteiros Temáticos e Oferta Turística', 'Território, Cultura e Representação do Turismo', 'Turismo Comunitário', 'Turismo e Esporte', 'Turismo e Infância', 'Turismo e Sociedade' e "Turismo, Ética e Responsabilidade Social' e nenhuma relação com o setor produtivo; e

Turismo, Espaço e Sociedade (TES)

Formado em 2002, certificado pela UNIVALI e atualizado em 30 ago.2012, líderes 'Yolanda Flores e Silva' (<http://lattes.cnpq.br/5344296091176496>) e 'Paulo dos

Santos Pires' (<http://lattes.cnpq.br/3480178807550158>), área predominante Ciências Sociais Aplicadas, Turismo, instituição Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI), órgão Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo e Hotelaria, unidade Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria, com 05 pesquisadores, 12 estudantes e 02 técnicos, 03 linhas de pesquisa 'Gastronomia Étnica', 'Planejamento dos Espaços para o Turismo' e 'Turismo no Espaço Rural' e 03 relações com o setor produtivo.

3.1.2.1 Análises das Contribuições Docente/Discente nos Programas de Pós-Graduação em Turismo sob o Olhar da Sustentabilidade

Pela Produção Docente/Discente examinada, nos termos metodológicos anteriormente apresentados, verifica-se que 75 GP's na área Turismo utilizam no nome, linhas de pesquisa e/ou palavras-chave os temas definidos como prioritários para a Sustentabilidade pela ONU e pela CAPES. Apenas 6,7% dos 75 GP's que contemplam no nome, linhas de pesquisa e/ou palavras chave os temas definidos como prioritários para a Sustentabilidade pela ONU e pela CAPES, estão cadastrados e atualizados por IES ofertantes de programas de pós-graduação na área Turismo.

Os temas prioritários para a ONU e para CAPES para a Sustentabilidade, definidos pela pesquisadora como relacionados especificamente à Sustentabilidade, ou seja, em sentido objetivo, se resumem a apenas 04 - Amazônia, Biodiversidade, Emprego: Economia Verde e Inclusão e Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável – presentes no nome, linhas de pesquisa e/ou palavras chave dos GP's, mas representam 25,4% do total de 75 GP's na área Turismo que contem no nome, linhas de pesquisa e/ou palavras chave os temas prioritários para a ONU e para CAPES para a Sustentabilidade, definidos pela pesquisadora como principais, ou seja, em sentido subjetivo.

Para os temas pesquisados, há contribuição relevante dos PPGTur's no que se diz respeito à Produção Docente/Discente dos GP's na área Turismo, pois 75 do 97 GP's, 77,4%, contemplam de alguma forma os temas prioritários para a ONU e para CAPES para a Sustentabilidade. No que se diz respeito aos GP's na área Turismo cadastrados pelas IES's que ofertam PPGTUR's 27,7% contribuem para a Sustentabilidade e para o próprio turismo. Isto não quer dizer que os PPGTUR's não produzam CTI em turismo tomando como base a Sustentabilidade, mas que talvez ela esteja presente no estabelecimento de relações com campos adjacentes.

A abordagem estratégica Produções Docente/Discente permitiu abordar qualitativamente os resultados quantitativos das contribuições dos programas de pós-graduação stricto sensu na área Turismo por meio da Produção Docente/Discente, em seus grupos de pesquisa cadastrados, atualizados e certificados pelas suas instituições no DGP, do CNPq, na área predominante de ciências sociais aplicadas, área Turismo, segundo a utilização de termos relacionados direta e/ou indiretamente à Sustentabilidade. Ou seja, que contenham no nome, linhas de pesquisa e/ou palavras chave os temas emergentes para a sustentabilidade.

As produções docente/discente em seus grupos de pesquisa na área turismo, independentemente da IES ofertar PPGTur's, contempla a sustentabilidade se, se entende-la como qualquer termo que tenha relação objetiva e/ou subjetiva com seus princípios e valores e se, se entende-la como campo de estudo definido pelos problemas a ela relacionados.

Já as produções docente/discente, em seus grupos de pesquisa cadastrados e atualizados pelas IES que ofertam programas na área turismo, também contemplam a sustentabilidade se, se entende-la como qualquer termo que tenha relação objetiva e/ou subjetiva com seus princípios e valores e se, se entende-la como campo de estudo definido também pelos problemas a ela relacionados.

A UNIVALI é a IES com GP's que mais pesquisa o Turismo nos termos/temas objetivos e prioritários para a sustentabilidade. A UFPR e a UnB pesquisam o Turismo nos termos/temas subjetivos.

3.1.3 Percepções dos coordenadores sobre as contribuições dos programas

Questões como capacidade de inserção local, regional e estadual, alinhamento às áreas definidas como estratégicas para avanço no ensino, pesquisa e extensão, na produção de conhecimento, tecnologia e inovação, o grau de excelência desejado, a previsão e/ou existência de interações e parcerias com o setor público e privado, pesquisadores qualificados e predisposição de condições para produtividade, são alguns dos elementos considerados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) para a proposição de programas de pós-graduação. São também, alguns dos elementos avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES), para a autorização de funcionamento, reconhecimento e recomendação dos mesmos.

Os assuntos pertinentes à coordenação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* são de competência dos próprios programas e da administração das IES, sendo especificados em regimentos e estatutos. Os programas podem ser representados pela figura de um 'Diretor' ou 'Coordenador', assim como cada curso ofertado, pode ser representando também, pela figura de um 'Coordenador' e de um 'Vice Coordenador', se considerado necessário. Todos devem ser docentes nas IES e nos programas e compete a eles ordenar e sistematizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a produção de CTI dos programas e cursos, tanto no que diz respeito à organização didática, quanto administrativa.

Ao desenvolver essas atividades, os coordenadores passam a ser portadores dos objetivos específicos de cada programa e ao mesmo tempo portadores de uma percepção que lhes é única, à cerca dos programas e do seu papel no mesmo enquanto docente e enquanto coordenador. Dito de outro modo, cada humano traz consigo um conjunto de crenças e suposições que o guia e conduz no percurso da sua vida pessoal e profissional. Esse conjunto de crenças e suposições, herdados culturalmente ou não, pode ser entendido como uma visão de mundo, nem sempre revelada, mas construída para a sua sobrevivência e desenvolvida para a sua adaptação ao meio no qual ele vive.

Um docente exercendo a função de coordenador de um Programa de Pós-Graduação, traz consigo a sua visão de mundo e espera-se que ele porte também a visão, a missão e os objetivos do Programa o qual ele representa. Lembrando que o programa em si não existe se não existir docentes aptos a produzir CTI e a ensinar, pesquisar e estender essa produção aos demais humanos, independentemente das suas formas de organização. Que fique claro que um programa não é constituído só de capital humano e que o 'técnico'²¹ (KELLY, 2012) por si só ainda não é capaz de operacionalizá-lo, mas entende-se que a figura humana, ainda neste século, seja o principal sujeito desse processo.

²¹ Para Kelly (2012), o técnico é a extensão dos seres humanos. Se a tecnologia é uma extensão dos seres humanos, ela é assim, uma extensão corporal para as ideias.

São 08, os programas de pós-graduação stricto sensu na área Turismo (PPGTur), conseqüentemente, são 08 os Coordenadores dos PPGTur's, representadas por 08 docentes permanentes, doravante identificados aleatoriamente pelos códigos PPGTUR1, PPGTUR2, PPGTUR3, PPGTUR4, PPGTUR5, PPGTUR6, PPGTUR7 e PPGTUR8, com currículos cadastrados na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atualizados respectivamente nas seguintes datas: 17 abr. 2013, 10 jan. 2014, 26 nov. 2013, 15 jan. 2014, 17 abr. 2013, 18 nov. 2013, 10 out. 2013 e 10 mai. 2014.

Utilizou-se os instrumentos: Carta Convite, enviada por e-mail (Apêndice A); Carta de Apresentação (Apêndice B); Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C); e Roteiro para Entrevista (Apêndice D). Dos 08 Coordenadores/Docentes, 05 efetivamente confirmaram a disponibilidade em participar da pesquisa, 02 não confirmaram disponibilidade em participar, não sendo entrevistados, por conflito de agenda e/ou falha na comunicação, 01 não foi convidado, pois foi indicado coordenador do programa em 2014, quando o mesmo iniciou as atividades. Ressalta-se que foi seguido um protocolo de pesquisa, não havendo privilégio para um ou outro sujeito pesquisado.

O levantamento dos dados para as variáveis características individuais e características grupais foi feito por meio de consulta ao banco de dados da Plataforma Lates, numa busca pelo Currículo Lates de cada docente/coordenador e ao banco de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), numa busca por líder e pesquisador, utilizando o nome de cada docente. Ambos os bancos de dados estão disponíveis para consulta pública no site do CNPq.

Para as variáveis experiência, escolha e comportamento e comunicação e fluxo de informação, o levantamento dos dados foi feito por meio de entrevista *in loco*, previamente agendada via e-mail com os coordenadores e operacionalizadas em outubro de 2013, sob Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C), assinados em 02 vias pela orientadora da pesquisa, pela pesquisadora e pelo pesquisado.

No Quadro 19 elencou-se os atributos que diferenciam um docente do outro e no Quadro 20 os atributos que caracterizam os docentes em termos de grupo.

Verifica-se que há uma grande dispersão na distribuição da participação dos docentes em projetos de pesquisa. A tendência central é, em média, de 2,5 docentes por projeto, sendo 06 o maior e 01 o menor número de participação, de um total de 17. A participação em grupos de pesquisa não é informada nos seus Currículos Lattes por nenhum dos docentes pesquisados. Mas numa busca pelo Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), no banco de dados do CNPq (2014), constatou-se que, de alguma forma, todos eles participam em pelo menos 01 grupo, sendo que 06 deles participam em grupos certificados pelas suas IES de origem. Destes, 05 são líderes em 01 grupo cada um e 04 participam como pesquisadores, para um total de 12 Grupos de Pesquisa. Nenhum dos docentes atua em um mesmo grupo e a participação como pesquisador se dá, em sua maioria, em grupos certificados por outras IES, que não a sua de origem.

O atributo Produtividade em Pesquisa²², significa que o Coordenador/Docente recebe ou não uma bolsa concedida a pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica conforme critérios normativos estabelecidos pelo CNPq e especificados pelos Comitês de Assessoramento (CA's). Entre os coordenadores, 02 possuem bolsa PQ2, o que denota que eles possuem produtividade com ênfase nos trabalhos publicados e orientações, ambos referentes aos últimos 05 anos, e 01 possui bolsa PQA, reservada a pesquisadores que tenham mostrado excelência continuada na produção científica, na formação de recursos humanos e que lideram Grupos de Pesquisa consolidados (CNPq, 2014).

A produção bibliográfica dos coordenadores, restringida a artigos publicados e livros, independentemente de ser 1º autoria, contribuiu respectivamente com 185 e 23 títulos publicados, com uma média de 26,5 e 3,3 títulos por coordenador. Há também uma grande dispersão entre os atributos desta variável, sendo 63 e 7 os maiores números de títulos publicados e 04 e 01 os menores. As orientações e supervisões concluídas até 10 jan. 2013, concentram-se no mestrado, com um total de 158 dissertações, 14 teses e apenas uma supervisão de pós-doutorado. A média para as dissertações é de 22,3 por coordenador e a de teses, 02.

²² O CNPq concede aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares Bolsas de Produtividade em Pesquisa enquadradas e classificadas por categoria (1 ou 2) e quando da categoria 1 por nível (A, B, C ou D) <<http://www.cnpq.br/documents/10157/5f43cefd-7a9a-4030-945e-4a0fa10a169a>>.

Quadro 19- Distribuição das Características Individuais da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na Área Turismo - 2014

CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS								
CÓDIGO	LATTES	GÊNERO		FORMAÇÃO ACADÊMICA				Atuação Profissional
		F	M	Pós Doutorado	Doutorado	Mestrado	Curso Superior	
PPGTUR1	17042013		1	0	Ciências em Engenharia de Produção	Administração do Planejamento	—	Professor Adjunto
PPGTUR2	10012014	1		0	Educação	Letras	Letras	Professor Doutor Adjunto III
PPGTUR3	17042013	1		0	Ciências da Comunicação	Ciências da Comunicação	Turismo e Comunicação Social	Professor Titular
PPGTUR4	18112013	1		1	Artes	Artes Plásticas e Aplicadas	Educação Artística	Professor Adjunta
PPGTUR5	15012014		1	5	Turismo e Desenvolvimento Sustentável	Gestão do Turismo	Turismo	Professor Adjunto
PPGTUR6	10102013		1	2	Engenharia de Produção	Geografia	Geografia	Professor
PPGTUR7	26112013		1	1	Ciências da Terra	—	Engenharia de Pesca	Professor Titular
PPGTUR8	10052014		1	1	Ciências da Comunicação	História	Turismo e Filosofia	Professor
TOTAL	8	3	5	9	7	6	6	4

Fonte: CNPq, 2014.

Quadro 20- Distribuição das Características Grupais das Coordenações dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na Área Turismo - 2014

CARACTERÍSTICAS GRUPAIS										
CÓDIGO	PQ	PPPA	PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE PESQUISA		PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA		ORIENTAÇÕES E SUPERVISÕES CONCLUÍDAS			COORD. PPGTUR
			LÍDER	PESQ.	ARTIGOS PUBLICADOS	LIVROS	PD	D	M	
PPGTUR1		2	0	1	14	1		2	31	1
PPGTUR2		1	0	0	20	3			5	1
PPGTUR3	PQ2	2	1	0	25	7			38	1
PPGTUR4		6	1	0	4	4			3	1
PPGTUR5	PQ A	4	1	2	63	1		9	33	1
PPGTUR6	PQ2	2	1	3	26	2	1	3	20	1
PPGTUR7			1	1	33	5			28	1
PPGTUR9		2	0	0	27	19	1	1	5	1
9	3	17	5	7	212	42	1	14	163	7

Fonte: CNPq, 2014, CAPES, 2014.

O Quadro 21 apresenta a distribuição da atuação dos pesquisados como docente e e/ou como coordenador dos programas estudados. Essa variável é medida pelo tempo de atuação nessas funções em termos de anos.

O tempo de atuação docente na IES ofertante do PPGTur varia entre o menor, 02 anos e o maior, 36 anos. A média é 18 anos para cada coordenador, sendo que a maior parte deles, 04, possuem praticamente 20 anos de atuação nas IES ofertantes. Já o tempo de atuação na coordenação de PPGTur é regular, pois a maioria dos programas optam por mandatos de 02 anos e heterogêneo, pois 03 coordenadores já exerceram a função pelo menos 02 vezes e 04 deles a exercem pela primeira vez.

Dentre os coordenadores, o que possui mais tempo de experiência em docência é o que coordena o PPGTur2 e o que possui menos tempo de experiência é o que coordena o PPGTur4. O tempo de experiência como coordenador do programa é maior para o que coordena o PPGTur6 e menor para o que coordena o PPGTur5. O tempo médio de atuação docente é de aproximadamente 16 anos e o de atuação como coordenador de 04 anos.

Quadro 21- Distribuição da Variável Experiência entre as Coordenações dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na Área Turismo - 2014

EXPERIÊNCIA NO PPGTUR				
CÓDIGO	ATUAÇÃO DOCENTE	TEMPO EM ANOS	ATUAÇÃO COORDENADOR	TEMPO EM ANOS
PPGTUR1	1995	18	2011	2
PPGTUR2	1978	35	2009	4
PPGTUR3	2002	11	2007	6
PPGTUR4	2011	2		
PPGTUR5	1995	18	2012	1
PPGTUR6	1995	18	2005	8
PPGTUR7	1994	19		
PPGTUR8	2000	14	2014	

Fonte: (CNPq, 2014).

Mas ao se utilizar da variável experiência nesta abordagem perceptiva, teve-se o entendimento também, de que há dois mecanismos principais na mente dos humanos que juntos colaboram na construção daquilo que é percebido por eles. Os mecanismos perceptivos, dirigidos por estímulos externos e captados através dos cinco sentidos, dos quais a visão é o que mais se destaca (GIBSON, 1979), e os mecanismos cognitivos, dirigidos por estímulos e captados por meio da inteligência, como as motivações, humores, conhecimentos prévios, necessidades, valores, julgamentos e expectativas (DEL RIO, 1999). A construção do sentido na mente humana possui fases distintas, como a percepção (campo sensorial), a seleção (campo da memória) e a atribuição de significados (campo do raciocínio).

Ao que foi apresentado aos entrevistados uma lista²³ com a relação dos temas emergentes para a sustentabilidade, elencados em ordem alfabética para garantir que ordem dos mesmos não interferisse na resposta à questão:

“Tomando os objetivos, perfil de formação, área de concentração e linhas de pesquisa propostos por meio do PPGTur, os temas considerados emergentes pela Rio+20 e prioritários pela CAPES para a sustentabilidade tem sido pesquisado no PPGTur? [...] Nas teses e dissertações? [...] Nos grupos de

²³ Elenco ordinário dos temas emergentes para a sustentabilidade indicados pelo arquétipo da ciência sustentabilidade: Água, Energia sustentável, Oceanos, Segurança alimentar e agricultura sustentável, Cidades sustentáveis, Emprego: economia verde e inclusão social, Mudanças climáticas e desastres naturais, Amazônia, Biodiversidade, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável.

pesquisa? [...] Quais você considera prioritários?” (Transcrição da fala da pesquisadora durante uma das entrevistas, 2013).

O importante na abordagem com essa variável foi identificar quais temas seriam primeiramente citados e comentados, pois esses seriam os temas com os quais cada um teria uma afinidade em sentido fenomenal, ou seja, de como os temas lhes parecem, e uma afinidade em sentido relacional, ou seja, de com o que eles interagem quando olham para os temas impressos na folha (HOFFMAN, 2000). Afinal, o fenômeno perceptivo não pode ser estudado como um evento isolado, nem pode ser isolado da vida cotidiana dos humanos (OLIVEIRA, 1975).

Entendido desta forma a variável escolha e comportamento revela as alternativas consideradas para escolha, reversibilidade da escolha e a consistência da mesma para os temas selecionados como prioritários para a sustentabilidade e para o ensino, pesquisa e extensão e produção de conhecimento, tecnologia e inovação.

O Quadro 22 apresenta a distribuição dos temas apontados pelos coordenadores como prioritários para a sustentabilidade e para os seus programas, enumerados segundo a ordem de escolha.

Os temas escolhidos em primeira ordem entre os coordenadores, ou por reconhecerem neles os termos relacionais à sustentabilidade, foram:

- Água;
- Energia Sustentável;
- Oceanos;
- Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável; e
- Cidades Sustentáveis.

Os temas escolhidos em última ordem, por reconhecerem neles um amplo aspecto de abrangência e/ou de especificidade, foram:

- Desenvolvimento Sustentável;
- Amazônia; e
- Biodiversidade.

Os temas escolhidos em mediana ordem, por reconhecerem neles algum aspecto que já foi ou ainda é pesquisado nos PPGTur pelos docentes e discentes, foram:

- Cidades Sustentáveis;
- Emprego: economia verde e inclusão social;
- Biodiversidade;
- Sustentabilidade;
- Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável;
- Desenvolvimento Sustentável;
- Amazônia; e Água.

Ao serem perguntados sobre quais temas considerariam emergentes para pesquisa nos PPGTUR's, segundo a realidade local ou regional dos mesmos, a maioria considerou o fato de que seus discentes, matriculados e egressos, normalmente procedem de Estados diferentes do Estado do PPGTur, e que nesse sentido a escolha de um ou outro tema como emergente poderia limitar a escolha por parte dos discentes sobre os seus objetos de pesquisa, além do fato de cada docente possuir uma linha própria de pesquisa com temas que preferem trabalhar, estejam eles relacionados ou não à sua área de formação, mas abrangidos pelas linhas de pesquisa dos PPGTur's.

Segundo a realidade nacional, 04 coordenadores escolheram os temas listados abaixo como aqueles emergentes para pesquisa nos PPGTur's e, por reconhecerem neles amplo aspecto de abrangência e possibilidades mais concretas de busca de financiamento para pesquisa:

- Sustentabilidade;
- Cidades Sustentáveis; e
- Desenvolvimento Sustentável.

Um coordenador (PPGTur3) ponderou que todos os temas são emergentes e recorrentes nas pesquisas do PPGTur que coordena, devido ao conjunto altamente interdisciplinar de docentes no programa.

Ainda sobre esta variável, todos os coordenadores apresentaram comportamento consistente e irreversível no momento das escolhas, mesmo podendo pedir para apagar trechos gravados durante a entrevista. Três deles tiveram comportamento objetivo, ou seja voltado para o objeto que se examinava e 02 tiveram comportamento subjetivo, ou seja, voltado para o espírito do que se examina e demonstraram compreensão da mensagem embutida nas perguntas.

O Quadro 23 apresenta a distribuição da compreensão da mensagem, das formas de comunicação e dos aspectos espaciais e temporais dos coordenadores sobre as contribuições dos PPGTur's para a sustentabilidade.

A principal forma de comunicação durante a entrevista foi verbal, mas observou-se também a gestual e facial para verificar a consistência das escolhas e da própria comunicação. Isso se deu com base nas obras de Weil (1999, 1990, 1987). As entrevistas ocorreram em aspecto espacial *in loco*, nas salas das coordenações dos PPGTur's, avaliando que tenha sido mais confortável para os coordenadores, pelo fato de estarem num ambiente utilizado cotidianamente no desenvolvimento de suas atividades. Para a pesquisa, esse era um aspecto apreciável e requerível, pois a visita em seus locais de trabalho poderia estabelecer uma relação de proximidade entre o pesquisador e o pesquisado.

O aspecto temporal se deu em horas e minutos, com tempo médio de 1h de entrevista com cada coordenador e a maior e menor duração de 1h30min e de 27min, respectivamente. Esse aspecto temporal quantitativo em termos qualitativos não representou equivalência, pois a entrevista que teve menor duração foi a que apresentou melhor qualidade nas respostas.

Quadro 22- Distribuição da variável escolha e comportamento entre as coordenações dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na área turismo, por codificação e atributos – reversibilidade e consistência para escolha dos temas prioritários para a sustentabilidade - 2014

ESCOLHA E COMPORTAMENTO				
CÓDIGO	TEMAS PRIORITÁRIOS PARA A SUSTENTABILIDADE		REVERSIBILIDADE	CONSISTÊNCIA
	ORDEM DE ESCOLHA	EMERGENTES		
PPGTUR1	1. Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável, 2. Sustentabilidade, 3. Desenvolvimento Sustentável, 4. Água, 5. Oceanos, 6. Amazônia.	1. Desenvolvimento Sustentável, 2. Sustentabilidade.	Não.	Sim.
PPGTUR2	1. Água, 2. Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável, 3. Energia Sustentável, 4. Biodiversidade e 4. Sustentabilidade, 5. Emprego: economia verde e inclusão social, 6. Amazônia.	1. Sustentabilidade.	Não.	Sim.
PPGTUR3	1. Energia Sustentável, 2. Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável, 3. Cidades Sustentáveis, 4. Emprego: economia verde e inclusão social, 5. Mudanças Climáticas, 6. Sustentabilidade, 7. Desenvolvimento Sustentável.	1. Sustentabilidade.	Não.	Sim.
PPGTUR4	—	—	—	—
PPGTUR5	1. Cidades Sustentáveis, 2. Oceanos, 3. Sustentabilidade e 3. Desenvolvimento Sustentável, 4. Emprego: economia verde e inclusão social, 5. Sustentabilidade, 6. Desenvolvimento Sustentável.	1. Cidades Sustentáveis, 2. Segurança Alimentar, 3. Sustentabilidade e 3. Desenvolvimento Sustentável, 4. Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável.	Não.	Sim.
PPGTUR6	1. Cidades Sustentáveis, 2. Sustentabilidade, 3. Desenvolvimento Sustentável, 4. Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável, 5. Amazônia, 6. Água, 7. Energia Sustentável, 8. Oceanos, 9. Emprego: economia verde e inclusão social, 10 Mudanças Climáticas e Desastres Naturais, 11. Biodiversidade.	1. Cidades Sustentáveis e 1. Sustentabilidade e 1. Desenvolvimento Sustentável e 1. Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável e 1. Amazônia e 1. Água e 1. Energia Sustentável e 1. Oceanos e 1. Emprego: economia verde e inclusão social e 1. Mudanças Climáticas e Desastres Naturais e 1. Biodiversidade.	Não.	Sim.
PPGTUR7	—	—	—	—
PPGTUR8	—	—	—	—

Fonte: Elaborado pela Autora.

Quadro 23- Distribuição da Variável Comunicação e Fluxo de Informação entre as Coordenações dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na Área Turismo, por Codificação e Atributos – Reversibilidade e Consistência para Escolha dos Temas Prioritários para a Sustentabilidade - 2014

COMUNICAÇÃO E FLUXO DE INFORMAÇÃO				
CÓDIGO	COMPREENSÃO DA MENSAGEM	FORMA DE COMUNICAÇÃO	ASPECTO ESPACIAL	ASPECTO TEMPORAL
PPGTUR1	Subjetiva.	Verbal.	In loco.	1h20min
PPGTUR2	Subjetiva.	Verbal.	In loco.	57min
PPGTUR3	Objetiva.	Verbal.	In loco.	1h30min
PPGTUR4	_____	Virtual.	_____	_____
PPGTUR5	Objetiva.	Verbal.	In loco.	27min
PPGTUR6	Objetiva.	Verbal.	In loco.	50min
PPGTUR7	_____	Virtual.	_____	_____
PPGTUR8	_____	_____	_____	_____

Fonte: Elaborado pela Autora.

3.1.3.1 Análises das Percepções dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Turismo sobre as Contribuições dos Mesmos para a Sustentabilidade.

Durante as entrevistas procurou-se observar, captar e identificar as visões de mundo de cada coordenador naquele dado momento, tomando-se como ponto de partida as visões elencadas por Creswell (2013, 2009) em seus trabalhos sobre a pesquisa de métodos mistos: i- participativa; ii- construtivista; iii- pragmática; e iv- pós-construtivista. Os coordenadores manifestaram essas 04 visões de mundo distintas ou formas diferentes de estruturação das respostas baseados nas crenças e suposições filosóficas que carregam mas que não são reveladas claramente de imediato. Segue abaixo a distribuição dos coordenadores segundo essas visões:

- Visão de Mundo Participativa -> 02 coordenadores -> influenciada por experiências políticas e de gestão nas IES, por questões de capacitação e orientação em sentido colaborativo;
- Visão de Mundo Construtivista -> 01 coordenador -> influenciada pela busca do entendimento, por questões múltiplas e orientação em sentido de construção social e histórica;

- Visão de Mundo Pragmática -> 01 coordenador -> influenciada pela consequência das ações, por questões concentradas no problema e orientação em sentido para a prática do mundo; e
- Visão de Mundo Pós-Contrutivista -> 01 coordenador -> influenciada pelo determinismo, por questões reducionistas e orientação em sentido para observação e mensuração.

Esta abordagem estratégica permitiu aproximar-se qualitativamente da captação do significado subjetivo para os coordenadores sobre as contribuições dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na área Turismo para a sustentabilidade. A percepção deles é de que os PPGTur's contribuem de uma forma ou outra e até de todas as formas para a sustentabilidade, se, se entender por sustentabilidade, qualquer termo que tenha relação objetiva e/ou subjetiva com seus princípios e valores. Mas se, se entender por sustentabilidade, o campo de estudo definido pelos problemas a ela relacionados, há certa dificuldade em elencar os temas.

3.1.4 Tipificação dos programas sob o olhar da sustentabilidade

Levantada a existência dos temas emergentes e prioritários para a sustentabilidade na produção discente em suas teses e dissertações defendidas, na produção docente/discente em seus grupos de pesquisa consolidados e, considerando os atributos do arquétipo das instituições de ensino, da organização estrutural dos programas e do arquétipo da ciência sustentabilidade, nenhum programa foi tipificado como caso modelo nem como caso limítrofe. Isto significa que nenhum deles pareceu exemplar com relação ao conceito estudado, o de um programa que contribua objetivamente para a sustentabilidade e para o próprio turismo e, nenhum deles pareceu não ser exemplar.

Cinco foram tipificados com caso afim, ou seja, numa dada circunstância os programas contribuem de subjetivamente para a sustentabilidade e para o próprio turismo: Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade (PPGH), da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), da Universidade de Caxias do Sul (UCS), Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), da Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Programa de Pós-

Graduação em Turismo e Hotelaria (PPGTurH), da Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI).

Dois foram tipificados como caso limítrofe, ou seja, não se tem certeza de que os programas contribuam para a sustentabilidade, pois eles são situados na periferia do conceito estudado, o de um programa que contribui de forma indireta e não relacionada para a sustentabilidade e para o próprio turismo: Programa de Pós-Graduação em Gestão de Negócios Turísticos (PPGGNTur), da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Segue abaixo, o nome do programa, seu perfil e tipificação:

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Negócios Turísticos (PPGGNTur), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), de dependência administrativa estadual, nível Mestrado Profissional (F), área de concentração Gestão dos Negócios e dos Territórios Turísticos, com 02 linhas de pesquisa 'Turismo, Território e Desenvolvimento Local' e 'Política, Estratégia e Gestão dos Negócios Turísticos', situação em funcionamento, com reconhecimento e recomendação homologados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Nota CAPES 3, 02 docentes, criado em 2000, com dissertações defendidas não disponíveis para consulta²⁴ e nenhum grupo de pesquisa cadastrado na área turismo que contemple os temas da sustentabilidade, tipificado como **Caso Limítrofe**;

Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), de dependência administrativa federal, nível Mestrado Acadêmico (M), área de concentração Turismo, Desenvolvimento e Gestão, com 02 linhas de pesquisa 'Gestão em Turismo' e 'Turismo e Desenvolvimento Regional', situação em funcionamento, com reconhecimento e recomendação homologados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Nota 4, 14 docentes, criado em 2008, com nenhuma dissertação defendida e nenhum grupo de pesquisa cadastrado na área turismo que contemplem os temas da sustentabilidade, tipificado como **Caso-Limítrofe**;

²⁴ Situação verificada na página web do programa até 30 jan. 2014.

Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade (PPGH), da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), de dependência administrativa particular, nível Mestrado Acadêmico (M), área de concentração Hospitalidade, com 02 linhas de pesquisa 'Hospitalidade: processos e práticas' e 'Hospitalidade: serviços e organizações', situação em funcionamento, com reconhecimento e recomendação homologados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Nota CAPES 4, 07 docentes, criado em 2001, com 3 dissertações defendidas e nenhum grupo de pesquisa cadastrado na área turismo que contemplem os temas da sustentabilidade, tipificado como **Caso Afim**;

Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), da Universidade de Caxias do Sul (UCS), de dependência administrativa particular, nível Mestrado Acadêmico (M), área de concentração Desenvolvimento Regional do Turismo, com 02 linhas de pesquisa 'Turismo, Organizações e Sustentabilidade' e 'Turismo, Cultura e Educação', situação em funcionamento, com reconhecimento e recomendação homologados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Nota CAPES 4, 10 docentes, criado em 2000, com 4 dissertações defendidas e nenhum grupo de pesquisa cadastrado na área turismo que contemplem os temas da sustentabilidade, tipificado como **Caso Afim**;

Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), da Universidade de Brasília (UnB), de dependência administrativa federal, nível Mestrado Profissional (F), área de concentração Cultura e Desenvolvimento Regional, com 02 linhas de pesquisa 'Cultura, Sustentabilidade e Turismo' e 'Desenvolvimento, Políticas Públicas e Gestão no Turismo', situação em funcionamento, com reconhecimento e recomendação homologados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Nota CAPES 3, 12 docentes, criado em 2007, com 4 dissertações defendidas e um grupo de pesquisa cadastrado na área turismo que contemplam os temas da sustentabilidade, tipificado como **Caso Afim**;

Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), de dependência administrativa federal, nível Mestrado Acadêmico (M), área de concentração Turismo e Desenvolvimento, com 02 linhas de pesquisa 'Turismo, Sociedade e Meio Ambiente' e 'Organizações Turísticas Públicas e Privadas', situação em funcionamento, com reconhecimento e recomendação aguardando homologação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Nota CAPES

3, 10 docentes, criado em 2012, com nenhuma dissertação defendida²⁵ e 2 grupos de pesquisa cadastrados na área turismo que contemplam os temas da sustentabilidade, tipificado como **Caso Afim**;

Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria (PPGTurH), da Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI), de dependência administrativa particular, níveis Mestrado Acadêmico (M) e Doutorado (D), área de concentração Planejamento e Gestão do Turismo e Hotelaria, com 02 linhas de pesquisa 'Planejamento do Destino Turístico' e 'Gestão das Empresas de Turismo', situação em funcionamento, com reconhecimento e recomendação do Mestrado homologados e reconhecimento e recomendação do Doutorado aguardando homologação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Nota CAPES 5, criados, respectivamente, em 1997 e em 2012, com 6 dissertações defendidas e 2 grupos de pesquisa cadastrados na área turismo que contemplam os temas da sustentabilidade, tipificado como **Caso Afim**;

Nenhum foi tipificado como caso ideal, ou seja, aquela ocorrência sobre a qual, na prática, está totalmente fora da experiência normal, simplesmente porque ela não oferece quantidade suficiente de exemplos diferentes para esclarecer o conceito, o de um programa que vai além da contribuição para a sustentabilidade e para o próprio turismo. Mas como resultado prático desta pesquisa, ensaiou-se delinear um esboço criativo de um caso ideal, o Programa de Pós-Graduação em Turismo e Sustentabilidade, da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), desenvolvido mais a frente, na sub seção 3.2.

3.1.4.1 Análises das Tipificações dos Programas de Pós-Graduação em Turismo sob o Olhar da Sustentabilidade

Nenhum dos programas foi tipificado como caso modelo, ou seja, como aquela ocorrência que, sem dúvida alguma, se parecesse exemplar com relação ao seu perfil, às produções discente e docente/discente em seus grupos de pesquisa e à percepção dos coordenadores sobre as contribuições do programa para a sustentabilidade, tendo especificamente como objetos de pesquisa os temas emergentes para o ensino,

²⁵ Situação verificada em 30 jan. 2014, porém sem defesas em decorrência da falta de tempo hábil para tal, já que iniciou suas atividades em 2012.

pesquisa e extensão e para a produção de conhecimento, tecnologia e inovação em turismo para a sustentabilidade.

O PPGNTur-UECE foi tipificado como caso limítrofe pois não houve visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação, principalmente no aspecto da manutenção da página web para a divulgação atualizada das Dissertações defendidas, não garantindo o amplo acesso na web às mesmas. Com relação às contribuições para sustentabilidade por meio da produção discente, em suas dissertações defendidas, nenhuma está disponível para acesso e/ou consulta na página web do programa, não sendo possível o levantamento quantitativo nem qualitativo de dissertações, nem a existência de temas/termos prioritários para a sustentabilidade nos seus títulos. Por meio da produção docente/discente, em seus grupos de pesquisa, há 2 grupos cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas em áreas predominantes diferentes da área turismo, como ciências exatas e da terra/geociências e ciências humanas/geografia.

O grupo de pesquisa Gestão Integrada da Zona Costeira – LAGIZC²⁶, liderado pelo coordenador/docente do PPGNTur-UECE, desenvolve relevante pesquisa sobre a gestão integrada da zona costeira brasileira, contribuindo assim para a sustentabilidade, em sentido objetivo, ao tratar de objetos de pesquisa diretamente relacionados aos temas prioritários, como água, oceanos, mudanças climáticas e desastres naturais, mas para fins estatísticos e quantitativos da área turismo, não há contribuição.

Não foi possível abordar perceptivamente o coordenador do programa, mas considerou-se a inserção e impacto local social do PPGNTur-UECE na formação de recursos humanos qualificados para a administração pública, principal demandante de formação especializada na área turismo e a inserção e impacto regional

²⁶ Grupo de Pesquisa Gestão Integrada da Zona Costeira – LAGIZC, formado em 2006, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), certificado e atualizado pela instituição em 30 dez. 2013, na área predominante Ciências Exatas e da Terra, instituição UECE, unidade Departamento de Geociências, com 07 pesquisadores, 10 estudantes, nenhum técnico, 02 linhas de pesquisa 'Gestão Integrada e Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira' e 'Sistemas de Informação e de Gerenciamento Costeiro', nenhuma relação com o setor produtivo.

tecnológico e econômico que contribui para o desenvolvimento microrregional, sendo o Nordeste o principal destino de turismo de sol e praia no Brasil para brasileiros.

O PPGTur-UFRN também foi tipificado como um caso-limítrofe, ou seja, como a ocorrência sobre a qual não se tem certeza com relação ao seu perfil, à produção discente em suas dissertações defendidas, à produção docente/discente em seus grupos de pesquisa e à percepção da coordenação, se é um programa que contribui para a sustentabilidade.

Dadas as variáveis estudadas e as ferramentas de pesquisa utilizadas, o PPGTur-UFRN não possui dissertações defendidas com títulos, nem grupos de pesquisa com nomes, linhas de pesquisa e/ou palavras chave que contenham temas/termos prioritários para a sustentabilidade.

Considerada a percepção da coordenação, enquanto um comportamento baseado na interpretação que o coordenador/docente faz da realidade e não na realidade em si, respeitadas a experiência, escolha e comportamento, comunicação e fluxo de informação do coordenador/docente do programa, subjetivamente o PPGTur-UFRN contribui com produção de conhecimento que contemple temas/termos prioritários para a sustentabilidade, mas essa produção não pode ser identificada nem quantificada como contribuição objetiva – com temas/termos relacionais específicos - nem como contribuição subjetiva – com temas/termos principal e/ou relacional - para a sustentabilidade.

Observa-se ainda que a inserção e impacto regional do programa contribui, no aspecto educacional, para a formação de docentes na área, para cursos de graduação e especialização, no aspecto social para a formação de um público capaz de fazer uso dos recursos da ciência e do conhecimento para o ensino de graduação, e no aspecto tecnológico/econômico, para o desenvolvimento microrregional e regional do Nordeste, principal destino de turismo interno no Brasil.

Os programas PPGH-UAM, PPGTur-UCS, PPGTur-UnB, PPGTur-UFPR e PPGTurH-UNIVALI foram tipificados em casos afim, ou seja, como as ocorrências que com relação aos seus perfis, às produções discente em suas dissertações defendidas, às produções docente/discente em seus grupos de pesquisa e à percepção das suas

coordenações, em dadas circunstâncias, contribuem para a sustentabilidade, tendo especificamente como objetos de pesquisa os temas emergentes para o EPE e para a CTI em Turismo na perspectiva da sustentabilidade.

Há nesses programas uma amostra razoavelmente representativa, se comparada com os demais, da utilização de temas/termos prioritários para a sustentabilidade, de forma subjetiva, nas linhas de pesquisa de alguns programas, como o PPGTur-UCS e o PPGTur-UnB, de forma subjetiva e objetiva na produção discente dos 04 programas e na produção docente/discente de 3 deles, o PPGH-UAM, o PPGTur-UnB e o PPGTurH-UNIVALI.

Consideradas as variáveis características individuais, características grupais e experiência dos coordenadores/docentes, a coordenação do PPGTur-UnB é a que possui menor tempo de experiência como docente e de coordenação de programa de pós-graduação *stricto sensu* na área Turismo, mas é a que mais possui participação em projetos de pesquisa em 30 dez. 2013. Os coordenadores/docentes dos PPGH-UAM e PPGTurH-UNIVALI possuem Bolsa Produtividade em Pesquisa, PQ2, o que significa que como pesquisadores eles se destacam entre os seus pares, possuindo produtividade com ênfase em trabalhos publicados e orientações referentes aos últimos 5 anos.

Avaliadas a experiência, escolha e comportamento, comunicação e fluxo de informação dos coordenadores/docentes dos programas PPGH-UAM, PPGTur-UCS e PPGTurH-UNIVALI, os programas contribuem com produção de conhecimento que contemple temas/termos prioritários para a Sustentabilidade e essa produção pode ser identificada e quantificada como contribuição objetiva – com temas/termos relacionais específicos – e como contribuição subjetiva – com temas/termos principal e/ou relacional - para a Sustentabilidade.

A inserção e impacto regional dos 5 programas, nos aspectos educacional, social e tecnológico/econômico é relevante, contribuindo para formação de docentes e de recursos humanos qualificados para Gestão Pública e para o desenvolvimento microrregional e regional do Turismo. Verifica-se também a inserção internacional dos programas por meio de ações de cooperação, intercâmbio e desenvolvimento profissional com vistas ao incremento da pesquisa e da pós-graduação na área.

Sobre o PPGTur-UFPR, cabe ressaltar que possui 2 grupos de pesquisa na área turismo que contemplam subjetivamente temas/termos prioritários para a Sustentabilidade, ambos liderados por docentes do programa. O coordenador/docente possui formação acadêmica na área turismo com foco nos aspectos da sustentabilidade, em todos os níveis do ensino superior – graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorados - com foco nos aspectos da sustentabilidade.

Avaliadas as variáveis experiência, escolha e comportamento, comunicação e fluxo de informação do coordenador/docente deste PPGTur, o programa contribuirá com produção de conhecimento que contemple temas/termos prioritários para a sustentabilidade e essa produção poderá ser identificada e quantificada como contribuição objetiva – com temas relacionais específicos – e como contribuição subjetiva – com temas principal e/ou relacional - para a sustentabilidade, assim que as dissertações forem defendidas e disponibilizadas na página web do programa.

A inserção e impacto regional e/ou nacional nos aspectos educacional e social contribuirá para a formação de docentes e de recursos humanos qualificados para a Gestão Pública e Privada do Turismo, pois programa está situado no Departamento de Turismo da UFPR, o qual desenvolve há certo tempo, atividades de integração e cooperação com o setor público, a nível local, regional e nacional e com o setor privado, a nível local e regional para o desenvolvimento do turismo na perspectiva da sustentabilidade.

O PPGTur-USP não foi tipificado em nenhum caso por ter sido recomendado pela CAPES em 2013 e iniciado suas atividades em 2014, não havendo tempo hábil para a defesa de dissertações nem para abordar perceptivamente o coordenador do programa.

3.2 RESULTADOS PRÁTICOS: CASO IDEAL DE UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Como resultado teórico-prático deste trabalho, propõe-se um caso ideal de um programa de pós-graduação na área turismo como uma ocorrência que na prática está totalmente fora da experiência normal, sendo mais um esboço prospectivo criativamente delineado e baseado não só no Arquétipo da Ciência Sustentabilidade,

mas também na pesquisa de inspiração do *Schumacher College*, situado na cidade de Devon, Inglaterra, do *Sustainability Institute*, situado na cidade de Stellenbosch, África do Sul e do *Tourism Education Futures Initiative* (TEF).

O Arquétipo da Ciência Sustentabilidade, protótipo desenvolvido nesta tese, é um arcabouço para questões de ordem positiva que leva a questões de ordem normativa que delineiam um campo de estudos sob três grandes domínios, desenvolvimento sustentável, ciência e tecnologia e conhecimento em ação (Figura 2).

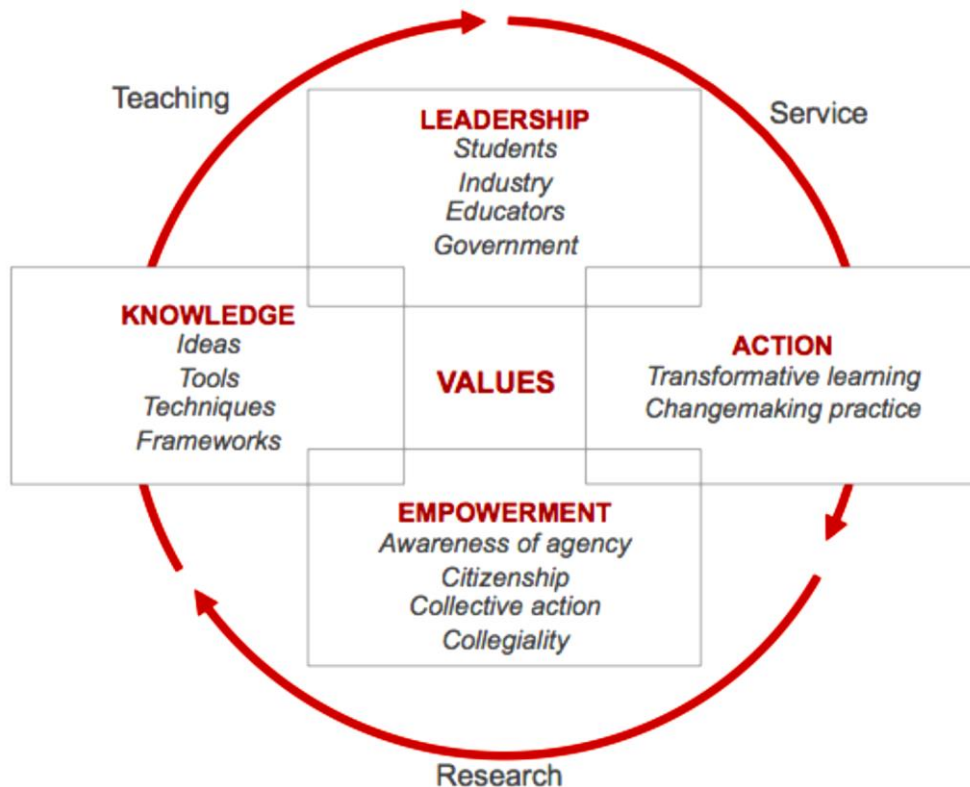
O *Schumacher College* oferece cursos de pós-graduação que abordam temas como ciências holísticas, economia para a transição, design ecológico, horticultura sustentável e produção de alimentos. Os cursos possuem dois elementos principais: a informação e a experiência. “Uma parte do tempo é dedicada ao aprendizado de teorias e análises sobre o mundo – e não apenas teorias legitimadas pela ciência ou pela academia”, a outra é dedicada ao convívio em comunidade, como caminhadas, jantares e trabalhos que duram cerca de 45 minutos por dia para dividirem as tarefas de rotina entre alunos, educadores e funcionários. Os mestrados se desdobram em três blocos de estudos temáticos e a entrega de um trabalho final, a dissertação. “Os alunos são incentivados a não impor estruturas rígidas, e sim a descobrir a arquitetura da narrativa à medida que a investigação acontece” (GRAVATÁ [et.al.], 2013: 182-183). Ao invés de estarem sentados em uma sala de aula para entenderem o que significa sustentabilidade nas suas construções mentais, estudando matrizes e conceitos abstratos, eles experienciam a questão ‘o que é ser sustentável?’ no seu dia a dia.

O *Sustainability Institute* também oferece programas de mestrado e doutorado, com diplomação emitida em conjunto com a Universidade de Stellenbosch. A divulgação dos cursos é feita informalmente (boca-a-boca) e os interessados devem demonstrar excelência e capacidade de trabalho com tenacidade. A transdisciplinaridade é colocada em prática para ressaltar a conexão entre as diferentes áreas e é vivenciada na ecovila e na diversidade dos alunos. Por meio dela, “desde o primeiro instante [...] deixa de existir a divisão por disciplinas, as conexões tornam-se mais importantes do que qualquer compartimentação ou rotulagem daquilo que está sendo estudado — as fronteiras se liquefazem de variadas formas” (GRAVATÁ [et.al.], 2013: 197). Emerge

aqui uma rede que rompe as fronteiras clássicas, unindo a teoria com a prática, o informal com o formal.

O *Tourism Education Futures Initiative* (TEFI) é uma rede internacional de educadores, representantes do setor público e privado, da comunidade e estudantes, que se reúne periodicamente para debater de forma criativa e inovadora o impacto socioeconômico, político e ambiental das futuras tendências de uma educação em turismo baseada em valores, por meio da adoção de uma agenda sobre ensino, serviço e pesquisa dimensionados pela ação, pelo empoderamento, pelo conhecimento e pela liderança (Figura 5).

Figura 5- Agenda do Tourism Education Futures Initiative.



Fonte: TEFI, 2014.

Como os programas de pós-graduação devem estar alinhados com a vocação global, a inserção social e as áreas de atuação das instituições de ensino superior, toma-se com parte real e concreta desta proposição, a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), como instituição ofertante do Programa de Pós Graduação em Turismo e Sustentabilidade (PPGTurS-UNILA).

A UNILA, criada em 2010, é uma instituição de ensino superior, de dependência administrativa federal, pública federal, com um campus situado na cidade de Foz do Iguaçu (PR). Tem como missão institucional formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (UNILA, 2014).

A localização na cidade de Foz do Iguaçu (PR) é estratégica por ser região fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, bem como por suas características multiculturais que favorecem o diálogo e a interação em termos nacionais e transnacionais de forma solidária e com respeito mútuo, o compromisso com a Sustentabilidade, indissociável da justiça social e do equilíbrio ambiental, bem como o compartilhamento de recursos e conhecimentos científicos e tecnológicos. Cooperando internacionalmente com a Associação Grupo de Montevideu (AUGM), composta por 8 universidades argentinas, 9 brasileiras, 2 paraguaias, 1 uruguaia, 1 chilena e 1 boliviana.

A oferta de ensino, pesquisa e extensão (EPE) dispõe de cursos oferecidos em área de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do Mercosul, em áreas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais. São ofertados dezesseis cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento, dois programas de pós-graduação stricto sensu e mais três cursos lato sensu (UNILA, 2014). A oferta de ciência, tecnologia e inovação (CTI) em seus grupos de pesquisa é de cinco grupos certificados (CNPq, 2014).

O Programa de Pós-Graduação em Turismo e Sustentabilidade (PPGTurS), ofertado pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), de dependência administrativa federal, níveis Mestrado (M), Doutorado (D) e Pós-Doutorado, possui como área de concentração 'Turismo, Sustentabilidade e Transdisciplinaridade na América Latina', com 02 linhas de pesquisa 'Turismo, Educação e Sustentabilidade' e 'Ciência, Tecnologia e Inovação em Turismo', situação em funcionamento, com reconhecimento e recomendação homologados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Nota CAPES 7, 12 docentes, criado em 2010,

com 30 dissertações defendidas, estimativa de defesa de 10 teses²⁷ e 3 grupos de pesquisa cadastrados na área turismo, tipificado como **Caso-Ideal**.

O Programa de Pós-Graduação em Turismo se propõe inovador, inter e transdisciplinar, inter e transnacional, ao articular e desenvolver ensino, pesquisa e extensão na área turismo sob o enfoque da sustentabilidade nos países que compõem a América Latina e ao formar e aperfeiçoar recursos humanos aptos à produção de conhecimento, tecnologia e inovação em turismo, hospitalidade e lazer que contribuam para a promoção de um futuro sustentável.

Interdisciplinaridade, interculturalidade, bilinguismo e multilinguismo, integração solidária e gestão democrática são os princípios filosóficos e metodológicos institucionais que norteiam a oferta deste programa.

No nível Mestrado Acadêmico, objetiva uma formação mais profunda, preparando docentes para lecionar em nível técnico, tecnológico e superior e promover atividades de pesquisa integradas com o setor público e privado no âmbito local, regional, nacional e internacional. No nível Doutorado, objetiva certificar a capacidade para desenvolver investigação no campo do conhecimento do turismo e a capacidade de trabalho independente e criativo, demonstrada pela criação de novo conhecimento e aplicação deste. No nível Pós-doutorado, objetiva a especialização por meio de estágio acadêmico para aprimorar o nível de excelência em pesquisa na área Turismo.

A área de concentração, 'Turismo e Sustentabilidade na América Latina', aponta de maneira clara a área do conhecimento do programa, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual e na formação de mestres, doutores e pós-doutores. As linhas de pesquisa, 'Turismo, Educação e Sustentabilidade' e 'Ciência, Tecnologia e Inovação em Turismo' expressam a especificidade da produção de conhecimento da área de concentração, representando um recorte específico e bem delimitado da mesma. Os projetos desenvolvidos, as disciplinas e os seminários guardam coerência com as linhas pesquisa e cooperação nacional e internacional com o setor produtivo e centros de pesquisa e desenvolvimento.

²⁷ Situação verificada em 19 nov. 2014 para as dissertações e estimada para 19 mar. 2015 para as teses.

O objetivo é formar e aperfeiçoar recursos humanos para o ensino, pesquisa e extensão e para a produção de conhecimento, tecnologia e inovação em turismo, hospitalidade e lazer sob o enfoque da sustentabilidade, contribuindo assim para a promoção de um futuro sustentável. O PPGTur se volta para a construção transdisciplinar e transnacional de conhecimento teórico, metodológico e empírico e ao desenvolvimento de competências e habilidades necessários ao saber, pensar, fazer e criar sustentabilidade no turismo.

A linha de Pesquisa 1: Turismo, Educação e Sustentabilidade, refere-se à produção de conhecimento, tecnologia e inovação sobre os serviços e as organizações que atuam no turismo, hospitalidade e lazer com o propósito de criar, inventar, projetar, transformar, produzir, controlar, manter e/ou usar produtos ou sistemas que contribuam para a sustentabilidade.

A Linha de Pesquisa 2: Ciência, Tecnologia e Inovação em Turismo refere-se aos processos e práticas para a produção de conhecimento, tecnologia e inovação em turismo, hospitalidade e lazer nos espaços públicos, privados, domésticos e virtuais com o propósito de contribuir para a Sustentabilidade.

Cada linha de Pesquisa comporta pelo menos um Projeto de Pesquisa Transnacional, 02 Projetos de Pesquisa Nacionais e 03 Projetos de Pesquisa Regionais. A estrutura curricular é organizada por meio de um conjunto de disciplinas obrigatórias e complementares que versam sobre Turismo, Sustentabilidade, Metodologias, Processos e Práticas nos idiomas português, espanhol e inglês. O quadro de recursos humanos é composto por 08 docentes efetivos, 04 docentes cooperados, 02 docentes convidados, 04 técnicos administrativos e 02 estagiários.

O PPGTur possui ainda o periódico científico Turismo, Educação e Sustentabilidade na América Latina (TURESAL), com periodicidade semestral, Qualis A1 para a área de avaliação Administração, Ciências Contábeis e Turismo e A2 para a área de avaliação Interdisciplinar.

É considerado um caso ideal de programa de pós-graduação stricto sensu que contribui para a sustentabilidade por possuir na área de concentração e ter como foco a sustentabilidade, por possuir, em sua maioria, na produção discente em seus

relatórios de pós-doutorado, teses e dissertações e na produção docente/discente em seus projetos e grupos de pesquisa os temas prioritários e emergentes para a sustentabilidade local, regional, nacional e transnacional, além de vocabulário controlado na sua produção de conhecimento.

3.2.1 Considerações sobre os resultados práticos de um caso ideal

Os programas de pós-graduação devem estar alinhados com a vocação global, a inserção social e as áreas de atuação das instituições de ensino superior e estrategicamente é ofertado numa região de tríplice fronteira entre o Brasil, Paraguai e Argentina, países membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e que compartilham de uma comunhão de valores que encontra expressão nas interações humano-humano democráticas, pluralistas, defensoras das liberdades fundamentais, dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, visando uma maior integração de suas economias e a melhoria da vida de seus habitantes (MERCOSUL, 2014).

É claro que ele não seria criado de imediato com avaliação 7 pela CAPES. Em um cenário favorável, ele seguiria todas as etapas e processos para isto. Mas também não seria impossível que em uma década (2024), após passar por pelo menos 03 Avaliações Trienais, ele alcançasse esse conceito. Ele teria formado pelo menos 120 formadores e/ou pesquisadores que teriam defendido pelo menos 120 dissertações e publicado um artigo em periódico científico cada um, distribuídos entre as linhas de pesquisa Turismo: processos e práticas e Turismo: serviços e organizações. Seria desenvolvido nele pelo menos 03 projetos de pesquisa internacionais, 06 nacionais e 09 regionais, além da editoração de pelo menos 200 artigos publicados no seu periódico.

Este esboço imaginativo baseia-se numa pesquisa inspirada pela busca por uma compreensão integrada das interações humano-ambiente e das possíveis soluções aos problemas advindos dessas interações na área turismo, no que tange à formação e aperfeiçoamento de pessoal qualificado para atuar no setor turismo em todas as instâncias, sejam elas públicas, privadas e/ou da sociedade civil organizada.

A imaginação e a criatividade não têm limites. Na ciência os limites são postos ou dados. Mas é colocando em prática o que se imagina ou se pensa que os limites vão surgindo e se concretizando para serem estudados, analisados e superados. Seja por meio do conhecimento científico, do conhecimento tradicional, do conhecimento dos usuários ou do conhecimento dos praticantes. O que não se deve fazer é abandonar ou desconsiderar um em detrimento do outro. Mobilizar e mover esses conhecimentos à ação é saber manusear esses múltiplos conhecimentos, transferi-los e comunicá-los integradamente para a manutenção corretiva e/ou preventiva dos problemas de insustentabilidade, pelo menos deste século.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contextualização da trajetória da pós-graduação brasileira em turismo e áreas afins possibilitou conhecer e compreender o desenvolvimento da mesma e a sua relação direta com o desenvolvimento e a institucionalização da atividade no Brasil, com a evolução do ensino superior na área e com a demanda, cada vez mais potencial, por profissionais qualificados para atuação, nos setores público e privado e na academia. Esta trajetória está também atrelada à trajetória da sustentabilidade portadora de um futuro equânime, justo, igualitário e perene para os humanos e para o planeta onde vivem.

Sua institucionalização tem se dado em âmbito internacional e nacional, com a realização conferências mundiais sobre o tema, com a constatação da sua relação com a educação em todos os níveis e áreas do conhecimento. Nesse processo, as instituições e órgãos responsáveis pelo projeto nacional de desenvolvimento, pela definição das políticas públicas e implementação dos planos e programas para a educação e o desenvolvimento científico e tecnológico, as instituições de ensino públicas e privadas e os pesquisadores, docentes, discentes e técnicos são convocados para assumirem o seu papel na ampliação das pesquisas e da oferta acadêmica nessa área.

O desenvolvimento deve ser integrado e o conhecimento transdisciplinar, para que os humanos sejam motivados e mobilizados para a ação. Isto requer o desenvolvimento de competências e habilidades para a liderança, para a pró-atividade, para o empoderamento e para o conhecimento inovador. Essa aprendizagem transformadora²⁸ se aplica a qualquer nível de formação, inclusive na pós-graduação, que forma formadores, pesquisadores, docentes e até profissionais.

Os programas de pós-graduação têm procurado atender a essa demanda por capital humano preparado e capaz de enfrentar os complexos desafios do século XXI: contextualizar, desenvolver e colocar em prática um turismo que seja sustentável, mas

²⁸ Conceito proposto por Mezirow que complementa a aprendizagem do tipo informativa, pois ela é voltada não apenas para mudanças no que se sabe, mas em como se sabe. Enquanto uma é conduzida de fora para dentro, seguindo um modelo mental preexistente, a outra é conduzida de dentro para fora, como uma reconstrução desse mesmo modelo (KEGAN, 2013; MEZIRROW, 2013; ILLERIS, 2013).

seria preciso um período de imersão mais prolongado para acompanhamento das rotinas e atividades dos programas para verificar então se eles estão longe ou perto de serem um caso modelo.

O espaço das contribuições dos programas para a sustentabilidade, em termos de produção discente, se considerados os temas emergentes e prioritários e os critérios referenciados na metodologia e operacionalização da pesquisa, não é amplo nem suficientemente relevante para projetar questões de ordem positiva e de ordem normativa sobre a repercussão do turismo na sustentabilidade e da própria sustentabilidade no turismo.

O que se quer dizer com questões de ordem positiva é que quantitativamente verificou-se as evidências da pouca produção de dissertações que tratam das temáticas da sustentabilidade e, que quando estas aparecem, ainda que em número pequeno, elas referem-se ao termo em si, ou seja, à 'sustentabilidade' e ao 'desenvolvimento sustentável', que por si só são demasiadamente amplos. Nas questões de ordem normativa, seria desejável que essa produção abordasse e até assumisse as temáticas da sustentabilidade, mas devido à falta de vocabulário controlado e de clareza nos resumos das dissertações, que se apresentam mais indicativos – dos pontos principais do trabalho, não apresentando muitas vezes dados quantitativos e qualitativos – do que informativos – da finalidade, dos objetivos, da metodologia, dos resultados e conclusões do trabalho – a consulta ao texto na íntegra se faz necessária. Nesse sentido, a abordagem dos temas poderia ter sido considerada em seus aspectos morais e éticos e sobre quais os problemas têm sido estudados e como. Cabe em estudos posteriores uma leitura para além do título, do resumo e das palavras-chave para se comprovar o contrário e uma melhor orientação à cerca da titulação dos trabalhos, da elaboração dos resumos e da definição das palavras-chave. Cabe aos discentes a busca por uma formação que lhe permita e oportunize um melhor desenvolvimento das suas habilidades de escrita e das suas competências de pesquisador. Cabe às instituições de ensino e aos programas a publicização e a disponibilização para consulta dos trabalhos na íntegra, o que foi verificado, não acontece em todos os programas pesquisados.

Em termos de produção docente/discente, se considerados os temas emergentes e prioritários e os critérios referenciados na metodologia e operacionalização da

pesquisa, o espaço das contribuições dos programas para a sustentabilidade em alguns aspectos é amplo e até relevante, em outro é insuficiente. Nas questões de ordem positiva, quantitativamente verificou-se também as evidências de pouca produção no que tange às temáticas da sustentabilidade, se considerado o conjunto das grandes áreas do conhecimento, mas quando estas aparecem, elas referem-se a termos mais específicos, como 'água', 'mudanças climáticas', 'Amazônia' e 'biodiversidade'. Considerando a área turismo, a produção é bem expressiva, mas as temáticas que aparecem referem-se aos termos em si 'sustentabilidade' e 'desenvolvimento sustentável', assim como na produção discente. Considerando ainda, como origem da produção docente/discente, os programas de pós-graduação, o que se verificou foi um número pouco expressivo dessa produção, para não dizer insuficiente. Nas questões de ordem normativa a produção nas grandes áreas e na área turismo tem abordado as temáticas da sustentabilidade, e por sua natureza – envolvimento profissional e permanente com atividades de pesquisa, individuais ou integradas, para produção científica, tecnológica e artística, com vistas à interação com o setor produtivo e de usuários – tem assumindo-as. No entanto, nos programas, seria desejável que essa produção fosse mais ampla na abordagem e assunção das temáticas. Por outro lado, o que se verifica qualitativamente é o envolvimento de todas as áreas do conhecimento na pesquisa sobre essas temáticas, reforçando sua importância e, o envolvimento da área turismo, praticamente como um todo, evidenciando a intrínseca relação deste com a sustentabilidade.

As considerações sobre a produção docente/discente tecidas aqui retratam as informações contidas no diretório dos grupos pesquisa, um banco virtual alimentado com dados sobre os recursos humanos constituintes dos grupos e sobre suas ações de pesquisa, mas caberia um contato mais humanizado com essa produção no sentido de se captar melhor o contexto e a repercussão das suas ações na formação e aperfeiçoamento dos seus pesquisadores, sejam eles docentes, discentes ou técnicos, e se possível na relação com o setor produtivo e com os usuários dessa produção. Assim, aspectos e valores da dessa formação poderiam ser melhor captados, bem como as formas de transferência de conhecimento e do conhecimento posto em ação, atributos que poderiam indicar soluções criativas e inovadoras para os problemas de insustentabilidade no turismo. Esse é o risco atrelado à mudança, como afirma Gravatá (2013), a inovação em educação demanda não apenas observar

o contexto, valorizar o aluno e, claro, cada uma das pessoas envolvidas, mas também aceitar o risco.

Procurou-se contrapor à produção discente e à produção docente/discente a percepção dos coordenadores dos programas acerca das contribuições destes para a sustentabilidade. A abordagem perceptiva por meio da técnica de entrevista causa certo desconforto naqueles que são convidados a participar, ainda mais se tratando de um tema tão amplo quanto a sustentabilidade e da sua inserção no seu ambiente de trabalho, além do que, é necessário que o convidado dedique um certo tempo das suas atividades rotineiras para responder as perguntas. Isto gera no convidado uma ansiedade subjacente fruto dos mecanismos perceptivos – dirigidos por estímulos externos - e cognitivos – dirigido por estímulos internos - da sua mente que o faz aceitar ou não o convite, fato que se verificou no aceite de cinco dos sete coordenadores. É importante ressaltar que o propósito desta abordagem não foi o de fazer juízo de valor do conhecimento do entrevistado sobre a sustentabilidade e o turismo, mas o de identificar quais temas seriam apontados como os mais recorrentes na produção do programa e correlaciona-los com os verificados na produção discente e na produção docente/discente dos programas.

O apontamento dos temas mais recorrentemente pesquisados nos programas pelos coordenadores não coincide necessariamente com os verificados na produção discente e docente/discente dos programas, isto pode indicar que os temas em sua maioria são abordados e até assumidos, mas que não estejam explicitamente declarados nas produções. Para eles os programas de alguma forma contribuem para a sustentabilidade, mas apontam também a necessidade de uma maior e melhor inserção dos mesmos, como ‘cidades sustentáveis’, ‘desenvolvimento sustentável’ e a própria ‘sustentabilidade’, já que reconhecem neles um amplo aspecto de abrangência e de possibilidades mais concretas de financiamento para as pesquisas na área.

Com a tipificação dos programas não se buscou uma contraposição ao sistema de avaliação da pós-graduação já instaurado no Brasil pela CAPES, mas sim fazer uso dele para experimentar lançar o olhar sobre um tema global e localmente desafiador, a sustentabilidade, numa área do conhecimento que demanda o envolvimento de vários aspectos das interações humano-ambiente, o turismo. Por isso, como resultado

prático desta pesquisa, ensaiou-se delinear um esboço criativo de um caso ideal, o Programa de Pós-Graduação em Turismo e Sustentabilidade, da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), como uma forma de transferência de conhecimento que ao ser colocado em ação possa ser saliente, credível e legítimo.

Piza (2013), em suas reflexões sobre a educação que se tem e a educação que se quer, descobriu que inovação tem menos a ver com infraestrutura e tecnologias digitais do que com questionar o *status quo*, revisar o papel dos recursos humanos e incentivar as tecnologias emocionais dos espaços de aprendizagem. Shimahara (2013), afirma que cada um percebe inovação naquilo que não está no seu cotidiano, naquilo que é diferente, naquilo que nunca ouviu falar. Para Mayumi (2013), sem abertura a experimentação e ao erro, não tem como haver inovação, em vez de olhar para trás, cabeças novas estão usando criatividade para reinventar os modelos.

A sustentabilidade é a capacidade de se manter as coisas em equilíbrio por um longo tempo. Quando aplicada às interações humano-ambiente, é capacidade de se manter em equilíbrio os aspectos econossocioambientais e político institucionais do modo de vida dos humanos e conseqüentemente de tudo que está relacionado a eles ou que eles fazem uso, como os recursos naturais do planeta. Esta é uma perspectiva humanizada, pois quando se considera os aspectos ecológicos dos sistemas eles possuem capacidade própria de regulação. O que está em cheque, o que desafia os humanos é muito mais a capacidade de se manterem no planeta em condições estáveis de sobrevivência e de manutenção do seu *status quo* do que efetivamente fazerem parte dele. Mas ainda assim, para que ela seja alcançada, é preciso sentir-se parte para se mobilizar e dar valor ao comportamento sustentável.

Os resultados quantitativos e qualitativos convergem para o fato de que no século XXI, a pós-graduação brasileira na área turismo, por meio da sua produção discente e docente/discente enfrenta não só as conseqüências da intensa interação das atividades turísticas com o ambiente e a sobre-exploração dos mesmos, mas a emergência de soluções criativas e inovadoras que possibilitem o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis. Mas divergem em termos de valor, na percepção de que eles têm contribuído efetivamente no que tange aos temas prioritários para o planeta e emergentes para o Brasil. O fato da sustentabilidade ser uma necessidade

planetária, não implica em que os temas emergentes sejam prioritariamente estudados e pesquisados nos programas de pós-graduação.

Para que os programas cumpram o seu papel na formação e aperfeiçoamento de recursos humanos altamente qualificados para o enfrentamento desses desafios, a transição para a sustentabilidade requer a integração de múltiplas formas de conhecimento, como os científicos, os tradicionais e os inovadores. A determinação de valores e princípios glocais fundamentados não só na racionalidade econômica, mas na ética e na moral, na compreensão da capacidade de resiliência dos sistemas, na imperatividade de governança dos Estados, na ligação do conhecimento à ação, da aprendizagem à reflexão e avaliação críticas.

A pós-graduação brasileira na área turismo contribuirá para a sustentabilidade ao se propor a identificar problemas numa visão menos pessimista e mais prudente e utópica. Quando apresentar soluções criativas, práticas e inovadoras, fruto do estudo da realidade por meio de modelos universais de espaço e informação, onde todos os princípios e todas as disciplinas complementarão um ao outro, tão eficazmente quanto necessário forem.

Um programa de pós-graduação em turismo que contribui para a sustentabilidade faz muito mais do que ensinar conhecimentos e princípios relacionados a ela. Em seu sentido amplo, por meio dele, os humanos – pesquisadores, profissionais, usuários, docentes, discentes e técnicos – são educados para a transformação e para a transferência de conhecimentos com o objetivo de colocá-los em prática e de se criar ambientes mais sustentáveis.

Por isso há a emergência de soluções criativas e inovadoras que possibilitem e/ou colaborem com o desenvolvimento sustentável do turismo. Este deve incluir aspectos como acesso, pertinência, equidade, inclusão e justiça que se aplicam a todos os temas da sustentabilidade, sejam eles considerados emergentes para o planeta, pelas instituições e organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), ou prioritários para o Brasil, pelas instituições e organizações nacionais, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sobre eles, o recurso água, o bioma amazônico, a biodiversidade, a urgência de cidades sustentáveis, a eminência dos desastres naturais e das mudanças climáticas, a

questão do emprego, da economia verde e da inclusão social, a energia sustentável, os oceanos e a segurança alimentar e agricultura sustentável, vários são os desdobramentos possíveis e várias são as implicações para os humanos. Eles não representam a sustentabilidade em si, mas são recursos, fatos ou fenômenos que, dado o uso que os humanos fazem deles ou por eles sejam afetados, desafiam a manutenção do *status quo* dos humanos e até a perpetuação da sua espécie. O seu uso para fins turísticos envolve várias cadeias produtivas e desencadeia um efeito conhecido como multiplicador, impactando positiva e negativamente as comunidades onde os humanos vivem e o planeta como um todo.

Dados da OMT (2014) e do PNUMA (2011) comprovam isso, como já foi citado, para 2030 estima-se em 1,8 bilhões o número de turistas internacionais e em contra partida, até 2050, estima-se que o consumo de energia e a emissão de gases de efeito estufa aumentarão em mais de 100%, o tratamento de resíduos sólidos em mais de 200%

A aparente ausência de um maior esclarecimento público do papel estratégico do turismo num planeta marcado pelos desafios da sustentabilidade e a quase inexistência de um debate mais saliente, credível e legítimo no seio da comunidade acadêmica sobre ciência e tecnologia, valores e atitudes sustentáveis, causas, consequências e processos, métodos e modelos integradores, tendo por base a troca de conhecimento entre pesquisadores, profissionais e usuários, faz com a promoção do bem estar humano, a proteção dos sistemas de suporte à vida e as interações humano-ambiente não se resolvam satisfatoriamente.

É necessária orientação, foco nos sistemas humano-ambiente e uma gestão integrada da compreensão visando proporcionar uma interação coerente entre educação, sensibilização e formação que transcenda as fronteiras clássicas e culmine com a criação de um futuro sustentável. Aspectos como planejamento, políticas públicas, implementação de programas e de recursos financeiros, currículos integradores e flexíveis, ensino aprendizagem e avaliação.

Reafirma-se aqui, o entendimento de Nelson Mandela, de que a educação é essencial para o desenvolvimento sustentável e crucial para aumentar a capacidade dos líderes e cidadãos do amanhã para criar soluções e encontrar novos caminhos para um futuro melhor, mais sustentável; e do *Tourism Education Futures Initiatives (TEFI)*, de que a

educação em turismo tem um enorme potencial para contribuir para a cidadania global.

Em se tratando de uma educação para a sustentabilidade, Vilches, Pérez e Praia (2011), apontam os tratamentos desligados e reducionistas dos diferentes problemas, a consideração de que os processos são lineares, lentos e controláveis, a crença na bondade, necessidade e possibilidade de crescimento econômico indefinido e a confiança em que a tecnociência resolverá tudo, como barreiras que dificultam o envolvimento dos humanos na construção de um futuro sustentável. Para eles, a ideia de insustentabilidade do desenvolvimento atual é recente, assim como a compreensão de que a sustentabilidade é uma totalidade de problemas estreitamente interligados. Isto constitui uma surpresa até mesmo para os especialistas.

Mas a recente preocupação com a preservação do planeta já é um indício de uma autêntica revolução das mentalidades, assinala Zaragoza (2000). Superar a ênfase dada aos problemas de insustentabilidade como sem solução é um desafio para todas as áreas do conhecimento, inclusive a do turismo. Historicamente o impacto econossocioambiental e político institucional do turismo tem sido mais negativo que positivo e tratados, quase sempre, sem a proposição de soluções.

Talvez pelo fato de esta perspectiva desencadeie sensações de desespero e desânimo e conseqüentemente conduza a um estado de passividade diante dos problemas. Talvez a educação em turismo não esteja realmente orientada nem focada nas interações humano-ambiente/humanos-humanos e a aquisição integral de saberes, a capacidade de raciocínio e visão de mundo fiquem comprometidos. Talvez a formação de formadores, pesquisadores e profissionais não esteja propiciando uma gestão integrada da compreensão e o desenvolvimento das capacidades de liderança, de pró atividade, de empoderamento e de uso do conhecimento diante dos problemas.

Para o engajamento na pesquisa desse campo – turismo e sustentabilidade – e para a proposição de soluções criativas e inovadoras, não é mais suficiente uma formação apenas especializada, acadêmica ou profissional, mas uma formação também holística, por meio de valores baseados nas dimensões da ética, do profissionalismo, da reciprocidade, do conhecimento crítico e do *stewardship*.

A implementação de valores no currículo, como honestidade, transparência, autenticidade, liderança, praticidade, relevância e reflexividade, pensamento crítico, inovador e criativo, sustentabilidade, responsabilidade e serviço comunitário, diversidade, inclusão, equidade e colaboração é uma premissa para a inovação. Ela permitirá vislumbrar uma interação coerente entre educação, sensibilização e formação com vistas à criação de um futuro melhor.

Esta tese foi desenvolvida para provocar o debate sobre a formação de formadores, de profissionais e de pesquisadores em turismo e hospitalidade no Brasil, fomentando a discussão para propostas curriculares inovadoras nas instituições de ensino superior consoante à disseminação dos valores e dimensões da sustentabilidade.

Neste sentido, este trabalho visa chamar a atenção para a intrínseca relação entre turismo e sustentabilidade, para o lugar que o turismo ocupa na qualidade de vida e bem estar humanos e na proteção dos sistemas de suporte à vida, para o papel que representam os programas de pós-graduação na produção de conhecimento saliente, credível e legítimo e, para o comportamento que se espera dos pesquisadores, formadores e profissionais diante dos desafios da sustentabilidade no século XXI. Considera ainda as bases legais e os documentos norteadores constituídos pelos respectivos sistemas de ensino e de desenvolvimento científico e tecnológico.

O desenvolvimento desta tese estabeleceu um movimento e uma tentativa de se compreender como a sustentabilidade está inserida no ensino, na pesquisa e na extensão dos programas e como isso repercute na produção de ciência, tecnologia e inovação. Desta forma, pesquisadores, formadores e profissionais poderão desenvolver e ampliar as ações voltadas para a transferência de conhecimento e para pôr o conhecimento em ação.

O redesenho dos currículos da educação em turismo, tomando exemplo a pós-graduação brasileira, já apresenta indícios da incorporação de aspectos que visem uma interação mais coerente entre educação, sensibilização e formação com vistas a um futuro sustentável. Mas a sustentabilidade é ainda um conceito muito amplo e que traz uma orientação distinta e às vezes correlata com o turismo, principalmente nas questões de acesso a serviços, bens e produtos tangíveis, como água potável, alimentação e moradia e intangíveis, como viagens, hospedagem e entretenimento,

da pertinência de seus propósitos, da equidade de seus meios, da inclusão de todos e da justiça para todos. Por fim, do acesso a uma formação mais holística e humanizada e menos cartesiana e desumana, manifestação sintomática do século passado.

O século XXI impõe novos padrões de exigências cognitivas e de demandas por inovação. Como afirma Mello (2011), a sustentabilidade passa a ser uma demarcação do que se pode pensar ser o significado de uma época, de um contexto, com seus movimentos e tendências. Lançar o olhar sobre ela na pós-graduação brasileira não e desenvolver uma receita, um modelo nem defender um caminho, é cumprir um papel estratégico no que se diz respeito às consequências dos desafios que se colocam aos programas e ao próprio turismo neste século. Afinal, “a sustentabilidade não é uma propriedade individual, mas de toda uma teia de relacionamento” (CAPRA, 2013: 254).

Pelo planeta, os humanos já estão redesenhando os currículos da educação, partindo da interdisciplinaridade à dissolução das disciplinas, da sustentabilidade vivida na escola para a sustentabilidade vivida em comunidade, de uma aprendizagem que vai de uma sustentabilidade ambiental para uma mentalidade sustentável (GRAVATÁ, 2013). Isso tem se dado em todos os níveis educacionais, no básico, no fundamental, no superior e na pós-graduação, como no caso do *Schumacher College* e do *Sustainability Institute*.

Fica clara aqui a opção dessas escolas ou instituições de ensino por programas e currículos que abordam e assumem os componentes normativos nas questões de sustentabilidade e do *Sustainability Science Program*, do *Center for International Development (CID)*, que opta por não imergir na ‘piscina de valores concorrentes’ da sustentabilidade. Em todas há a experimentação e o risco do erro ao enfrentarem os problemas e desafios da sustentabilidade, expressando assim a emergência de um campo que se expandirá no século XXI.

Conclui-se que a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos tende para a troca e a união de conhecimento formal e informal, para a superação da dicotomia entre a teoria e a prática, compreendendo o que significa e experienciando o que é sustentabilidade.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

A ILHA do Dr. Moreau. Direção de John Frankenheimer, Paul Rubell e Adam Scott. Estados Unidos, 1996. DVD, 95min.

ALFONSO, L.P. EMBRATUR: Formadora de Imagens da Nação Brasileira. 139f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ALVES, M.L.B. Reflexões sobre a Pesquisa Qualitativa Aplicada ao Turismo. In: Turismo em Análise, v.22, n.3, 2011.

AMAZONAS, M. C. O Pluralismo da Economia Ecológica e a Economia Política do Crescimento e da Sustentabilidade. In: Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. N. 20, 2009: 5-12.

ANDERSSON, K. [et al.]. The Ruffolo Curriculum on Sustainability Science. CID Graduate Student and Research Fellow Working. In: Working Papers: Center for International Development at Harvard University. Paper n.º 32, December, 2008.

ANSARAH, M.G.R.; REJOWSKI, M. Panorama do Ensino em Turismo no Brasil: Graduação e Pós-Graduação. In: Turismo e Análise. v.7, n.2: 36-61, 1996.

ANTÔNIO, S. Educação e Transdisciplinaridade. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

ATELJEVIC, I. Transmodern Critical Tourism Studies: a call for hope and transformation. In: Turismo em Análise, v.22, n.3, 2011.

AUSUBEL, J.H., WAGGONER: E. Dematerialization: Variety, Cautions, and Persistence. Proceedings of the National Academy of Sciences. n.35, v.105, 2008.

BARROS, E.C.; VALENTIM, M.C.; MELO, M.M.A. O Debate sobre o Mestrado Profissional na CAPES: Trajetória e definições. In: Revista Brasileira de Pós-Graduação. v.2, n.4: 124-138, 2005.

BARROS, L.V. Nota sobre o Mestrado Profissionalizante: a Experiência do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. In: Revista Brasileira de Pós-Graduação. v.5, n.10: 353-364, 2008.

BARTHOLO Jr., R.S.; BURSZTYN, M. Prudência e Utopismo: Ciência e Educação para a Sustentabilidade. In: Ciência, Ética e Sustentabilidade: desafios do século XXI. São Paulo: Cortez, 2001.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. [orgs]. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BASTRAZ, C. & BIONDI, D. (2011). Aplicação do Método Q para a Valoração da Paisagem de Morretes, Paraná, Brasil, como Subsídio ao Planejamento do Turismo. In: Turismo e Análise. São Paulo, v.22, n.3.

BAUMGARTEN, M. Complexidade, Redes e Tecnologias Sociais. In: SARTI, I. [org]. Ciência, Política e Sociedade: As Ciências Sociais na América do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Editora Sulina, 2007.

BAUMGARTEN, M. Conhecimento e Sustentabilidade: Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Editora Sulina, 2008.

BAUMGARTEN, M. Universidade e Sustentabilidade: Repercussões Sociais da Pesquisa e Divulgação de Ciência e Tecnologia. In: LAMPERT, E.; BAUMGARTEN, M. [org]. Universidade e Conhecimento: Possibilidades e Desafios na Contemporaneidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Editora Sulina, 2010.

BECK, U. La Sociedad del Riesgo Global. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.

BENI, M.C. Sessão Solene de Instalação. I Congresso Nacional de Turismo, 1975, São Paulo, ECA/USP. In: Conclusões. São Paulo: ECA/USP, 1980.

BENSUSAN, N. O Desafio das Mudanças Climáticas. In: BENSUSAN, N. [org]. Seria Melhor Mandar Ladrilhar? Biodiversidade – como, para que e por quê/IEB. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BITENCOURT, L. Áreas de Conhecimento e Campos de Saber: Espaços para a Docência em Educação Permanente. Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Palhoça: UNISUL, 2008.

BRANDÃO, C.E.L. Governança Corporativa e Sustentabilidade. In: ALMEIDA, F. Desenvolvimento Sustentável 2012-2050: Visão, Rumos e Contradições. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRASIL. Divulgação do Balanço Outubro 2013. In: Plano de Aceleração do Crescimento: 2011-2014 (PAC2). 2010. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanco>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

BRASIL. Eixo de Atuação Água e Luz. In: Programa de Aceleração do Crescimento: 2007-2010 (PAC1). 2006a. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/8/10_PAC_8_agua_e_luz.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.

BRASIL. Eixo de Atuação Cidade Melhor. In: Programa de Aceleração do Crescimento: 2007-2010 (PAC1). 2006b. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/8/07_PAC_8_cidade_melhor.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.

BRASIL. Eixo de Atuação Energia. In: Programa de Aceleração do Crescimento: 2007-2010 (PAC1). 2006c. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/8/06_PAC_8_energia.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.

BRASIL. Eixo de Atuação Transporte. In: Programa de Aceleração do Crescimento: 2007-2010 (PAC1). 2006d. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/8/05_PAC_8_transportes.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n.º 11/2008a. Propostas de Instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/pdf/parecer_cne.pdf>. Acesso em: 20 fev 2014.

BRASIL. Resolução n.º 3, de 9 de julho de 2008b. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf. Acesso em: 20 fev 2014.

BRASIL. Resolução n.º 4, de 06 de junho de 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB n.º 03/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/pdf/resolucao_04.pdf>. Acesso em: 20 fev 2014.

BREWER, J. & HUNTER, A. (1989). *Multimethod Research: a synthesis of styles*. Newbury Park: Sage.

BRIDGMAN: *The Logic of Modern Physics*. New York: MacMillan, 1927.

BRITTO, T.F. Educação e Sustentabilidade. In: *Boletim do Legislativo*, n.º 11, de 2012.

BURSZTYN, M. "Think Locally, Act Globally: New Challenges to Environmental Governance." In: *CID Graduate Student and Research Fellow Working Paper n.º 33*. Center for International Development, Cambridge, MA: Harvard University, 2008.

BURSZTYN, M. Meio Ambiente e Interdisciplinaridade: Desafios ao Mundo Acadêmico. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n.10. 2004.

BURSZTYN, M. *Sustainability Science and the University: Towards Interdisciplinarity*. CID Graduate Student and Research Fellow Working Paper n.º 24, February 2008. Center for International Development, Cambridge, MA: Harvard University, 2008.

BURSZTYN, M.A.; BURSZTYN, M. *Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: Caminhos para a Sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). *Contribuição da Pós-Graduação para o Desenvolvimento Sustentável: Capes na Rio+20*. Brasília: Capes, 2012.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). *Mestrados e Doutorados Reconhecidos*. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarles&codigoArea=61300004&descricaoArea=&descricaoAreaConhecimento=TURISMO&descricaoAreaAvaliacao=ADMINISTRA%C7%C3O%2C+CI%CANCIA+S+CONT%C1BEIS+E+TURISMO>>. Acesso em: 17 fev 2014.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). Tabela de Áreas do Conhecimento. Atualizada em: 11 de jul 2012. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_072012.pdf>. Acesso em 20 fev 2014.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). Comitê de Assessoramento de Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional. In: Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação (COSAE). Atualizado em: Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/membros-dos-comites#>>. Acesso em: 20 fev 2014.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). Contribuição da Pós-Graduação para o Desenvolvimento Sustentável: Capes na Rio+20. Brasília: Capes, 2012.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). Mestrados e Doutorados Reconhecidos. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarles&codigoArea=61300004&descricaoArea=&descricaoAreaConhecimento=TURISMO&descricaoAreaAvaliacao=ADMINISTRA%C7%C3O%2C+CI%CANCIA+S+CONT%C1BEIS+E+TURISMO>>. Acesso em: 17 fev 2014.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). Tabela de Áreas do Conhecimento. Atualizada em: 11 de jul 2012. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_072012.pdf>. Acesso em 20 fev 2014.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). Comitê de Assessoramento de Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional. In: Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação (COSAE). Atualizado em: Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/membros-dos-comites#>>. Acesso em: 20 fev 2014.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil) (2012). Tabela de Áreas do Conhecimento. Atualizada em: 11 de jul 2012. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_072012.pdf>. Acesso em 20 fev 2014.

CAPRA, F. Alfabetização Ecológica: o desafio para a educação no século XXI. In: Volta ao Mundo em 13 Escolas. São Paulo: Fundação Telefônica, 2013.

CARSON, R. Silent Spring. Boston, United States of America: Houghton Mifflin, 1962.

CECHIN, A.; VEIGA, J.E. O Fundamento Central da Economia Ecológica. In: Economia do Meio Ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CLARK, W.C. Scale Relationships in the Interaction of Climate, Ecosystems, and Societies. In: Forecasting in the Social and Natural Sciences, eds. K. C. Land and Steven H. Schneider, 1987.

CLARK, W.C. Sustainability Science: a Room of its Own. Proceedings of the National Academy of Sciences. v.104, n.6, 2007.

CLARK, W.C. Sustainable Development and Sustainability Science. In: Toward a Science of Sustainability, eds. Levin, Simon A. and William C. Clark. Report from Toward a Science of Sustainability Conference, Airlie Center, Warrenton, Virginia, November 29, 2009 – December 2, 2009, 55-65. Princeton, NJ: Center for Biocomplexity, Environmental Institute, Princeton University and Cambridge, MA: Sustainability Science Program, Center for International Development, Harvard University, 2010.

CLARK, W.C., CONTRERAS, A. & HARMSEN, K. Report of the External Review of the System Wide Programme on Alternatives to Slash-and-Burn (ASB): Evaluation and Impact Assessment of the ASB Programme. In: CGIAR Science Council Secretariat, Washington, DC: FAO, 2005.

CLARK, W.C., CRUTZEN: J. & SCHELLNHUBER, H.J. Science for Global Sustainability. In: Earth Systems Analysis for Sustainability, eds. H. J. Schellnhuber: J. Crutzen, W. C. Clark, C. Martin and H. Hermann, 1-28. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

CLARK, W.C., MITCHELL, R.B. & CASH, D.W. Evaluating the Influence of Global Environmental Assessments. In: Global Environmental Assessments: Information and Influence, eds. R. B. Mitchell, W. C. Clark, D. W. Cash and Nancy M. Dickson. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

CLARK, W.C.; CRUZTEN: J.; SCHELLNHUBER, H.J. Science for Global Sustainability. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil). Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil: Busca Operacional. Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso em: 17 fev 2014.

CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil). Diretório dos Grupos de Pesquisa: Estatística de Atualização. Brasília: CNPq, 2010. Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/diretorioc/fontes/acompanhamento.jsp>>. Acesso em: 17 fev 2014.

CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil) (2014). Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil: Busca Operacional. Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso em: 17 fev 2014.

CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil) (2010). Diretório dos Grupos de Pesquisa: Estatística de Atualização. Brasília: CNPq, 2010. Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/diretorioc/fontes/acompanhamento.jsp>>. Acesso em: 17 fev 2014.

COOPER, C. [et al.]. Turismo: Princípios e Práticas. Porto Alegre: Bookman, 2007.

COSTA, E.D. Superando os Supermemes: um Alerta que Nos Traz Soluções Sobre: como Evitar a Nossa Extinção. São Paulo: Cultrix, 2012.

CRESPO, S. Enfrentando o Desafio da Produção e do Consumo Sustentáveis: uma Visão a partir das Políticas Governamentais Recentes. In: ALMEIDA, F. Desenvolvimento Sustentável 2012-2050: Visão, Rumos e Contradições. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CRESWELL, J.W. & CLARK, V.L.P. Pesquisa de Métodos Mistos. Porto Alegre: Penso, 2013.

CRESWELL, J.W. Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, J.W. Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches. Thousands Oaks, CA: Sage, 2007.

D'AMBRÓSIO, U. Transdisciplinaridade. São Paulo: Palas Athena, 1997.

DALY, H. Steady-state Economics. San Francisco: Freeman, 1977.

DALY, H.E. Sustainable Growth? No thank you. In: MANDER, J.; GOLDSMITH, E. [eds]. The Case against the Global Economy. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.

DASGPUTA: & NIGGOL SEO, S. Natural Capital and Economic Growth. In: Encyclopaedia of Earth, ed. Cutler J. Cleveland. Washington, D.C.: Environmental Information Coalition, and National Council for Science and the Environment. [First published in the Encyclopaedia of Earth May 18, 2007; Last revised August 21, 2008; Retrieved February 25, 2009], 2008.

DASGPUTA: [et al.]. Environmental Regulation and Development: A Cross-Country Empirical Analysis. Policy Research Working Paper 1448. Washington, D.C.: World Bank, 1995.

DAVID, L. Tourism Ecology: towards the responsible, sustainable tourism Futures. In: Worldwide Hospitality and Tourism Themes. V.3. n.3, 2011.

DAWKINS, R. The Selfish Gene. New York: Oxford University Press, 1978.

DEFRIES, R.; ASNER, G.P.; FOLEY, J. A Glimpse out the Window: What Landscapes Reveal about Livelihoods, Land Use and Environmental Consequences. In: Environmental. n.48, v.8, 2006.

DIRZO, R.; RAVEN: H. Global State of Biodiversity and Loss. In: Annual Review of Environment and Resources. n.28, v.1, 2003.

DRUMMOND, J.A.; BARROS, L.R. O Ensino de Temas Sócio-Ambientais nas Universidades Brasileiras – Uma Amostra Comentada e Programas de Disciplinas. In: Ambiente & Sociedade. Campinas: NEPAM, n.6/7. 2001.

DRUMMOND, J.A.; BURSZTYN, M. Sustainability Science and the University: Pitfalls and Bridges to Interdisciplinarity. In: Environmental Education Research, 2013. DOI: 10.1080/13504622.2013.780587.

EAGLES, F.J. Understanding the Market for Sustainable Tourism. In: McCOOL, S.F.; WATSON, A.E. [eds]. Linking Tourism, the Environment and Sustainability. Proceeding of a Special Session of the Annual Meeting as the National Recreation and Park Association. Minneapolis: National Recreation and Park Association, 1995.

EHRlich: The Population Bomb. Nova York: Ballantine Books, 1968.

ELIEL, R.A. Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: Estudo da Convergência entre a Produção Científica e o Marcos Regulatórios da Área. 2007. 84f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

ENSAIO sobre a Cegueira. Direção de Fernando Meirelles. Japão, Brasil, Canadá, 2008 DVD, 121min.

ETZKOWITZ, H. [et al.]. The Futures of the University and the University of the Futures: evolution of ivory tower to entrepreneurial paradigm. In: Research Policy. v. 29, n. 2, 2000.

ETZKOWITZ, H. Academic-Industry Relations: A Sociological Paradigm for Economic Development. In: LEYDESDORFF, L.P.; BESSELARR, V.D. [eds]. Evolutionary Economics and Chaos Theory: New Directions in Technology Studies. London: Pinter, 1994.

ETZKOWITZ, H. MIT and the Rise of Entrepreneurial Science. London: Routledge, 2002.

ETZKOWITZ, H. Research Groups as 'Quasi-firms': the invention of the entrepreneurial university. In: Research Policy. n.32: 109-121, 2003.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The Dynamics of Innovation: From National Systems and 'Mode 2' to a Triple Helix of University-Industry-Government Relations. In: Research Policy. v. 29, n. 2, 2000.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The Endless Transition: A "Triple Helix" of University-Industry-Government Relations, Introduction to a Theme Issue. In: Minerva. v. 36, 1998.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The Triple Helix---University-Industry-Government Relations: a laboratory for knowledge-based economic development. In: EASST Review. n. 14, 1995. Disponível em: <http://www.leydesdorff.net/th11/th11.pdf>. Acesso em 10 out. 2013.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. Universities and the Global Knowledge Economy: a Triple Helix of University-Industry-Government Relations. London: Pinter, 1997.

FARREL, B.H. & TWINNING-WARD, L. Reconceptualising Tourism. In: *Annals of Tourism Research*, v.3, n.2, 2004.

FAZENDA, I. *A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento*. Campinas: Papirus, 1995.

FAZENDA, I. *Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa*. Campinas: Papirus, 1994.

FERREIRA, S.D. Efeito da Visita/Não-Visita na Imagem de um Destino Turístico: uma aproximação metodológica mista. In: *Turismo em Análise*, v. 22, n. 3, 2011.

FLORIANI, D. [et al.]. Panorama Preliminar da Pós-Graduação Interdisciplinar Brasileira em meio Ambiente e Desenvolvimento: 2004-2006. In: *RBPG*, v,7, n.14, 2010.

FOLLMANN, J. I. [org]. *Transdisciplinaridade e Universidade*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

FROTA, M.N.; LUIZ, F.C.L. Comprometimento e Alinhamento da Pós-Graduação da PUC-Rio com o Desenvolvimento Sustentável. In: *RBPG*, v.10, n. 21, 2013.

FUNG, A. & O'ROURKE, D. Reinventing Environmental Regulation from the Grassroots Up: Explaining and Expanding the Success of the Toxics Release Inventory. In: *Environmental Management*, v.25, n.2, 2000.

FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GEORGESCU-ROEGEN, N. *The Entropy Law and the Economics Process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

GLEICK: H. Water Use. In: *Annual Review of Environment and Resources*. n.28, v.1, 2003.

GOMES, C.L. [et al.]. Inserção do Lazer no Contexto da Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo/Hospitalidade no Brasil. In: *Caderno Virtual de Turismo*. v.8, n.3: 54-66, 2008. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=296>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

GRAVATÁ, A. [et.al.]. *Volta ao Mundo em 13 Escolas*. São Paulo: Fundação Telefônica, 2013.

H.S.C., Human Security Centre. Part 1 the Changing Face of Global Violence. In: *Human Security Report 2005: War and Peace in the 21st Century*. New York: Oxford University Press, 2005.

HALLAL, D.R. [et al.]. O Contexto de Criação dos Cursos de Bacharelado em Turismo no Brasil. In: *Balance y Prospectiva de la Educación Superior em el Marco de los*

Bicentenários de América del Sur. X Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur. Anais... Mar del Plata, 2010a.

HALLAL, D.R. O Curso de Turismo da PUCRS: A Trajetória dos seus 38 Anos de Existência – do Bacharelado (1972) ao Tecnólogo (2010). 408f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010b.

HARDIM, G. The Tragedy of the Commons. In: Science. n. 126, 1968.

HARRIS, R.; GRIFFIN, T.; WILLIAMS: Sustainable Tourism: A Global Perspective. Rochester: Elsevier, 2002.

HOBBSAWN, E. A Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOLANDA, L.A.; WIDMER, G.M.; LEAL, S.R. A Produção em Turismo no Brasil: reflexões e proposições a partir de um estudo revisional. In: Turismo e Patrimônio. IX Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Anais... São Paulo: UAM, 2012.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. A Indústria Cultural: O Iluminismo como Mistificação das Massas. In: ADORNO, T. Indústria Cultural e Sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUGHES, G. Turismo, Sustentabilidade e Teoria Social. In: LEW, A.A.; GALL, A.M.; WILLIAMS, A.M. [orgs]. Compêndio de Turismo. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

HUGHES, G. Turismo, Sustentabilidade e Teoria Social. In: LEW, A.A.; GALL, A.M.; WILLIAMS, A.M. [orgs]. Compêndio de Turismo. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

ILLERIS, K. [org]. Teorias Contemporâneas da Aprendizagem. Porto Alegre: Penso, 2013.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Nota Técnica n.º 73. Cálculo do índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição Referente a 2013. Brasília, 20 out. 2014, atualizado em 04 nov.2014.

IPT, INSTITUTO DE PESQUISA TECNOLÓGICAS. Diagnóstico da Situação Atual dos Recursos Hídricos e Estabelecimento de Diretrizes Técnicas para a Elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Tietê – Jacaré. Relatório IPT n.º 40674/00. São Paulo: 2000.

ISAYAMA, H.F.; ARAÚJO, M.; SILVA, M.C. O Lazer nos Cursos de Graduação em Turismo de Belo Horizonte: Visão dos Coordenadores de Curso. In: Caderno Virtual de Turismo. v.8, n.3: 104-118. 2008.

JACOBI: Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. In: Cadernos de Pesquisa, n118, 2003.

JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e Patologia do Saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JESUS, V.L.R. Um Panorama da Educação superior em Turismo no Brasil com Base nos Resultados do ENADE 2006 a 2009. In: Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. IX Seminário da Associação Nacional de Pós-Graduação em Turismo. Anais... São Paulo: UAM, 2012.

JOHN, V.M; AGOPYAN, V. Construção Sustentável: Mitos, Desafios e Oportunidades. In: ALMEIDA, F. Desenvolvimento Sustentável 2012-2050: Visão, Rumos e Contradições. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KATES, R. [et al.]. What is Sustainable Development? Goals, Indicators, Values, and Practice. In: Environment, v.47, n.3, 2005.

KATES, R.W. & PARRIS, T.M. Long-Term Trends and a Sustainability Transition. In: Proceedings of the National Academy of Science, v.100, n.14, 2013.

KATES, R.W. [ed]. Reading in Sustainability Science and Technology. CID Working Paper n. ° 213, 2010.

KATES, R.W. Population and Consumption: What we Know, What we need to know. In: Environment, v.42, n.3, 2000.

KATES, R.W., PARRIS, T.M., LEISEROWITZ, A. A. What is Sustainable Development? In: Environment, v.47, n.3, 2005.

KATES, R.W.; DASGPUTA: African Poverty: A Grand challenge for Sustainability Science. In: Proceedings of the National Academy of Science. n. 104, 2007.

KATES, R.W.; PARRIS, T.M.; LEISEROWITZ, A.A. What is Sustainable Development? Goals, Indicators, Values, and Practice. In: Science and Policy for Sustainable Development. n.3, v. 47, 2005.

KEGAN, R. Que “Forma” Transforma? Uma Abordagem construtivo-evolutiva à aprendizagem transformadora. In: ILLERIS, K. [org]. Teorias Contemporâneas da Aprendizagem. Porto Alegre: Penso, 2013.

KELLY, K. Para Onde nos Leva a Tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2012.

KELSEY, J.B., KOUSKY, C. & SIMS, K.R.E. Designing Payments for Ecosystem Services: Lessons from Previous Experience with Incentive-Based Mechanisms. In: Proceedings of the National Academy of Sciences, v.105, n. 28, 2008.

KINCHELOE, J.L.; BERRY, K.S. Pesquisa em Educação: Conceituando a Bricolagem. Porto Alegre: Penso, 2007.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo: Para uma Compreensão do Lazer e das Viagens. São Paulo: Aleph, 2009.

LASH, J.; LINDAU, L.A.; KOCH, J. Transporte Sustentável no Século Urbano. In: ALMEIDA, F. Desenvolvimento Sustentável 2012-2050: Visão, Rumos e Contradições. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LATOUCHE, S. O Sul e o Ordinário Etnocentrismo do Desenvolvimento. In: Le Monde Diplomatique Brasil, nov. 2004.

LATOUCHE, S. Pequeno Tratado do Decrescimento Feliz. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

LATOUCHE, S. Pour une Société de Décroissance. In: Le Monde Diplomatique. Nov. 2003.

LEAL, S.R. Pesquisa em Turismo no Brasil: uma revolução silenciosa? In: Turismo e Sociedade. v.4, n.1, 2011.

LEISEROWITZ, A.A., KATES, R.W. & PARRIS, T.M. Do Global Attitudes and Behaviours Support Sustainable Development? In: Environment, v.47, n.9, 2005.

LEVIN, S.A.; CLARK, W.C. [eds]. Toward a Science of Sustainability Conference. CID Working Paper, n.196, 2010.

LEW, A.A.; HALL, C.M.; WILLIAMS, A.M. Compêndio de Turismo. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LIMA, G.C. O Discurso da Sustentabilidade e suas Implicações para a Educação. In: Ambiente & Sociedade, v.VI, n. 2, 2003.

LIMA, J.R.; REJOWSKI, M. Ensino Superior em Turismo no Brasil: A Produção Acadêmica de Dissertações e Teses (2000-2009). In: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v.5, n.3, 2011.

LIMA, L.C. Teoria da Cultura de Massas. Contendo o Curso de Sociologia da Comunicação de Massa do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Católica do Rio de Janeiro. Adorno, Barthes, Benjamin, Marcuse, Kristeva, McLuha, Panofsky. Rio de Janeiro: Saga, 1975.

LOPES, A.O.B. [et al.]. Avaliação de Políticas Públicas de Turismo: uma análise bibliométrica dos periódicos de turismo. In: Turismo em Análise, v.22, n.3, 2011.

LORRAE, V.K. & LEBEL, L. Linking Knowledge and Action for Sustainable Development. In: Annual Review of Environment and Resources, v.31, n.1, 2006.

LOS ÚLTIMOS Días, Direção de Alex Pastor e David Pastor. Espanha, 2013. DVD, 90min.

LOTZE, H.K. [et al.]. Depletion, Degradation, and Recovery Potential the Estuaries and Coastal Seas. In: Science. n.5781, v.312, 2006.

LOVELOCK, J. GAIA: The World as Living Organism. In: New Scientist, v.112, n.1539, 1986.

LUCHESE, C. O Tamanho do Turismo Brasileiro. Revista Host & Travel. ed.17, 2006.

LÜDEKE, M.K.B.; PETSCHL-HELD, G.; SCHELLNHUBER, H.J. Syndromes of Global Change: the First Panoramic View. In: Gaia. n.13, v.1, 2004.

MACIEL, R.G.A; NOGUEIRA, H.G.P. Mestrado Profissional: Desenvolvimento Pessoal e Profissional. In: Revista Brasileira de Pós-Graduação. v.9, n.17, 2012.

MACIEL, R.G.A; NOGUEIRA, H.G.P. Mestrado Profissional: Desenvolvimento Pessoal e Profissional. In: Revista Brasileira de Pós-Graduação. v.9, n.17, 2012.

MALHEIROS, T.F. [et al.]. Os Desafios do Tema Sustentabilidade no Ensino da Pós-Graduação. In: RBPG. Brasília. v.10, n.21. 2013.

MARTINEZ-ALIER, J. Decrecimiento Sostenible – Sustainable Degrowth. In: First International Conference on Economic De-growth for Ecological Sustainability and Social Equality. Paris: April 18-19th, 2008.

MARTINS, C.B. [et al.]. Influência das Estratégias e Recursos para o Desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação da Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo no Período de 2001 a 2009. In: Revista GUAL. v.6, n.3: 146-168, 2013.

MATIAS, M. Formação Profissional em Turismo no Brasil no Início do Século XXI. In: TRIGO, L.G.G. [et al.]. Análises Regionais do Turismo Brasileiro. São Paulo: Roca, 2005.

MATIAS, M. Turismo: Formação e Profissionalização – 30 Anos de História. Barueri: Manole, 2002.

MATSON: [et al.]. People, Land Use and Environment in the Yaqui Valley, Sonora, México. In: ENTWISLE, B.; STERN: [eds]. Population, Land Use, and Environment. Washington: National Research Council, 2005.

MAYUMI, C. Reflexões de Carla Mayumi. In: Volta ao Mundo em 13 Escolas. São Paulo: Fundação Telefônica, 2013.

MAZARO, R. Conocimiento Científico em Ciencias Sociales y Proposición de Modelos em Turismo. In: Turismo em Análise, v.22, n.3, 2011.

MEADOWS, D. Leverage Points: Places to Intervene in a System. Hartland, VT: Sustainability Institute, 1999.

MEADOWS, D.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. The Limits to Growth: a report for The Club of Rome's projection the Predicament of Mankind. New York: Universe Books, 1972.

MEADOWS, D.H. [et al.]. Limites do Crescimento. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MEC, Ministério da Educação (Brasil). Formulário do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Disponível em: < http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm>. Acesso em 21 fev 2014.

MEC, Ministério da Educação (Brasil). Portaria n.º 870, de 16 julho de 2008. Dispõe sobre a Aprovação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: < http://pronatec.mec.gov.br/cnct/pdf/portaria_870.pdf>. Acesso em: 20 fev 2014.

MEIRELES, C. Obra em Prosa – Volume 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MELLO, A.F. de. Globalização, Sociedade do Conhecimento e Educação Superior: os sinais de Bolonha e os desafios do Brasil e da América Latina. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

MENDES, J.; CAMPOS, A.C. Educação superior em Turismo para o Século XXI: o caso da Universidade de Algarve. In: Turismo e Patrimônio. IX Seminário da Associação Nacional de Pós-Graduação. Anais... São Paulo: UAM, 2012.

MERCOSUL, Mercado Comum do Sul (América Latina). Em Poucas Palavras. Disponível em <http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=5908&site=1&channel=secretaria&seccion=2>. Acesso em 19 nov.2014.

MERICO, L.F.K. Economia e Sustentabilidade. São Paulo: Loyola, 2008.

MEZIRROW, J. Visão Geral sobre a Aprendizagem Transformadora. In: ILLERIS, K. [org.]. Teorias Contemporâneas da Aprendizagem. Porto Alegre: Penso, 2013.

MILAGRES, V.R. Paisagem e Efeitos do Turismo: uma abordagem perceptiva com os moradores do Distrito Taquaruçu, Palmas (TO). 2009. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009.

MILAGRES, V.R.; SAYAGO, D. Contribuições da Pós-Graduação Stricto Sensu para o Desenvolvimento Sustentável: Brasil 1998-2013. In: Turismo, Inovação e Criatividade. X Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Anais... Caxias do Sul: UCS, 2013.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Summary for Decision Makers. In: Ecosystems and Human Well-being: Synthesis. Washington: Island Press, 2005.

MOKIY, V. Methodology of Transdisciplinarity – 4: Solution of Complicated Multi-Factor Problems of Nature and Society. Institute of Transdisciplinary Technologies (Russia), 2013a.

MOKIY, V. Transdisciplinary Philosophy of the Intellectual World. Institute of Transdisciplinary Technologies (Russia), 2013b.

MOKIY, V. Transdisciplinary Research of the Big Bang Potency Transformation in Regards to Earth and Human Beings. Institute of Transdisciplinary Technologies (Russia), 2013c.

MOKIY, V. Understood World as the Basis of Sustainable Development. Institute of Transdisciplinary Technologies (Russia), 2001.

MOKIY, V.; LUKYANOVA, T. Timeline of Breakthroughs in Transdisciplinary Ideas and technologies. Institute of Transdisciplinary Technologies (Russia), 2013.

MOLINA, M.J.; MOLINA, L.T. Megacities and Atmospheric Pollution. In: Journal of the Air and Waste Management Association. n.6, v.54, 2004.

MOMM, C.F. O Conhecimento Científico em Turismo no Brasil: Cursos de Pós-Graduação (Stricto Sensu) – período de 2000 a 2006. 2009. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MOMM, C.F.; SANTOS, R.N.M. Conhecimento Científico Produzido nos Cursos de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Turismo e Área Correlatas no Brasil no Período de 2000 a 2006. In: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v. 4, n.2: 64-85, ago 2010a.

MOMM, C.F.; SANTOS, R.N.M. O Conhecimento Científico em Turismo no Brasil: indícios de institucionalização científica a partir dos cursos de pós-graduação (Stricto Sensu) – Período de 2000 a 2006. X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Anais... João Pessoa, 2009.

MOMM, C.F.; SANTOS, R.N.M. O Estado da Arte da Área de Pesquisa do Turismo no Brasil: Período de 200 a 2006. In: Revista Turismo & Desenvolvimento. v.1, 2010b.

MORGAN, D.L. Practical Strategies for Combining Qualitative and Quantitative Methods: Applications to Health Research. In: Qualitative Health Research, v.8, n.3, 1998.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. Tourism and Sustainability: Development and New Tourism in the Third World. London: Routledge, 1998.

MTUR, Ministério do Turismo (Brasil). Plano Nacional de Turismo 2013-2016. Brasília: MTur, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_11_09_2012.pdf>. Acesso em: 26 out. 2013.

MTUR, Ministério do Turismo (Brasil). Plano Nacional de Turismo: 2003-2007. 2002. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.

MTUR, Ministério do Turismo (Brasil). Plano Nacional de Turismo: 2007-2010. 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.

MTUR, Ministério do Turismo (Brasil). Plano Nacional de Turismo: 2013-2016. O Turismo Fazendo mais pelo Brasil. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

MTUR, Ministério do Turismo (Brasil). Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Turismo e Sustentabilidade/Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização: Brasília, 2007.

MTUR, Ministério do Turismo (Brasil). Segmentação do Turismo e o Mercado. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MTUR, Ministério do Turismo (Brasil). Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

MUNASINGHE, M. Section 1.4 Millennium Development Prospects and Worldwide Status. In: Making Development More Sustainable. Colombo, Sri Lanka: Munasinghe Institute for Development, 2010.

NASCIMENTO, E.; AMAZONAS, M.; VILHENA, A. Sustentabilidade e Interdisciplinaridade: Inovações e Desafios dos Programas de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. O Caso do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. In: RBPG, v.10, n. 21, 2013.

NASCIMENTO, F.S.; PIÑEIRO, M.G.R.; RAMOS, I.S. Inovação e Pós-Graduação: um Estudo Específico sobre o Primeiro Mestrado Profissional em Educação na Bahia. In: Revista Brasileira de Pós-Graduação. v.10, n.20, 2013.

NECHAR, M.C. Epistemología Crítica del Turismo: que es eso? In: Turismo em Análise. São Paulo, v.22, n.3, 2011.

NEIMAN, Z. & RABINOVICI, A. [orgs]. Turismo e Meio Ambiente no Brasil. Barueri, SP: Manole, 2010.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. & MARTINS, M.R. Introdução: A Questão da Qualidade na Formação dos Profissionais para o Turismo Sustentável. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. [orgs]. Turismo e Meio Ambiente no Brasil. Barueri, SP: Manole, 2010.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. [orgs]. Turismo e Meio Ambiente no Brasil. Barueri, SP: Manole, 2010.

NESI, M.J. [org]. Diretrizes Acadêmicas Institucionais. Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). UNISUL: Tubarão, 2011. Disponível em: <http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/b985dc9f-ec6f-4d07-9934-4add42eebc48/diretrizes-academicas-institucionais_2011.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 14 fev 2014.

NETTO, A.P. Mário Carlos Beni Fala. In: TRIGO, L.G.G. [et al.]. Análises Regionais do Turismo Brasileiro. São Paulo: Roca, 2005.

NEVES, A.B. Metas da Atual Gestão. In: Infocapes. V.3, n.1-2: 14-18, 1995.

NICOLESCU, B. O Manifesto da Transdisciplinaridade. São Paulo: Trianon, 1999.

NOBOA, I.C. Filmes do Fim do Mundo: Ficção Científica e Guerra Fria (1951/1964). 175f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M.C. [org]. Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: IBAMA, 2002.

O DIA em que a Terra Parou. Direção de Robert Wise. Estados Unidos, 2008. DVD, 100min.

O DIA em que a Terra Parou. Direção de Scott Derrickson. Estados Unidos, 1951. DVD, 92min.

O.P.S, Organização Pan-Americana da Saúde. Modelos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades, Módulo 2: Saúde e Doença na População. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, Ministério da Saúde, 2010.

ODUM, E. Ecologia. São Paulo: Pioneira, 1969.

OLIVEIRA, N.A. Áreas Temáticas de Pesquisa dos TCC's do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Nova Xavantina. In: Turismo: Estudos & Práticas. V.2, n.2: 37-65, jul/dez, 2013.

ONU, Organização das Nações Unidas. Declaração do Milênio. Nova Iorque: ONU, 2000.

PACHAURI, R.K.; REISINGER, A. [eds]. Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Summary for Policymakers. In: Climate Change 2007: Synthesis Report. Contribution as Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report as the Intergovernmental Panel on Climate Change: Core Writing Team. Genebra: IPCC, 2007.

PALMA, L.C.; ALVES, N.B.; SILVA, T.N. Educação para Sustentabilidade: A Construção de Caminhos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). In: RAM, REV. ADM. Mackenzie, v.14, n.3, 2013.

PANOSSO NETO, A. [et al.]. Por uma Visão Crítica nos Estudos Turísticos. In: Turismo em Análise. São Paulo, v.22, n.3, 2011.

PETARNELLA, L.; SILVEIRA, A. Ensino e Pesquisa em Administração: Um Novo Olhar sobre a Sustentabilidade. In: XVI SMEAD: Seminários em Administração. Anais... São Paulo: SEMAD, 2013.

PHILLIPI Jr., A. [et al.]. Desenvolvimento Sustentável, Interdisciplinaridade e Ciências Ambientais. In: RBPG. Brasília. v.10, n.21, 2013.

PIAGET, J. Psicologia e Pedagogia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

PIZA, C. Reflexões de Camila Piza. In: Volta ao Mundo em 13 Escolas. São Paulo: Fundação Telefônica, 2013.

PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Brasil). Rumo a uma Economia Verde. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza. Síntese para Tomadores de Decisão. www.unep.org/greeneconomy, 2011.

POLANYI, K. The Great Transformation: the Political and Economic Origins of Our Time. New York: Farrar & Rinehart Inc., 1944.

POMBO, O. Interdisciplinaridade: Ambições e Limites. Lisboa, Portugal: Relógio D'água Editores, 2004.

POMBO, O; GUIMARÃES, H.M.; LEVY, T. A Interdisciplinaridade: Reflexão e Experiência. Educação Hoje. Lisboa, Portugal: Texto Editora, 1993.

POSTEL, S. From the Headwaters to the Sea: The Critical Need to Protect Freshwater Ecosystems. In: Environment. n.47, v.10, 2005.

RABELO, L.S. [et al.]. A Experiência do PRODEMA na Pós-Graduação Brasileira: Ciência para a Sustentabilidade na UFC. In: RBPG. Brasília. v.10, n.21. 2013.

RASKIN: D.; ELECTRIS, C.; ROSEN, R.A. The Century Ahead: Searching for Sustainability. In: Sustainability, v.2, 2010.

RAUDESPP, H. [et al.]. Untangling the Environmentalist's Paradox: Why Is Human Well-Being Increasing as Ecosystem Services Degrade? In: Bioscience, v.60, n.08, 2010.

REJOWSKI, M. & KOBASHI, N.Y. Subsídios para Elaboração de um Tesouro Brasileiro de Turismo. In: Turismo e Análise. São Paulo, v.22, n.3, 2011.

REJOWSKI, M. Caracterização da Produção Científica em Turismo no Brasil: Estudo Documental das Teses de Doutorado (1990 a 2005). In: Turismo e Hospitalidade nas Pesquisas Turísticas: perspectivas disciplinares, temáticas e mercadológicas. VII

Seminário da ANPTUR/Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Anais... Balneário Camboriú: UNIVALI, 2010.

REJOWSKI, M. Caracterização da Produção Científica em Turismo no Brasil: Estudo Documental das Teses de Doutorado (1990 a 2005). In: Turismo e Hospitalidade nas Pesquisas Turísticas: perspectivas disciplinares, temáticas e mercadológicas. VII Seminário da ANPTUR/Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Anais... Balneário Camboriú: UNIVALI, 2010a.

REJOWSKI, M. Currículo Lattes. In: Plataforma Lattes. Base de Dados de Currículos, Grupos de Pesquisa e Instituições de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES). Brasília, CAPES, 1972. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787414J5>>. Acesso em 23 fev 2014.

REJOWSKI, M. Investigación em Turismo em las Universidades Brasileñas. In: Gestión Turística. n.1: 41-61, 1997. Disponível em: http://mingaonline.uach.cl/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0718-64281997000100005&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 17 fev 2014.

REJOWSKI, M. Produção Científica em Turismo: Análise de Estudos Referenciais no Exterior e no Brasil. In: Turismo e Análise, v.21, n.2, 2010.

REJOWSKI, M. Produção Científica em Turismo: Análise de Estudos Referenciais no Exterior e no Brasil. In: Turismo e Análise. v.21, n.2: 224-246, 2010b.

REJOWSKI, M. Turismo e Pesquisa Científica: Pensamento Internacional x Atuação Brasileira. Campinas: Papirus, 1996.

REJOWSKI, M.; ALDRIGUI, M. Periódicos Científicos em Turismo no Brasil: Dos Boletins Técnico-Informativos às Revistas Científicas Eletrônicas. In: Turismo e Análise. v.18, n.2: 246-268, 2007.

REJOWSKI, M.; SOLHA, K.T. Turismo em um Cenário de Mudanças. In: REJOWSKI, M.[org]. Turismo no Percurso do Tempo. São Paulo: Aleph, 2002.

REJOWSKI, M.[org]. Turismo no Percurso do Tempo. São Paulo: Aleph, 2002.

ROCHA: E.D. Meio Ambiente e Interdisciplinaridade em Cursos de Pós-Graduação no Brasil. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: CDPA, UFRRJ, 2001.

ROCHA: E.D. Trajetórias e Perspectivas da Interdisciplinaridade Ambiental na Pós-Graduação Brasileira. In: Ambiente & Sociedade, v.VI, n.2, 2003.

ROCHA: E.D. Trajetórias e Perspectivas da Interdisciplinaridade Ambiental na Pós-Graduação Brasileira. In: Ambiente & Sociedade. v.VI, n.2. 2003.

RODRIGUES, A.B. [org]. Turismo. Modernidade. Globalização. São Paulo: Hucitec, 2002.

ROMEIRO, A.R. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. In: MAY, Peter H. [org]. Economia do Meio Ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROOSMAN, G.B. & WILSON, B.L. Numbers and Words: Combining Quantitative and Qualitative Methods in a Single Large-Scale Evaluation Study. In: Evaluation Review, v.9, n.5, 1985.

RUSCHAMNN, D.V.M.; REJOWSKI, M.; CACCIAMMALI, M.C. Cursos e Programas de Ensino em Turismo: Realidade de Cinco Cidades Brasileiras. In: Turismo e Análise. v.7, n.1, 1996.

RUSCHMANN, D.M.V. Currículo Lattes. In: Plataforma Lattes. Base de Dados de Currículos, Grupos de Pesquisa e Instituições de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES). Brasília, CAPES, 1976. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728691J7>>. Acesso em 23 fev 2014.

SACHS, I. A Terceira Via: em Busca do Ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. Capitalismo e Subdesenvolvimento: Padrões do Setor Público em Economias Subdesenvolvidas. Petrópolis: Vozes, 1969.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir. São Paulo: Vértice, 1981.

SAKATA, M.C.G. Globalização e Educação: A Formação do Comunicador Social na América Latina. 2008. 312f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAKATA, M.C.G. Tendências Metodológicas da Pesquisa Acadêmica em Turismo. 2002. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SAMPAIO, C.A.C. Turismo como Fenômeno Humano: Princípios para se Pensar a Socioeconomia e sua Prática sob a Denominação Turismo Comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANDRONI: Novo Dicionário de Economia. Rio de Janeiro: Record, 1994.

SANTOMÉ, J.T. Globalização e interdisciplinaridade: o Currículo Integrado. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SATTERWAITE, D. The Urban Challenge Revisited. In: Environment. n.49, v.9, 2007.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. Editora Companhia de Bolso: São Paulo, 2010.

SETEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Brasil). Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília: MEC, 2008.

SETEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Brasil). Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília: MEC, 2010.

SHELDON; P.; FESENMAIER, D.R.; TRIBE, J. *The Tourism Education Futures Initiative*. In: *e-Review of Tourism Research*. V.7, N.3, 2009.

SHIMAHARA, E. Reflexões de Eduardo Shimahara. In: *Volta ao Mundo em 13 Escolas*. São Paulo: Fundação Telefônica, 2013.

SILVA, M.C.; HAINARD, F. *O Ambiente: uma Urgência Interdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2005.

SMITH, A. *Uma Investigação sobre a Natureza e Causa da Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

SOGAYAR, R.L. & REJOWSKI, M. Ensino Superior em Turismo em Busca de Novos Paradigmas Educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. In: *Revista Turismo Visão e Ação*. v.13, n.3, 2010.

SOGAYAR, R.L. *Hospitalidade no Ensino Superior em Turismo: estudo de caso do programa Tourism Education Futures Initiative*. 2010. 113f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2010.

SOGAYAR, R.L.; REJOWSKI, M. Ensino Superior em Turismo em Busca de Novos Paradigmas Educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. In: *Revista Turismo Visão e Ação*. v..13, n. 3, 2011.

SOLHA, K.T. *Evolução do Turismo no Brasil*. In: REJOWSKI, M.[org]. *Turismo no Percurso do Tempo*. São Paulo: Aleph, 2002.

SOLHA, K.T. *Órgãos Públicos Estaduais e o Desenvolvimento do Turismo no Brasil*. 2004. 178f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo: 2004.

SOMMERMAN, A. *Inter ou Transdisciplinaridade? Da Fragmentação Disciplinar ao Novo Diálogo entre os Saberes*. São Paulo: Paulus, 2006.

SONHOS. Direção de Akira Kurosawa. *Japão e Estados Unidos*, 1980. DVD, 112min.

SOTO, J. *A Química Sustentável: Desafios, Dilemas e Perspectivas*. In: ALMEIDA, F. *Desenvolvimento Sustentável 2012-2050: Visão, Rumos e Contradições*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

STABLER, M.J. [ed.]. *Tourism & Sustainability: Principles to Practice*. London: CABI International, 1997.

STIGLIANO, B.V. [et al.]. *Paisagem Cultural e Sustentabilidade: Subsídios para*

Políticas Públicas e Planejamento do Turismo. In: Turismo em Análise, v.22, n.3, 2011.

SWARBROOKE, J. Sustainable Tourism Management. London: CABI Publishing, 1999.

TASHAKKORI, A.; & TEDDLIE, C. [eds]. Handbook of Mixed Methods in Social & Behavioral Research, 2003.

TEIXEIRA, R.M. Ensino Superior em Turismo e Hotelaria no Brasil: Um Estudo Exploratório. In: Turismo e Análise. v.12, n.2: 7-31, nov 2001.

TEIXEIRA, S.H.A. Cursos Superiores de Turismo. Condicionantes Sociais da sua Implantação: Uma Abordagem Histórica (1968/1976). 2007. 71f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2007.

TEIXEIRA, S.H.A. Cursos Superiores de Turismo: Uma Abordagem Histórica (1970/1979). IV Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE): A Educação e seus Sujeitos na História. Anais... Caxambu: SBHE, 2006.

TRIGO, L.G.; NETTO, A.P. Reflexões sobre um Novo Turismo. São Paulo: Aleph, 2003.

TRIGO, L.G.G. A Importância da Educação para o Turismo. In: LAGE, B.H.G.; MILONE: C. Turismo: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

TRIGO, L.G.G. A Importância da Educação para o Turismo. In: LAGE, B.H.G.; MILONE: C. Turismo: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

TRIGO, L.G.G. A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo. Campinas: Papyrus, 1998.

TURNER II, B.L. & ROBBINS: Land-Change Science and Political Ecology: Similarities, Differences, and Implications for Sustainability Science. In: Annual Review of Environment and Resources, n.33, 2008.

TURNER II, B.L. [et al.]. A Framework for Vulnerability Analysis in Sustainability Science. In: Proceedings of the National Academy of Sciences, n.100, v.14.

TURNER II, B.L. The Southern Yucatan Peninsular Region (SYPR) Project: Deforestation and Land Change in a Season Tropical Forest and Economic Frontier. In: GLP News: Newsletter of the Global Land Project International Project Office 3, 2008.

U.N. Economic and Social Council, Commission on Population and Development. World Demographic Trends: Reports of the Secretary-General. New York: United Nations, 2009.

U.N.D.P., United Nations Development Programme. Chapter 1 Development at Risk. In: Reducing Disaster Risk: A Challenge for Development. n.9, v.28. New York: UNDP, 2004.

UAM, Universidade Anhembi Morumbi (Brasil). Plano de Desenvolvimento Institucional: 2013-2017. São Paulo: UAM, 2013.

UCS, Universidade de Caxias do Sul (Brasil). Institucional. Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/institucional/missao-e-principios/>>. Acesso em: 17 fev 2014.

UECE, Universidade Estadual do Ceará (Brasil). Plano de Desenvolvimento Institucional. Fortaleza: EDUECE, 2011.

UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil). Apresentação do Curso de Stricto Sensu em Estudos do Lazer. In: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL). Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/index.php?op=curso&curso=7>>. Acesso em 14 fev 2014.

UFPA, Universidade Federal do Pará (Brasil). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém, 2014. Disponível em: <<http://www3.ufpa.br/ppgeo/>>. Acesso em: 23 fev 2014.

UFPA, Universidade Federal do Pará (Brasil). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU). In: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Belém, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/naea/novosite/menu/11>>. Acesso em: 23 fev 2014.

UFPR, Universidade Federal do Paraná (Brasil). Plano de Desenvolvimento Institucional: 2012-2016. Curitiba: UFPR, 2012.

UFRN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil). Plano de Desenvolvimento Institucional: 2010-2019. Natal: UFRN, 2010.

UnB, Universidade de Brasília (Brasil). Bases do Planejamento Estratégico: 2011-2015. Brasília: UnB, 2013.

UNILA, Universidade da Integração Latino Americana (BRASIL). Plano de Desenvolvimento Institucional: 2013-2017. Foz do Iguaçu: UNILA, 2013.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Commission on Population and Development. Nova Iorque: United Nations, 2009.

UNITED NATIONS. The Futures we want: Outcome Document of the United Nations Conference on Sustainable Development. Rio de Janeiro: United Nations, 2012.

UNIVALI, Universidade Vale do Itajaí (Brasil). Institucional. Disponível em: <<http://www.univali.br/modules/system/stdreq.aspx?P=7&VID=default&SID=681803631658272&S=0&C=27305>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

USP, Universidade de São Paulo (Brasil). Plano de Desenvolvimento Institucional: 2012-2017. São Paulo: USP, 2013. Disponível em: <<http://caf.fflch.usp.br/sites/caf.fflch.usp.br/files/arquivos/pdi-versao23.11.2011.pdf>>. Acesso em: 17 fev 2014.

- VAMPIROS de Almas. Direção de Don Siegel. Estados Unidos, 1956. DVD, 80min.
- VEIGA, J.E. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. São Paulo: Garamond, 2005.
- WADA, E.K. Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo no Brasil. In: Revista Iberoamericana de Turismo. v.1, n.1: 3-9, 2011.
- WALL-E. Direção de Andrew Stanton. Estados Unidos, 2008. DVD, 104min.
- WEBB: Medium – to Long-Run Implications of High Food Prices for Global Nutrition. In: Journal of Nutrition. n.140, v.1, 2010.
- WELLS, H.G. The Island of Doctor Moreau. New York: The Modern Library, 1896.
- WHYTE, L. Jr. The Historical Roots of Our Ecological Crisis. In: Science. n.3767, v.155, 1967.
- WIDMER, G.M.; MELO, A.J.S.; Paula, R.T. A Produção Científica em Turismo Resultante das Dissertações e Teses Defendidas nos Programas de Pós-Graduação da UFPE. In: Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. IX Seminário da Associação Nacional de Pós-Graduação. Anais... São Paulo: UAM, 2012.
- WILSON, J. Pensar com Conceitos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global Health Risks: Mortality and Burden of Disease Attributable to Selected Major Risks. Geneva: WHO, 2009.
- ZEIJ-ROZEMA, V. [et al.]. Governance for Sustainable Development: A Framework. In: Sustainable Development, v.16, n.6, 2008.

APÊNDICE A: CARTA CONVITE

Prezado (a) Coordenador (a) do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em _____,
Prof.º _____.

Como doutoranda no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), da Universidade de Brasília (UnB) venho desenvolvendo uma pesquisa sobre as contribuições da pós-graduação brasileira na área turismo para a sustentabilidade.

O objetivo é examinar a pós-graduação stricto sensu na área de turismo em suas contribuições para a sustentabilidade e para o próprio turismo, analisando o espaço e os desafios da mesma para a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para o ensino, pesquisa e extensão e para a produção de conhecimento, tecnologia e inovação.

Sendo assim, gostaríamos de convidá-lo(a) a participar desta pesquisa, enquanto Coordenadora do Programa de Pós-Graduação, através de uma entrevista a ser aplicada no seu local de trabalho. Esta abordagem atenderá aos pré-requisitos da pesquisa de métodos mistos, através de um projeto paralelo convergente, em que os dados quantitativos e qualitativos são coletados em separado, transformados, comparados, fundidos e interpretados para a discussão sobre a extensão e as maneiras pelas quais os resultados convergirão, divergirão, se relacionarão e/ou produzirão o entendimento pragmático do problema da pesquisa.

Sugere-se o dia ____ de _____ de 2013, (dia da semana), período matutino ou vespertino para agendamento da entrevista, que poderá durar aproximadamente uma hora.

Agradecemos antecipadamente sua atenção e aguardamos seu retorno para confirmação e/ou sugestão de data e horário.

Atenciosamente,

Prof.ª M.Sc Vanesa Rios Milagres
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
de Brasília (IFB) - Campus Riacho Fundo
Professora no Eixo Tecnológico Turismo,
Hospitalidade e Lazer
Universidade de Brasília (UnB) - Centro de
Desenvolvimento Sustentável (CDS)
Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável
<<http://lattes.cnpq.br/0734653329120043>>

Prof.ª Dr.ª Doris Aleida Villamizar Sayago
Universidade de Brasília (UnB) - Centro de
Desenvolvimento Sustentável (CDS)
Diretora do CDS e Orientadora
<<http://lattes.cnpq.br/5954596265144810>>

APÊNDICE B: CARTA DE APRESENTAÇÃO

Brasília, ____ de _____ de 2013.

Prezado (a) Coordenador (a) do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em _____,
Prof.º _____,

O Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), da Universidade de Brasília (UnB), vem por meio desta apresentar a doutoranda Vanesa Rios Milagres, devidamente matriculada nesta instituição, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Sustentável, que desenvolve a pesquisa intitulada “Contribuições da Pós-Graduação *Stricto Sensu* na Área Turismo para a Sustentabilidade: Brasil 1998- 2013”.

De modo geral, objetiva-se examinar a Pós-Graduação *Stricto Sensu* na Área Turismo (PPGTur) em suas contribuições para a sustentabilidade e para o próprio turismo, analisando o espaço e os desafios da mesma para a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para o ensino, pesquisa e extensão e para a produção de conhecimento, tecnologia e inovação.

Uma das metas para a realização desta pesquisa é o comprometimento desta pesquisadora em possibilitar, ao pesquisado, um retorno dos resultados da pesquisa. Por outro lado, solicitamos-lhes, aqui, permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa preservando sigilo e ética, em consonância com as Resoluções Nº 466/12 e Nº 196/66 do Conselho Nacional de Saúde, que trata da execução de qualquer estudo envolvendo seres humanos.

Agradecemos desde já sua compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento da doutoranda e da pesquisa científica na área das ciências ambientais e do turismo. Segue em anexo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias, a serem assinadas pelo pesquisado, pela pesquisadora e pela orientadora da pesquisa.

Colocamo-nos à disposição para outros contatos.

Atenciosamente,

Prof.^a Dr.^a Doris Aleida Villamizar Sayago
Universidade de Brasília (UnB) - Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS)
Diretora do CDS
e-mail: doris.sayago@gmail.com
Tel.: +55(61) 3107-6000/6001

APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A participação na pesquisa é voluntária e tem como uma de suas estratégias de pesquisa, o propósito de abordar qualitativamente a captação do significado subjetivo das contribuições dos PPGTur para a sustentabilidade a partir das perspectivas dos coordenadores dos programas.

Os responsáveis pela realização e a análise desta abordagem são a Pesquisadora Vanesa Rios Milagres, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), doutoranda devidamente matriculada na Universidade de Brasília (UnB), pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Sustentável, onde desenvolve a pesquisa intitulada “Contribuições da Pós-Graduação *Stricto Sensu* na Área Turismo para a Sustentabilidade: Brasil 1998- 2013”, e sua orientadora Prof.^a Dr.^a Doris Aleida Villamizar Sayago, do CDS/UnB, as quais garantirão que todos os dados serão tratados confidencialmente e apenas para o propósito aqui acordado.

O pesquisado concorda que a pesquisa seja gravada e cientificamente analisada. Depois de terminar a gravação, ele poderá pedir para apagar do gravador determinados trechos da entrevista.

Para garantir a proteção dos dados, os acordos a seguir são feitos:

1. *A gravação da abordagem será armazenada em mídia de armazenamento protegida por senha pela pesquisadora e apagada após o final do estudo ou, no máximo, ao final de quatro anos.*
2. *Somente a pesquisadora e sua orientadora terão acesso ao registro para análise dos dados.*
3. *Para a análise, a gravação será transcrita. Os nomes e locais mencionados pelo pesquisado serão anonimizados na transcrição, no grau que for necessário.*
4. *Nas publicações, é garantido que uma identificação do pesquisado não será possível.*

A pesquisadora e sua orientadora detêm os direitos autorais da abordagem.

O pesquisado pode revogar sua declaração de consentimento, completa ou parcialmente, dentro de cinco dias.

Os resultados e suas respectivas conclusões serão divulgados e disponibilizados em forma de pesquisa preservando sigilo e ética, em consonância com a Resolução 196/66 do Conselho Nacional de Saúde, que trata da execução de qualquer estudo envolvendo seres humanos.

Prof.^a Dr.^a Doris Aleida Villamizar
Sayago
Universidade de Brasília (UnB) - Centro
de Desenvolvimento Sustentável (CDS)
Orientadora
e-mail: doris.sayago@gmail.com
Tel.: +55(61) 3107-6000/6001

Prof.^a M.Sc Vanesa Rios Milagres
Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia de Brasília (IFB) - Campus
Riacho Fundo
Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade
e Lazer
Universidade de Brasília (UnB) - Centro
de Desenvolvimento Sustentável (CDS)
Pesquisadora
e-mail: vanesamilagres@gmail.com
Tel.: +55(61) 8602-1720

Prof.^o _____
Instituição de Ensino Superior
Coordenador (a) do Programa de Pós-
Graduação *Stricto Sensu* em

Pesquisada

APÊNDICE D: ROTEIRO DA ENTREVISTA

CONTRIBUIÇÕES DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NA ÁREA TURISMO PARA A SUSTENTABILIDADE: Brasil 1997-2013

Abordagem 3: Percepção dos Coordenadores

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DEPENDÊNCIA:

PROGRAMA, NÍVEL, ANO DE CRIAÇÃO:

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA:

SITUAÇÃO, RECONHECIDO/RECOMENDADO, CONCEITO CAPES

OBJETIVOS, PERFIL DE FORMAÇÃO:

ROTEIRO:

- 1) É professor no programa desde quando?
- 2) É coordenador do programa desde quando/há quanto tempo?
- 3) Decurso: caminho percorrido pelo PPGTur?
- 4) Percurso: caminho que o PPGTur percorre?
- 5) Transcurso: caminho que poderá percorre?
- 6) Precursor: caminho a ser percorrido será inovador?
- 7) O que identifica ou considera nesse percurso como Ensino, Pesquisa e Extensão?
- 8) E como Ciência, Tecnologia e Inovação?
- 9) Rio+20 e CAPES+ Temas Emergentes: PPGTur → Objetivos + Perfil de Formação + Área de Concentração + Linhas de Pesquisa → que são propostos por meio do PPGTur, esses Temas Emergentes têm sido pesquisados no PPGTur → Produção de Dissertações pelos Discentes + Produção de Estudos pelos GP/Docentes e Discentes?
- 10) Seria possível destacar entre esses temas os mais recorrentes nas pesquisas na produção do PPGTur?
- 11) Considerando a realidade local e regional → aponte os temas que considera emergentes para a pesquisa no PPGTur?
- 12) Gostaria de comentar algo que não lhe foi perguntado?

WEBSITE:

COORDENADOR:

VICE COORDENADOR:

SECRETÁRIA (O) DO PROGRAMA:

ENDEREÇO, E-MAIL E TELEFONE:

Data: ___/___/_____.

Local: _____.

Horário: ___h___min.

Início: ___h___min. Fim: ___h___min. Duração: ___h___min.

Entrevistador: _____.

Assinatura do Entrevistador